



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

GEOVANI CANUTO

Todos os caminhos levam à *groma*: Byrsa e a refundação de  
Cartago no projeto augustano (29 a.C. – 14 d.C.)

São Paulo  
2023

GEOVANI CANUTO

**Todos os caminhos levam à *groma*: Byrsa e a refundação de Cartago no projeto  
augustano (29 a.C. – 14 d.C.)**

**Versão Revisada**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Arqueologia da Universidade de  
São Paulo para a obtenção do título de Mestre em  
Arqueologia Histórica

Área de Concentração: Arqueologia e Identidade

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina N.  
Kormikiari

São Paulo  
2023

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Canuto, Geovani

Todos os caminhos levam à groma: Byrsa e a refundação de Cartago no projeto augustano (29 a.C. ? 14 d.C.) / Geovani Canuto; orientador Maria Cristina Nicolau Kormikiari. -- São Paulo, 2023. 218 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Byrsa. . 2. Cartago.. 3. Augusto. 4. Africa proconsularis.. 5. Arqueologia da Paisagem.. I. Kormikiari, Maria Cristina Nicolau , orient. II. Título.

Bibliotecária responsável:  
Monica da Silva Amaral - CRB-8/7681

**Todos os caminhos levam à *groma*: Byrsa e a refundação de Cartago no projeto  
augustano (29 a.C. – 14 d.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Arqueologia da Universidade de  
São Paulo para a obtenção do título de Mestre em  
Arqueologia Histórica

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Maria Cristina Nicolau Kormikiari (Orientador)  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Prof. Dr. Júlio César Magalhães de Oliveira  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

São Paulo  
2023

Para Bia, Camila, Miguel, Raíssa e Ninna.

## AGRADECIMENTOS

No transcurso de um mestrado, um longo trabalho de pesquisa precede a publicação do texto final da dissertação. Ainda que este seja um trabalho individual, ele não seria possível sem o apoio de todo um coletivo.

Gostaria de agradecer à professora Maria Cristina Kormikiari, pelas inúmeras reuniões de orientação, pelos conselhos e por seu apoio incondicional à execução desta pesquisa. Com a professora Maria Cristina dividi o interesse pela pesquisa de temas tão singulares como Cartago, o Norte da África e os estudos sobre paisagem.

Agradeço igualmente aos professores Júlio César Magalhães de Oliveira, Claudia Beltrão e Belchior Lima Neto pela leitura cuidadosa e por seus comentários construtivos nas bancas de qualificação e defesa. Gostaria de dizer que me senti honrado ao saber que defesa se constituiu, tanto para a presidente da banca quanto para os arguidores, na primeira oportunidade de participação em uma banca composta exclusivamente por africanistas.

À professora Maria Beatriz Florenzano, meu agradecimento pelo carinhoso acolhimento no Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA), assim como à professora Elaine Hirata, por me apresentar ao MAE em uma primeira visita realizada em 2016 com amigos do NEREIDA.

Desenvolvida no interior do Labeca, esta pesquisa contou com o apoio do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP). Um agradecimento aos professores Vagner Porto e Maria Izabel Fleming, por me permitirem participar de suas aulas de graduação como ouvinte e pelo acesso ao laboratório. Também agradeço pelas conversas e pelo interesse que demonstraram por minha pesquisa. Ao professor Vagner e a querida Juliana Hora, também sou grato pelos cafés, almoços e jantares acompanhados de muitas risadas, desabafos de pesquisa e por estarem presentes nos momentos mais difíceis da Pandemia.

Além dos desafios convencionais à execução de uma pesquisa sobre a ocupação romana no Norte da África realizada no Brasil, este mestrado foi atravessado pelos difíceis anos de Pandemia. Este período de crise sanitária resultou no fechamento das unidades de pesquisa da USP, o que incluiu suas bibliotecas e laboratórios. No período de isolamento social, as precárias condições de acesso à internet na moradia estudantil (CRUSP) tornaram-se um desafio adicional tanto para a participação de aulas e cursos, quanto para a aquisição de artigos e livros acadêmicos.

Estes também foram tempos de corte de verbas governamentais ao CNPq e a CAPES, somados ao fechamento das fronteiras do Brasil com o mundo, motivado pelo deletério governo

que tivemos neste período. Tal fato nos impossibilitou de realizar um estágio de pesquisa na Escola Francesa de Roma sob a supervisão do professor Nicolas Laubry, que havia aceitado supervisionar nossa estadia.

Também gostaria de agradecer ao professor Alexandre Moraes, uma pessoa fundamental na minha trajetória de pesquisa e que sempre me incentivou a desbravar novos caminhos. E se o professor Alexandre foi o responsável por me despertar o interesse pela pesquisa científica, devo à professora Adriene Tacla um agradecimento por suas aulas, debates teóricos enriquecedores e por ter me apresentado, pela primeira vez, ao universo arqueológico. Também devo à professora Regina Bustamante meu primeiro contato com a “África Romana” em um curso ministrado para alunos de graduação da UFRJ. Desde então, foram-se algumas conversas, trocas de mensagens e Ciclos do LHIA, oportunidades sempre enriquecedoras.

Gostaria de agradecer aos meus pais pelo apoio incondicional, aos meus primos Bernardo e Sara e aos meus sobrinhos. Agradeço a Márcia Sancler pelo carinho, pela presença, e pela alegria de vida.

Nos momentos mais difíceis da pandemia, os amigos se fizeram presente e foram fundamentais para a realização deste projeto. Raissa, Camila, Miguel, Julieta, Bia e Ninna transformaram minha estadia em São Paulo em uma “festa latina”. Aos amigos do CRUSP, todo o meu agradecimento a Luana, Lufer, Marcelo, Kizzy, Vick e Willamy. Agradeço ao Dani pela leitura do último capítulo e pela ajuda nos momentos finais. Também devo dizer obrigado aos meus vizinhos Adélcia, Ronaldo, Mari, Karla, Simone, Márcia e “JJ”, assim como aos amigos, funcionários e alunos da Escola Estadual Santa Maria III, em especial a Regiane Cucato, Vanessa, Tamires, Michele, Luciana, Marciana, Denise e Ana.

No Labeca, foram muitas as risadas e ansiedades compartilhadas com Guilherme Rodrigues, Juliane Granuzo, Juliana Hora e Júlia. Márjorie e Amanda completaram o grupo. Um agradecimento mais do que especial ao Claudio Duarte por sua ajuda com as questões arquitetônicas e pelas inúmeras indicações bibliográficas.

Aos funcionários do MAE, meus agradecimentos a Dona Rosi, Fatiminha e Milene pelas divertidas conversas acompanhadas pelo café da Dona Nice, ao Hélio por sua ajuda com os livros da nossa biblioteca e à equipe do financeiro, Silvana, Geraldinho e Regiane. Um agradecimento mais do que especial para Jeane, pelas conversas e pelo carinho.

Agradeço à Universidade de São Paulo, ao Museu de Arqueologia e Etnologia e ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Esta pesquisa não teria sido possível sem a estrutura disponibilizada pela instituição e suas unidades de pesquisa, principalmente no

período de pandemia. A moradia estudantil (CRUSP), que foi minha residência no período de Mestrado, as bibliotecas, restaurantes universitários ...

Agradeço ao financiamento fornecido pela FAPESP (Processo: 2019/23408-1), assim como pela prorrogação concedida em função da crise sanitária ocasionada pelo COVID-19. A execução desta pesquisa não teria sido possível sem o suporte da FAPESP. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento nos meses iniciais desta pesquisa.



To all things housed in her silence  
Nature offers a violence  
The bear that keeps to his own line  
The wolf that seeks always his own kind

Bear McCreary e Hozier – *Blood upon the snow*

CANUTO, Geovani. **Todos os caminhos levam à groma**: Byrsa e a refundação de Cartago no projeto augustano (29 a.C. – 14 d.C.). Dissertação (Mestrado em Arqueologia Histórica) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

**Resumo:**

Após uma série de conflitos protagonizados por cartagineses e romanos, a derrota púnica resultou na destruição de Cartago em 146 a.C. Transcorridos pouco mais de cem anos, um projeto de refundação da cidade foi idealizado, mas os conflitos políticos nos quais Roma estava envolvida tornaram sua execução um verdadeiro desafio. Coube a Augusto efetivar a refundação de Cartago, que recebeu uma configuração romana e cujas bases precisaram ser assentadas sob os escombros púnicos. Esta dissertação objetiva compreender as principais características deste projeto construtivo e as formas por meio das quais ele estabeleceu rompimentos e continuidades com o antigo assentamento. A análise da documentação material, constituição ontológica do processo de formação do sítio arqueológico, tornou possível a identificação de algumas das etapas que se sucederam no canteiro de obras. O resultado deste projeto augustano para Cartago foi a criação de uma paisagem urbana *sui generis* para a colônia que foi escolhida como a capital da *Africa proconsularis*.

Palavras-chave: Byrsa. Cartago. Augusto. *Africa proconsularis*. Arqueologia da Paisagem.

CANUTO, Geovani. **All roads lead to the *groma***: Byrsa and the refoundation of Carthage in the Augustan project (29 BC – 14 AD). Dissertation (Master in Historical Archeology) – Museum of Archeology and Ethnology, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

**Abstract:**

After a series of conflicts between the Carthaginians and the Romans, the Punic defeat resulted in the destruction of Carthage in 146 BC. Just over a hundred years later, a project to refound the city was conceived, but the political conflicts in which Rome was involved made its execution a real challenge. It was up to Augustus to carry out the refoundation of Carthage, which received a Roman configuration and whose bases had to be settled under the Punic rubble. This dissertation aims to understand the main characteristics of this constructive project and the ways in which it established ruptures and continuities with the old settlement. The analysis of the material documentation, ontological constitution of the formation process of the archaeological site, made it possible to reconstitute some of the stages that followed in the construction site. The result of this Augustan project for Carthage was the creation of a *sui generis* urban landscape for the colony that was chosen as the capital of Africa proconsularis.

Keywords: Byrsa. Cartago. Augustus. *Africa proconsularis*. Landscape Archaeology.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1. A ÚLTIMA CARTAGO PÚNICA E A REFUNDAÇÃO ROMANA .....	26
1.1 O horizonte da <i>Africa Proconsularis</i> :.....	26
1.2. Cartago no contexto de 146 a.C.....	33
1.2.1 Cartago e seu entorno.....	51
1.3. Os vestígios da destruição de 146 a.C. ....	55
1.4. A política cesaro-augustana para o Norte da África .....	57
1.4.1. Substruções de uma fundação: .....	57
1.4.2. Uma nova política para a (s) <i>Africa (e)</i> :.....	62
CAPÍTULO 2. DO PROSCÊNIO AO PALCO: OS BASTIDORES DO SÍTIO.....	71
2.1 Um sítio arqueológico: da “criação” do objeto.....	71
2.2 Dos viajantes (séc. XI – 1830) aos antiquários (1830-1880):.....	73
2.3 A Arqueologia nascente (1880-1921):.....	79
2.3.1 Os Padres Brancos.....	81
2.4 A Arqueologia do uso da terra (1921-1945) e do pós Segunda Guerra Mundial (1945-1954).....	86
2.5 A Arqueologia tunisiana (1954-1997) .....	87
CAPÍTULO 3. HISTÓRICO DE ACHADOS E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	94
3.1 A plataforma .....	94
3.1.1 Os muros de sustentação: .....	96
3.1.1.1 A sustentação sul: .....	96
3.1.1.2 A sustentação oeste: .....	106
3.1.1.3 As sustentações leste e norte: .....	110
3.1.2 O topo da colina: .....	111
3.1.3 O aterro.....	129
3.1.3.1. Um aterro peculiar:.....	134
3.2. As encostas de Byrsa: .....	135
3.2.1 Encosta leste:.....	135

3.2.1.1 O Altar .....	139
3.2.1.2 <i>Perelius Hedulus</i> .....	156
3.2.2 Outras encostas.....	157
3.3 A cultura material para além de Byrsa: .....	160
3.3.1 O relevo de La Malga;.....	160
3.3.2 O relevo de Argel; .....	163
3.4 A malha urbana; .....	165
CAPÍTULO IV. A REFUNDAÇÃO AUGUSTANA .....	175
4.1. A fase ritual.....	177
4.2. A fase prospectiva.....	178
4.3. Aquisição e remoção.....	182
4.4. Organização do canteiro de obras e reprocessamento .....	184
4.5. Transporte .....	186
4.6. Mãos à obra: a construção .....	187
4.7. Ornamentação .....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	199
REFERÊNCIAS .....	201

## Lista de Ilustrações:

- Figura 1: Mapa com a representação do leito do Oued Medjerda e seus afluentes, sua bacia hidrográfica e a fronteira moderna entre a Tunísia e a Argélia .....p.28
- Figura 2: Mapa com a localização de Constantina (antiga Cirta), do oued-el-Kébir e de Cartago .....p.29
- Figura 3: Mapa com a localização de Cartago, da foz do oued Meliane do Templo das Águas (à direita), a foz do oued Medjerda, Útica e a Lagoa de Ghar el Melh .....p.30
- Figura 4: Mapa representando a evolução dos antigos traçados dos leitos do oued Medjerda .....p.31
- Figura 5: Mapa representando o limite da Dorsal tunisiana .....p.32
- Figura 6: Planta baixa das edificações do Bairro Aníbal e escadas de acesso na rua .....p.37
- Figura 7: Vestígio de colapsos de blocos púnicos .....p.39
- Figura 8: Localização dos principais setores arqueológicos de Cartago .....p.40
- Figura 9: Localização das escavações em Bir Massouda e na rua Astarté .....p.42
- Figura 10: Diagrama isométrico representando a evolução urbanística do distrito Magon nos séculos V-III a.C. e no século II a.C. ....p.42
- Figura 11: Planta baixa dos achados do Bairro Dido do período Púnico Médio I .....p.44
- Figura 12: Planta baixa dos achados do Bairro Dido do período Púnico Tardio .....p.45
- Figura 13: Representação das orientações viárias de Cartago (púnicas e romanas tardias) ....p.46
- Figura 14: Vestígios localizados na Ilha do Almirantado correspondentes ao século II a.C. ....p.48
- Figura 15: Rampa nº 16 do cais com superfície queimada. *Sleepers* de madeira mostrados como faixas claras.....p.49
- Figura 16: Ilha do Almirantado do porto púnico com corte lateral do cais .....p.50
- Figura 17: Modelos de urbanização e implantação agrícola na África .....p.55
- Figura 18: Mapa representando as três grandes *perticae* da África do Norte: aquela de Cartago, a *pertica* cirtênica e a dos Sicenses .....p.66
- Figura 19: Plano do terreno e das ruínas de Cartago realizado por Falbe .....p.75

Figura 20: Fotografia com a vista lateral da capela, do escolasticado dos Padres Brancos e da catedral .....	p.82
Figura 21: Imagem de satélite com combinação de faixas para visualização de áreas construídas e localização de Byrsa .....	p.88
Figura 22: Localização das principais áreas de escavação da campanha arqueológica da Unesco .....	p.89
Figura 23: Planta esquemática do cume da colina de Byrsa e do topo de sua encosta sul e os dois setores de escavação (A e B); a antiga catedral e provável localização do capitólio; o Museu de Cartago; a grande basílica romana; a biblioteca; o templo perípetro do período Júlio-Claudiano e a cisterna adjacente; o templo do período antonino; suporte principal da plataforma romana .....	p.90
Figura 24: Localização das principais áreas de escavação da equipe alemã .....	p.92
Figura 25: Ilustração gráfica de J.-M. Gassend com reconstituição dos trabalhos de planificação da colina para a construção da plataforma .....	p.95
Figura 26. Mapa representando as principais escavações realizadas no topo da colina de Byrsa, nas encostas leste e sul, por Beulé, Delattre e Lapeyre. Localização da <i>groma</i> e do altar à <i>Gens Augusta</i> .....	p.97
Figura 27: Mapa dos principais achados de Beulé na colina de Byrsa .....	p.99
Figura 28: Desenho feito por Beulé contendo suas medições e uma estrutura escavada com três personagens utilizados como escala .....	p.100
Figura 29: Plano de escavação e achados de Delattre em Byrsa .....	p.101
Figura 30: Fotografia do Muro de Ânforas escavado por Delattre .....	p.103
Figura 32: Foto da estrutura de fundação das salas-absides da sustentação sul .....	p.105
Figura 33: Restituição das absides da sustentação oeste e sul e situação em relação aos edifícios posteriores .....	p.106
Figura 34: Fragmento do muro da primeira abside sul .....	p.107
Figura 35: Abside da sustentação oeste vista do oeste .....	p.108
Figura 36: Representação da sustentação oeste e sul da plataforma superior. À esquerda, <i>cardo maximus</i> e seu respectivo esgoto .....	p.109
Figura 37: Edifício formando o ângulo entre o CM e o <i>decumanus</i> I sul visto do oeste e muro que desabou .....	p.110
Figura 38: Plano das escavações realizadas por Lapeyre com representação do muro A (romano) aqui interpretado como púnico .....	p.113

Figura 39: Corte transversal mostrando a composição do muro C .....	p.114
Figura 40: Corte da seção norte do muro D .....	p.115
Figura 41: Corte perpendicular ao muro D .....	p.116
Figura 42: Face sul do muro D com representação dos blocos que o constituem .....	p.117
Figura 43: Seção do muro D localizada sob as fundações do monumento basílica após as escavações realizadas por Ferron-Pinard .....	p. 117
Figura 44: As estruturas do terraceamento augustano no flanco sul de Byrsa .....	p.118
Figura 45: Fundação do muro D abaixo da fundação de um edifício do baixo-império .....	p.119
Figura 46: Reconstituição das principais edificações augustanas sobre a plataforma: <i>forum</i> ; edifício (basílica?); pórticos; arco; praça; templo; cisterna; escadas; edifício fechando a praça (pórtico?) .....	p.120
Figura 47: Representação das duas fases de construção do esgoto .....	p.122
Figura 48: Fragmento de tijolo contendo um cartucho retangular com a inscrição “ <i>miti</i> ” ...	p.122
Figura 49: Espaço pavimentado e pórtico localizado a oeste da basílica antonina .....	p.124
Figura 50: Foto do maciço de fundação em blocos de El Haouaria. À esquerda, pavimento da praça pública feita com lajes de calcário de Ariana .....	p.125
Figura 51: Fundação parcialmente pilhada de um arco situado sobre o <i>forum</i> .....	p.125
Figura 52: Conjunto de estruturas no sul do eixo da praça com a localização da fundação de blocos de arenito de El Haouaria pertencente ao estilóbato sul do templo; maciço deixado no local; investigação; trincheira de fundação norte-sul do pórtico da faixada; fundação em composição poligonal ligada à terra (estrutura em <i>antis</i> ); fundação em <i>opus caementicium</i> (colunas interiores do pranaos); fundação em <i>opus caementicium</i> (muro lateral do sul da <i>cella</i> ) e a fundação do edifício do Baixo-Império .....	p.127
Figura 53: Maciço de blocos da segunda fundação vista do oeste .....	p.127
Figura 54: Trincheira H II 13 no primeiro plano e G II 16 no segundo .....	p.130
Figura 55: Visão oeste e sul da trincheira H II 13 .....	p.130
Figura 56: Vista do corte sul da trincheira H II 13 .....	p.131
Figura 57: Vista oeste da trincheira G II 16 .....	p.132
Figura 58: Vista leste dos taludes G III IV e G III 7 e de um pilar de fundação romana .....	p.133



Figura 59: Corte sobre o lado leste do “Monte Lapeyre” .....	p.134
Figura 60: Planta baixa indicando localização das escavações de Saumagne .....	p.136
Figura 61: Localização dos principais achados realizados por Saumagne na região .....	p.137
Figura 62: Corte do setor entre o DM oeste e o <i>cardo V</i> oeste .....	p.138
Figura 63: Altar à <i>Gens Augusta</i> visto a partir dos painéis Fuga de Eneias e Roma .....	p.140
Figura 64: Altar à <i>Gens Augusta</i> visto a partir dos painéis da cena do sacrifício e de Apolo .....	p.140
Figura 65: Painel de Apolo com a representação do grifo e da cítara .....	p.143
Figura 66: Detalhe do painel de Apolo com o grifo e a cítara .....	p.144
Figura 67: Painel com a representação de Roma e o coroamento do altar .....	p.145
Figura 68: Detalhe do painel de Roma com a representação da Vitória alada, de um escudo e um pilar .....	p.146
Figura 69: Detalhe do painel de Roma com a representação do escudo, da couraça e dos lambrequins .....	p.147
Figura 70: Detalhe do painel de Roma com a representação da cornucópia .....	p.148
Figura 71: Painel representando a partida de Eneias .....	p.149
Figura 72: Detalhe do painel da partida de Eneias com a representação de Anquises .....	p.150
Figura 73: Detalhe do painel da partida de Eneias .....	p.150
Figura 74: Painel com a representação a cena de sacrifício e o coroamento do altar .....	p.151
Figura 74.1: Painel com a representação de uma cena de sacrifício. Acima, coroamento do altar.....	p.153
Figura 75: Partes constitutivas do coroamento do altar .....	p.155
Figura 76: Transcrição da inscrição com a dedicação de <i>Perelius Hedulus</i> à <i>Gens Augusta</i> .....	p.156
Figura 77: Localização da Inscrição de <i>Perelius Hedulus</i> .....	p.157
Figura 78: Área de escavação da equipe sueca .....	p.158
Figura 79: Planta baixa das estruturas localizadas pela equipe sueca .....	p.159
Figura 80: Relevo de La Malga, atualmente localizado no Museu do Louvre .....	p.161

Figura 81: Relevo de La Malga, atualmente localizado no Museu do Louvre .....	p.161
Figura 82: Detalhe da face da figura feminina do Relevo de La Malga, atualmente localizado no Museu do Louvre .....	p.162
Figura 83: Parte direita do relevo com a figura do personagem masculino e da criatura marinha .....	p.162
Figura 84: Relevo de Argel .....	p.164
Figura 85: Malha urbana da cidade no Baixo Império .....	p.167
Figura 86: Vestígios descobertos no <i>cardo maximus</i> nas escavações de 1974 e 1975 .....	p.172
Figura 87: Investigação feita nas fundações do <i>cardo maximus</i> .....	p.172
Figura 88: Fluxograma de Munro (2011) representando as etapas envolvidas na reutilização e reciclagem (esquerda) e fluxograma representando as etapas do processo construtivo de Cartago (direita) .....	p.177
Figura 89: Representação das duas centúrias de Cartago .....	p.181
Figura 90: Área de armazenamento ( <i>cardo XIII</i> leste) de material púnico para reaproveitamento .....	p.186
Figura 91: Tipologia de <i>opus africanum</i> conforme Camporeale .....	p.190
Figura 92: Pavimento augustano acima da cisterna púnica tardia e parede em <i>opus africanum</i> .....	p.191

**Lista de abreviaturas e siglas:**

**AIBL** – Académie des inscriptions et belles-lettres

**BCTH** – Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques

**CM** – *Cardo maximus*

**C.R.A.I.** – Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres.

**CTHS** – Comité des Travaux Historiques et Scientifiques

**DM** – *Decumanus maximus*

**INAA** – Instituto Nacional de Arqueologia e de Arte

**MEFR** – Mélanges de l'École Française de Rome

**RBPS** – Romisch bewegte punische Schichten

**RCD** – Resíduos de Construção e Demolição

**SAA** – Serviço de Antiguidades e de Artes

## INTRODUÇÃO

Localizada no Norte da África, na atual Tunísia, Cartago é uma fundação fenícia datada da segunda metade do século IX a.C. (DOCTER et al, 2008). Nos séculos III e II a.C., as disputas entre romanos e cartagineses pelo controle das navegações mediterrânicas culminaram com a destruição da cidade em 146 a.C., na chamada Terceira Guerra Púnica.

A partir de então, Roma deu início a um processo de ocupação do Norte da África que se estendeu até 40 d.C., quando Calígula optou pelo controle direto da Mauritânia após o assassinato de Ptolomeu, filho de Juba II (MAHJOUBI, 2010). Roma, ao contrário do que se pode pensar, não promoveu uma ocupação imediata de Cartago, e houve uma espécie de ambiguidade em seus projetos para o novo território conquistado. Apesar das tentativas dos irmãos Graco e da concessão de terras que Mário fez na região a seus veteranos após sua vitória na Guerra contra Jugurta (112-105 A.C.), a refundação da cidade precisou aguardar as iniciativas de Júlio César em 44 a.C. (APIANO, **História Romana**, VIII, 136). No entanto, em decorrência dos Idos de Março, o projeto romano para Cartago só ocorreu efetivamente com a urbanização e monumentalização promovida por Augusto a partir de 29 a.C.

Nesta pesquisa, temos como objeto de investigação os mecanismos por meio dos quais o processo construtivo de Cartago como uma cidade romana se efetivou. A partir de uma descrição densa da cultura material, foi possível observar a atuação de um grupo heterogêneo de personagens envolvidos neste processo, o que incluiu indivíduos privados. O reconhecimento de áreas reservadas para as oficinas de reciclagem, para o acúmulo de material desmontado, para a extração de aterro e transporte de materiais (internos e externos ao sítio) no interior do sítio nos permitiram concluir que a cidade de Cartago foi convertida em um grande canteiro de obras.

Para a escolha do material de análise, foi necessário o estabelecimento do recorte geográfico desta pesquisa no centro urbano da cidade, delimitado, por sua vez, pela malha urbana aplicada na ocasião de sua refundação. O recorte cronológico, a seu turno, corresponde à fase augustana de intervenções urbanísticas, que se iniciaram no ano 29 a.C. A cultura material nos revela que demolições e reconstruções foram feitas no decorrer do governo de Augusto e que as obras transcorreram, portanto, durante alguns anos.

Alguns conceitos norteadores foram fundamentais para análise da cultura material. Ao observarmos as técnicas empregadas pelos romanos no processo construtivo, identificamos o reaproveitamento de materiais e estruturas púnicas. Assim, os conceitos de reuso e reciclagem,

tal qual propostos por Munro (2011), serão fundamentais para a compreensão do novo urbanismo romano aplicado à antiga cidade púnica.

Augusto criou um centro romano, mas seu passado púnico se fez presente. Ainda que os destroços que sobreviveram à destruição de 146 a.C. tenham sido utilizados, principalmente, para compor as fundações do novo centro urbano, a cultura material da antiga cidade estabeleceu importantes diretrizes para o novo projeto. Esta intervenção urbanística introduziu novas técnicas construtivas, mas também reaproveitou antigas. Para entender este processo, recorreremos ao conceito de emaranhamento proposto por Stockhammer (2013), utilizado pelo autor para descrever fenômenos resultados de processos criativos desencadeados por encontros interculturais.

O emaranhamento ocorreu não apenas no âmbito das técnicas construtivas, mas no novo layout do sítio e na função dos espaços. O reaproveitamento de antigos locais de culto para a introdução de templos romanos, por exemplo, garantiram a manutenção da função religiosa de espaços como ocorreu em Byrsa e são reveladores de um emaranhamento religioso.

Munro (2011) propôs um modelo para o estudo das práticas de reciclagem e reutilização na arquitetura romana. Composto por 5 etapas, utilizaremos este modelo para tratar os dados e agrupá-los conforme sua etapa de construção. Mas a partir das nossas leituras sobre os ritos romanos necessários para a fundação de uma cidade, propomos que o projeto augustano de construção seguiu as seguintes fases: 1) ritual, 2) prospectiva 3) aquisição e remoção, 4) organização e reprocessamento, 5) transporte, 6) construção e 7) ornamentação.

Por meio dos dados coletados, dos conceitos apresentados e do tratamento dos dados defenderemos algumas hipóteses de pesquisa. Ao ser convertida em um grande canteiro de obras, que protagonizou a execução de atividades construtivas simultâneas executadas por um conjunto heterogêneo de personagens, a refundação de Cartago demandou um plano de gestão para o processo construtivo. Além disso, a construção da nova cidade estabeleceu rompimentos e continuidades com o passado púnico, e engendrou o que denominaremos como “emaranhamento de paisagens”.

A ornamentação da cidade foi uma das últimas etapas do processo construtivo, na qual as imagens imperiais foram aplicadas. Sabemos que no mundo romano, as imagens basearam-se em estilos, materiais e conteúdos locais e algumas eram tão disseminadas que foram qualificadas como “imperiais”. Mas, para Hellström e Russel (2020), a definição apropriada para elas é a de imagens que faziam referência ao poder imperial, nos seus mais diversos formatos. Sua aplicação em Cartago ao final do processo construtivo de cada setor inseriu a

cidade em uma nova linguagem visual compartilhada de poder que estava se desenvolvendo no governo de Augusto (HELLSTRÖM, RUSSEL, 2020).

Todos estes fatores configuraram o que compreendemos como o “projeto augustano” de refundação de Cartago. Este, vale lembrar, privilegiou determinados setores em detrimento de outros. A colina de Byrsa, por exemplo, foi monumentalizada, um contraste com a situação de outras áreas, que mantiveram um caráter absolutamente “humilde”.

A realização desta pesquisa se justifica por um conjunto de fatores, dentre os quais a ausência de investigações sobre esta temática no Brasil. Além disso, os estudos sobre Cartago no período romano contemplam as mais variadas abordagens, sejam aquelas dedicadas às análises dos relatos dos autores latinos sobre a cidade (ARNAUD-PORTELLI, 2002; BRISSON, 2000; BRADLEY, 2012; LIMA NETO, 2018), seja sobre sua arquitetura doméstica (GUIZANI, 2009), mas são poucos os trabalhos dedicados ao projeto de refundação augustano (GROS, 1990; RAKOB, 2000). As investigações arqueológicas na colina de Byrsa são realizadas, no entanto, desde a segunda metade do século XIX, muito antes dos sistemáticos trabalhos empreendidos pela missão francesa sob patrocínio da UNESCO entre 1974-2007 (LANCEL, 1979; MOREL, 2011a; 2011b).

Além disso, é importante lembrar que a presente pesquisa vai ao encontro de algumas das principais demandas de políticas educacionais atuais. Em 2003, instaurou-se a obrigatoriedade do ensino de História da África na educação básica com o decreto da lei 10.639 (BRASIL, 2003), alterado pela lei 11.645 de 2008, que adicionou à obrigatoriedade do ensino de História da África (11.645/11, § 1º) e Cultura Afro-Brasileira, o ensino de História Indígena na educação básica (Art. 26-A) (BRASIL, 2008). Ainda que não seja previsto o ensino de Arqueologia nos ensinos Fundamental e Médio, é inegável a contribuição da disciplina na execução desta legislação.

As instituições de ensino superior em todo o país tiveram que promover adaptações curriculares nos cursos de formação de professores.<sup>1</sup> A implementação da 10.639 não ocorreu, no entanto, sem contratempos, que estiveram presentes, vale lembrar, desde seu processo de promulgação (ARAUJO, 2021).

Não bastassem as dificuldades de aplicação da legislação, a falta de compreensão sobre alguns processos históricos (estudos sobre dominação colonial e contatos culturais, por exemplo), se fizeram sentir em episódios recentes das políticas educacionais brasileiras

---

<sup>1</sup> No ano seguinte à sua implementação, o Ministério da Educação apresentou diretrizes para a inclusão de discussões sobre a questão racial na matriz curricular dos cursos de licenciatura, enfrentando a resistência das instituições de ensino (AMORIM et al, 2014).

(BRASIL, 2016).<sup>2</sup> É fundamental observar que muitos dos equívocos relacionados aos processos de ocupação colonial refletem uma interpretação acrítica em relação ao discurso do colonizador e mostram sua clara persistência no imaginário contemporâneo.

Desacertos análogos são cometidos na direção oposta. Nossa visão sobre as províncias romanas, por exemplo, está marcada pelo que consideramos provincial (algo rústico, limitado, sem sofisticação e periférico) assim como pela descrição apresentada nos textos de autores latinos (JIMÉNEZ, 2006). Apesar dos problemas envolvendo seu entendimento, o termo “província” pode ser utilizado como um importante conceito de análise.<sup>3</sup> Como lembra Jiménez (2006), o interesse pelos estudos envolvendo microidentidades e recortes locais para a compreensão de dinâmicas mediterânicas cresce desde os anos 1990.<sup>4</sup>

Como lembra Vainfas (2006), foi na década anterior, no bojo das críticas dos anos 1980 às explicações totalizantes, que novas pesquisas historiográficas se dedicaram ao estudo de aspectos mais cotidianos das sociedades passadas e de personagens ditos “anônimos”.<sup>5</sup> Temas

---

<sup>2</sup> Em 2015, o governo federal informou que o Ministério da Educação colocaria em prática a execução da Base Nacional Comum Curricular, um conjunto de diretrizes prevista na constituição para a regulamentação do conteúdo dos currículos nacionais. Na primeira edição do texto, a História da África é mencionada pela primeira vez na listagem de conteúdos programáticos do ensino fundamental no contexto do tráfico negreiro e, dos nove conteúdos onde os estudos sobre a África e suas populações são mencionados, seis são associados à escravidão (CHHI7FOA081, CHHI7FOA084, CHHI7FOA086, CHHI7FOA088, CHHI7FOA100, CHHI7FOA109), reforçando, assim, antigos estereótipos sobre o continente. A História da África aparece em apenas dois conteúdos, sendo um sobre “as investidas portuguesas pelo Atlântico e sua incursão pela costa da África” (CHHI7FOA099) e outro o estudo da África subsaariana se restringindo ao contexto da pré-conquista (CHHI7FOA100). Desta maneira, observa-se que o estudo sobre as dinâmicas internas do continente é praticamente inexistente e, quando mencionado, serve apenas para esclarecer aspectos da conquista e do comportamento do colonizador. Enquanto em apenas um fomenta-se a compreensão das concepções e condições de vida dos povos africanos, a história indígena é igualmente problemática. Foi proposto, nesta versão da BNCC, o ensino das relações entre europeus e povos indígenas “por meio do estudo da **pacificação** do Rio de Janeiro” por parte dos colonizadores (CHHI8FOA108). [*negrito nosso*] Nesta perspectiva, o europeu colonizador foi o responsável por trazer a ordem para as populações indígenas tidas aqui como bárbaras e vivendo em estado de caos.

<sup>3</sup> Ver discussão na seção “1.4.1. Substruções de uma fundação”.

<sup>4</sup> Em um trabalho divisor sobre contextos coloniais no Mediterrâneo Antigo, Van Domelenn (1997) chamou atenção para a falta de reflexão crítica dos arqueólogos sobre conceitos como colonização e colonialismo. Crítico da concepção dualista de colonização, arqueólogos costumavam pôr em lados opostos colonizadores e colonizados, interpretados a partir de uma visão holística de cultura que postulava um choque entre duas entidades independentes. A partir de uma visão Pós-Colonial, o autor analisou contextos rurais (a Sardenha sob ocupação Cartaginesa) e reconheceu a existência de cultos propiciatórios agrários ligados à fertilidade do final do século IV até a ocupação romana. Estes eram rituais possivelmente percebidos como constituidores das identidades de grupos locais frente aos colonizadores cartagineses.

<sup>5</sup> Aqui o trabalho seminal de Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes*, originalmente publicado em 1976. Nesta obra, o autor resgata a história de Menocchio, um moleiro que residia em Friuli no século XVI, a partir de um conjunto de fontes dentre as quais dois processos inquisitoriais. Na esteira dos estudos sobre folclore e tradições populares, a pesquisa realizada por Ginzburg reconheceu no discurso do moleiro elementos convergentes tanto a uma cultura camponesa comum, reflexo de crenças populares e mitologias camponesas, quanto as posições de grupos intelectuais da época. O autor interpretou este fenômeno a partir da noção de circularidade cultural em sociedades estratificadas (GINZBURG, 2009). A documentação pode oferecer oportunidades para identificar não apenas as “massas indistintas”, mas também personalidades individuais, o que é de grande valor, posto que indivíduos considerados “mediocres” podem ser representativos de um “microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico” (GINZBURG, 2009, p.20).

considerados “extravagantes” receberam maior atenção, antes deixados à margem por uma história convencional focada nos grandes eventos e personagens, tal qual por uma história social preocupada com as estruturas sócio-econômicas das grandes totalidades (VAINFAS, 2002).

Questionando-se sobre as possíveis maneiras de se obter informações sobre o passado, foi proposta uma redução na escala de observação, que exigiu estudos intensivos da documentação. Este procedimento analítico tem como ponto de partida o contexto particular que, como lembra Geovani Levi (1992, p.154), “com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico”, além de buscar identificar os significados dos fenômenos a partir de seu contexto específico.<sup>6</sup>

As semelhanças entre a chamada Micro-História e a Arqueologia são muitas. Como lembra Orser (2016), ambos os pesquisadores, historiador e arqueólogo, iniciam suas pesquisas com pequenas unidades de análise, investigam o comportamento individual no interior de construções sociais, utilizam-se de diferentes tipos de fontes e metodologias. Além disso, ambos compartilham investigações realizadas em pequena escala e interpretam o passado do ponto de vista do presente (ORSER, 2006).

Em relação à metanarrativa, Orser não descarta seu uso, mas admoesta os intelectuais a não se deixarem “confinar” por elas. Nas palavras do autor,

Devemos perceber que as estruturas das metanarrativas são mais flexíveis do que muitos pesquisadores podem permitir, e devemos permitir que o contexto sócio-histórico em estudo estabeleça os parâmetros da narrativa. [...] Outra maneira de dizer isso é que devemos ser capazes de aprender mais sobre o passado a partir das microunidades de análise – apresentadas pelo próprio contexto sócio-histórico – do que da influência abrangente das metanarrativas apresentadas como macro-história (ORSER, 2006, p.178).<sup>7</sup>

Mas, ao falar de Micro-Arqueologia, Orser (2006) compara o objeto investigado pelos historiadores (o moleiro de Friuli, neste caso) com “objetos em pequena escala” (uma lareira, uma planta baixa ou até mesmo um único artefato) (ORSER, 2006). Esta comparação, acreditamos, revela uma compreensão de Micro-história muito distante daquela de Levi (1992).<sup>8</sup> Acreditamos que a contribuição desta área de pesquisa historiográfica para Arqueologia não se dá na redução do objeto de análise, mas naquela do fenômeno.

---

<sup>6</sup> Ainda que personagens como Menocchio não sejam um caso singular, o autor lembra que não é possível sair da cultura do próprio tempo e da própria classe: “Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 2009, p.20).

<sup>7</sup> Todas as traduções apresentadas nesta dissertação foram realizadas pelo autor.

<sup>8</sup> Levi (1992) lembra que a Micro-História não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo. Ela é uma redução na escala de observação, que se dá por meio de um estudo intensivo da documentação, uma análise quase microscópica. Este procedimento analítico pode ser aplicado independentemente das dimensões



O estado de destruição dos vestígios materiais de Cartago parece impossibilitar, à primeira vista, uma análise sobre episódios específicos da história da cidade. Isso tornou-se um desafio para a análise do projeto augustano de refundação de Cartago, que se somou à delimitação temporal desta pesquisa, marcada pelo início das intervenções no sítio em 29 a.C. e pelo fim do governo de Augusto em 14 d. C. Mas, com o avanço das pesquisas e o acúmulo de dados, foi possível lançar mão de interpretações que testemunham este processo.

No projeto augustano, o topo da colina Byrsa foi planejado para a construção de uma vasta plataforma artificial que serviu de base para a edificação dos principais edifícios públicos de uma cidade romana. Este também foi o ponto de escolha para o traçado da malha urbana da nova cidade e o ponto de intersecção das duas principais vias, o *cardo* e o *decumanus maximus*.

As análises sobre a composição urbanística e arquitetônica da colina na fase romana foram feitas por Pierre Gros e Jean Deneauve (GROS, 1982; 1985; 1990; GROS, DENEAUVE, 1996; DENEAUVE, 1990; DENEAUVE, VILLEDIEU, 1979), que concluíram que esta plataforma gigantesca atingiu uma superfície dez a doze vezes maior do que a maioria das praças públicas das demais cidades romanas na África, incluindo-se a monumental Leptis Magna. O rigoroso ordenamento de seu espaço rivalizava, por exemplo, com as composições mais representativas de Roma.

Através de um vasto projeto urbanístico, Augusto remodelou a paisagem da colina de Byrsa com a construção da plataforma artificial, que foi o “ponto de partida” do eixo norte-sul (*cardo maximus*) e leste-oeste (*decumanus maximus*) e se tornou o centro monumental da trama urbana da cidade. Mas se os dados até então localizados permitem dizer que Byrsa foi a principal área de intervenção do projeto de refundação, sabemos que não foi a única.

Assim, para compreendê-lo, precisamos, de antemão, analisar o contexto no qual Cartago estava inserida no momento de sua destruição em 146 a.C. Desta forma, observaremos as principais características da geografia local e do entorno da cidade no capítulo 1, bem como as principais características do assentamento púnico, seu florescimento entre a 2 e 3ª Guerra Púnica e os vestígios arqueológicos que testemunham a destruição da cidade pelas forças romanas. O capítulo é concluído com uma análise sobre a nova política adotada por César e Augusto para o Norte da África.

---

do objeto analisado, mas que não refletem a escala do problema de pesquisa. Tributária da Antropologia Cultural, ela adota a descrição densa que “serve portanto para registrar por escrito uma série de acontecimentos ou fatos significativos que de outra forma seriam imperceptíveis” (LEVI, 1992, p.141). Seus resultados devem ser apresentados de forma narrativa, incorporando ao texto principal os procedimentos de pesquisa.

No capítulo 2, por sua vez, analisaremos a História da cidade enquanto sítio arqueológico, suas dinâmicas internas, assim como o papel que os principais escavadores que precederam a grande campanha da Unesco tiveram na “construção” deste objeto. Observaremos que a formação deste sítio arqueológico é resultado não apenas da atuação destes escavadores, mas de instituições e de políticas governamentais que se somaram a interesses pessoais. Mencionaremos, por fim, a implantação das principais missões arqueológicas na campanha da Unesco, e as novas áreas de investigações.

Para compreender a natureza do projeto de refundação de Cartago foi necessário criar uma base de dados arqueológicos, obtidos em relatórios de escavação, artigos, livros e materiais de divulgação. Por meio desta metodologia (capítulo 3), apresentamos um levantamento sistemático destas informações, que foram obtidas em diferentes épocas e por meio dos mais variados métodos de escavação e interpretação arqueológica.

Para sua execução, o território da antiga cidade foi convertido em um grande canteiro de obras, para o qual um conjunto de personagens foi enviado. Analisaremos, no capítulo 4, o projeto de refundação de Cartago e observaremos que algumas fases distintivas do processo de construção puderam ser identificadas, o que nos permite constatar um plano de ação para o gerenciamento das obras.

## CAPÍTULO 1. A ÚLTIMA CARTAGO PÚNICA E A REFUNDAÇÃO ROMANA

Nas análises sobre a fundação de cidades romanas, estudos relacionados à Arquitetura e Urbanismo são temáticas convidativas, principalmente no que se refere à uma capital provincial. Ainda que este seja um importante objeto de análise, o conjunto de aspectos presentes na criação de uma província não deve ser negligenciado. Criar uma província implicava no estabelecimento de um espaço administrativo, que se dava em termos organizacionais, fiscais e jurídicos (ANDO, 2006; 2016; RICHARDSON, 2016). Cabe lembrar ainda que a religião, ou melhor, a “instituição religiosa” romana, tida como um “produto da construção institucional por parte da comunidade cívica” (SCHEID, 2016), foi apanágio de seu sistema político.

A nova organização espacial das diferentes comunidades romanas no Norte da África, com suas estradas, edifícios e templos se fez impor, mas não sem curvar-se às correntes pré-existentes (KORMIKIARI, 2020), e Cartago é um estudo de caso singular para analisar este fenômeno.<sup>9</sup> Os aspectos relacionados à fundação provincial foram aplicados sobre camadas de passados púnicos, fossem elas estratigráficas ou culturais – a intensidade da atividade religiosa na região da *Africa Vetus* após 146 a.C. e sua evolução têm sido objeto de análises recentes (PASA, 2011).

O projeto de refundação empreendido por Augusto desenvolveu-se em diálogo com o passado púnico da cidade, apresentando continuidades e rompimentos. Para compreender este processo é preciso analisar, primeiramente, o contexto no qual a cidade se encontrava na iminência de sua destruição no final da Terceira Guerra Púnica, o que incluía as características da geografia local. Observaremos, em seguida, as principais ações adotadas por César e Augusto para o Norte da África, o que configurou uma nova política administrativa para a região.

### 1.1 O horizonte da *Africa Proconsularis*:

Para compreendermos a configuração da paisagem de Cartago, seja em sua fase púnica ou romana, é preciso analisar sua geografia local. Muitas das características da cidade púnica

---

<sup>9</sup> Para uma revisão pormenorizada da construção histórica do conceito de romanização, ver Woolf (2019). Pautadas no conceito de “agência”, recentes abordagens arqueológicas observam estas entidades arquitetônicas em contextos coloniais para além da simplista dicotomia imposição/adoção. Por meio de atividades e práticas cotidianas, edificações podem ser vistas como instituições reprodutivas da sociedade romana (REVELL, 2008).

são tributárias, por exemplo, de um esforço de adaptação da população local ao clima e à geografia local.

Não são poucos os termos e conceitos aos quais devemos recorrer para descrever a região na qual Cartago está inserida, mas unidade certamente não é um deles. Em sua topografia variada, o Norte da África possui cadeias de montanhas e planícies desérticas que coexistem com oásis, vales e regiões costeiras, o que levou autores como Lassère (1977) a descrevê-la como uma paisagem “geradora de conflitos”. Para além de eventuais determinismos geográficos, é preciso ponderar que a geografia local não obedeceu às fronteiras políticas, fossem elas antigas ou contemporâneas.

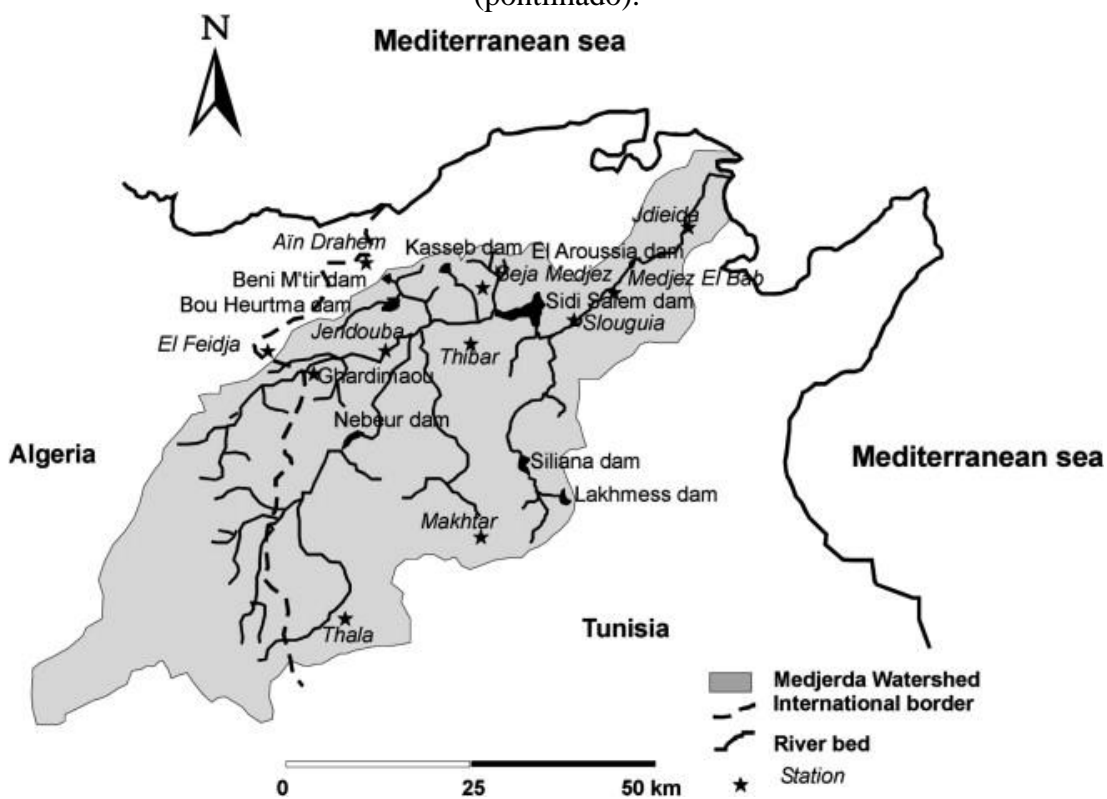
O acesso ao Norte da África por mar apresenta grandes desafios, com exceção para a costa oeste do Marrocos e a leste da Tunísia. Este é, sem dúvida, um fator de grande importância dada a posição estratégica de Cartago que foi escolhida, vale lembrar, como a capital da província romana. Áreas montanhosas também formam barreiras igualmente difíceis entre os modernos estados da Tunísia e da Argélia e também desta com o Marrocos (FENTRESS, DOCTER, 2008, p.101).

No que se refere aos recursos hídricos, o *oued* Medjerda era conhecido desde a antiguidade, o que lhe legou uma coleção de nomes – Bogradag, Bagrada, Makara, Maggiordekka, Megereda, Medjerda. Este *oued* e seus afluentes constituem um dos principais rios do Magrebe, tanto por sua extensão e bacia quanto pelo volume de água transportada (LAMACHÈRE, 1974).<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> No Norte da África, os colonizadores franceses aderiram ao uso das terminologias árabes para descrever geograficamente a região, pela adequação dos termos à natureza local. Assim, *oued* corresponde a um rio não perene e não navegável (KORMIKIARI, 2000 p.4; 2014b, p.22).

Figura 1: Mapa com a representação do leito do *oued* Medjerda e seus afluentes (linha), sua bacia hidrográfica (cinza) e a fronteira moderna entre a Tunísia e a Argélia (pontilhado).



Fonte: Zahar; Ghorbel; Albergel (2008).

A cabeceira do Medjerda conecta-se com as planícies elevadas da moderna Constantina, antiga Cirta indígena, formando uma região denominada “Tell”. Aqui, encontra-se a maior parte das terras aráveis do Magrebe, o que a converteu em uma importante fonte de grãos durante todo o período histórico (DOCTER; FENTRESS, 2008).

No Tell, o *oued*-el-Kébir localiza-se a cerca de 40 km a noroeste de Constantina.<sup>11</sup> Sua origem encontra-se na parte oriental da Argélia, nas montanhas semiáridas conhecidas como Atlas e sua bacia hidrográfica cobre uma superfície de aproximadamente 24000 km<sup>2</sup> - dos quais 7700 Km<sup>2</sup> pertencem ao território argelino e os demais 16.300 km<sup>2</sup> ao tunisiano (BOURAOUI et al, 2005). Como lembra Gsell (1928), este importante rio da região era conhecido pelos romanos como Ampsaga, tendo sido utilizado por César como a fronteira oriental da *Africa Noua* (GSELL, 1928).

<sup>11</sup> Não confundir com o *oued* Kébir, localizado na Tunísia. As medições foram realizadas por nós utilizando o Google Earth.

Figura 2: Mapa com a localização de Constantina (antiga Cirta), o *oued-el-Kébir* e Cartago.

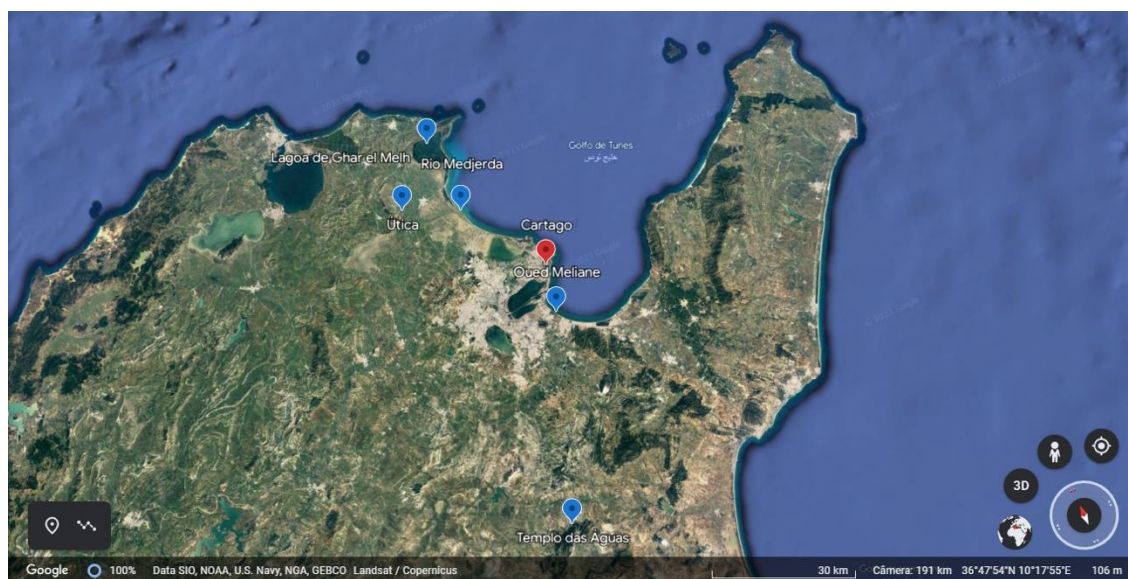


Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tunísia, os maiores volumes de água do Medjerda estão em sua bacia, no norte do país. Ele constitui-se, atualmente, como a principal fonte de água doce da Tunísia, oferecendo cerca de 60% da água potável disponível para a população, além de ser a principal fonte de irrigação agrícola (ZAHAR; GHORBEL; ALBERGEL, 2008).

Singrando o norte da Tunísia no sentido oeste-leste, sua parte ocidental é delimitada, ao norte, por um conjunto de encostas da região do Alto Tell voltadas para o sul, principalmente as montanhas Kroumir e, ao sul, pelas encostas e piemontes das Montanhas Dorsais. Seu fluxo corre pela bacia de Ghardimaou, atravessando a represa de Sidi Salem – a mais larga do Norte da África – (BOURAOUÏ et al., 2005) até desaguar no mar Mediterrâneo pelo golfo de Túnis, a uma distância de 20 km da entrada da antiga cidade de Cartago.

Figura 3: Mapa apresentando Cartago (no centro), a foz do *oued* Meliane, o Templo das Águas (à direita), a foz do *oued* Medjerda, Útica e a lagoa de Ghar el Melh (à esquerda)



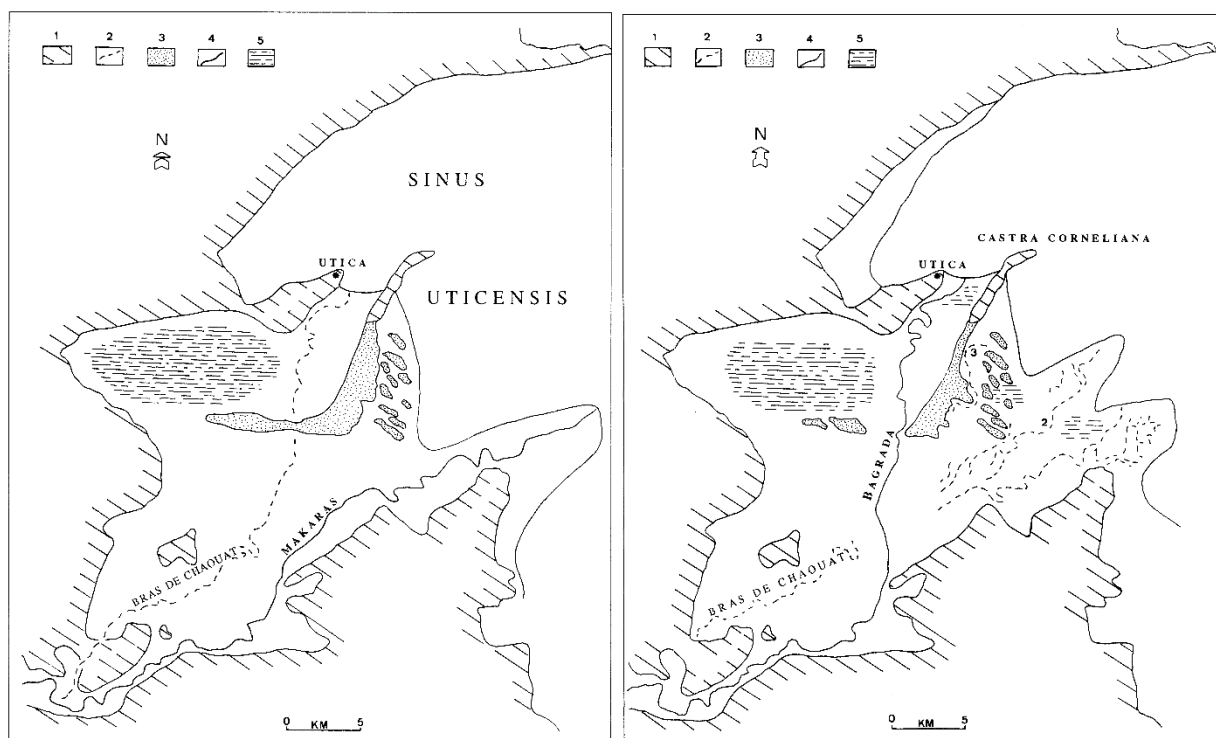
Fonte: elaborado pelo autor

Pesquisas georquológicas revelaram, no entanto, que a região que se estende de Ras e Taf até Cartago (Figura 4) foi profundamente modificada pelas aluviões depositadas no delta do Medjerda. Onde hoje existe uma planície aluvial havia, na antiguidade, um golfo marinho denominado *Sinus Uticensis*, do qual apenas a lagoa de Ghar el Melh (figuras 3 e 4) sobreviveu (PASKOFF, 1994)

Alguns portos de época clássica, helenística e romana acabaram, inclusive, sepultados por aluviões e até desaparecem com a movimentação das linhas da costa (LANCEL, 1994, p.165). Os depósitos de terra em alguns locais foram tantos que Útica, cidade fenícia e um importante porto em época romana, hoje localiza-se a uma distância de 12 km da costa (PASKOFF, 1994).

Vários dos antigos leitos do *oued* Medjerda podem ser vistos ainda hoje no terreno pelas marcas deixadas por seus “braços mortos, recobertos por diques aluviais” e por antigas praias (PASKOFF, 1994, p.16). Um destes braços é conhecido como Chaouat e foi o responsável pelo desaparecimento do golfo de Útica, que ocorreu antes mesmo de sua fundação pelos fenícios (PASKOFF, 1994).

Figura 4: Mapa representando a evolução dos antigos traçados dos leitos do *oued* Medjerda: delta em meados do século III a.C. (esquerda) e no final da antiguidade (direita). Neste, traçado do rio no século II a.C. (nº1) e na época de César (nº2).



Fonte: Paskoff (1994). Modificações realizadas pelo autor.

O norte da região denominada pelos romanos como *Africa Vetus* é caracterizado pelos baixos vales do *oued* Medjerda e Meliane, e por Bizacena (LASSÈRE, 1977). O Meliane, cuja foz está atualmente localizada a 10 km de Byrsa, é o segundo *oued* mais importante da região. Precedido por uma bacia hidrográfica de 1442 km<sup>2</sup> de superfície, este *oued* possui uma largura que varia entre 8 e 35 km e estende-se por 100 km até desaguar no golfo de Tunes. Suas principais fontes são o *oued* Bouarada e o *oued* Kébir, localizados a uma altitude de 1100 e 700 metros, respectivamente (AYADI; BARGAOUI, 1998).

A região também inclui o cabo Bon, no Nordeste do país, onde um bom lençol freático servia como fonte de abastecimento para a antiga cidade de Kerkouane.<sup>12</sup> Ao sul do cabo Bon, o denominado Sahel (figura 5) possui pequenos portos e uma terra propícia para o cultivo de grãos, diferentemente do Sul, na região das Sirtes, cada vez mais árida (DOCTER, FENTRESS, 2008).

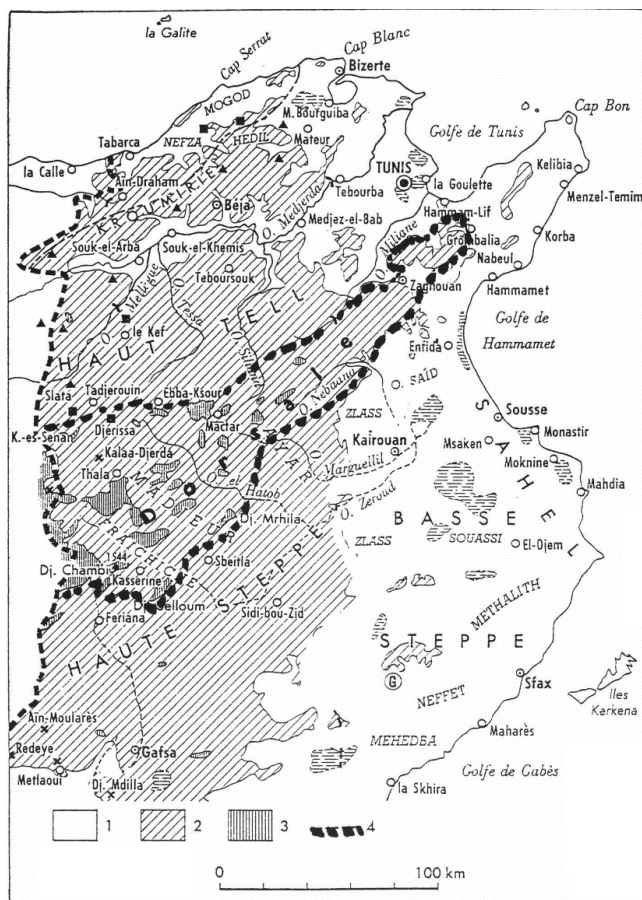
<sup>12</sup> Diferentemente de Cartago, que precisou aproveitar ao máximo as águas da chuva (GUIZANI, 2013). O famoso aqueduto de Cartago, Zaghouan, e sua fonte de abastecimento, o Templo das Águas (figura 3), não são edificações do período augustano.



Mais em direção ao sul, a região da antiga *Africa Nova* apresenta um conjunto de rios que davam acesso aos territórios das tribos locais; ao norte do Medjerda, uma zona de floresta contrasta com uma paisagem vegetal. Os montes da Numídia marcam a paisagem a oeste, estendendo-se até a região do *oued* Seybouse, enquanto planaltos e montanhas arborizadas se desenvolvem no Sul (LASSÈRE, 1977).

A Dorsal tunisiana (figura 5), por sua vez, corresponde a uma linha de relevos que separa o Alto Tell da região das Estepes. Elas constituem-se como um prolongamento da parte argelina da Cordilheira Atlas em direção ao nordeste, estendendo-se até as colinas do cabo Bon (BRIGA, 1995). Entre a região das altas planícies e o deserto há um segundo conjunto de montanhas, formado pelas cordilheiras de Nemencha, dos Aurès e de Hodna que, embora possuam importantes lençóis d'água subterrâneo, funcionam como uma espécie de muralha (DOCTER, FENTRESS, 2008).

Figura 5: Mapa representando o limite da Dorsal tunisiana (pontilhado)



Fonte: El Briga (1995, p.2).

No que se refere ao regime de chuvas, ele ocorre entre setembro e maio, principalmente no outono. As áreas montanhosas da Tunísia e de sua vizinha Argélia recebem uma precipitação

média de 1000 mm por ano, o que contrasta com as demais regiões que estiveram sob domínio romano e sua média anual de 400 mm., principalmente no que concerne a Tripolitânia (200 mm/ano) (WILSON, 2001).

Além disso, a situação agrava-se com a imprevisibilidade pluvial e os longos períodos de seca, que podem durar vários meses no verão (BOURAOUI et al, 2005; WILSON, 2018). Embora a média de temperatura anual varie entre 14,5 e 18,6 °C, nesta estação a máxima fica entre 31,3 e 36 °C – nos dias mais frios não ultrapassam 15,5 °C (BOURAOUI et al, 2005).

Sabemos que a disponibilidade de água potável é um fator estratégico para o estabelecimento de um assentamento. No caso de Cartago, sabemos que a cidade púnica construiu um amplo sistema para a captação das águas da chuva, como fica evidenciado pelo grande número de cisternas localizadas nos mais diversos setores da cidade, principalmente no contexto habitacional.<sup>13</sup> Além de ter influenciado o layout da cidade púnica, algumas destas cisternas foram reaproveitadas pelas edificações romanas,<sup>14</sup> cuja orientação foi escolhida de modo a reaproveitar estas estruturas.

Foi neste contexto de desafios climáticos e geográficos que os fenícios se estabeleceram e fundaram Cartago no final do século IX a.C. E foi em 146 a.C., que os romanos a destruíram, criando uma província então denominada *Africa*. Sua extensão correspondia ao território da cidade destruída, mas este diferenciava-se, em grande medida, daquele delimitado pelo acordo estabelecido em 201 a.C.<sup>15</sup>

Assim, precisaremos compreender a disposição urbana de Cartago em seus últimos anos de existência para podermos, em seguida, analisar a nova política césaro-augustana para o Norte da África. Ao se estabelecerem em terras norte-africanas, fenícios, indígenas e romanos moldaram a paisagem descrita, mas também foram moldados por ela.

## 1.2. Cartago no contexto de 146 a.C.

Iniciado em 29 a.C., o projeto augustano para a refundação de Cartago previu a planificação do topo da colina de Byrsa para a construção de uma vasta plataforma, para a qual

---

<sup>13</sup> Apenas no Bairro Magon Rakob (1998) localizou 28 cisternas púnicas.

<sup>14</sup> Quase todas as cisternas da costa que foram expostas foram reutilizadas pelos romanos. Isso ocorreu, pois, a orientação nesta área estava relacionada com a romana e suas aberturas poderiam ser adaptadas aos níveis crescentes do pavimento (RAKOB, 2000).

<sup>15</sup> O Tratado de Zama definia que todas as embarcações de guerra cartaginesas deveriam ser queimadas, e a frota marítima limitada a 10 tirremes. O senado romano enviava comissários para verificar se a cidade púnica respeitava seus compromissos, o que leva a pensar que as obras nos portos não passariam despercebidas (LANCEL, 1994, p.173-174). Para uma análise sobre o Tratado de Zama e historiografia sobre as causas da 3ª Guerra Púnica, ver Le Bohec (2011).

mais de 100.000 m<sup>3</sup> de terra da colina foram movidos (LANCEL, 1994). Ao aplainamento do cume, seguiu-se o derramamento do aterro resultante em direção às encostas que, somado a outros aprovisionamentos coletados em setores da cidade, encobriu importantes estruturas da cidade destruída em 146 a.C.

Um bairro da fase tardo-púnica localizado na ladeira noroeste foi completamente soterrado, e sua localização na década de 1970 representou um grande avanço no conhecimento sobre a arquitetura doméstica púnica (LANCEL; THUILLIER, 1979; LANCEL, 1994). O mesmo fenômeno ocorreu em outros setores da cidade, resultando em níveis maiores ou menores de conservação das camadas púnicas.

O nivelamento de Byrsa, no entanto, destruiu camadas estratigráficas correspondentes a uma altura de 4-5 metros (LANCEL, 1994). Mas se os dados arqueológicos possuem suas limitações, o relato de Apiano<sup>16</sup> nos legou importantes informações. Para a composição de sua História Romana, o autor utilizou como fonte o trabalho de Políbio, amigo de Cipião e uma testemunha da destruição de Cartago.

Composta em vinte e quatro livros em meados do século II d.C., a História Romana de Apianonarra, em grego, os principais eventos a partir da fundação de Roma até o momento de vida do autor. Ela segue, em sua maior parte, um plano etnográfico, ou seja, narra sua História seguindo as principais guerras travadas por Roma contra outros povos (**História Romana**, Prólogo, XII).

Ainda que esta estrutura de narrativa tenha representado uma importante inovação, rompendo com a tradicional organização ano a ano<sup>17</sup> (WELCH, 2015; RICH, 2015), o mérito de sua obra foi, por muito tempo, colocado em questão. A questão das fontes utilizadas pelo autor ainda apresenta seus adeptos, mas que deixaram de vê-lo como um simples copista (RICH, 2015).

No que se refere a África, sabemos que o autor fez uso da obra de Políbio, ainda que se isso tenha ocorrido de forma direta ou indireta seja objeto de debates. Apiano remodelou o

---

<sup>16</sup> Temos poucas informações sobre a vida do autor, mas sabemos que Apiano nasceu em Alexandria no governo de Trajano, por volta de 95 d.C. No prólogo de sua obra, o autor afirma que obteve uma posição elevada em sua região de origem, chegando a atuar como advogado na corte dos imperadores (**História Romana**, Prólogo, XV). Cartas trocadas com um amigo sugere que o autor integrava os mais altos círculos políticos e intelectuais de Roma (WELCH, 2015).

<sup>17</sup> O autor defende sua escolha como a vontade de satisfazer os leitores que gostariam de conhecer a História de Roma a partir desta perspectiva (**História Romana**, Prólogo, XIII). Tendo Roma como o tema central a partir da qual são apresentadas outras histórias, o autor afirma que buscou “aprender com exatidão a relação dos romanos com cada um [povo], a fim de compreender a debilidade dos mesmos ou sua capacidade de resistência” (**História Romana**, Prólogo, XIII).

trabalho de Políbio, reorganizando-o conforme a divisão regional de sua obra a fim de aprimorar o fluxo da narrativa, cometendo, em muitos casos, distorções cronológicas (RICH, 2015).

No livro VIII de sua obra, Apiano narra os principais eventos envolvendo a tomada e destruição final de Cartago por Cipião e, ao descrever o ataque à colina de Byrsa, o autor nos fornece informações valiosas. A colina era a cidadela de Cartago, seu local mais fortificado, descrita como o último local de refúgio dos cartagineses frente ao avanço das tropas romanas (**História Romana**, VIII, 128).

Apiano nos informa que seu acesso era feito a partir de três ruas flanqueadas por casas e que subiam da praça pública da cidade em direção a Byrsa. Na colina, uma escadaria de 60 degraus dava acesso a parte superior, local que abrigava um conjunto de templos, dentre os quais aquele de Esculápio, considerado o mais rico e famoso de todos (**História Romana**, VIII, 127-128). Ainda que muitas das informações apresentadas pelo autor careçam de correspondência arqueológica,<sup>18</sup> seu trabalho é, como veremos, fundamental para a compreensão da cidade púnica tardia.

O relato de Apiano não é, no entanto, nossa única forma de acesso à configuração do topo de Byrsa. A afirmação de que todas as evidências arqueológicas para o topo da colina no período púnico teriam sido perdidas com o nivelamento romano realizado no topo da colina (LANCEL, 1994) deve ser vista com cuidado. Se, com a destruição das estruturas púnicas tardias, uma ampla camada de aterro foi expalhada nas encostas, não é difícil observar que seu derramamento carregou consigo algumas evidências.

A evolução paisagística das ladeiras foi amplamente investigada. Sabemos que as encostas sul e sudeste abrigavam necrópoles no século VII a.C. que perduraram na parte oeste, até os últimos dias púnicos<sup>19</sup> (LANCEL, 1994). Oficinas metalúrgicas funcionaram no lugar das necrópoles entre os séculos V e III a.C., sendo substituídas, no século II a.C., por um bairro de habitação (LANCEL, 1979; 1994).

Do quarteirão industrial, foram localizadas malhas de ferro e, em menor quantidade, cobre, chumbo e materiais associados – carvões, cinzas, escórias, restos das paredes dos fornos

---

<sup>18</sup> Ao mencionar a rendição dos cartagineses no sétimo dia de cerco romano, o autor afirma que além de Asdrúbal, sua mulher e filhos, outras 25 mil pessoas teriam saído da colina. Lancel (1994) lembra que o número de seis andares das casas púnicas mencionados pelo autor também é um exagero. E se algumas estruturas mencionadas não foram localizadas (a praça pública descrita, por exemplo), temos alguns indicativos para a identificação de um dos templos no topo da colina. Sabemos que a menção a Esculápio se refere à divindade púnica Eshmun (LANCEL, 1994), cujo culto foi posteriormente associado ao deus romano. Praticamente todas as evidências epigráficas para o culto de Esculápio em Cartago no período romano são provenientes de Byrsa e de suas encostas, um forte indicativo para uma continuidade de culto (LADJIMI-SEBAÏ, 2005).

<sup>19</sup> A necrópole circundava a colina como uma espécie de meia lua e seu crescimento se deu de leste para oeste (MOREL, 2011a).

e chaminés, e bigornas cúbicas (LANCEL, 1979; MOREL, 2011a; 2011b). A localização deste conjunto de artefatos permitiu conjecturar a existência de verdadeiras oficinas de tratamento de minerais e metais (MOREL, 2011a; 2011b).

Muito longe da imagem de uma cidade decadente após a derrota ocorrida na Segunda Guerra Púnica e em decorrência das limitações impostas pelo Tratado de Zama de 201 a.C., Cartago protagonizou um amplo florescimento econômico nos cinquenta anos que precederam sua queda. Diversos setores revelam os testemunhos desta recuperação econômica, manifestada em suas reformas urbanísticas.

Em Byrsa, o melhor exemplo deste processo refere-se à urbanização da ladeira sudoeste, que ocorreu tardiamente (século II a.C.). Neste setor localiza-se o “Bairro Aníbal”, amplamente escavado e analisado por Serge Lancel (1994), que identificou a adoção de princípios ortogonais para o estabelecimento de pequenos bairros com variações de ângulo e de eixo conforme o local (figura 6).

Inicialmente interpretadas como uma prova da urbanização da *colonia Iunonia Cartago* de Graco, fragmentos da cerâmica campânica A localizadas, majoritariamente, sob os pavimentos das casas, estabelecem, de fato, que sua construção teve início no final do século III a.C. ou no início do II a.C. (LANCEL, 1979; 1994). Os selos das ânforas oriundas de Rodes, que abasteciam a cidade com vinho, refinam a datação para o início do II a.C., datação contemporânea à última magistratura de Aníbal como sufete (LANCEL, 1994).

Este bairro demonstra um desejo de padronização, o que pode sugerir que foram construídos para abrigar oficiais, funcionários ou sacerdotes (LANCEL, 1994). No que se refere às suas medidas, o quarteirão C (15,65 por 31 metros equivalente a 30 por 60 côvados púnicos de 52,18 cm) era maior do que o B (30 por 20 côvados). As reformas urbanísticas no setor seguiram-se até meados do século II a.C. com a introdução de reforços nas estruturas dos quarteirões B, C e D (LANCEL, 1994).

Sua esquadria revela que estes quarteirões estavam separados por ruas

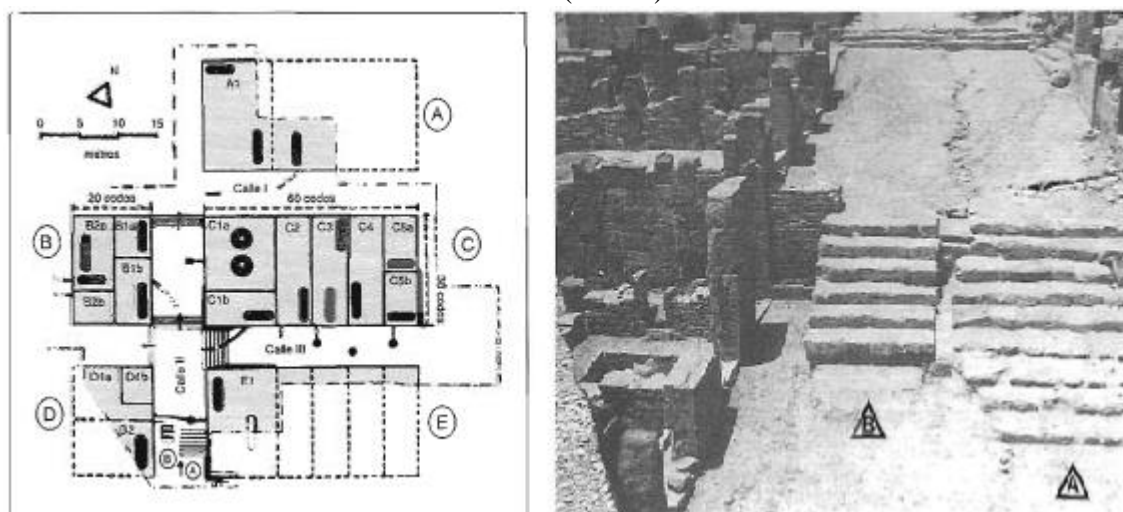
[...] cortadas em ângulos retos e apresentam a largura média das vias urbanas das grandes cidades do período helenístico, entre cinco e sete metros. Mas, ao contrário do que vemos em cidades mediterrâneas semelhantes, como na Sicília, por exemplo, não são ruas de paralelepípedos, mas sim estradas de terra batida que exigiam reparos frequentes (LANCEL, 1994, p.150-151).

A coleta de esgoto configurava-se como um sistema individual, sendo feita em sumidouros ou fossas escavadas na terra natural abaixo do nível da rua com pequenas pedras constituindo suas paredes. Fragmentos de ânforas constituíam, com frequência, uma

“canalização grosseira” que conectava os drenos ao eixo de cada corredor de entrada (LANCEL, 1994).

O desnível das vias – a presença de uma série de escadas para pedestres (figura 6) impossibilitava a presença de carros puxados por animais – ajudava no escoamento das águas pluviais. Elas escorriam pela superfície das ruas de terra batida em direção a uma depressão central, que se configurava como um tipo de canal no eixo da rua (LANCEL, 1994).

Figura 6: Planta baixa das edificações do Bairro Anfbal (esquerda) e escadas de acesso na rua (direita)



Fonte: Lancel (1994, p. 151-153). Modificações realizadas pelo autor.

As escavações revelaram que muitas casas do setor A compartilhavam uma planta comum, podendo atingir 3 metros de altura e múltiplos andares,<sup>20</sup> como já havia indicado Apiano (**História Romana**, VIII, 128). Construída em uma superfície de 75 m<sup>2</sup>, a casa 4 do quarteirão C possuía um lote com profundidade correspondente à largura do quarteirão (30 côvados/15,61 m) e seu comprimento era de 10 côvados (5,20 m), que correspondia à sexta parte do quarteirão C (LANCEL, 1994).

Esta casa possuía um corredor em uma das entradas que dava acesso ao pátio interno. Neste corredor, uma depressão escavada servia para escoamento da água da casa para o exterior, desembocando em um sumidouro localizado na calçada. O pátio, por sua vez, esteve

<sup>20</sup> Outros modelos de residência também foram construídos, o que incluíam paredes muito grossas e cisternas grandes. Foram localizados 16 exemplares destas estruturas em uma área de apenas meio hectare. Impermeabilizadas com reboco interior de argamassa a base de cinzas, algumas possuíam de 3 a 5 metros de comprimento e 1 de largura, com uma profundidade que podia ultrapassar os 4 metros. Seu tamanho levou Lancel (1994) a conjecturar a existência de múltiplos andares de uma mesma residência, o que é corroborado pela localização de grande quantidade de pavimentos resultantes, provavelmente, do desmoronamento dos pisos superiores.

inicialmente fechado por um pórtico e servia como fonte de iluminação e centro da residência (LANCEL, 1994).<sup>21</sup>

Uma das casas do quarteirão E foi erigida em torno de um pátio central e três dos seus quatro lados estão rodeados por um pórtico “cujo telhado se apoiava em colunas ou pilastras de arenito estucado” (LANCEL, 1994, p.158-159). No meio do pátio está localizado um pequeno *impluvium* circular que captava a água da chuva destinada à cisterna (LANCEL, 1994).

Uma sala de águas muito bem preservada foi escavada, com condutores de água vertical e horizontal, nichos nas paredes e mosaico de terracota. A água da chuva chegava por meio do *impluvium* localizado no pátio central, transportada por um sistema de canalização vertical e horizontal, cuja inclinação permitia o escoamento para a cisterna. Eram feitos orifícios para extração da água no pátio central, no corredor ou em uma parede baixa que dava para o salão (LANCEL, 1994, p.162).

A continuidade das escavações no setor vizinho (setor B) permitiu localizar novas habitações erigidas em uma orientação diferente (norte-sul e leste-oeste), assim como uma pequena praça triangular que conciliava duas orientações em leque que desciam da colina. Ele foi construído com materiais de menor qualidade e resistência e seu abastecimento se deu pela construção de um grande reservatório compartilhado, diferentemente da solução adotada no setor vizinho (MOREL, 2011a).

Uma grande quantidade de vestígios arquitetônicos permitiu desvendar as técnicas de construção empregadas na época. Cerca de 400 blocos semi-estucados encontrados nas terras próximas às casas (figura 7) parecem ser vestígios da destruição de 146 a.C. Tambores de colunas, pilastras caneladas, cornijas com garganta egípcia indicam uma arquitetura dórica “punicisada” (MOREL, 2011a).

Os blocos arquitetônicos não são realmente estucados como aqueles do distrito de Magon ou do Setor A escavado por Lancel, o que leva Morel (2011a) a pensar em um edifício inacabado. É possível que estes elementos pertencessem ao grande edifício quadrado (160 m<sup>2</sup>) localizado no setor de escavações B, o que poderia indicar um templo na parte sul da colina de Byrsa (MOREL, 2011a).

---

<sup>21</sup> Outros cômodos completavam a residência: uma sala de água, um cômodo cuja dimensão correspondia a um mosaico feito com terracotas recortadas, quartos cegos (possíveis dispensas) e um grande cômodo que pode ter sido uma “sala”. Um umbral de calcário decorado com um mosaico de tesselas de mármore branco fazia a comunicação com o pátio central através, provavelmente, de uma porta (LANCEL, 1994, p.157-158).

Figura 7: Vestígio de colapsos de blocos púnicos. A) desabamento geral no "prédio quadrado"; B): queda de blocos "estucados"; C: tambor de coluna "estucado" caído no "edifício quadrado".



Fonte: Morel (2011a, p.346). Modificações realizadas pelo autor.

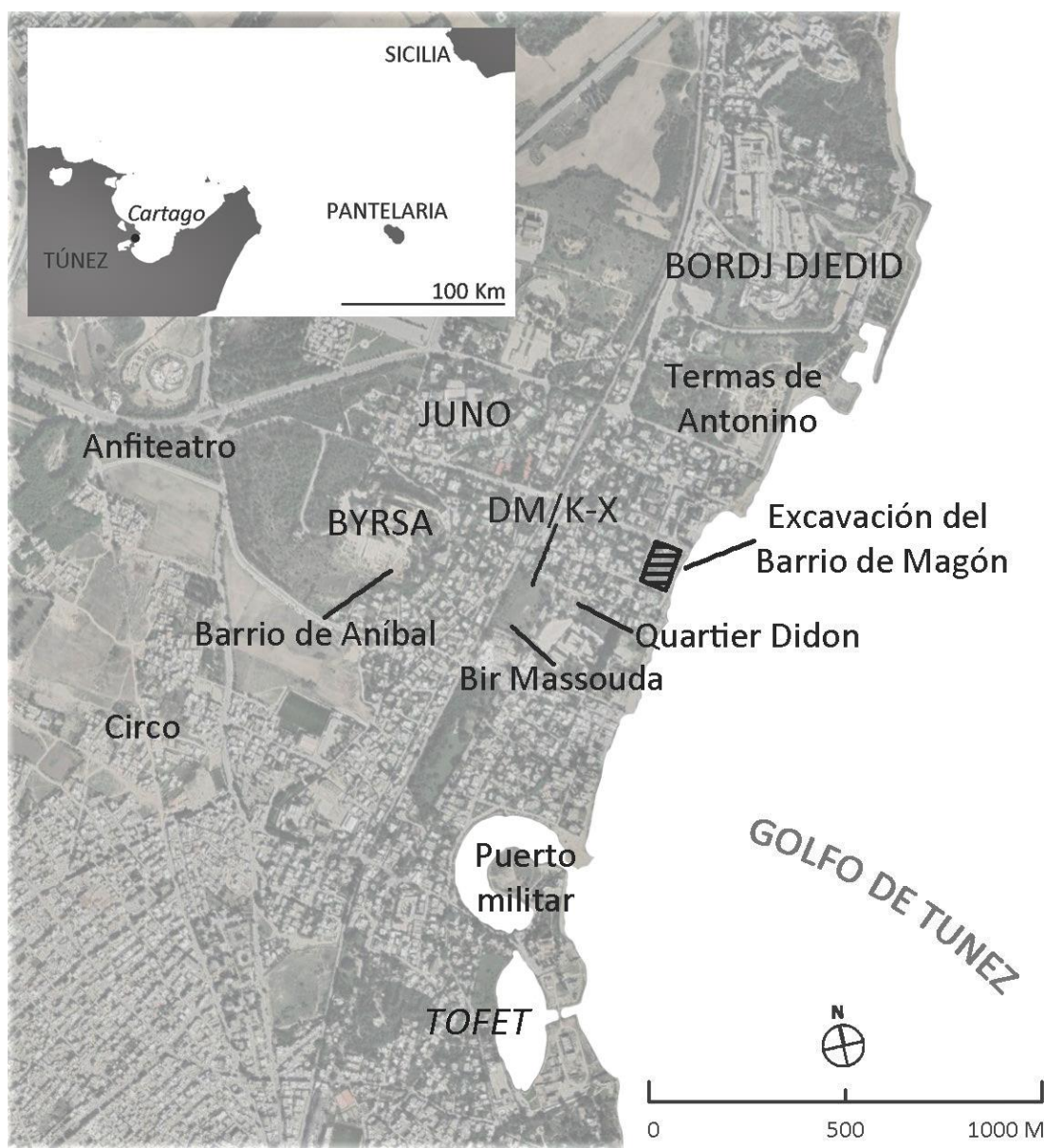
Este bairro residencial de Byrsa também revelou a existência de áreas dedicadas à prática econômica. A pequena praça formada no cruzamento entre as ruas II e III do setor A era um tipo de mercado a céu aberto e o centro da vida pública do bairro. Oficinas também foram localizadas na rua II, e um cômodo amplo no bloco D onde foi encontrado um moinho de grãos rotatório que era movido pela força humana (LANCEL, 1979; 1994).

Na parte baixa da encosta leste de Byrsa, na região conhecida como Bir Massouda (figura 8), a necrópole arcaica foi substituída por uma instalação metalúrgica em meados do século VII a.C., a mais antiga produção metalúrgica ferrosa do Norte da África (DOCTER,



CHELBI, TELMINI, 2014; KAUFMAN et all, 2016). Com a expansão da cidade, as áreas urbanas foram expandidas e as atividades metalúrgicas deram lugar a um quarteirão residencial no final do século V a.C. (DOCTER, CHELBI, TELMINI, 2014).<sup>22</sup>

Figura 8: localização dos principais setores arqueológicos de Cartago



Fonte: Ortega (2021, p.92). Modificações realizadas pelo autor.

Se o aumento populacional na área habitacional pode ter atingido uma superfície de 30 hectares nos séculos V e IV a.C., pesquisadores apontam que esta área pode ter atingido até 60

<sup>22</sup> Dois exemplares indicam a existência de um sistema de latrinas domésticas em Cartago a partir do século V a.C. e um terceiro aparentemente vinculado à uma estrutura defensiva sugerindo uma latrina pública (TELMINI, 2011).

hectares no século II a.C. Isso demandou a desobstrução de áreas entre as ladeiras de Byrsa e Juno até então ocupadas por atividades industriais (ORTEGA, 2010).

Com a expansão urbana do século V a.C., as instalações metalúrgicas de Bir Massouda, da costa marítima e da rua Ibn Chabâat foram transferidas para áreas como a encosta sul de Byrsa e a área norte do porto circular, ambas apresentando a continuidade desta atividade no século III a.C. (DOCTER, CHELBI, TELMINI, 2014).

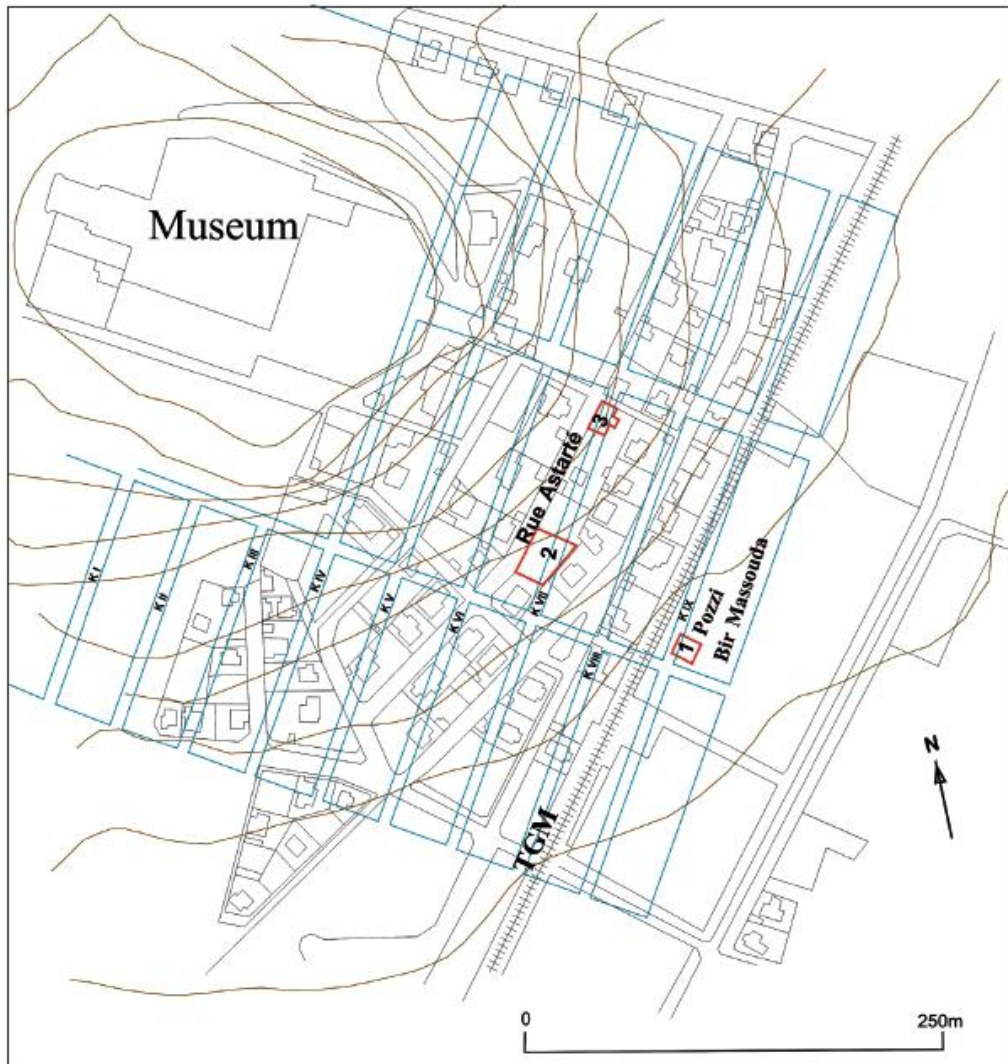
Evidências limitadas podem indicar que estas atividades metalúrgicas continuaram em Bir Massouda na última fase da cidade púnica, ainda que em pequena escala. Isso é indicado pela presença de um molde para moedas datado entre 221 e 210 a.C., assim como quatro escórias metálicas dos séculos III e II a.C. (KAUFMAN et al, 2016).

Habitações datadas do século III a.C. em dois setores da moderna rua Astarte (figura 9) revelam que, gradualmente, a encosta leste da colina de Byrsa foi sendo reurbanizada desde seu sopé (TELMINI, 2016). Além disso, o segmento de uma rua fenícia arcaica localizada na subida da colina foi desviado no início do século III a.C., indicando o início da urbanização neste lado na colina (TELMINI, 2016).

Para além de Byrsa, outros setores da cidade também revelam evidências do florescimento econômico de Cartago no início do século II a.C. A região da planície costeira, por exemplo, caracterizava-se pela presença de um grande complexo defensivo evidenciado pela construção de uma grande muralha marítima no século V a.C (figura 8, barrio de Magon; figura 10). Medindo 10 côvados de largura (cerca de 5,2 metros), ela era flanqueada com torres de segurança e portas que davam acesso à cidade (RAKOB, 1998).

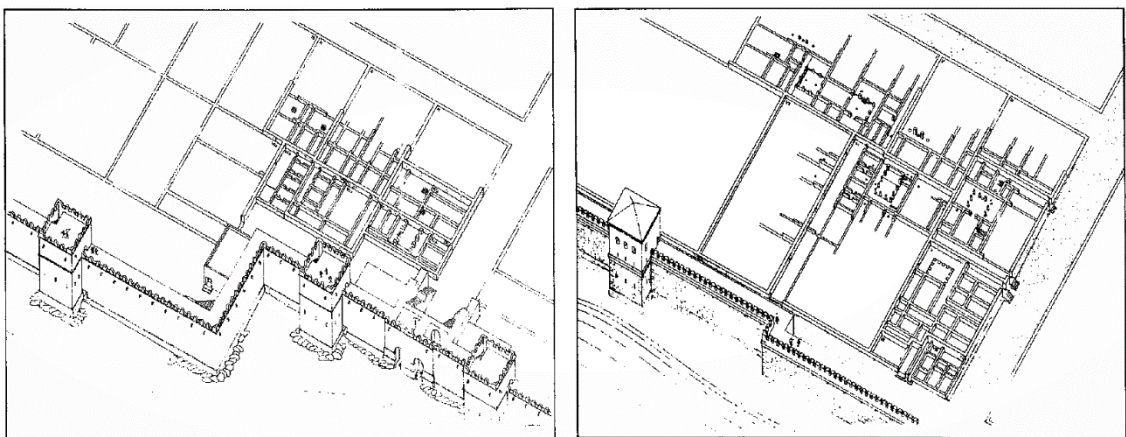
Além de seus aspectos defensivos, novos princípios organizacionais foram adotados na reestruturação da paisagem local (RAKOB, 1998). Um conjunto de seis casas escavadas permite observar que elas foram construídas seguindo o traçado da curvatura que a muralha mantinha neste segmento em direção à porta. Acompanhando a linha da muralha, elas seguiam um padrão de insula em uma orientação ortogonal (RAKOB, 1998).

Figura 9: Localização das escavações em Bir Massouda (1) e na rua Astarté (2 e 3)



Fonte: Telmini (2016, p.42).

Figura 10. Diagrama isométrico representando a evolução urbanística do distrito Magon nos séculos V-III a.C. (esquerda) e no século II a.C. (direita)



Fonte: Rakob (1998, p.21). Modificações realizadas pelo autor.

No início do século III a.C., a região da porta marítima foi fortificada com um muro oblíquo. A área interna paralela à esta região recebeu novas habitações. Em meados do século II a.C., por sua vez, a porta marítima foi desfeita e as antigas casas foram ampliadas, sendo convertidas em verdadeiras mansões (RAKOB, 1998).

Desta forma, foram conquistados novos terrenos edificáveis, nos quais pequenas casas tipo insula foram transformadas até atingirem um contorno retangular compacto, rodeado por três ruas: o caminho da faixa da muralha, a avenida marítima e uma rua localizada a oeste. Novas construções na área da porta abandonada e a fusão de antigas unidades habitacionais em grandes casas refletem o caráter ambicioso de um bairro da cidade, cuja área edificável não tem paralelo na arquitetura púnica [...] (RAKOB, 1998, p.20).

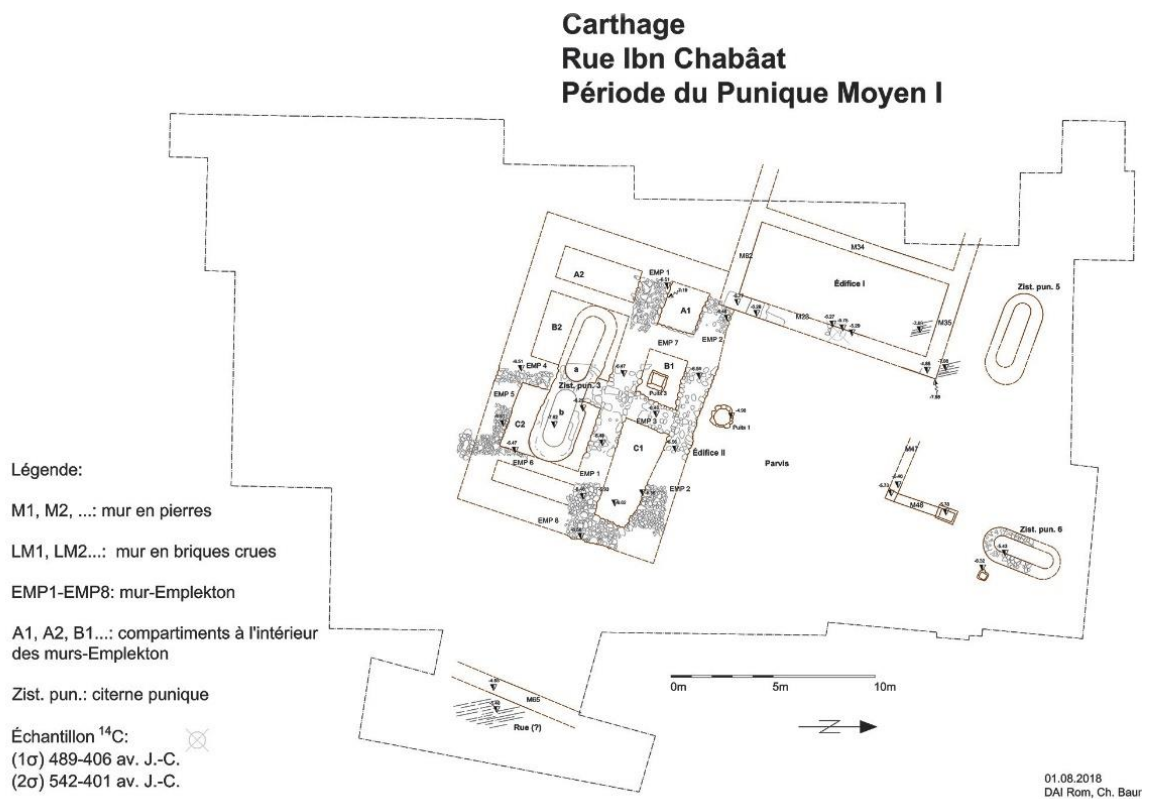
A reforma urbanística da primeira metade do século II a.C. também foi evidenciada na área da atual rua Ibn Chabâat, no chamado Bairro Dido (figura 8). Um edifício de silhar com função pública construído no final do século VI a.C. ou início do V a.C. ganhou uma rica decoração arquitetônica na primeira metade do século II a.C. Esta incluía capiteis e colunas dóricas, antas caneladas e cornijas egípcias, todos estes recobertos com estuque de mármore branco (RAKOB, 1998).

Assim como a decoração arquitetônica da área doméstica da planície costeira, com suas cenas arquitetônicas pintadas ou plásticas comparáveis ao luxo de regiões como Sicília e Campânia, este conjunto arquitetônico do edifício de silhar fornece importantes testemunhos sobre os últimos momentos da cidade púnica (RAKOB, 1998).

O desenvolvimento das pesquisas no setor evidenciou que as reformas do século II a.C. caracterizaram-se pela destruição de um dos dois edifícios públicos que haviam sido construídos por volta de 500 a.C. (figuras 11 e 12). Sua estrutura sul foi nivelada até a altura das fundações, o que permitiu estender a praça que havia na região para uma superfície total de 524 m<sup>2</sup>. Este local foi palco de importantes atividades no último período de existência da cidade, servindo de cenário para a realização de rituais (FLÜGEL et al, S/D).

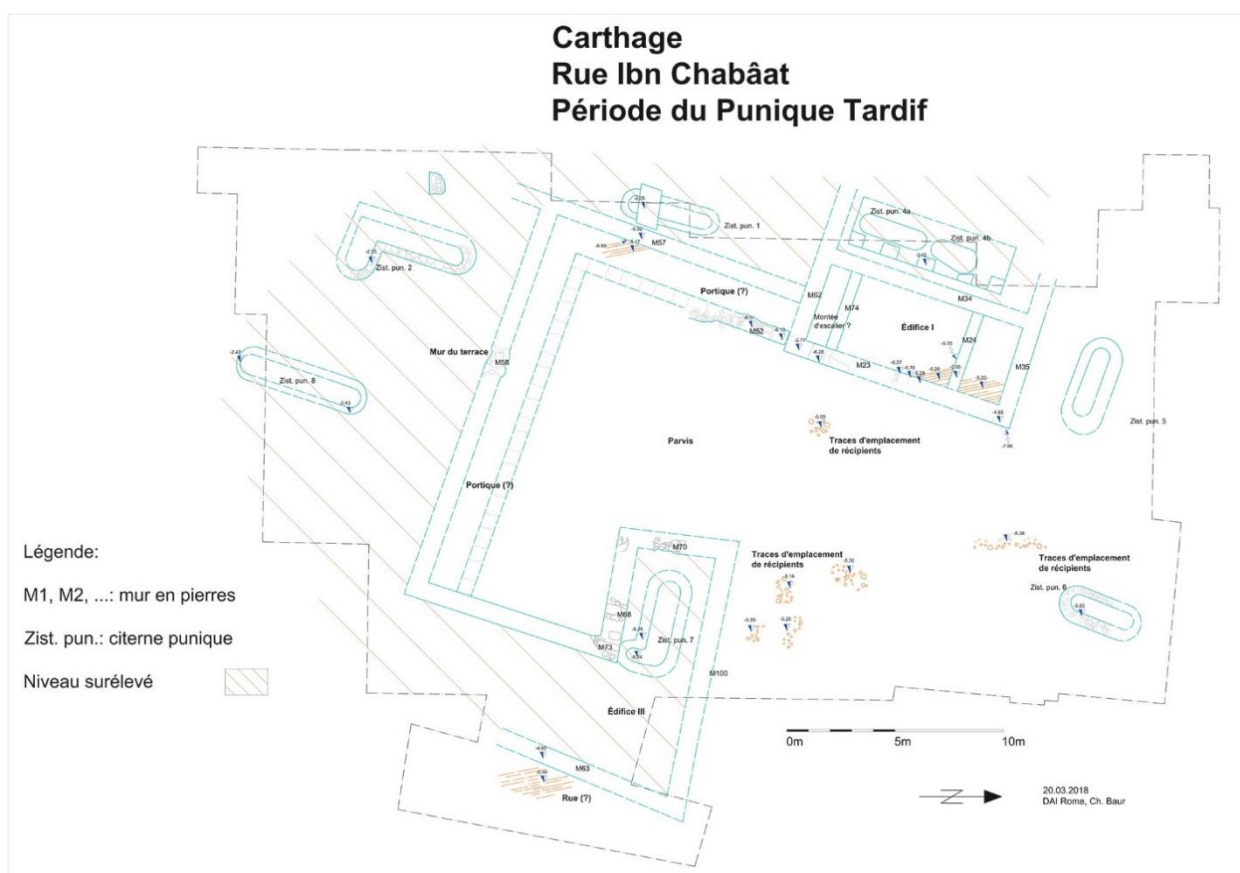
As áreas localizadas na frente e ao norte do edifício I sofreram um rebaixamento, o que também serviu para a ampliação do pátio em direção ao sul e a oeste. Sua fachada leste passou a projetar-se em direção ao pátio, recebendo um pórtico, enquanto a oeste recebeu novos espaços de circulação cobertos por lajes. Na área sul da praça, restos de um muro localizado sobre uma cisterna tardo púnica indica a existência de um terceiro edifício que se projeta de forma assimétrica sobre a praça (FLUGEL et al, 2018).

Figura 11: Planta baixa dos achados do Bairro Dido correspondentes ao período Púnico Médio I



Fonte: Flügel et al (2018, fig.4). Modificações realizadas pelo autor.

Figura 12: Planta baixa dos achados do Bairro Dido correspondentes ao período Púnico Tardio



Fonte: Flügel et al (2018, fig.6). Modificações realizadas pelo autor.

Cartago possuía um sistema viário multidirecional no período púnico tardio. Nas colinas de Byrsa e Juno, a orientação de um conjunto de estruturas – cisternas, muros, e estruturas tardo-púnicas – permitiram constatar uma urbanização de tipo radial provindo da colina (LANCEL, 1994). As habitações da planície costeira, na altura do DM revelaram o segundo tipo de orientação, seguindo um plano de ordem ortogonal<sup>23</sup> (RAKOB, 1998; 2000).

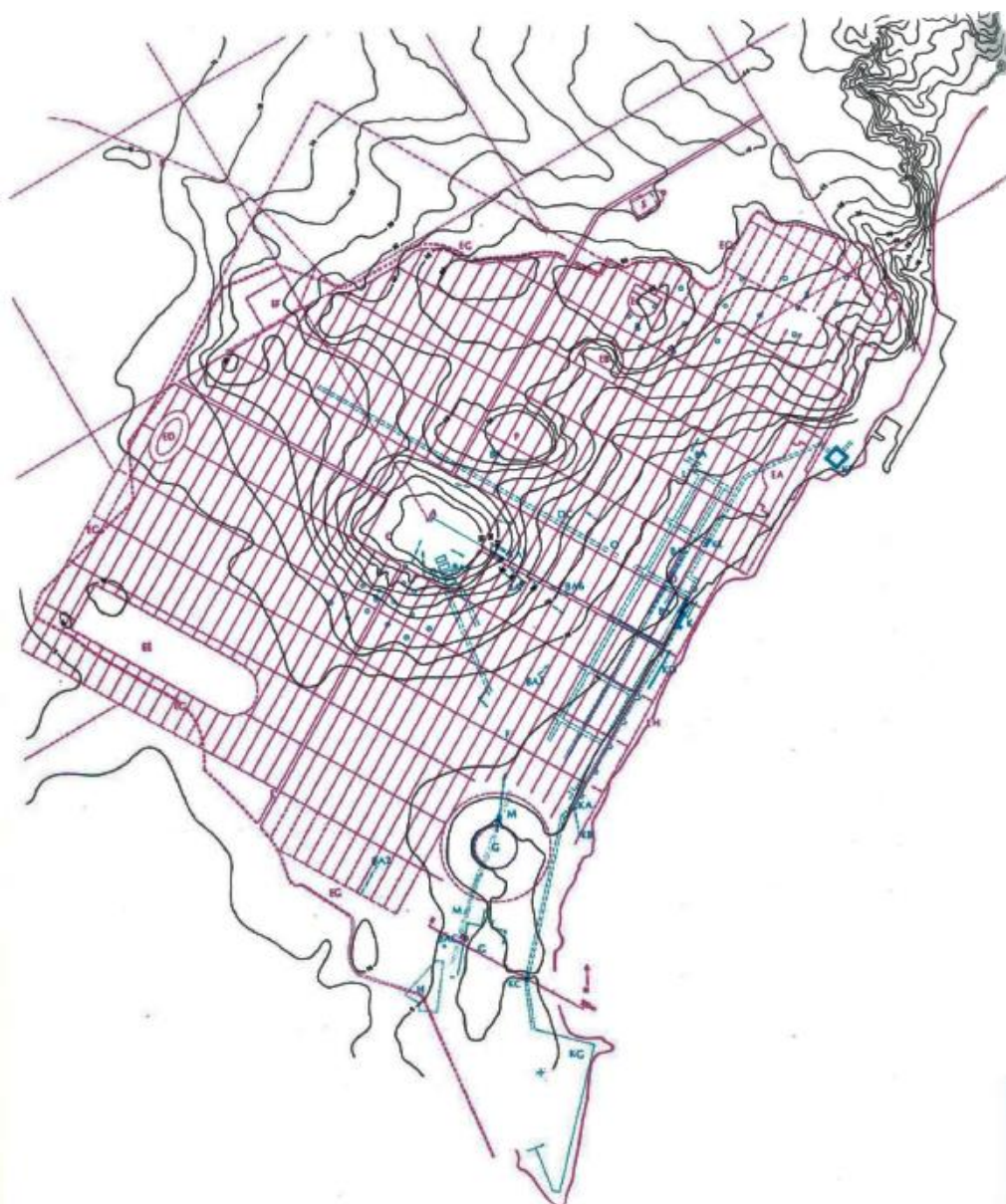
Sabe-se que a porta marítima conduzia a um caminho em direção a oeste. Rakob especula que este caminho estendia-se até a região entre as colinas de Byrsa e Juno conectando a área marítima com a parte oeste da cidade (RAKOB, 1998).<sup>24</sup> Diferentemente de Byrsa, este traçado paralelo à linha do litoral não precisou lidar com os desafios de um relevo irregular que, diferentemente de Byrsa, demandava nivelamentos (LANCEL, 1994).

<sup>23</sup> A localização destes vestígios púnicos neste setor da cidade foi fundamental para a compreensão de um importante elemento do projeto augustano de refundação da cidade, a saber: a malha urbana (ver capítulo 3, seção 3.4 A malha urbana).

<sup>24</sup> O autor baseia-se na localização de um pavimento tardo-púnico. Diferentemente das demais edificações púnicas da região, as lajes deste pavimento e um muro em *opus africanum* seguem, com pequeno desvio, a orientação da planície costeira. Para o autor, este é o ponto de contato entre as duas orientações (RAKOB, 1998).

Para Rakob (1998, 2000), foi na área da atual rua Ibn Chabâat (que veio a ser o *cardo* XVIII leste no período romano) que a orientação “em leque” proveniente de Byrsa e a ortogonal da planície encontravam-se no período púnico. Além disso, revelou-se que a cidade púnica possuía uma terceira orientação viária, formada por três ruas que se estendiam entre os portos, a possível praça pública e a cidadela de Byrsa (RAKOB, 2000).

Figura 13: representação das orientações viárias de Cartago: púnicas (azul) e romanas tardias (rosa)



Fonte: Rakob (2000, p.72-73). Modificações realizadas pelo autor.

As reformas urbanas que se sucederam à Segunda Guerra Púnica também podem ter incluído a área portuária. A instalação de uma série de cais de pedra ao redor da chamada Ilha

do Almirantado substituiu uma antiga estrutura de madeira, recoberta por cerca de 10.000 metros cúbicos de areia para a construção de galpões de pedra. Neste contexto, as principais estratigrafias provêm das rampas de pedra que formavam o cais (HURST, 1979).<sup>25</sup>

Fragmentos de cerâmica e duas moedas localizados permitiram estabelecer um *terminus post quem* para esta reforma no início do século II a.C. Uma mudança de orientação radial da Ilha entre a fase das estruturas de madeira e aquela do cais de pedra parece ter ocorrido neste período (HURST, 1979). Na superfície das *slipways*, estruturas quadradas de madeira (*sleepers*) serviam para ancoragem dos navios (figuras 14 e 15) (HURST, 1979).

Acredita-se que as superfícies das rampas tenham sido formadas pelos dormentes transversais de madeira encontrados na escavação; também pode ter havido vigas longitudinais para servir de guias para os cascos dos navios ou berços de madeira quando eram içadas: o possível vestígio de uma dessas vigas longitudinais foi encontrado na rampa escavada (HURST, 1979, p.30).

As informações arqueológicas corroboram a descrição realizada por Apiano (**História Romana**, VIII, 96). O autor mencionou a existência dos dois portos conectados entre si, sendo o primeiro para navios mercantes e seus equipamentos. O segundo, denominado *cothon* (**História Romana**, VIII, 127), era utilizado para as embarcações de guerra, no interior do qual havia uma ilha entrecortada por grandes diques. Este também abrigava a residência do almirante na parte superior, o que lhe permitia uma ampla visão para o mar aberto (**História Romana**, VIII, 96).

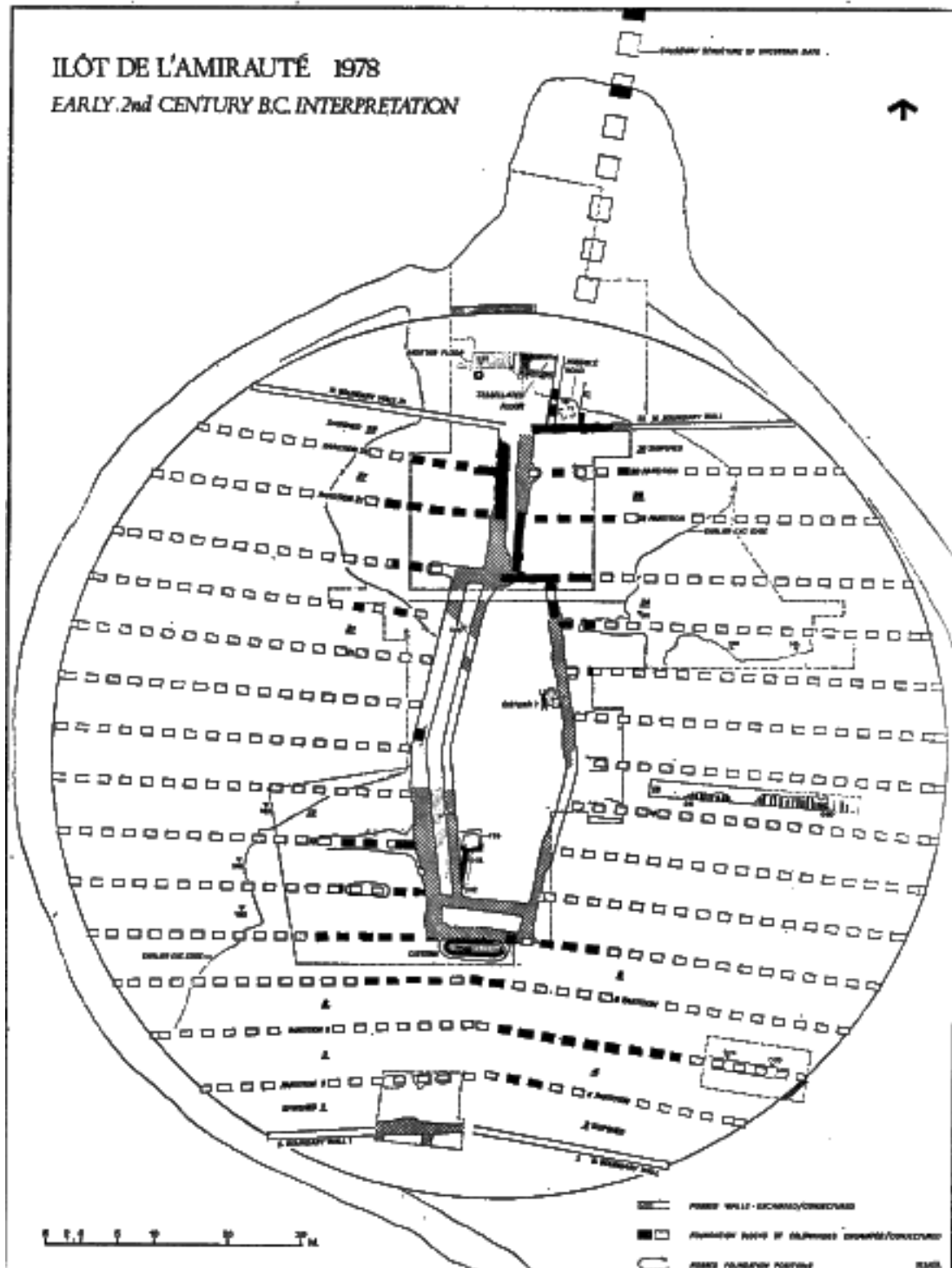
Na Ilha do Almirantado (figura 14), constatou-se a existência de 30 fundeadouros de 30-50 metros organizados simetricamente e dispostos em lados opostos (15 de cada lado) em forma de leque. Estes confluíam para um espaço aberto no centro, cuja função era, provavelmente, fornecer luz e ventilação para as embarcações (HURST, 1979; LANCEL, 1994).

---

<sup>25</sup> Os indícios cronológicos baseados em ânforas revelam que estas instalações remontam ao início do século II a.C., mas, como lembra Lancel (1994), a datação britânica é frágil, pois foi realizada com base em cerâmicas localizadas em extratos que podem ter sido removidos (LANCEL, 1994).

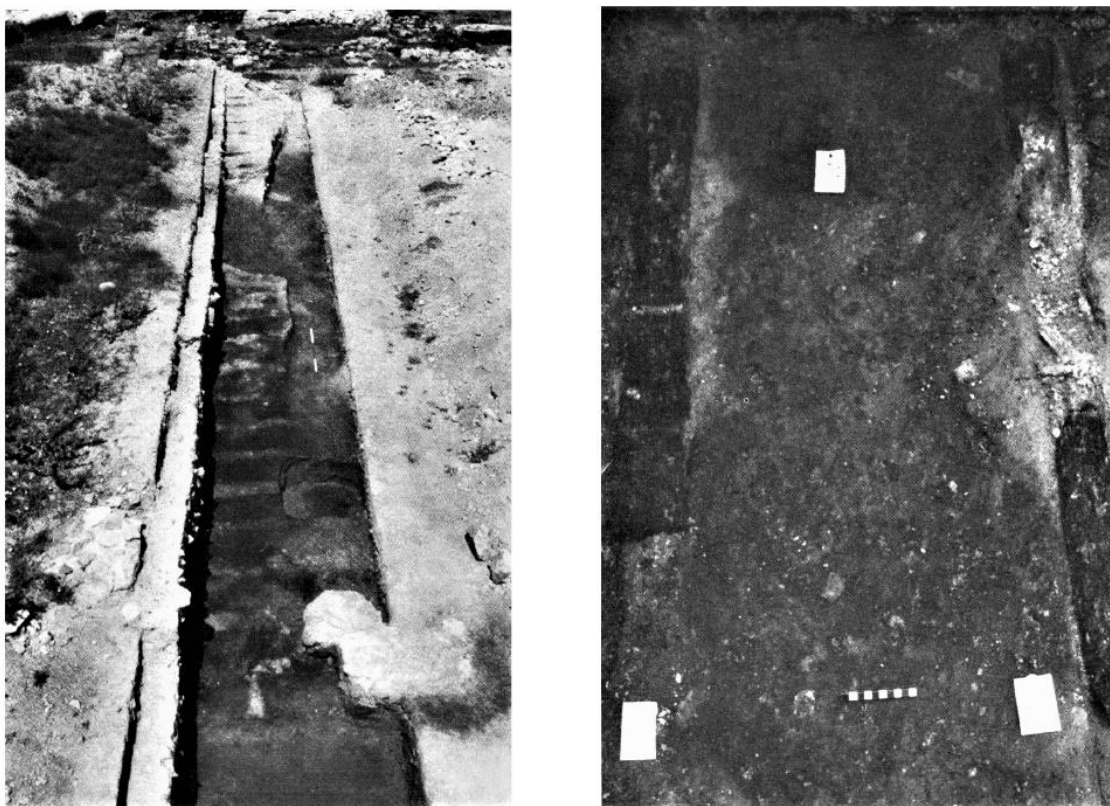


Figura 14: Vestígios localizados na Ilha do Almirantado correspondentes ao século II a.C.  
 Paredes saqueadas (hachurado), blocos de colunas escavadas (quadrados negros) e  
 conjecturadas (quadrados brancos).



Fonte: Hurst (1979, fig.1). Modificações realizadas pelo autor.

Figura 15: Rampa nº 16 do cais com superfície queimada. *Sleepers* de madeira mostrados como faixas claras (esquerda).



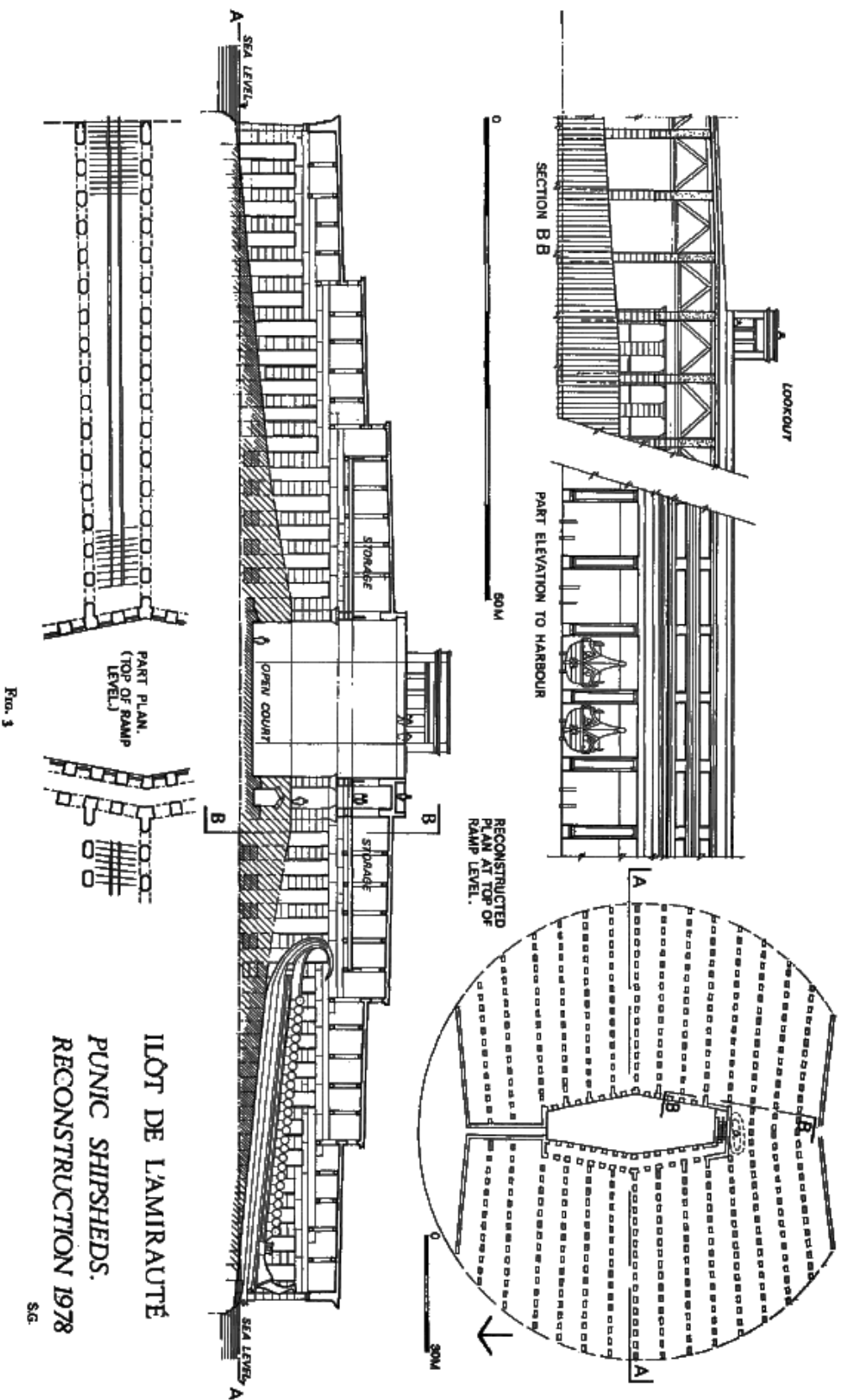
Fonte: Hurst (1979, Plate VIII). Modificações realizadas pelo autor.

Acima dos fundeadouros existiam armazéns cujos pilares eram as linhas retangulares compostas por pedras de El Haouaria e colunas de estuque branco sobre um fundo pintado de vermelho. O material utilizado (tijolos de barro rebocados com uma massa de 20 cm) indica que os telhados eram planos e sustentados por uma estrutura de madeira. No que se refere aos seus detalhes arquitetônicos, poucas evidências foram localizadas; alguns fragmentos de colunas feitas de argamassa resistente à água indicam possíveis molduras no telhado (HURST, 1979).

Dispostos, provavelmente, em três níveis (figura 16), possíveis aberturas entre os dois superiores permitiriam a entrada de luz e circulação de ar. Acima destes, uma torre de vigia pensada, de forma hipotética, como uma estrutura que deveria estar acima do nível da muralha marítima para permitir a visão sobre o mar (HURST, 1979).

Enquanto o porto circular media 6 hectares de superfície e 2 metros de profundidade, o retangular possuía 7 hectares e 2,50 metros de profundidade. Neste, as cinco rampas localizadas ao redor do perímetro do fundeadouro possuíam 40 metros de largura, o que permite especular um total de 135-140 fundeadouros. Somados aqueles da ilhota, cerca de 165-170 fundeadouros teriam capacidade para abrigar 175-180 navios (LANCEL, 1994)

Figura 16: reconstrução da Ilha do Almirantado do porto púnico com corte lateral do cais.



Fonte: Hurst (1979, fig.3). Modificações realizadas pelo autor.

A partir da década de 1970, o desenvolvimento das pesquisas científicas promoveu um grande avanço no conhecimento da organização espacial de Cartago, que se enriquece com a exploração de novos setores da cidade.<sup>26</sup> Mas uma nova abordagem historiográfica (VAN DOMMELEN, 1997; ORTEGA 2010) chamou atenção para a necessidade de uma descolonização da arqueologia fenício-púnica que, nos séculos XIX e XX, atribuiu aos povos de origem semita uma menor capacidade de abstração lógica e organização espacial (ORTEGA, 2010).

A isso, somou-se uma visão classicista, que não deu importância à racionalidade cartaginesa para governabilidade.<sup>27</sup> A partir desta perspectiva crítica, novos estudos têm analisado a organização espacial de Cartago arcaica seguindo um modelo *per strigas* (ORTEGA, 2013)<sup>28</sup> ou a partir de uma perspectiva que considere uma distribuição intencional de usos do solo e urbanização cartaginesa na longa duração (ORTEGA, 2010).

Estas novas abordagens também buscam repensar a relação que Cartago desenvolveu com as populações locais norte-africanas. O horizonte local foi palco de inúmeras disputas políticas e trocas culturais com grupamentos humanos que estavam inseridos em uma dinâmica mediterrânica muito antes da ocupação romana da região. A administração de Roma, vale lembrar, converteu parte deste território em um domínio sob controle direto de Cartago, sua *pertica*.

### 1.2.1 Cartago e seu entorno

No século II a.C., o Norte da África era caracterizado por um significativo número de cidades que possuíam seus territórios e estruturas internas comparáveis, em alguns casos, a cidades mediterrânicas. Muitas foram fundações de origem púnica, enquanto outras eram indígenas, fossem nômadas ou mauritanas, desenvolvendo estilos arquitetônicos próprios, “especializações artesanais” e fortes atividades comerciais (FENTRESS, 2006).

---

<sup>26</sup> A fase púnica da região sudoeste ainda é pouco conhecida, mas pesquisas em andamento podem indicar a existência de um setor dedicado às atividades econômicas voltadas à pesca (BOCKMANN et al., 2020).

<sup>27</sup> Ao descrever o urbanismo cartaginês, Lancel (1994, p.142-143) emprega termos como “repetitivo” e fala de uma ausência de “preocupação urbanística” mesmo em épocas nas quais os púnicos estavam “muito próximos” à cultura grega. Como lembra Ortega (2010), as cronologias apresentadas por Lancel representaram um grande avanço na datação dos vestígios púnicos. Este avanço científico foi, no entanto, utilizado por Rakob (1998) para reafirmar a hipótese da helenização de Cartago, ainda que o autor tenha reconhecido a “originalidade” da arquitetura púnica ao “combinar” os elementos egípcios característicos da fase arcaica com as influências helenísticas.

<sup>28</sup> A validade do modelo radial (Byrsa) /paralelo (linha da costa) desenvolvido por Lancel e seguido por Kakob para o período arcaico baseou-se em vestígios arqueológicos de períodos significativamente tardios (sécs. III-II a.C.) e começa a ser revisto por pesquisadores (ORTEGA, 2010; 2013).

Cartago controlava uma vasta área em seu entorno, que era formada por uma rede de aldeias e fazendas desde o século III a.C. Para além desta paisagem, mantida sob controle direto de Cartago e cultivada pela elite da cidade, havia um conjunto de aglomerações que parecem ter desenvolvido status urbano, que se somavam a territórios independentes, como Cirta, capital do reino nômada de Micipsa. Estas cidades estendiam-se para oeste, na Mauritânia (Sicca e Volubilis, por exemplo), e a leste, na Tripolitânia, caracterizada por suas cidades líbico-fenícias (FENTRESS, 2006).

Cartago foi uma das mais importantes cidades fenícias do Norte da África, mas, na ocasião de sua destruição em 146 a.C., seu território não correspondia àquele estabelecido pelo Tratado de Zama em 201 a.C. Como lembra Kunze (2011), o tratado assinado após a derrota na Segunda Guerra Púnica concedeu a Massinissa as antigas terras nômadas que haviam sido ocupadas por Cartago, e a cidade púnica teve seu território limitado à sua formação “original” delimitada pelas trincheiras púnicas.

Após o tratado de paz de 201 a.C., Roma defendeu Cartago contra os avanços de Massinissa sobre o território cartaginês. Mas esta situação mudou, e Roma começou a reconhecer territórios conquistados pelo governante nômada<sup>29</sup> (HOYOS, 2015). Ainda que as hipóteses para a eclosão da Terceira Guerra Púnica envolvam aspectos políticos, econômicos e psicológicos, a atuação de Massinissa e o consequente rompimento do acordo estabelecido no Tratado de Zama por parte de Cartago serviram como pretexto para Roma dar início a um *bellum iustum* (LE BOHEC, 2011).

Além de expandir seu reino, Massinissa buscou integrar-se no mundo mediterrâneo, por meio de contatos diplomáticos com o Egito, Rodas e a ilha de Delos (HOYOS, 2015). Na ilha do oráculo de Apolo, duas inscrições contendo os nomes de Massinissa e de seu filho foram localizadas na base de uma estátua oferecida como um presente de mercadores para Atenas e Rhodes (KUNZE, 2011).

Quando as populações nômadas organizaram-se em cidades, estas converteram-se rapidamente em centros comerciais, como revelam os achados arqueológicos, que incluem cerâmicas provenientes de Rodas, e as helenísticas de esmalte preto (Campânia A e B, principalmente). Este conjunto representa parte dos bens importados da Itália central e do Sul, mas contém exemplares feitos na Grécia e em Cartago (KUNZE, 2011).

Igualmente importantes, os contatos estabelecidos entre cartagineses e nômadas promoveram influências mútuas. Isso ocorreu, pelo menos, a partir do século III a.C.,

---

<sup>29</sup> Isso pode ter durado por três décadas conforme relatos antigos (HOYOS, 2015).

principalmente entre os chefes nômadas e seus séquitos (CAMPS, 1960; HOYOS, 2011). Na região costeira, cartagineses e nômadas compartilhavam entrepostos comerciais e estações para passagem de navios em *Hippo Regius*, *Rusicade*, *Icosium* e *Iol* (HOYOS, 2011).

Camps (1960) chegou a afirmar que o púnico se tornou a língua oficial do reino nômada (e parcialmente no reino da Mauritânia), utilizado em vários espaços como na emissão monetária. De Syphax até Boco II, as moedas nômadas foram cunhadas em púnico e neopúnico, e, quando Juba I inaugurou as inscrições em latim, as neopúnicas ainda estavam presentes (CAMPS, 1960; KORMIKIARI, 2001).

Muitas inscrições bilíngues evidenciam o uso da língua púnica.<sup>30</sup> O mausoléu de Ateban, por exemplo, possui uma inscrição em líbico/púnico, assim como outra localizada no centro de Thugga (CAMPS, 1960; FENTRESS, 1979).

O mobiliário funerário também evidencia a força dos contatos entre nômadas e púnicos. Cerâmicas de esmalte preto apareceram pela primeira vez nas sepulturas da Numídia entre o final do terceiro e o primeiro quartel do segundo século, o que parece coincidir com a vitória de Roma sobre Cartago e as mudanças que a ascensão de Massinissa sobre os grupos indígenas da Numídia trouxeram para o povo nômada. Esta é uma das explicações para a intensidade das relações comerciais no século II a.C., período no qual Delos recorreu à África para importar a maior parte dos grãos dos quais necessitava. E, no final do século, a maioria das moedas estrangeiras localizadas na ilha eram provenientes da Numídia (KUNZE, 2011).

A destruição de Cartago em 146 a.C. não representou um ponto final nos contatos estabelecidos entre a cultura púnica, agora denominada neopúnica, e as populações que habitavam as cercanias norte africanas. Há sinais, inclusive, para uma extensão dessa influência, o que levou autores como Gabriel Camps a afirmarem que “a África nunca foi tão púnica como depois do saque de 146” (CAMPS, 1960, p.265).

Das evidências datadas após da destruição da cidade, as inscrições mencionando sufetes em vários locais na Líbia e na Numídia oriental são um bom exemplo. A inscrição bilíngue do de Dougga menciona o avô de Massinissa, Zilalsan, como sufete (FENTRESS, 1979; HOYOS, 2011). Ou Dougga adotou esta magistratura por volta do século III a.C. ou ele recebeu o título em Cartago, talvez de forma honorífica (KORMIKIARI, 2000; HOYOS, 2011).

Em Cartago, inscrições votivas atestam a existência de sufetes provenientes de cidades desconhecidas como *Glm* e *Phls*. Após a destruição de Cartago, o título foi mencionado em localidades como Thinissut, Curubis, Siagu e perto da região de cabo Bon (HOYOS, 2011).

---

<sup>30</sup> A Arquitetura nômada seguiu, em muitos casos, os princípios púnicos que vigoraram em Cartago (CAMPS, 1960).

Como lembra Kunze (2011), além dos principais adversários nas Guerras Púnicas, Cartago e Roma, os autores antigos não dedicaram a mesma atenção para as demais populações envolvidas como o fizeram com os nômadas. Isso se deve, parcialmente, à lendária excelência da cavalaria nômada, que os converteu em importantes aliados, como indicam as várias delegações, romanas e cartaginesas, que foram enviadas aos chefes nômadas (KUNZE, 2011).

Mas o conhecimento transmitido pela documentação textual antiga não corresponde, muitas vezes, às informações dos registros arqueológicos. Ao descreverem as populações berberes e seus modos de vida (nômades, semi-nômades, agrícolas, sedentários), alguns autores acabam adotando recortes cronológicos muito amplos, englobando populações de áreas díspares e distantes (KORMIKIARI, 2000, p.76).<sup>31</sup>

Pesquisas recentes realizadas em Althiburos (atual el Médéina), localizado no norte da Tunísia, revelaram a presença de assentamentos permanentes no local muito antes da chegada dos romanos. O sítio revelou uma ocupação ininterrupta a partir do século X-IX, com uma intensidade maior de atividades agrícolas no período nômada tardio (séculos IV-II a.C.), o que reafirma que a introdução e o desenvolvimento da agricultura precederam a ocupação romana (PORTILLO. ALBERT, 2011).

As análises foram feitas a partir de vestígios de fitólitos - restos microscópicos compostos de sílica amorfa pura derivada de células vegetais – e esferulitos – partículas calcíticas cristalizadas produzidas no trato digestivo de muitas espécies animais, mas especialmente em ruminantes – de esterco, juntamente com micro e macro-restos de esterco fresco de gado em decomposição ou queimado (PORTILLO; ALBERT, 2011).

A pesquisa mais recente no local revelou que os antigos nômadas seguiam estratégias econômicas baseadas em práticas agrícolas mistas que integravam a agricultura de cereais e a pecuária. Os restos macrobotânicos correspondem principalmente ao trigo de debulha livre (*Triticum aestivum/durum*), à cevada (*Hordeum vulgare*) e a feijões (*Vicia faba*). Também foram localizados, em menor escala, a estilha (*Triticum dicoccum*) e o painço comum (*Panicum miliaceum*) (PORTILLO; ALBERT, 2011; PORTILLO; ALBERT; VALENZUELA, 2012).<sup>32</sup>

A partir das novas investigações realizadas em Althiburos, nos reinos nômadas e nos territórios da confederação garamante, novos modelos explicativos buscam romper com a visão

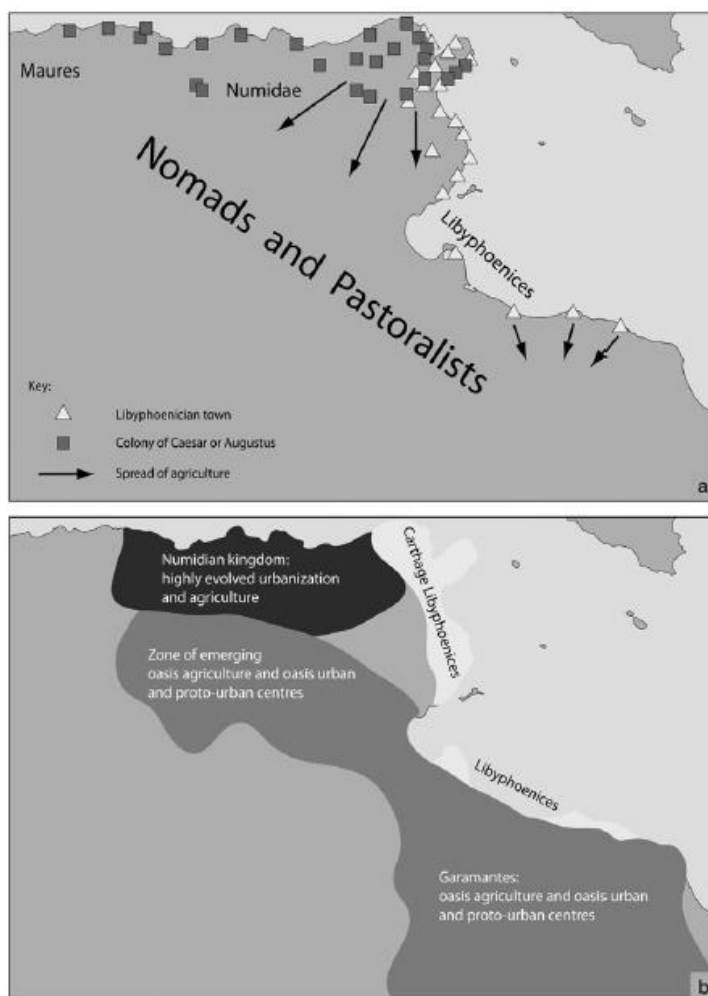
---

<sup>31</sup> Para um levantamento extensivo sobre a descrição dos modos de vida das populações berberes nas fontes antigas e epigráficas, ver o capítulo 3 de Kormikiari (2000).

<sup>32</sup> A dieta local também era composta por legumes como lentilhas (*Lens culinaris*), ervilhas (*Pisum sativum*) e frutas, incluindo videira (*Vitis vinifera*) e figos (*Ficus carica*) também foram recuperados. O registro faunístico, por sua vez, é dominado por mamíferos domésticos, nomeadamente ovinos (*Ovis aries*), caprinos (*Capra hircus*), bovinos (*Bos taurus*) e suínos (*Sus domesticus*) (PORTILLO, ALBERT, VALENZUELA, 2012).

colonialista de líbico-fenícios e romanos convertendo pastores instáveis em agricultores urbanos habitando aldeias (figura 17). Líbicos e fenícios depararam-se com um mundo em transição no primeiro milênio a.C. que já apresentava estas características (MATTINGLY, 2016).

Figura 17: Modelos de urbanização e implantação agrícola em África. A: o modelo colonialista tradicional; B: novo modelo proposto levando mais em conta a agência indígena no primeiro milênio a.C.



Fonte: Mattingly (2016, fig.2.6).

### 1.3. Os vestígios da destruição de 146 a.C.

As investidas romanas em 146 a.C. fizeram da colina de Byrsa o último reduto da resistência púnica contra o avanço do inimigo e, possivelmente, a morada destas vítimas (LANCEL, 1994, p.143). Delattre (1896, p.77-80) localizou duas fossas comuns a oeste do Bairro Aníbal contendo centenas de esqueletos. Estes foram dispostos em fileiras sobrepostas que se assemelham a camadas estratigráficas com as cabeças voltadas para o centro da colina.



Nestas fossas, foram localizados pequenos vasos e moedas perfuradas, que possivelmente pertenciam a colares, levaram-no a estabelecer seu *terminus ante quem* no século III a.C.

Ainda em Byrsa, evidências dos mortos de 146 a.C. são sugeridas a partir da localização de verdadeiros aglomerados de ossos humanos (MOREL, 2011a) e um esqueleto individual localizado sem nenhum tipo de tumba ou oferenda (CARRIÉ; SANVITTI, 1979). Na planície costeira, por sua vez, não há vestígios dos mortos de 146 a.C. à exceção de um esqueleto de um grande homem localizado sob um monte de silhar caído proveniente do edifício púnico da rua Ibn Chabâat (RAKOB, 2000).

Da camada de incêndio, as primeiras evidências foram localizadas em Byrsa por Beulé (1861). O autor a descreve como uma camada de cinzas variando de 1 a 1,50 metros de espessura com sua variação de tonalidades, de cor negra, contendo vestígios de madeira em diferentes estágios de conservação/carbonização.

Nas cinzas, Beulé revelou ter encontrado uma grande quantidade de ferro e metais de todo o tipo (cobre, chumbo e estanho), além de vidros em abundância, fossem lisos ou estriados. Também foram descritas uma série de fragmentos de cerâmica de pasta amarelada com traços de pintura castanha e cerâmica grega de período mais recente caracterizada por verniz negro (BEULÉ, 1861).

Jean Paul Morel (2011a) localizou uma cozinha construída de forma precária, que pode ter sido montada por um grupo de refugiados que resistiam ao avanço romano, e um conjunto de moedas cartaginesas cuja disposição leva a pensar na perda de uma pequena bolsa em um momento da fuga.

Uma vez ocupada, os romanos se preocuparam em demolir as estruturas e espalhar os blocos de arquitetura dos edifícios (Figura 7). As camadas de destruição são ricas em fragmentos arquitetônicos provenientes do desmonte das residências de Byrsa, e de outros edifícios, juntamente com cerâmicas de tradição púnica e gregas tardias (LANCEL, 1979; CARRIÉ; SANVITTI, 1979; MOREL, 2011a).

Na área portuária, foram reveladas camadas de materiais queimados na Ilha do Almirantado, acima dos cais de pedras, assim como na área ao norte do porto circular (HURST, 1976; 1979). Localizada como uma camada de argila rosa queimada, a camada da Ilha revelou pedaços de carvão, alguns dos quais provenientes de estruturas de madeira. Alguns pregos de ferro foram escavados, mas a quantidade e tamanho daqueles feitos de cobre (mediam até 20 cm) pode corresponder aos vestígios de destruição dos cascos dos navios (HURST, 1979).

Em Bir Massouda, a camada de destruição também continha material carbonizado (CHELBI; DOCTER; TELMINI, 2006a). Na planície costeira, por sua vez, a destruição do

edifício púnico em silhar e de toda a região, como facilmente se verifica pelos vestígios do incêndio em todos os achados, é consequência da conquista e saque pelas tropas romanas (RAKOB, 1998, p.25).

Uma vez conquistada, Cartago não teve seu território totalmente destruído como afirma o relato de Apiano,<sup>33</sup> como nos revelam os vestígios de construções que ficaram de pé por cerca de um século.<sup>34</sup> Foi apenas em 44 a.C. – ou pouco mais tarde, em 29 a.C. – que as estruturas restantes foram demolidas para a criação da nova cidade, agora como um centro romano. Foi César quem decidiu pela refundação da cidade em 44 a.C., mas este projeto teve que ser adiado por alguns anos em virtude de seu assassinato e dos conflitos políticos desencadeados.

#### 1.4. A política cesaro-augustana para o Norte da África

A refundação de Cartago insere-se no bojo de uma nova política adotada por Roma para o Norte da África, empreendida pelas pessoas de Júlio César e seu herdeiro político, Otávio/Augusto. O novo norte atribuído ao terreno ocupado reflete um conjunto de novos sentidos desenvolvidos pelo colonizador. Observaremos, a seguir, as principais características desta nova arquitetura administrativa, iniciada nos anos finais da República romana.

##### 1.4.1. Substruções de uma fundação:

Com a destruição de Cartago em 146 a.C., a região correspondente ao antigo território da cidade de Aníbal deu origem a *prouincia Africa*. Cerca de um século depois, César anexou aos domínios romanos o antigo reino de Massinissa, intitulado de *Africa Noua*, enquanto a primeira província foi redesignada como *Africa Vetus*. Coube a Augusto, não muito tempo depois, reunificar as duas províncias sob a alcunha de *Africa proconsularis* e dar continuidade à refundação de Cartago como sua capital em 29 a.C.

Se as datações para os eventos que ocorreram neste interstício são objetos de debates historiográficos inconclusivos, a atuação dos principais personagens envolvidos neste processo é igualmente debatida. Mas, é preciso lembrar, antes de tudo, a evolução pela qual a política romana passou entre a destruição da cidade púnica e sua refundação augustana, o que incluiu a a própria concepção que os romanos possuíam sobre o termo “*prouincia*”.

---

<sup>33</sup> O autor afirmou que os membros do Senado romano haviam decidido que todas as estruturas púnicas que restassem de pé deveriam ser destruídas e a cidade deveria ser proibida de ser habitada novamente (**História Romana**, VIII, 135).

<sup>34</sup> A ideia de que os romanos teriam destruído toda a cidade é contestada desde o século XIX (LA MALLE, 1835, p.67-68).

Quando o Senado nomeava uma *prouincia* ultramarina no século III a C., referia-se à uma atribuição de comando militar em determinada área de conflito com inimigos de Roma, não necessariamente a posse de um território (JIMÉNEZ, 2006; RICHARDSON, 2016). No caso de cônsules e pretores, o poder que lhes era outorgado denominava-se *imperium*, cujo significado inicial perdurou pelos três últimos séculos da República até as primeiras décadas do século I d.C. (JIMÉNEZ, 2006; RICHARDSON, 2016).

Na ocasião da Segunda Guerra Púnica, por exemplo, *prouincia* poderia designar a frota ou mesmo “a guerra contra Aníbal” (JIMÉNEZ, 2006). Em 211 a.C., uma *prouincia* foi atribuída na Macedônia no contexto desta guerra, sendo desfeita com o fim das hostilidades. No século seguinte, uma nova *prouincia* foi atribuída aos comandantes consulares no local e, pela primeira vez em 148 a.C., uma *prouincia* permanente foi criada (RICHARDSON, 2016).

Também cabia aqueles que detinham este comando, fosse ele permanente ou eventual, tomar decisões legais com base no próprio *imperium*, e não nas instruções enviadas pelo Senado.<sup>35</sup> Logo, no segundo século a.C., falar de “administração” provincial referia-se à supervisão das atividades políticas e militares de magistrados ou promagistrados em relação às populações indígenas locais, particularmente nas esferas jurídicas e tributárias (RICHARDSON, 2016).

Mesmo no século I a.C., a existência de uma *prouincia* estava condicionada à duração do *imperium* confiado a seu detentor. Foi a partir de Augusto, no entanto, que o sentido de *imperium* como “domínio” ou “império” tornou-se frequente, ainda que seu sentido militar não tenha se perdido (JIMÉNEZ, 2006; RICHARDSON, 2016). A *prouincia*, como sinônimo de território anexado ou

[...] a criação do que poderíamos chamar de “província”, só ocorreu quando magistrados e promagistrados foram enviados para uma determinada província de forma regular e contínua. É notável que os romanos não tivessem uma palavra para “anexação”; a criação do que às vezes é chamado de *provincia* “permanente” foi simplesmente uma variação do processo de designação de comandos militares (RICHARDSON, 2016, p.112).

Mas a conquista e a ocupação de um novo território também implicavam na aplicação de um complexo processo que incluía um inventário de cidades, a realização de um senso populacional e de levantamento topográfico no território. Estes trabalhos iniciais eram compilados de várias maneiras, o que incluía o registro de mapas (*formae*) e os registros de terras e pessoas (*formulae*). Nestes, eram listadas as cidades que possuíam um julgamento

---

<sup>35</sup> Cabe lembrar que em Roma, na esfera civil, o pretor encarregado da jurisdição detinha a *urbana prouincia* (JIMÉNEZ, 2006).

próprio e, em seguida, as comunidades colocadas em sua dependência (NICOLET *apud* Ando, 2006).

Clifford Ando (2006) recorda que Roma adotava três procedimentos para estabelecer a integração da área rural à sua rede de cidades. Primeiramente, era necessário prover a província com pedras de fronteira a fim de delimitar cidades, distritos jurídicos e terras (privadas, comuns e livres de taxaço). Os procedimentos de *survey*, por sua vez, eram realizados nas terras conforme princípios romanos que envolviam estratégias de centuriaco delimitando terras cultiváveis. Em terceira instância, Roma buscou unir cidades aliadas e facilitar a represso daquelas que resistiram utilizando, para isso, seu “domínio sobre a natureza” escavando portos, túneis e construindo aquedutos e estradas (ANDO, 2006).

No que se refere à administração provincial, era competência do Senado a designaco das *prouvinciae* que deveriam ser sorteadas anualmente entre cônsules, pretores e magistrados que tinham seu *imperium* estendido. Mas, na década de 60 a.C., um conjunto de leis retirou progressivamente esta função do Senado, passando a atribuir as *prouvinciae* a importantes comandantes militares, o que beneficiou personagens como Pompeu, César e Crasso (FERRARY, 2010).<sup>36</sup>

Os governadores das províncias emitiram decretos estabelecendo princípios e regulamentos. Havia consigo um staff formado por atendentes e alguns assistentes oficiais, os *legati*, fossem civis ou militares. Os não oficiais, denominados *amici*, incluíam “aqueles que podem oferecer conselhos genuinamente bem informados sobre questões de política e direito a amigos e parentes que buscam experiência e patrocínio no início de suas carreiras” (ANDO, 2006, p.180-181).

Uma das responsabilidades do governador provincial era manter a vida religiosa local, que deveria seguir algumas festas romanas. Estas referiam-se particularmente às celebrações relacionadas à vida pública como as saudações públicas e os aniversários imperiais (SCHEID, 2017). Mas, como lembra John Scheid (2017), é preciso ter cuidado para não interpretar a religiosidade provincial como uma simples cópia daquela praticada em Roma.

A religião romana praticada na *Vrbs* não se aplicava ao romano que vivia nas províncias do Império. Seu caráter local e comunitário fazia com que “as regras religiosas que determinam a vida do cidadão romano em Roma [*fossem aplicadas*] apenas a Roma e às situações em que ele se encontra sob a influência imediata do Estado” (SCHEID, 2017, s.p.).

---

<sup>36</sup> No período imperial, eles poderiam ser eleitos em Roma e atribuídos para as províncias ou composto por oficiais instituídos com o *imperium* para agirem em benefício do imperador (ANDO, 2006). No Egito, considerado uma área estratégica, foram nomeados *praefecti* (não senadores) ou *procuratores* (RICHARDSON, 2016).

Também cabia aos governadores garantir a segurança local. Mas, no caso da *Africa*, o proconsul foi o único governador de província a comandar uma legião. Esta tradição começou no principado augustano e estende-se até o governo de Calígula, o que favoreceu sua imagem como chefe militar capaz de proteger sua clientela (HURLET, 2015).

Mas foi no interior do território de cada província que o desenvolvimento de determinado fenômeno permitiu e consolidou a ocupação romana do território conquistado: as “cidades”.<sup>37</sup> Dotadas dos mais variados estatutos jurídicos do mundo romano – *ciuitas* era apenas um deles –, estes assentamentos, particularmente frutíferos na *Africa proconsularis*, não devem seu sucesso simplesmente

[...] à sedução do luxo, dos banhos, de uma alimentação melhor, do ócio à sombra dos vencedores. Além de representar um determinado número de comodidades materiais, a cidade romana era sobretudo o símbolo omnipresente de um sistema religioso, social e político que formava a verdadeira estrutura da romanidade (GRIMAL, 2003, p.10).

Para Guarinello (2013), as cidades foram a principal base de sustentação da nova ordem política iniciada. Era através delas que os impostos eram cobrados, e se tornaram as bases de apoio do Império (com a cooptação das elites locais e incentivos para que adotassem os costumes romanos nas regiões mais resistentes, dentre os quais a Gália).

O autor lembra que alguns pesquisadores chegaram a definir o Império como uma aliança entre uma elite conservadora e o poder imperial. Mas Guarinello defende que seu êxito também pode ser explicado por seu sucesso em suprimir as possibilidades de revoltas locais como os reinos helenísticos não conseguiram (GUARINELLO, 2013).

Ainda que uma historiografia tradicional tenha compreendido a cidade como o principal elemento de difusão da romanização (GRIMAL, 2003), concordamos com Grimal quando o autor afirma que a cidade romana com seus santuários, locais de reunião, edifícios oficiais, chafarizes públicos e o próprio solo da cidade, local sagrado, conformaram verdadeiros instrumentos para o desenvolvimento de uma vida pública (GRIMAL, 2003).

Mas a cidade, lembra Revell (2008), não era apenas uma “entidade física”, sendo também “uma personificação metafísica e a condição necessária para a maneira correta de viver” (REVEL, 2008, p.79). Viver em uma cidade provincial representava

[...] uma forma de se reconectar com as estruturas políticas, religiosas, ideológicas e de organização social que formavam um discurso cultural

---

<sup>37</sup> Para uma revisão historiográfica sobre o conceito de cidade, ver Kormikiari, (2009). Para uma análise sobre os diferentes status jurídico dos assentamentos romano no interior da pertica de Cartago, ver seção “1.4.2. Uma nova política para a (s) Africa (e)”.

compartilhado que mantinha a coesão do império. Uma vez que representavam papéis diferentes dentro das cidades, a vida urbana fragmentou a possibilidade de uma experiência comum e de uma identidade romana uniforme (REVELL, 2008, p.36).

Atualmente, pesquisadores têm observado o desenvolvimento do “ambiente construído” das colônias a partir de outra perspectiva. A formação da paisagem local seria o resultado da mistura entre os colonos romanos com os não romanos e as populações locais, processo este que teria início após a fundação destes espaços (DUFTON, 2022). Observaremos, no caso de Cartago, que este fenômeno ocorreu no processo de refundação augustana (ver capítulo 4).

Mas esta morada dos homens também era habitada pelo divino, uma vez que as cidades organizaram “a divisão do espaço entre homens e deuses” (SCHEID, 2003, p.60). O próprio ato de fundação implicava em um processo ritual realizado por sacerdotes específicos. Ainda que a escassa documentação material localizada em Cartago não permita uma análise dos detalhes deste processo, suas principais características são conhecidas.

Os augures eram os especialistas em várias técnicas que permitiam conhecer a vontade dos deuses pela interpretação de sinais (*auspicia*) e demarcação de espaços sagrados e de suas fronteiras (BEARD, NORTH, PRICE, 1998). Eles também liberavam (*liberatus*) e pronunciavam o espaço para ser designado (*effatus*) à uma cidade (SCHEID, 2003).

Neste processo, “os lugares destinados a serem apropriados pela cidade e as suas funções foram libertados de todos os constrangimentos divinos” (SCHEID, 2003, p.60) para, em seguida, serem inaugurados (*inaugurare*) juntamente com alguns sacerdócios. Estava, assim, formado o *templum*, que, no sentido romano, não significava uma construção ou espaço sagrado, mas sim “um lugar aprovado pelos auspícios” (SCHEID, 2003, p.60).

O rito de fundação oficial de uma colônia implicava no traçado (*pomerium*) de uma delimitação do seu território (*ager*), nos moldes do que se acreditava que Romulo havia feito em Roma (BEARD; NORTH; PRICE, 1998; SCHEID, 2017). Mas, como lembra Scheid (2017), é preciso ter cuidado com generalizações, posto que este procedimento era aplicado somente a *Vrbs*, às antigas cidades do Lácio e às colônias romanas. Sua função era “significar e preservar a integridade do solo auspiciosamente privilegiado da cidade”, estabelecer o limite dos auspícios urbanos que, se tomados fora deste limite, não teriam validade (SCHEID, 2003, p.62).

O próprio fundador, vestido com uma toga, tomava os auspícios utilizando-se de sinais visíveis para consultar a opinião dos deuses sobre o ato.<sup>38</sup> Em seguida, utilizava uma charrua

---

<sup>38</sup> A tomada de auspícios era um ato eminentemente público realizado por um cônsul acompanhado por dois ou três dos seus assistentes em um horário específico, antes do início do dia (SCHEID, 2016).

puxada por força animal para riscar uma vala ao redor do espaço que seria a cidade, com uma pequena interrupção no local que receberia as portas da cidade. Ao retornar ao ponto original, o ritual era concluído e a cidade estava “virtualmente fundada” (GRIMAL, 2003).

No âmbito religioso, a situação nas colônias era um pouco diferente do restante da província. Não havia um calendário religioso universal e cada colônia poderia construir o seu conforme o desejo de magistrados supremos e do senado local (SCHEID, 2017). Mas a constituição religiosa destas eram ditadas

[...] pelo imperador e pelo fundador da colônia. Portanto, as instituições eram uma forma simplificada das de Roma. A nosso ver, a religião pública das colônias obedecia a algumas regras básicas, que eram definidas pelo seu estatuto oficial, pois como já dissemos, não se tratava de uma pura e simples retomada do calendário religioso de Roma (SCHEID, 2017, n.p.).

As disputas políticas entre César e Pompeu incluíram o Norte da África nos conflitos dos últimos anos da República romana, e representaram um novo capítulo para administração na região. Mas novas medidas em direção à administração das províncias foram tomadas antes mesmo do projeto de refundação de Cartago concebido em 44 a.C., antecedendo, portanto, os conflitos militares entre Pompeu e César.

#### 1.4.2. Uma nova política para a (s) *Africa (e)*:

Richardson lembra que, enquanto cônsul em 59 a.C., César adotou medidas para controlar a atuação dos governadores. Ao incorporar requerimentos de antigas leis, ele impediu que governadores deixassem suas províncias sem “razões de estado”, além de impor um limite para doações que estes personagens poderiam receber da província. A partir de então, exigiu-se que governadores e seus oficiais financeiros (questores) entregassem cópias de suas contas (RICHARDSON, 2016).

A lei que a historiografia convencionou chamar de *lex Pompeia de provinciis* de 52 a.C. representou uma reforma na administração provincial. Ela estipulou um intervalo de cinco anos entre o exercício de uma magistratura e uma atribuição provincial (FERRARY, 2001; 2010; MORREL, 2017). A lei, resultado de uma colaboração entre Pompeu e Catão, tinha por objetivo frear a corrupção eleitoral e a extorsão praticada nas províncias a fim de criar uma maior “eficiência administrativa” (MORREL, 2017).

Ela foi aplicada, como defende Ferrary (2001), tanto às províncias pretoriais quanto às consulares, sem modificar o *imperium* atribuído. Crítico a esta legislação, César interpretava-a como uma ameaça cujo intuito seria privá-lo de seu governo na Gália. Ferrary acredita que foi

por esta razão que ele fez votar, entre 46 e 44 a.C., uma nova lei, invalidando a primeira e estabelecendo uma nova duração para o governo de uma província.

César foi responsável por iniciar a reorganização da África em 46 a.C., uma vez que muitas localidades que haviam lhe concedido apoio na guerra civil ainda não possuíam status oficial, ao contrário de cidades livres já constituídas como Útica, Hadrumeto, Leptis Minus e Thapsus, que ficaram do lado de Pompeu (HURLET, 2022). A criação da *Africa Noua* em 46 a.C. foi importante, principalmente no que se refere aos colonos que foram enviados a partir de Mario e que haviam sido estabelecidos além da *fossa regia* (HURLET, 2022).

Ao analisar os *fasti e commentarii triumphorum e triumphales Barberiniani*, Fishwick (1984) retoma o nome de alguns governadores enviados para a província unificada. Sabemos da existência de T. Statilius Taurus (34 a.C.), L. Cornificius (33 a.C.), L. Autronius Paetus (28 a.C.), L. Sempronius (21 a.C.), L. Cornelius Balbus (19 a.C.). Todas as referências para a *Africa* aparecem no singular, o que revela um *terminus ante quem* para a unificação em 35 a.C. (FISHWICK, 1984).

Taurus foi um comandante militar que, como recompensa por suas vitórias, foi nomeado proconsul da África entre 35-34 a.C., ficando conhecido como um dos mais bem-sucedidos subordinados de Augusto. Ele foi sucedido por, L. Cornificius, renomado por suas campanhas militares na Sicília, e governador da *Africa* entre 34 e 33 a.C. e, assim como Taurus, também recebeu um Triunfo após seu mandato (LE GLAY, apud Fishwick, 1993).

Sabemos que César havia nomeado Salústio como o primeiro governador da *Africa Noua*, sendo sucedido por T. *Sextius* (GSELL, 1928; GASCOU, 1984; FISHWICK, 1993). Enquanto isso, a antiga província republicana era governada por Q. *Cornificius*,<sup>39</sup> nomeado pelo Senado após o assassinato de César.

Ao ganhar o controle da África em 43 a.C., Augusto indicou T. *Sextius* para governar toda a região. A recusa de Cornificius (ou sua hostilidade tanto a Otávio quanto a Antônio) deu início às disputas entre os dois governadores, o que culminou com a morte do governador da *Africa Vetus* e a vitória de T. *Sextius* como único governador em 42 a.C. (GSELL, 1928; FISHWICK, 1993).

Os acontecimentos que se sucederam são difíceis de precisar, mas sabemos que F. Fango foi enviado para governar as duas províncias. Com o avanço das disputas entre os triúnviros, T. *Sextius* iniciou um novo conflito, vencendo o novo governador e mantendo-se no poder até 40

---

<sup>39</sup> Não confundir com Q. Cornificius, governador (33 a.C.) da *Africa* unificada.



a.C. Foi neste ano que Lépido recebeu o controle da região, mantendo-se no poder por quatro anos (FISHWICK, 1993).<sup>40</sup>

A atuação destes personagens e as informações que possuímos sobre a administração local não nos permite esclarecer o exato momento no qual dois importantes eventos ocorreram, a saber: a unificação das províncias *Africa Vetus* e *Noua* e a criação da *pertica* de Cartago. O longo e inconclusivo debate historiográfico que buscou revelar o responsável por esta ação atribuiu, inicialmente, ao ano 27 a.C. o momento de criação da *Africa*.<sup>41</sup>

O trabalho fundador desta questão parece ser o de Gsell (1928), ainda que o autor não tenha precisado uma data específica para o evento.<sup>42</sup> Fishwick (1984) lembra que Gsell não percebeu alguns equívocos na documentação antiga, que confundiram a divisão da *proconsularis* em duas províncias (*Africa* e *Numídia*) feita no governo de Severo com aquela da segunda metade do século I a.C., interpretando “Numídia” como sinônimo de *Africa Noua* (GSELL, 1928, p. 196).

Parte do sucesso da hipótese de datação baixa, seguida por gerações de autores como Benabou (1975),<sup>43</sup> Lassère (1977)<sup>44</sup>, Gascou (1984)<sup>45</sup> e Aounallah (2020b; 2022)<sup>46</sup> pode ser explicada pela equivocada associação realizada com outro evento: a divisão realizada entre as províncias imperiais e senatoriais em 27 a.C. (CHRISTOL; MOKNI, 2017) mesmo ano, vale lembrar, da atribuição do título de Augusto a Otávio (RICHARDSON, 2016). Mas este processo parece não ter implicado em uma reorganização do espaço provincial (CHRISTOL; MOKNI, 2017).

A contestação desta datação baixa ocorreu, principalmente, com o trabalho de Fishwick (1984). O autor defende que o relato de Augusto sobre as províncias que lhe juraram fidelidade em 32 a.C. (*Res Gestae*) – no qual menciona-se a *Africa*, no singular, em contraponto as *Galliae* – é uma forte evidência de que a província já estava unificada.<sup>47</sup> A datação alta atribui a

---

<sup>40</sup> De 43 a 28 a.C., as províncias foram administradas pelos triúmviros Otávio, Marco Antônio e Lépido com base na *lex Titia* (FERRARY, 2001)

<sup>41</sup> Elas foram unificadas sob o termo *Africa*, sendo *proconsularis* uma terminologia empregada após 27 a.C. (FISHWICK, 1993).

<sup>42</sup> O autor limita-se a afirmar que após a criação da *Africa Vetus*, ambas as províncias estariam “logo reunidas” (GSELL, 1928, 162) e que depois do ano 44 a.C., a unificação ocorreu “após alguns anos” (GSELL, 1928, p.159).

<sup>43</sup> O autor afirmou que a unificação foi a mais importante ação administrativa augustana, funcionando como a sanção legal de um estado de coisas que as circunstâncias ditaram, uma vez que “desde a sua criação, a *Africa Nova* viu seu destino constantemente entrelaçado com o da *Africa Vetus*” (BENABOU, 1975, p.45-46).

<sup>44</sup> Lassère não lança mão de nenhuma argumentação e parece simplesmente seguir Gsell (LASSERE, 1977, p.148).

<sup>45</sup> O autor segue Gsell (1928), mas afirma que o uso de *Africa* no singular pode ser explicado por um simples anacronismo (GASCOU, 1984, p.112).

<sup>46</sup> Aounallah (2020b, p. 47-49) limita-se a dizer que este foi o último entrave jurídico que impediria o desenvolvimento pleno do território de Cartago e sua *pertica*.

<sup>47</sup> Para Gsell (1928, p.196), a menção no singular foi explicada como um “esquecimento” por parte de Augusto.

unificação ao governo de Lépido, que ocorreu entre os anos 40 e 36 a.C. (FISHWICK, 1984; MOKNI, 2008; CHRISTOL, 2022).

Com César e, sobretudo, Augusto, a *Africa* assistiu a uma disseminação de novos vilarejos decorrente da expansão romana, principalmente no território da *Africa Vetus*. Este processo ocorreu,

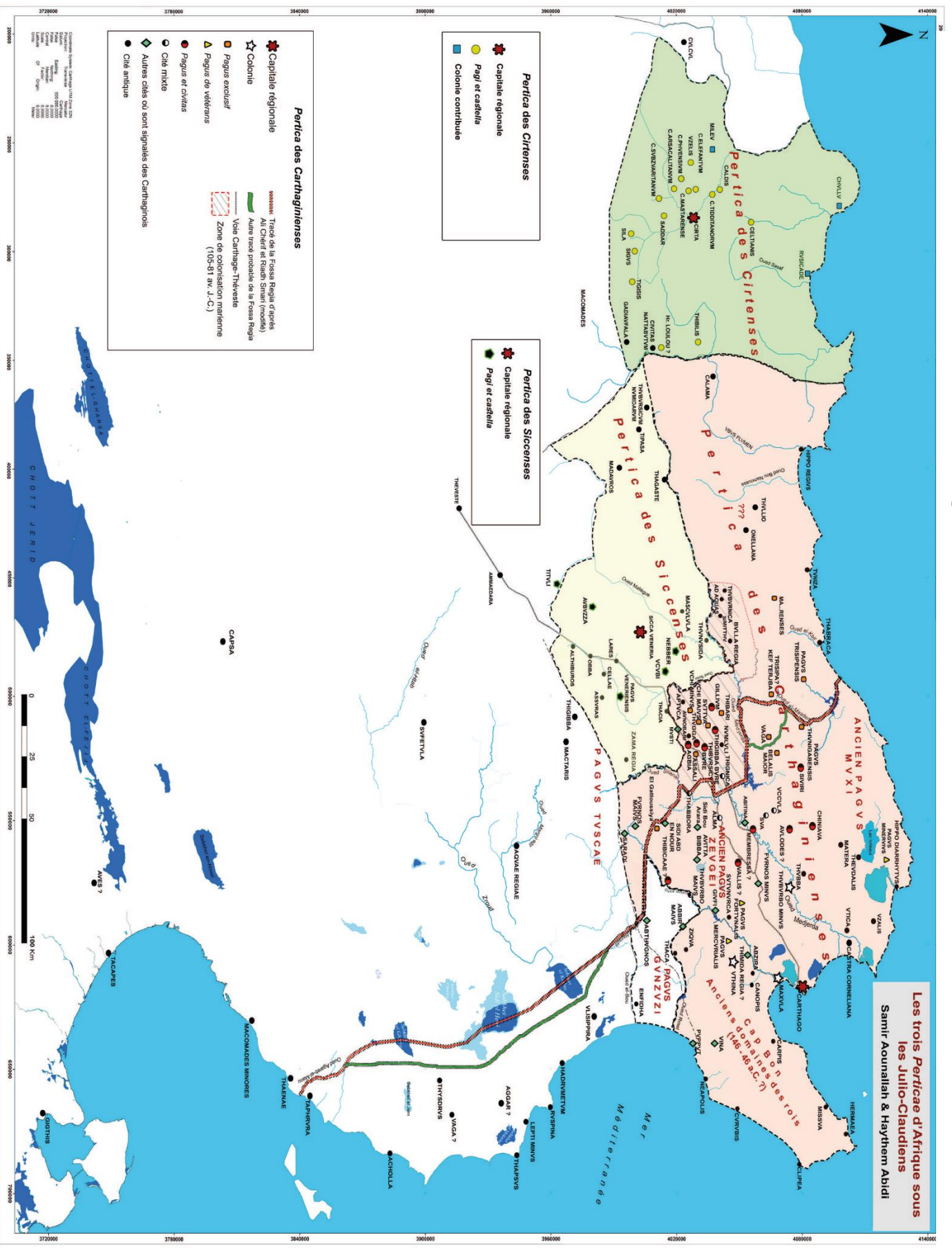
[...] quer sob a forma de cidades livres e naturalmente peregrinas, quer sob a forma de comunas romanas criadas ex nihilo, quer ainda por simples “promoção” de antigas comunidades peregrinas, promoção que na época devia ser acompanhada de dedução de colonos cidadãos romanos (AOUNALLAH, 2010, p.43).

As três mais importantes “criações” do período foram Sicca Veneria, Cirta e Cartago, que receberam, cada uma, uma vasta *pertica*,<sup>48</sup> que marcou o horizonte administrativo da *Africa proconsularis* (AOUNALLAH, 2010, p.43). No que se refere àquela dos cartagineses (figura 18), uma inscrição epigráfica feita em um suporte de pedra (40 x 40 cm) localizada em Thugga na década de 1960 revelou sua existência (POINSSOT, 1962).

---

<sup>48</sup> O termo tem origem no vocabulário dos agrimensores e é comumente utilizado para designar o território de uma comunidade (HURLET, 2022).

Figura 18: Mapa representando as três grandes *periticae* do Norte da África: aquela de Cartago (rosa), a *peritica* circênica (verde) e a *peritica* dos Sicenses (amarelo).



Fonte: Hurler (2022)

Datada do governo de Tibério, a inscrição foi feita para celebrar um personagem senatorial qualificado como defensor da *immunitatis perticae Carthaginiensium* (CHRISTOL; MOKNI, 2017). A inscrição de Thugga utiliza a expressão *pertica Carthaginiensium* em detrimento de *Carthaginis*, um indicativo de que a *pertica* abarcava, para além da noção de território, os indivíduos nele inseridos (HURLET, 2022).

Uma vez descoberto que a *pertica* dos cartagineses se estendia para além da *fossa regia*, o estabelecimento de uma datação para a unificação das províncias forneceria um *terminus post quem* para sua criação. Assim, uma geração de autores a partir de Poinssot (1962), incluindo Gascou (1984), defenderam que sua realização coube a Augusto no ano 29 a.C.

Duas inscrições mencionam um importante personagem envolvido no estabelecimento da *pertica* dos cartagineses: M. Caelius Phileros. A primeira inscrição (Lácio) menciona que ele foi *accensus* de T. Sextius enquanto este foi proconsul da *Africa*, e edil em Cartago, depois prefeito responsável por recolher os *uectigalia* em 83 *castella*. A segunda, por sua vez, foi localizada em Uchi Maius e “evoca as operações de divisão e demarcação de terras que Phileros, como *praefectus iure dicundo* em Cartago, teve que realizar entre os *coloni* e os *Vchitani* do *castellum* de *Vchi*” (CHRISTOL; MOKNI, 2017, p.18).

Christol e Mokni (2017) discordam que estes *castella* tenham sido atribuídos a Cartago na ocasião de sua fundação em 44 a.C. Isto ocorreu na formação de sua grande *pertica*, que ocorreu em data posterior à unificação das duas províncias, sendo fruto das iniciativas augustanas do ano 28 a.C. A grande contribuição de estudos recentes é a conclusão de que não é possível estabelecer uma data específica para o estabelecimento da *pertica*, uma vez que este é um fenômeno que ocorreu na longa duração (HURLET, 2022).

São três as fases distintivas para este processo – graquiana, cesariana e augustana – que refletem uma multiplicidade de escalas e eventos. Foi a junção das duas províncias o elemento que permitiu a Augusto e as demais autoridades provinciais incorporar comunidades da antiga *Africa Noua* à *pertica* dos cartagineses. Foi nesta “terceira versão” que a *pertica* atingiu sua maior extensão, reunindo comunidades dispersas e que possuíam diferente status social (HURLET, 2022).

Dotada de três características peculiares segundo Hurlet (2022), a principal delas está relacionada à sua extensão territorial. Além disso, ela não era uma superfície coesa, mas estava espalhada por grande parte da província, compreendendo os 83 *castella* pulverizados em ambos os lados da *fossa regia*. Sua composição também incluía um conjunto de *pagi*, fossem isolados ou aqueles formados por agrupamentos duplos que abrigavam, neste caso, comunidades independentes de Cartago.

A historiografia sobre a ocupação romana no Norte da África, principalmente a tunisiana, atribuiu uma especial atenção ao status jurídico das comunidades fundadas na região após a destruição de Cartago em 146 a.C. (GSELL, 1928; BENABOU, 1975; LASSÈRE, 1977; AOUNALLAH, 2010).

No plano da dignidade municipal, é possível distinguir dois tipos de comunidades. A primeira refere-se àquelas que são autônomas, denominadas por Aounallah (2010) como cidades,<sup>49</sup> que compreendem três categorias jurídicas diferentes: as *ciuitates* peregrinas, os municípios e as colônias, que poderiam ser latinos ou romanos. Colônias e municípios eram administradas por questores, edís e *duunvires*, enquanto cidades peregrinas por sufetes, *undecimprimi* e, em alguns casos, magistrados locais (AOUNALLAH, 2010).

O outro grupo é composto pelo que se costuma designar como *vicus*<sup>50</sup>, *pagus*<sup>51</sup> e *castellum*.<sup>52</sup> Estes não possuíam cidadania local, que pertencia à cidade à qual a comunidade estava vinculada. Seu status é comparado por Aounallah (2010) à condição de um “escravo”, que não existe sem seu *dominus*.

A re-organização espacial da região foi, portanto, um elemento importante na nova política administrativa adotada por César para a *Africa*. Podemos observar que este processo continuou após sua morte como pode ser observado no projeto de fundação de Cartago em 44 e sua efetivação em 29 a.C., ou pela atribuição de terras a antigos soldados (GSELL, 1927; 1928; LASSÈRE, 1977).

Segundo Salem Mokni (2008), todos os autores antigos afirmam que a decisão de refundar Cartago foi de César, apesar de divergirem no que se refere à cronologia deste processo. Após sua vitória sobre Pompeu, o general se viu livre para a execução de seus planos. Eles foram concebidos pouco tempo antes de seu assassinato, embora só executados

---

<sup>49</sup> A palavra tem origem no latim *ciuitas*, -atis. No francês, ela deu origem ao termo “*cit *”, que traduziremos por cidade.

<sup>50</sup> Estas categorias são, em muitos casos, difíceis de precisar. Havia os *uici republicae* (possuíam direito a fazer justiça própria) e os *uici e pagi*, que possuíam *magistri* anuais. Os arredores de Cartago possuíam muitos *pagi republicae*, que Aounallah define como um título ou um status intermediário “precedendo   passagem   cidade” (AOUNALLAH, 2010, p.13-14).

<sup>51</sup> Na África, o *pagus* também adquiriu outra signifi ca o: sua cria o remonta a 146 a.C. Na ocasião da funda o da primeira província, ela foi dividida em territórios livres (*populus liberi*) – as sete localidades que apoiaram Roma na Terceira Guerra – e não livres. Estes eram *pagi stipendiari*, submetidos às autoridades de  tica, a nova capital da província. Neste momento não estava em considera o a origem da popula o ou sua densidade sendo provável que as comunidades em seu interior fossem denominadas *castella*. O *pagus* poderia abrigar várias *ciuitates*, mas também havia aqueles que eram atribuídos a uma *cit *, a uma colônia e, de forma mais rara, a um município. Os mais conhecidos são os de Cartago, Sicca e Cirta. Estudos epigráficos também indicam que os *pagi* refletem uma divisão de terras com base em categorias jurídicas (AOUNALLAH, 2010, p.15-16).

<sup>52</sup> No caso de Cirta e Sicca, por exemplo, *castellum* refere-se ao local principal de um *pagus*, ou mesmo uma comunidade peregrina sem autonomia como indica o arrendamento dos 83 *castella* feito por Phileros (AOUNALLAH, 2010).

posteriormente, durante o consulado de Marco Antônio e Dolabela (GSELL, 1928; MOKNI, 2008).

Com a morte de Cesar, questionamentos foram feitos sobre quem teria sido o responsável por dar continuidade ao projeto cesarista de fundação da cidade. Apiano (**História Romana**, VIII, 136) afirma que durante sua expedição contra os defensores de Pompeu na África, César teria acampado nas proximidades de Cartago e sonhado com um exército proferindo lamentos. Ao acordar, o general havia decidido fundar Cartago e, pouco tempo após regressar para Roma, enviou para Cartago e Corinto pobres que pediam terras. Após ser assassinado, Augusto teria encontrado os planos de Cesar, escolhendo fundar Cartago muito perto de sua antiga localização, respeitando, portanto, a maldição que ali havia sido estabelecida.

Em um trabalho fundador sobre a questão, Gsell (1927) elucida esta questão. Este grande pesquisador observou que Otávio era apenas um *priuatus* em 44 a.C. e foi apenas no ano seguinte que se tornou *imperator* – mesmo assim apenas de suas tropas. Apiano confundiu, afirma o autor, as ações de César em 44 a.C. com aquelas tomadas por Augusto em 29 a.C. Para Gsell, foi Tito Estatílio Tauro o responsável pela direção do projeto de reconstrução de Cartago, e por levar e instalar os primeiros colonos em 44 a.C., cabendo a Otávio dar continuidade ao processo em 29 a.C. (GSELL, 1927).

A “colonização” de 44 a.C. foi composta por veteranos de guerra e cidadãos pobres. Libertos também compunham o grupo, recebendo direito, inclusive, de integrar a cúria da colônia romana, como ocorreu com M. Caelius Phileros (MOKNI, 2008). Estes também podem ter incluído soldados veteranos de César, cartagineses que haviam escapado da derrota de 146 a.C., seus herdeiros ou até mesmo descendentes das famílias que foram instaladas pelos Gracos (MOKNI, 2008).

Distinguir os dados onomásticos de 44 a.C. daqueles de 29 é um grande desafio. Além do número reduzido de dados, sabemos que entre os colonos de 29 a.C. poderiam constar descendentes daqueles que haviam sido instalados por César (LASSÈRE, 1977). A pequena lista de nomes localizada por Lassère revelou indícios para uma origem na Itália, entre Umbria e Samnium, mais precisamente das regiões montanhosas dos Apeninos.<sup>53</sup> Roma havia sido escolhida para abastecer, principalmente, as deduções cesaristas, o que levou Augusto a buscar

---

<sup>53</sup> Os nomes localizados incluem *Asylius*, *Caecilius* (talvez um representante daqueles colonos que Augusto recrutou na vizinhança da cidade), *L. Cornelius* (dois proconsules após 29 a.C.), *Cn. Munatius* (nome de família plebeia), *P. Sextilius* e *T. Sextius* (nomes de africanos considerados pelo autor como romanizados pelo proprietário de 87 e pelo governador de 44-43), *M. Veolumnius* (nome etrusco de um cavaleiro de Sula) (LASSÈRE, 1977).

alternativas. O herdeiro de César empreendeu, juntamente com uma ocupação militar – que possivelmente incluiu os soldados dispensados após a Batalha do Ácio – outra civil (LASSÈRE, 1977).

Sobre a presença de libertos, a mais famosa evidência refere-se a *Perelius Hedulus*, que se tornou um homem de negócios e ordenou a construção de um altar para a *Gens Augusta* em Cartago (POINSSOT, 1929). A análise epigráfica demonstra que sua origem encontra correspondentes na Etrúria, particularmente na atual Florença (LASSÈRE, 1977).<sup>54</sup>

A onomástica foi amplamente utilizada para analisar a constituição dos colonos enviados para a região. O uso destes dados promoveu, no entanto, muitas distorções e generalizações. Estudos recentes realizados por Aounallah nas cidades do Cabo Bon entre 146 a.C. e 235 d.C. revelaram que 31,15 % dos dados localizados correspondem aos gentílios de governadores (Aounallah apud HURLET, 2015).<sup>55</sup>

O processo de refundação de Cartago iniciado em 29 a.C. transcorreu durante alguns anos do principado augustano. Para analisar este processo, realizamos uma sistematização dos dados concernentes a este evento, principalmente no que se refere aos vestígios de intervenção urbanística. Mas, para compreender o processo de construção deste conjunto, é preciso analisar a formação de outra importante unidade: o sítio arqueológico.

---

<sup>54</sup> Para mais detalhes, ver seção “ 3.2.1.2 *Perelius Hedulus*” do capítulo 3.

<sup>55</sup> Hurlet (2015) lembra que ao partir do modelo de fidelidade dos vínculos de clientela, o trabalho de Lassère apresentou equívocos significativos. O autor associou listas de gentílios localizados em grandes cidades a nomes de senadores que atuaram como governadores locais. Em determinados casos, as inscrições analisadas datam do século II e III d.C. e são remontadas a períodos muito distantes da República Tardia (LASSÈRE, 1977, p.209-210). Hurlet defende que a onomástica deve ser empregada com cautela, posto que “apenas gentios raros e que reaparecem regularmente em uma ou mais regiões específicas podem nos esclarecer sobre essa questão das clientelas provinciais” (HURLET, 2015, p.172).

## CAPÍTULO 2. DO PROSCÊNIO AO PALCO: OS BASTIDORES DO SÍTIO

### 2.1 Um sítio arqueológico: da “criação” do objeto

Uma das principais dificuldades relacionadas ao estudo da fase romana de Cartago por meio de sua materialidade está relacionada ao estado de destruição do sítio, promovido, principalmente, pelo avanço do urbanismo em uma região cujo metro quadrado tornou-se o mais valorizado da Tunísia. Além disso, sabemos que o trabalho arqueológico pode ser, em alguns casos, potencialmente destrutivo. Este fenômeno se acentua quando observamos os trabalhos realizados pelos primeiros escavadores, marcados pela ausência de estratigrafias, por dados incompletos ou parcialmente publicados.<sup>56</sup>

Outro importante fator a ser levado em consideração refere-se ao histórico da disciplina. A Arqueologia então denominada “Clássica” se concentrou, tradicionalmente, na pesquisa de grandes sítios, com períodos de escavação que ultrapassam mais de um século. Por muito tempo, os praticantes desta Arqueologia preocuparam-se em localizar “coisas belas” em lugares que consideravam importantes (DYSON, 1995).

No mundo dito “clássico”, as cidades foram escavadas em detrimento de outros assentamentos como os rurais, enfatizando-se a recriação do mundo urbano ao redor de centros cerimoniais, políticos e religiosos. Foi dada prioridade a estruturas como teatros, circos, *fora*, entre outros, o que resultou em um discurso específico e descontínuo (DYSON, 1995, p.30-31; DOCTER; FENTRESS, 2008; VAN DOMMELEN, 2008). Os contextos coloniais, por sua vez, sofreram particularmente com a negligência dos pesquisadores (ANTONACCIO, 1995).<sup>57</sup>

Ao analisar o processo de construção do objeto arqueológico, Stephen Dyson afirma que o sítio (ou uma unidade textual semelhante) corresponde ao *Urtext*<sup>58</sup> na investigação arqueológica. A investigação de sítio é a situação na qual o arqueólogo é o leitor do texto,

---

<sup>56</sup> Nomes como Charles Ernest Beulé, Alfred-Louis Delattre, Paul Gauckler, entre outros. Uma das primeiras, se não a, estratigrafias produzidas em Cartago foi apresentada somente em 1925 por Saumagne (1925).

<sup>57</sup> A História da colonização grega, por exemplo, é parte fundamental da História da Grécia Antiga, mas, como lembra Antonaccio (1995), apesar de participarem do culto pan-helênico, da política e da economia, por muito tempo as colônias não fizeram parte da metanarrativa sobre a história da Grécia. As viagens gregas pelo Mediterrâneo central e ocidental resultaram na difusão de práticas das elites e *commodities* (modelos de enterramento das elites gregas, mitologia, cerâmicas) para alguns grupos, bem como na fundação de assentamentos permanentes e na criação de novas e duráveis polis. Considerada por muito tempo como uma subnarrativa da trama principal, esta perspectiva está mudando, principalmente com as contribuições da chamada Arqueologia da Colonização ou Colonialismo nos estudos clássicos (ANTONACCIO, 1995).

<sup>58</sup> Originado do alemão, a expressão significa 'texto original', sendo utilizada nos estudos musicais para se referir a uma edição que tenta capturar as intenções originais de um compositor, de forma a minimizar a interpretação editorial. Para tal, as edições *Urtext* baseiam-se frequentemente nos esboços e manuscritos do compositor, assim como nas edições originais e anteriores das obras (JONES, 2014).



extraindo informações de uma entidade criada por processos naturais e pela ação humana, seja intencional ou não (DYSON, 1995).

O autor afirma que

O arqueólogo escava, extrai, limpa, classifica, processa, analisa, sintetiza e publica em um processo complicado que culmina na reconstrução histórica da vida naquele local. Arqueólogos clássicos, mesmo com sua auto-reflexividade relativamente limitada sobre o que fazem, ainda estariam dispostos a descrever suas atividades como uma forma de leitura. Os padrões de cultura material recuperados são vistos como espelhando a vida da sociedade antiga e fornecendo chaves para sua reconstrução (DYSON, 1995, p.30-31).

O arqueólogo torna-se, além de leitor do sítio, aquele que escolhe determinado setor de escavação entre um conjunto de possibilidades, bem como seu programa de exploração e, a partir deste, a forma final que o sítio adquirirá. Isto leva Dyson a postular que o arqueólogo “torna-se não só o leitor do sítio, mas também desde o início da pesquisa de campo, bem como a partir do momento em que escreve o primeiro relatório, o autor do sítio” (DYSON, 1995, p.35).

Assim, não é difícil compreender que a Arqueologia não pode ser definida como uma ciência que estuda o passado, posto que ela está diretamente preocupada, como lembra Neves (2022), com os fenômenos do presente.

A arqueologia estuda fenômenos do presente: os sítios arqueológicos e outros tipos de registros que viajaram pelo tempo, às vezes por milhões de anos, até os dias de hoje. Essa não é apenas uma distinção semântica; ela define de saída quais são as possibilidades e limitações que a arqueologia oferece para o conhecimento do passado. O passado é um país estrangeiro, um território estranho, ao qual jamais poderemos retornar. Qualquer tentativa de reconstruí-lo será sempre especulativa, sujeita a variações de humores, interesses e agendas. Nada disso é novidade: há décadas historiadoras e historiadores sabem que a pretensão de conhecimento objetivo sobre o passado é ilusória (NEVES, 2022, p.16).

Uma das principais contribuições do processualismo para a disciplina arqueológica refere-se às discussões sobre o processo de formação de sítios feita por nomes como Binford (1991) e Schiffer (1972). Ao estudar os grupos de caçadores-coletores, Binford (1991) já observava como os padrões de depósito e de assentamentos são formados por sistemas de uso da terra.

Schiffer, por sua vez, buscou compreender como os “sistemas culturais” operam na formação dos registros arqueológicos. Seu trabalho foi importante no entendimento sobre o contexto arqueológico, entendido como a descrição de “materiais que passaram por um sistema cultural e que são agora objetos de investigação de arqueólogos”. Estes materiais, ou elementos,

atuam dentro de um contexto sistêmico, entendido como “a condição de um elemento que está participando de um sistema comportamental” (SCHIFFER, 1972, p. 157).

Neves lembra que na década de 1960,

[...] inspirados em uma ilusão positivista radical, arqueólogas e arqueólogos se preocuparam em construir um projeto de ciência exata para a disciplina, semelhante ao da física. Foram propostas leis gerais do comportamento humano e outras generalizações, como se a capacidade de produzir leis fosse o único caminho possível para a autenticidade científica. Tal projeto ruiu de maneira fragorosa a partir da década de 1980 (NEVES, 2022, p.16).

Schiffer e Binford estavam inseridos em um contexto científico no qual os praticantes da arqueologia seguiam uma agenda neopositivista. Apesar de sua importância para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, principalmente o avanço no entendimento acerca da formação dos sítios arqueológicos e a percepção que estes não “representam” o passado, o determinismo proposto pela ideia de leis a serem identificadas não faz mais parte do pensamento arqueológico.

A cidade de Cartago localiza-se em uma área de alta densidade urbana e seu processo de formação, enquanto unidade arqueológica, resulta de processos naturais e históricos, sendo estes envolvendo interesses políticos, econômicos, religiosos, científicos e pessoais. Observaremos, a seguir, os principais fatores históricos que influenciaram a formação deste sítio, de suas áreas “escaváveis”, o que resultou diretamente na criação deste “texto original” e dos dados aos quais tivemos acesso em nossa pesquisa.

Sabemos que a História da Arqueologia tunisiana tornou-se um tema de pesquisa em desenvolvimento que conta com a contribuição de autores franceses e, felizmente, tunisianos.<sup>59</sup> Seguindo o trabalho de Gilbert Charles Picard sobre o tema, Ben Baaziz (2013) divide a História da disciplina praticada neste país em seis períodos, a saber: 1) o período dos viajantes (até 1830), 2) das explorações científicas (1830-1880), da 3) Arqueologia nascente (1880-1921), da 4) Arqueologia do uso da terra (1921-1945), do 5) pós Segunda Guerra Mundial (1945- 1954) e da 6) Arqueologia tunisiana (1954-1997).

## 2.2 Dos viajantes (séc. XI – 1830) aos antiquários (1830-1880):

A primeira fase iniciou-se com a presença de vários viajantes muçulmanos em Cartago responsáveis pela produção de relatos sobre a cidade a partir do século XI (BEN BAAZIZ, 2013). No lado europeu, as histórias sobre a conquista romana do Norte da África estavam

---

<sup>59</sup> Longe de pretender analisar o histórico da disciplina praticada em todo o país, observaremos, nesta seção, os temas diretamente relacionados à formação do sítio de Cartago.

enraizadas no continente durante o século XVI. Elas foram fomentadas pela disseminação das traduções de obras de autores latinos como Virgílio e Tito Lívio para as línguas vernáculas (MACDONALD; BINGHAM, 2020).

Durante a ocupação otomana, a fama dos reinos do Norte da África ganhou força na Europa e as antigas “civilizações” norte africanas, como afirmam Macdonald e Bingham, “renasceram no imaginário popular e a reputação da antiga cidade de Cartago, especialmente, se espalhou por toda parte” (MACDONALD; BINGHAM, 2020, p.174).

Macdonald e Bingham lembram, no entanto, que o desenvolvimento de sociedades agrícolas e altamente produtivas na região antes da presença romana

[...] foi amplamente ignorado, com exceção de um foco em Cartago. A posição de Cartago foi delineada tanto como o inimigo mais feroz de Roma quanto como uma potência orientalista e essencialmente bárbara (MACDONALD; BINGHAM, 2020, p.171)

Temos aqui um dos fatores que explicam a presença de muitos franceses visitando as ruínas da cidade no período que se estende entre o século XVI e o início do XIX (BEN BAAZIZ, 2013; BACHA, 2017, p.2). É neste contexto que o escritor oitocentista François René Chateaubriand se encontrava; um pequeno atraso na partida do seu navio de La Goulette permitiu-lhe visitar a cidade. Sua descrição teve um papel importante na disseminação de uma visão orientalista do Mundo Antigo e do Oriente Próximo (MACDONALD; BINGHAM, 2020, p.178-179).

A segunda fase da Arqueologia tunisiana (1830-1880) foi caracterizada pelas primeiras explorações científicas e pelo aparecimento das publicações especializadas (BEN BAAZIZ, 2013). Deste interim, destacaram-se nomes como Christian Falbe, Dureau de La Malle, Victor Guerin, Évariste Sainte Marie, Charles Tissot, Natan Davis e Charles Ernest Beulé.

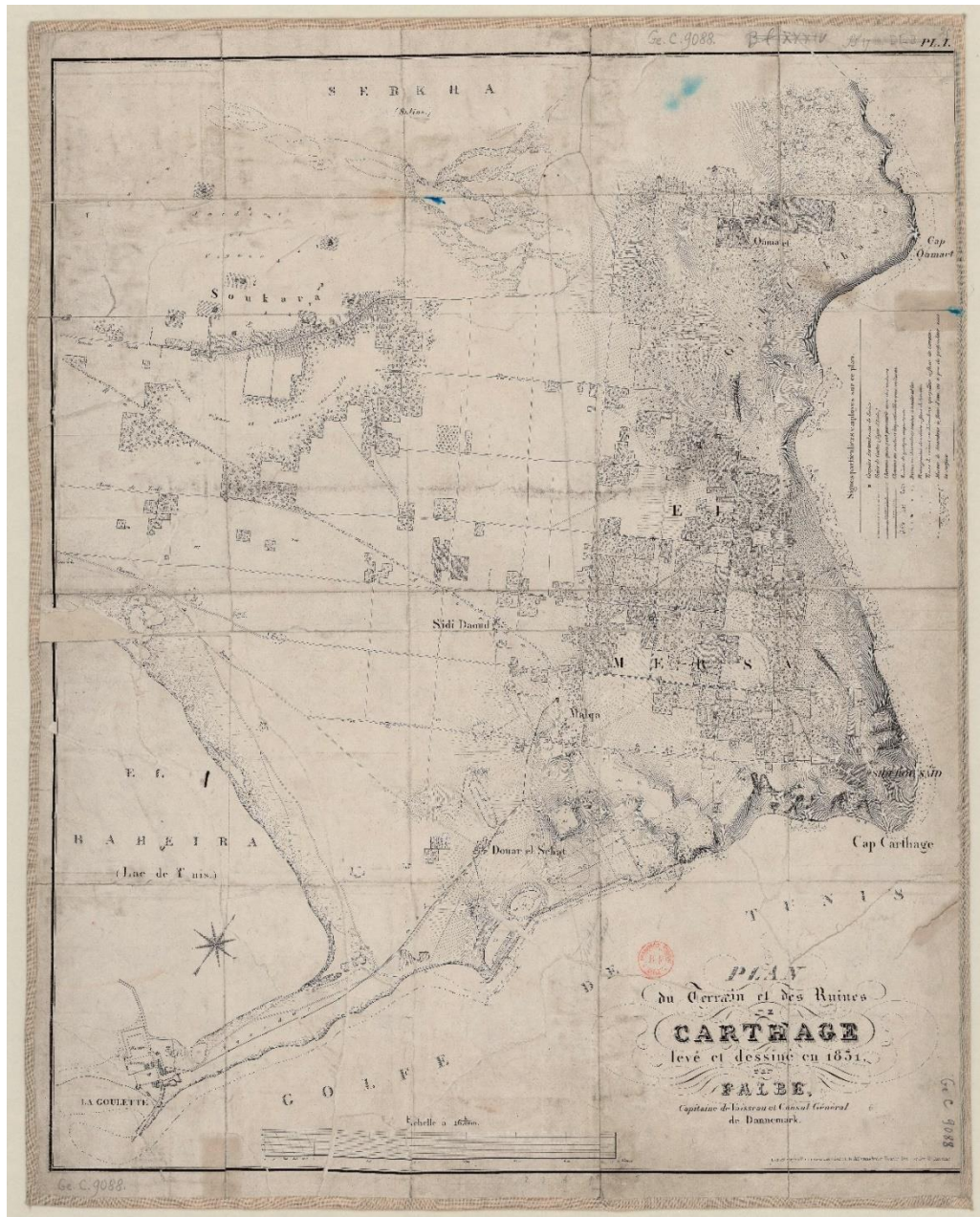
Falbe foi o cônsul dinamarquês na Tunísia entre 1822 e 1833 e responsável pela elaboração do primeiro mapa arqueológico de Cartago (figura 19) bem como do primeiro Atlas da Tunísia. Composto por dois volumes (FALBE, 1833),<sup>60</sup> o autor demarcou todas as ruínas que localizou em Cartago. Seu trabalho representa o início de uma nova fase de pesquisas na Tunísia, tendo sido elogiado por sua grande precisão topográfica (AUDOLLENT, 1901).<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Não conseguimos localizar o segundo volume desta obra. Alguns dos seus mapas foram, no entanto, disponibilizados online pela Bibliothèque Nationale de France – BNF Gallica.

<sup>61</sup> Audollent (1901) menciona a ausência de leitura dos autores antigos, algo fundamental na concepção arqueológica da época.

Figura 19: Plano do terreno e das ruínas de Cartago realizado por Falbe.



Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Cartes et plans, GE C-9088. Disponível em <<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40707334h>>. Último acesso: 10/11/2022

Outro personagem importante das escavações em Cartago e o primeiro a utilizar o plano de Falbe foi o antiquarista Dureau de La Malle (1835). La Malle apoiou-se nos autores antigos para identificar locais nos quais haviam ocorrido episódios específicos da História da cidade – o ataque de Cipião a Byrsa, por exemplo (LA MALLE, 1835, p.63-70) – e para reconhecer estruturas antigas, principalmente aquelas apontadas por Falbe (1833), mas também outras imaginárias – o palácio de Dido mencionado por Virgílio (**Eneida**, I, 636).

Audollent recorda que o autor realizou uma espécie de “Arqueologia de Gabinete” e confiou excessivamente nas fontes escritas. Para Audollent, sua obra complementa aquela de Falbe, posto que “ambos abriram caminho para que seus sucessores caminhassem com menos incertezas” (AUDOLLENT, 1901, s.p.).

A ocupação da Argélia pelas tropas francesas na década de 1830 reacendeu o interesse europeu pela cidade da mitológica rainha Dido. Colecionadores fomentaram pesquisas em campo a fim de aumentar acervos particulares, enquanto topógrafos dedicaram-se a localizar a cidade, ainda discutida, e epigrafistas foram financiados pelos mais variados museus europeus (BACHA, 2017, p.3).

Nascido em Londres, o reverendo Nathan Davis foi o escolhido pelo governo inglês para explorar a cidade entre 1856 e 1858 com financiamento do British Foreign Office. Isso levou-o a se mudar com sua família para o vilarejo de Gammarth para ficarem mais próximos de suas escavações, que começaram a despertar o interesse dos europeus. Elas ficaram famosas pela série de mosaicos encontrados em Cartago e enviados para o British Museum (FREED, 2011).

No trabalho consagrado a reconstituir a ação de Davis em Cartago, Joann Freed (2011) afirma que o autor parece ter chegado na cidade sem um plano detalhado de ação. Para a autora, suas escolhas estavam pautadas em perscrutar locais apresentados no mapa de Falbe, como sugere a rápida sucessão de escavações. Suas primeiras investigações no terreno ocorreram na parte oriental da malha urbana, no lado da cidade voltado para o mar. As subsequentes, totalizando vinte e seis, foram realizadas dentro e fora da malha.<sup>62</sup>

O registro de suas atividades pode ser definido como minimalista. Datas e cronologias acuradas não lhe interessavam e suas publicações sugerem a inexistência de desenhos de trincheiras – salvo para a planta do solo de um mosaico. A ausência de registros fotográficos também chama a atenção, e ainda que o conceito de estratigrafia lhe fosse contemporâneo, Davis preferiu não aplicá-lo (FREED, 2011).<sup>63</sup>

Audollent fez duras reprovações à utilidade do seu trabalho. O autor chamou a atenção para as intenções do autor em Cartago, uma vez que “seus esforços foram direcionados, ele admite livremente em várias ocasiões, não era esclarecer problemas topográficos, mas enriquecer as coleções do Museu Britânico com peças raras” (AUDOLLENT, 1901, s.d.).

---

<sup>62</sup> Vinte escavações foram realizadas no norte da cidade e apenas seis no sul (FREED, 2011).

<sup>63</sup> Para mais informações sobre os principais achados de Davis em Cartago, ver Freed (2011), capítulos 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Parte da crítica, acentuada pela rivalidade entre franceses e ingleses, também é direcionada à série de lendas árabes e costumes de Túnis narrados em tom depreciativo, às suas descobertas consideradas “mediócras” para o tempo no qual ficou na cidade. A imprecisão de suas indicações e o capítulo dedicado a entender o local no qual Eneias teria desembarcado também foram censurados (AUDOLLENT, 1901, s.d.).

Ao analisar seus arquivos, Freed (2011) resgata uma História interessante sobre este personagem. Sabemos que no verão de 1858, o reverendo concedeu um jantar para um grupo seleto de convidados. O primeiro deles era um escritor francês que havia se instalado recentemente em Túnis para ganhar inspiração para seu novo projeto – um romance que teria como pano de fundo a Cartago púnica: era Gustave Flaubert. Na mesma reunião estavam presentes Nelly Rosenberg, a jovem companheira de Davis que teria servido de inspiração para Flaubert criar sua heroína Salammbô.

A competição entre ingleses e franceses pela aquisição de antiguidades mediterrânicas fez com que estes combatessem as atividades arqueológicas de Nathan Davis em Cartago, visto como um intruso (BACHA, 2007; FREED, 2011). Neste processo, o Serviço francês de viagens e de missões enviou Charles Ernest Beulé para explorar a cidade (BACHA, 2007; 2017).

As informações sobre as escavações de Beulé na colina de Byrsa, no aqueduto, no porto e nas tumbas foram publicadas primeiramente nas cartas enviadas a M. Naudet, secretário perpétuo da *Académie des Inscriptions et Belles Lettres (AIBL)*, e a M. Guigniaut (AUDOLLENT, 1901). Elas foram sistematizadas e publicadas, em seguida, em sua obra “*Fouilles à Carthage*” (BEULÉ, 1861).

Beulé (1861) demonstrou preferência pela Cartago púnica, sendo a romana descrita como uma fase “menor”. Seu trabalho foi reconhecido por seu conhecimento sobre o terreno e até considerado como a melhor pesquisa realizada na península entre Falbe e Dellatre (AUDOLLENT, 1901).

As críticas, por sua vez, remetem à sua “febre pela descoberta” – em Byrsa, quando não encontrava algo que considerasse importante, movia-se para outro setor – bem como por suas interpretações equivocadas, que levaram-no a uma “perda de oportunidade”: acreditando ter localizado importantes estruturas púnicas na colina, o autor encerrou sua escavação neste setor (AUDOLLENT, 1901; LANCEL, 1979). Ele seria um dos últimos a ver livre um terreno que, não muito tempo depois, viu-se permanentemente interditado para as pesquisas arqueológicas com a construção de novas edificações.

A formação do sítio arqueológico de Cartago também reflete a política internacional na qual os colonizadores franceses estavam inseridos. Bacha recorda que a rivalidade francesa se

voltou contra a Alemanha na ocasião da guerra contra a Prússia, o que se refletiu na competição intelectual entre as duas nações. Lançado em 1863, o *Corpus inscriptionum latinarum* (CIL) idealizado por Théodore Mommsen recebeu uma “resposta” do lado francês quatro anos depois com a criação do *Corpus inscriptionum semiticarum* por Ernest Renan. Com o intuito de enriquecê-lo, expedições foram enviadas para a Tunísia comandadas por nomes como Antoine Herón de Villefosse e Évariste Charles Pricot de Sainte-Marie (BACHA, 2007, p.141-142).

Nomeado cônsul em Túnis em 1852 aos 24 anos de idade, Tissot foi, a seu turno, outro importante autor desta fase da Arqueologia tunisiana. Depois de muitos planejamentos, ele produziu, trinta anos após seu primeiro contato com o país, dois volumes de uma grande obra intitulada “*Exploration scientifique de la Tunisie: géographie comparée de la province romaine d’Afrique*” (1884, 1888).<sup>64</sup> Temos aqui o primeiro trabalho de conhecimento do território e da geografia da Tunísia antiga, uma obra que continua sendo uma referência histórica para a pesquisa de topônimos antigos (BEN BAAZIZ, 2013).

O autor demonstrou preocupação em compreender tanto a geografia física do Norte da África quanto a histórica. Além de reservar um capítulo de cem páginas para a Cartago púnica e romana, Tissot também analisou a composição étnica das populações que habitavam o Norte da África antes da ocupação romana (TISSOT, 1884).

Seu trabalho foi desenvolvido em uma época na qual as primeiras campanhas arqueológicas foram instaladas sob patrocínio de Instituições com fins lucrativos. Uma das primeiras foi a Sociedade para a Exploração de Cartago criada em Paris, em 1837, por nomes como Falbe, Dureau de la Male, Raoul-Rochette e o Duque de Luynes (BEN BAAZIZ, 2013).

Morto no mesmo momento em que o primeiro volume de sua obra começava a ser impresso, o segundo, não obstante, só pode ser publicado 5 anos depois. Esta obra póstuma (TISSOT, 1888) contou com a contribuição de seu editor, Salomon Reinach, que adicionou ao conteúdo as novas descobertas arqueológicas que se multiplicaram no período. A evolução histórica dos limites da província romana e as principais vias conectando importantes assentamentos foram os principais temas desta publicação póstuma.

Audollent (1901, s.p.) ressalta a importância de seu trabalho por sua precisão topográfica e por mencionar algumas descobertas importantes realizadas no final de sua vida feitas, sobretudo, por Beulé. Critica-o, no entanto, por ter atribuído crédito exagerado ao trabalho de Daux, o engenheiro enviado por Napoleão III que residiu na Tunísia entre 1865 e

---

<sup>64</sup> Em carta escrita para seu pai em 1855 o autor afirma: “Confesso que não vi sem prazer a praia de Garthage e as colinas de Byrsa. Eu os desenhei cuidadosamente; será útil para o meu trabalho que me atravessa a cabeça mais do que nunca: terá de sair dela” (TISSOT, 1888, pl II).

1867, assim como por ter esquecido de mencionar muitos dados e apresentado, inclusive, citações inexatas.<sup>65</sup>

### 2.3 A Arqueologia nascente (1880-1921):

A terceira fase da Arqueologia tunisiana é denominada de Arqueologia Nascente, que se desenvolveu com a implantação do Protetorado francês em 1881. A este período seguiu-se a criação de um sistema arqueológico diferente do modelo argelino, que pode ser explicado por uma série de fatores como a manutenção de um sistema de organização bélico<sup>66</sup> na Tunísia sob ocupação francesa, assim como pelo desejo de manter contato direto com a metrópole buscando autonomia em relação a Argélia, e pelo papel fundamental de personagens como Paul Gauckler (BEN BAAZIZ, 2013).

Na ocasião da implementação do protetorado francês, o *Ministère de l'Instruction publique* lançou a Missão da Tunísia, uma delegação de pesquisa científica estabelecida com o objetivo de catalogar o patrimônio arquitetural e arqueológico do país.<sup>67</sup> Outros especialistas foram enviados para estudar a fauna, a flora e a arquitetura. Este projeto resultou, quatro anos depois, na criação do Serviço de Antiguidades e de Artes (SAA) da Tunísia e no Museu Alaoui do Bardo<sup>68</sup> (BACHA, 2007, p.139-142; JEBAHI; POUILLON, 2022, p.245-246).

À frente do SAA, os três primeiros diretores foram René Du Coudray de La Blanchère (1885-1896), Paul Gauckler (1896-1905) e Alfred Merlin (1906-1921) (BEN BAAZIZ, 2013). De 1886 a 1888, La Blanchère concentrou suas atividades na constituição das coleções do museu e, assim como Gauckler, determinou suas pesquisas a partir de critérios científicos e não em função das ordens dos políticos – ainda que tenham respondido às solicitações do residente geral para estudo sobre os vestígios hidráulicos (BACHA, 2007).

As escolhas científicas dos estudiosos do Departamento de Antiguidades e Artes indicam que eles não determinam suas pesquisas de acordo com os ditames impostos pelos políticos, e que procuram trabalhar de acordo com as concepções e metodologias dos corpos eruditos. Se, conforme a hierarquia imposta a eles dentro do ministério, René de La Blanchère e Paul Gauckler (1866-1911), os primeiros diretores do Departamento de Antiguidades, se contentam em estudar o patrimônio pré-islâmico, seria, no entanto, redutor pensar que privilegiam determinadas disciplinas de estudo - como a Antiguidade Romana - simplesmente para servirem à doutrina colonialista francesa (BACHA, 2007, p.145).

---

<sup>65</sup> Outros nomes desta fase incluem personagens como Barth, Victor Guerin, Von Maltzan, M. De Saint Marie e Labarre, que não trazem contribuições diretas para o presente estudo.

<sup>66</sup> Sistema de organização empregado pelo Império Otomano.

<sup>67</sup> Em sua origem, o objetivo da Missão da Tunísia era de estudar o passado romano, assim como as primeiras dinastias árabes, mas, com a Criação do SAA e do Museu do Bardo, as atividades concentraram-se na fase pré-islâmica a fim de evitar a intervenção do Serviço de Monumentos Históricos francês na Tunísia.

<sup>68</sup> O Museu foi criado por decreto em 7 de novembro de 1882 e inaugurado em 1885.



A ocupação francesa da Tunísia foi projetada a fim de evitarem-se os erros que os franceses julgavam terem cometido no país vizinho, a Argélia. Gauckler fez duras acusações contra a colonização neste país e chamou a atenção para a destruição patrimonial (romana, apenas). Este processo foi deflagrado com a instalação dos franceses, tendo sido fomentadas, inclusive, pelo próprio Estado francês (RAYNAL, 2000).

Com a instalação do protetorado, foram tomadas medidas de proteção ao patrimônio como o decreto de 7 de novembro de 1882. Este documento interditava a destruição de monumentos de arte e documentos históricos, regularizava as escavações e indicava a criação de um museu em Túnis (BACHA, 2007; BEN BAAZIZ, 2013; RAYNAL, 2000; JEBABI; POUILLON, 2022). Em Paris, a seu turno, foi criada uma comissão por ordem do Ministério de Instrução Pública, que ficaria responsável pela publicação dos documentos arqueológicos da Tunísia (RAYNAL, 2000).

Nesta fase, a Arqueologia tunisiana foi colocada sob direção da *Académie des inscriptions et belles-lettres* (AIBL) e do *Ministère de l'Instruction publique* francês, que atuava através do *Comité des travaux historiques et scientifiques* (CTHS) e sua Comissão responsável pela publicação de documentos arqueológicos do Norte da África (BEN BAAZIZ, 2013).

Reconhecido como a “Era de Ouro” da Arqueologia, este período foi marcado pela publicação de monumentos e mapas topográficos, pelo desenvolvimento do conhecimento do território, assim como pela realização dos grandes inventários museológicos. Foi nesta fase que importantes publicações especializadas vieram a luz como o *Bulletin du Comité des Travaux Historiques* (BCTH) e o *Mélanges de l'École Française de Rome* (MEFR) a partir de 1881. Do lado tunisiano, a *Revue tunisienne* (1894) e o *Bulletin de la Société Archéologique de Sousse* (1903) completam o conjunto (BEN BAAZIZ, 2013).

Até os anos 1880 ainda havia uma prática predatória de pilhagem de antiguidades na Tunísia, tanto do lado dos particulares quando das instituições de estudo europeias. No momento do estabelecimento do protetorado, a remoção de bens arqueológicos, tal como era efetuada na primeira metade do século XIX, entrava em declínio, ao mesmo tempo em que se afirmava a ideia de local de origem dos artefatos. Mesmo assim, não podemos esquecer que autores como Cagnat recomendavam a seus superiores que as obras de interesse histórico fossem encaminhadas para a metrópole (BACHA, 2007, p.143).

Mas essa valorização do passado antigo não ocorreu de forma generalizada. O poder colonial rotulou os habitantes do Norte da África de “piratas” como forma de apropriação de um passado específico – o romano – e estabeleceram suas políticas de preservação patrimonial

de forma enviesada. Isso resultou em uma desassociação entre os habitantes da região e a totalidade de seu patrimônio arqueológico e cultural (MACDONALD; BINGHAM, 2020).

Para os colonizadores europeus, os episódios envolvendo a presença árabe no Norte da África não eram relevantes, e a história regional deste período foi atrelada, frequentemente, a fenômenos como pirataria e ao medo que o Império Otomano representaria para a Europa (MACDONALD; BINGHAM, 2020).

Dizer que a arqueologia colonial serviu aos colonizadores como instrumento de legitimação da ocupação colonial (o Norte da África sob ocupação francesa aqui incluído) tornou-se um truísmo (BENABOU, 1975; WEBSTER, 2001; MATTINGLY, 2011; VAN DOMMELEN, 2015). Pesquisas recentes realizadas nos arquivos coloniais revelam, no entanto, outro lado deste processo, indicando que não podemos resumir a disciplina praticada na época a uma simples ferramenta colonial (JEBABI; POUILLON, 2022)

Jebahi e Pouillon afirmam que

Se ampliarmos o foco, observamos que [*a Arqueologia da época*] experimentou então um desenvolvimento mundial, inclusive afetando em primeiro lugar as metrópoles ocidentais, e que suas investigações muitas vezes passaram a ser aplicadas a regiões onde não tínhamos (ou ainda não) ambições imperiais e que os pesquisadores envolvidos eram por vezes nacionais de potências europeias que se mantinham alheias a esses empreendimentos, mas lançavam expedições no Sul com o único objetivo de abastecer seus museus (JEBABI; POUILLON, 2022)

Ainda que não se resuma aos interesses do projeto colonizador, a Arqueologia praticada nesta fase também é, como afirma Dominique Raynal (2000), reveladora das contradições da política do protetorado, colocando em lados opostos as expectativas do serviço público da época e as condições de desenvolvimento do protetorado. Foi neste contexto que instituições religiosas e científicas protagonizaram grandes impasses, que se materializaram nas figuras de Delattre e Gauckler. Para compreendê-las, no entanto, é necessário observar o papel que determinada instituição religiosa desempenhou na política do protetorado francês.

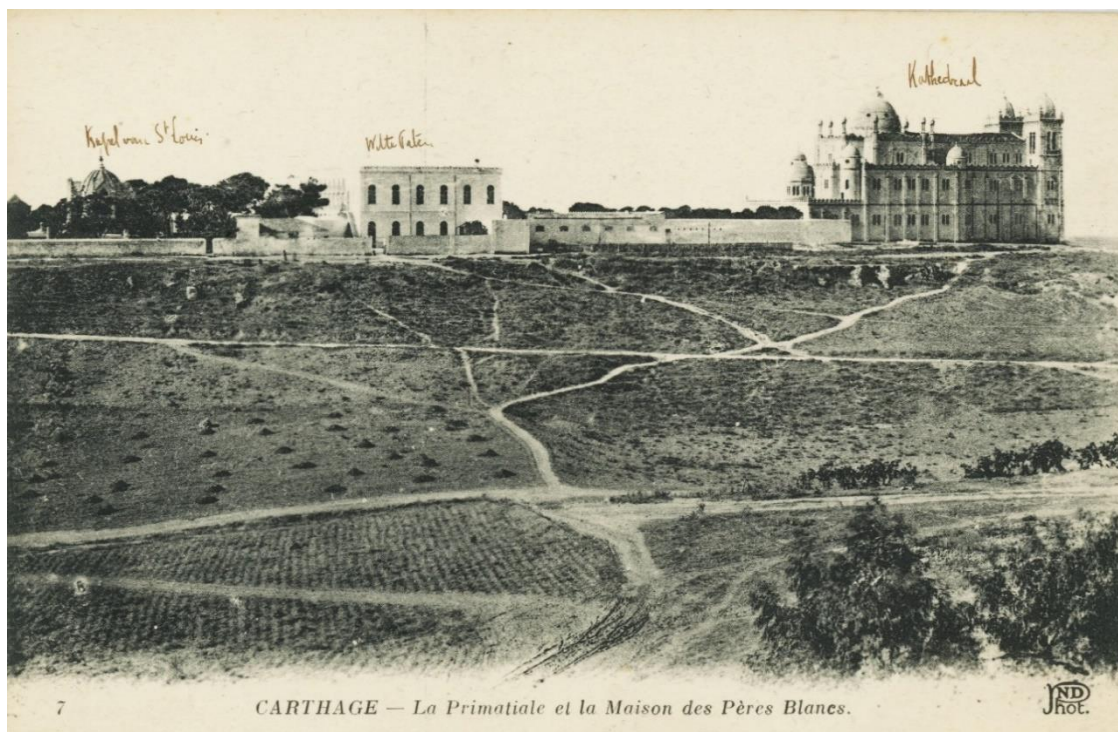
### 2.3.1 Os Padres Brancos

Se o projeto colonial previa que a Arqueologia praticada na Tunísia servisse como legitimação para a ocupação do território, é preciso ponderar que a mentalidade colonial do século XIX também enfatizava que a “Tunísia romana” era cristã, e seria conveniente que a “francesa” também o fosse. Para Raynal, o discurso clerical serviu para “dar mais consistência e especificidade ao trabalho empreendido para um mundo europeu confrontado com a alteridade muçulmana” (RAYNAL, 2000).

Quando o Protetorado foi fundado em 1881, as congregações católicas na Tunísia eram poucas, formadas, principalmente, por representantes de nacionalidade francesa e italiana. Soumille (2000) recorda que quatro congregações religiosas possuíam representatividade no país: 1) os capuchinhos malteses e italianos, que haviam se instalado a partir de 1624, 2) as Irmãs de São José da Aparição, que iniciaram suas atividades na Tunísia em 1840, 3) os Irmãos das Escolas Cristãs de São João Batista de La Salle, grupo de religiosos franceses e malteses que desembarcaram no país em 1855 e a 4) Sociedade dos Missionários da África - Padres Brancos.

Em 1840, a França havia adquirido um terreno no topo da colina de Byrsa, ali erigindo uma capela neo-gótica em homenagem a Luís IX (figura 20), rei morto nos arredores da cidade em 1270. Colocada sob autoridade de abade François Bourgade,<sup>69</sup> a edificação serviu-lhe para abrigar as peças arqueológicas localizadas em suas escavações. Vendidas após sua partida de Túnis em 1858, este espaço ficou abandonado até a chegada dos Padres Brancos (BACHA, 2017, p.3).

Figura 20: Fotografia com a vista lateral da capela (esquerda), o escolasticado dos Padres Brancos (centro) e a catedral (direita).



Fonte: General Archives, Missionaries of Africa (GAMAfr.)<sup>70</sup>

<sup>69</sup> O abade Bourgade saiu da Argélia em direção a Tunísia em 1840 acompanhando as Irmãs de São José da Aparição (SOUVILLE, 2000).

<sup>70</sup> Disponibilizado por Artstor Lybrary (The White Fathers at Carthage) em: <https://library.artstor.org/public/24153220>. Acessado em 20 de maio de 2023.

Fundada na Argélia em 1868 pelo cardeal Charles-Martial Allemand Lavigerie, então arcebispo de Argel, a congregação dos Padres Brancos exerceu um papel fundamental na formação do atual sítio arqueológico de Cartago. O grupo foi enviado para a cidade em 1875 com o intuito de cuidar da capela construída em homenagem a Luís IX (BACHA, 2017; SOUMILLE, 2000).

Mas a partida de Lavigerie para a Tunísia também escondia interesses pessoais. O cardeal havia adquirido uma grande quantidade de terras em Cartago, pois acreditava que a região seria escolhida como a nova capital do Protetorado tunisiano. Ele também planejava dar continuidade aos seus projetos na Argélia após sua demissão da Sé de Argel em 1877, bem como fazer frente à influência dos capuchinhos italianos na região (RAYNAL, 2000; SOUMILLE, 2000).

Em 1875, o cardeal Lavigerie escolheu o padre Alfred-Louis Delattre (1850-1932) como capelão de São Luís (Luís IX) em Cartago (BEN BAAZIZ, 2013). Lavigerie incumbiu-o de procurar as antiguidades da região e estabelecer contatos com as populações locais a fim de melhor localizá-las (BACHA, 2017).

Delattre escavou em diversos setores da cidade por 50 anos, localizando necrópoles púnicas e importantes estruturas do período romano (DELATTRE, 1887; 1890; 1893a; 1893b; 1894; 1896; 1898; 1907). O autor recebeu importantes doações de Lavigerie e da AIBL para realizar suas escavações, elemento fundamental para a reunião de uma grande coleção, que foi abrigada em um museu idealizado por ele. O então Museu de São Luís recebeu o nome de Museu Lavigerie antes de ser rebatizado com seu nome atual, o Museu Nacional de Cartago (BACHA, 2017, p.3-4).

O grande conhecimento que Delattre adquiriu sobre a cidade foi reconhecido tanto por pesquisadores – para Audollent (1901, s.d.) ele era “*l’homme de Carthage*” – quanto por instituições de pesquisa como a AIBL, que o escolheu como correspondente a partir de 1890. Mas sua hegemonia e influência sobre Cartago não tardaram a resultar em conflitos acadêmicos: quando o *Ministère de l’Instruction publique* francês enviou Salomon Reinach e Ernest Babelon em uma missão oficial, a arquidiocese de Cartago mostrou-se insatisfeita (BACHA, 2017).

Estes conflitos entre o poder secular e eclesiástico perduraram por toda a existência do protetorado francês na Tunísia. Os dois primeiros diretores do SAA, René de La Blanchère e Paul Gauckler, estabeleceram relações conflituosas com Delattre, tendo como objeto principal do certame o controle sobre o Museu Nacional de Cartago (BACHA, 2017, p.2). Estes embates podem ser explicados pelos espaços de representatividade que o neocolonialismo francês concedeu às instituições científicas de um lado, e às eclesiásticas do outro.

No que se refere à Igreja, o número de sacerdotes foi restrito até 1881, quando os invasores franceses colocaram Lavigerie no comando do vicariato apostólico. Os Padres Brancos, que passaram a organizar os seminários realizados em Cartago, formaram a base do que se tornaria a futura diocese da cidade (1884) até a formação de um clero secular (SOUMILLE, 2000). Na ocasião da morte de Lavigerie em novembro de 1892, as organizações religiosas no país haviam se multiplicado.<sup>71</sup>

Delattre tornou-se uma força de tal influência que as tentativas de destituí-lo caíram por terra. Ao ser nomeado diretor do SAA, La Blanchère editou o decreto de 07 de março de 1886 que regulamentava a proteção do patrimônio tunisiano. O autor tinha como objetivo retirar o Museu da administração de Delattre e colocá-lo sob a SAA, uma vez que lhe reservara financiamento público (BACHA, 2017).

La Blanchère foi substituído por Paul Gauckler na direção da SAA em um momento no qual a instituição perdeu a maior parte de seu financiamento. Assim como seu predecessor, ele era contra a influência da arquidiocese sobre Cartago e o Museu (BACHA, 2017).

Devemos a Gauckler se não a implementação, a consolidação do SAA, do qual fez parte entre 1892 e 1905, assim como do Museu do Bardo. Este arqueólogo foi responsável por escavações diretas e indiretas em Cartago, Dougga e Oudna e por introduzir métodos científicos na Arqueologia praticada na Tunísia (ALEXANDROPOULOS, 2001).

Sua instalação em Túnis iniciou-se, no entanto, de forma absolutamente conflituosa. Ainda que funcionário beílical, seu superior científico na França era La Blanchère. Ao pesquisar os arquivos de Gauckler, Alexandropoulos (2001) afirma que os problemas entre os dois tiveram início quando o jovem arqueólogo estava em Cherchell, onde ficou responsável pela composição do catálogo do Museu. Além de atrasar a publicação do trabalho, La Blanchère teria suscitado a publicação de críticas desfavoráveis como aquela de Gsell, além de ter interditado sua participação em um concurso da AIBL.

---

<sup>71</sup> “Há um convento de Carmelitas enclausuradas perto da catedral de São Luís; um internato para meninas confiado às Missionárias Franciscanas de Maria (fundadora: Hélène de Chappotin, Madre Marie de la Passion) que leva o nome de "As lágrimas de Santa Mônica" [...]; e as Irmãs Brancas (irmãs da Missão da África) que ocupam uma casa originalmente destinada a cónegas que nunca estiveram lá, e onde dirigem uma escola e cuidam dos enfermos. Junto a Cartago, em La Marsa, outras Irmãs Brancas também têm uma escola e um asilo[...]. As freiras do mesmo instituto (às vezes também chamadas de Irmãs da Missão de Argel) realizam as mesmas atividades escolares e de saúde em Porto-Farina e em Jerba. Em Túnis, as Irmãs de Notre-Dame de Sion têm um internato pago e uma escola gratuita, as Irmãs Bon-Secours de Troyes substituíram as Irmãs de Saint-Joseph como enfermeiras domésticas e as Irmãs dos Pobres recebem em seu lar de idosos miseráveis, exclusivamente europeu. Em Sousse e Sfax, os Irmãos da Sociedade de Maria (cujo fundador foi o Padre Chaminade) criaram escolas para meninos” (SOUMILLE, 2000. Tradução livre nossa).

Com a morte de La Blanchère em 1896, a situação melhorou, mas logo vieram as contendas contra universitários como Stephane Gsell. Sua batalha mais conhecida foi, no entanto, aquela contra os eclesiásticos, representados na figura principal de Dellatre. A forte rivalidade entre os dois – o que não impediu o desenvolvimento de uma estima recíproca – foi explorada pelos jornais regionais da época, ainda que os metropolitanos reconhecessem a igualdade de mérito de ambos os arqueólogos (ALEXANDROPOULOS, 2001).

Gauckler temia a destruição dos sítios pelas estruturas modernas e teceu inúmeras críticas à Arquidiocese, acusando-a de contribuir para a especulação imobiliária. Em 18 de maio de 1894, o autor publicou no jornal oficial da Tunísia o artigo *Il faut sauver Carthage* anunciando a abertura de uma enquete de classificação de monumentos históricos conforme a lei de 1886 (RAYNAL, 2000; BACHA, 2017). A lista de Gauckler defendia a proteção de 19 monumentos em Cartago, que incluíam todas as ruínas do então denominado planalto de São Luís (Byrsa), púnicas, romanas, bizantinas e árabes, criando-se áreas de servidão (RAYNAL, 2000; ALEXANDROPOULOS, 2001; BACHA, 2017).

A diocese contestou dez elementos da lista e a resposta foi dada no ano seguinte: do total de proposições, apenas três foram inscritas, tendo sido retiradas áreas como as encostas da colina e uma parte da zona litoral. Nem a residência geral ou as instituições científicas tiveram força para rever este processo, uma vez que estavam submetidas a forte pressão do governo e daqueles interessados em adquirir terras na região (RAYNAL, 2000).

Os diferentes grupos que compunham o corpo de escavadores em Cartago também expunham as diferenças de interesse por trás da disciplina. Entre os principais envolvidos nas primeiras escavações estavam não apenas eclesiásticos ou particulares, mas também amadores e militares recrutados, muitas vezes, pelo próprio SAA, como forma de complementar suas equipes científicas no terreno (BACHA, 2017).

As escavações no sul da Tunísia, por exemplo, foram realizadas por militares e tiveram um caráter bastante tardio, uma vez que só foram realizadas a partir de 1890. Elas estavam ligadas à conquista francesa em uma região marcada por inseguranças ocasionadas pela ausência de precisão na fronteira com a Tripolitânia, que estava sob suserania otomana. Além disso, diferentemente do Norte, esta região não tinha nenhum sítio exuberante que chamasse a atenção e só começou, como mencionado, a ser escavada no final do século XX (JEBABI; POUILLON, 2022).

Um dos personagens que escavaram a região foi Carton, médico militar que praticou uma forma de Arqueologia midiática e panfletária. Ele presidiu a Sociedade Arqueológica de

Sousse e desejava ocupar o lugar de Gauckler à frente do SAA (ALEXANDROPOULOS, 2001).

Carton instigou a imprensa regional, principalmente aquela de Sousse, a fazer campanhas em defesa da continuidade das escavações realizadas por ele. Além disso, incitou-os a uma campanha difamatória contra Gauckler, por defender a primazia do Serviço de Antiguidades nas escavações, e por ser gay (ALEXANDROPOULOS, 2001; JEBABI; POUILLON, 2022).

O pesado trabalho de escavação contribuía para a constante degradação do seu frágil estado de saúde. Isso, somado ao contexto hostil, levou Gauckler a pedir demissão do SAA em 1905, sendo substituído no mesmo ano por A. Merlin. Após sair da Tunísia, o autor mudou-se para Roma, onde viveu recluso até 1911, quando cometeu suicídio (ALEXANDROPOULOS, 2001).

#### 2.4 A Arqueologia do uso da terra (1921-1945) e do pós Segunda Guerra Mundial (1945- 1954)

Entre os anos 1921 e 1945, a Arqueologia tunisiana beneficiou-se do desenvolvimento tecnológico principalmente no que se refere à utilização do avião e à fotografia aérea. Estes foram anos caracterizados pela atuação de Poinssot à frente do SAA, marcados pelo reforço da legislação arqueológica que ocorreu concomitantemente à sua política de “contração das instituições” com redução de postos de trabalho, de efetivo e de coleta de dados. Desta maneira, o trabalho arqueológico restringiu-se aos grandes sítios como Cartago, Dougga e El-Djem (BEN BAAZIZ, 2013; JEBABI; POUILLON, 2022, p.245-246).

Foi nesta fase da arqueologia tunisiana que os grandes trabalhos de síntese foram concebidos (Gsell e sua monumental *Histoire de L’Afrique du Nord*, iniciada em 1913, com 8 volumes). Além disso, neste período floresceram pesquisas sobre temas como fronteira, centurição e planejamento de cidades (BEN BAAZIZ, 2013). Destaca-se aqui a importância de nomes como Charles Saumagne (1924a, 1931) e P. Davin (1930).

O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial representou outra fase para a arqueologia tunisiana (1945-1954). A inspeção de Antiguidades foi reestabelecida e Pierre Cintas foi nomeado supervisor dos monumentos antigos e islâmicos. Marcado por uma “estagnação tecnológica”, a Arqueologia viu crescer o número de arqueólogos – em Cartago, o padre Lapeyre já havia iniciado suas atividades desde a morte de Delattre em 1932 – e a chegada de novos africanistas como M. Le Glay, P. A. Février, R. Étienne, M. Jaubert, P. Salama, G. Ch. Picard e Gabriel Camps (BEN BAAZIZ, 2013).

Camps (1927-2002), por exemplo, foi um notável historiador e arqueólogo especializado na África berbere. Nascido na Argélia, é considerado como um dos fundadores dos estudos de Proto-História do Norte da África e idealizador de importantes publicações, como a *Encyclopédie Berbère* (GAST, 2003). Sua atuação representa a atuação de uma geração de autores locais pesquisando o Norte da África na Antiguidade.

### 2.5 A Arqueologia tunisiana (1954-1997)

Com a independência da Tunísia e os eventos que se seguiram, a Arqueologia praticada no país entrou em um novo período. O Museu do Bardo foi convertido em Museu Nacional e vinculado ao recém-criado Ministério da Cultura tunisiano (1961). Cinco anos depois, o Instituto Nacional de Arqueologia e de Arte (INAA) foi criado (BEN BAAZIZ, 2013).

O movimento anticolonialista liderado pelo presidente Bourguiba buscou valorizar a cultura fenícia e as imagens de Aníbal e Jugurta foram utilizadas como um símbolo de resistência aos romanos. Os elementos púnicos foram resgatados na nova política governamental, e Cartago foi escolhida como o local para a construção do novo palácio presidencial (JEBABI; POUILLON, 2022; QUINN, 2018).

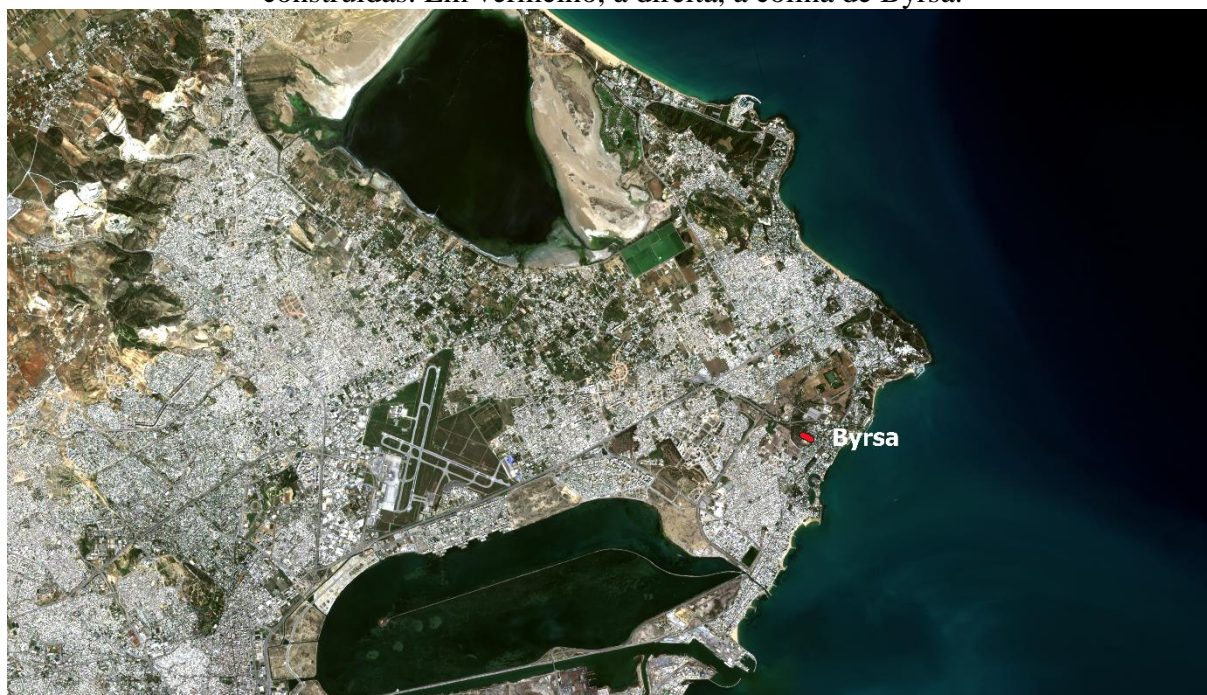
Esta política de resgate do passado arqueológico da região resultou em um processo de adensamento urbanístico na região ao redor de Cartago (figura 21), que se tornou o metro quadrado mais caro do país. Sob direção de Mohamed Hassine Fantar (1982-1987), houve uma abertura de canteiros arqueológicos para a cooperação internacional.<sup>72</sup> Esta participação internacional nas escavações tunisianas teve seu apogeu no projeto organizado pela Unesco “*Pour Sauver Carthage*” (BEN BAAZIZ, 2013).

---

<sup>72</sup> A França atuou em Bulla Regia, El Jem, Kelibia, Sbeitla e Haidra e os alemães, a seu turno, trabalharam em Chemtou. Os holandeses atuaram em Raqqada, os ingleses em Sbeitla, e os estadunidenses em Útica, El Jem e Kasserine.



Figura 21: Imagem de satélite com combinação de faixas para visualização de áreas construídas. Em vermelho, à direita, a colina de Byrsa.



Fonte: Elaborado pelo autor.

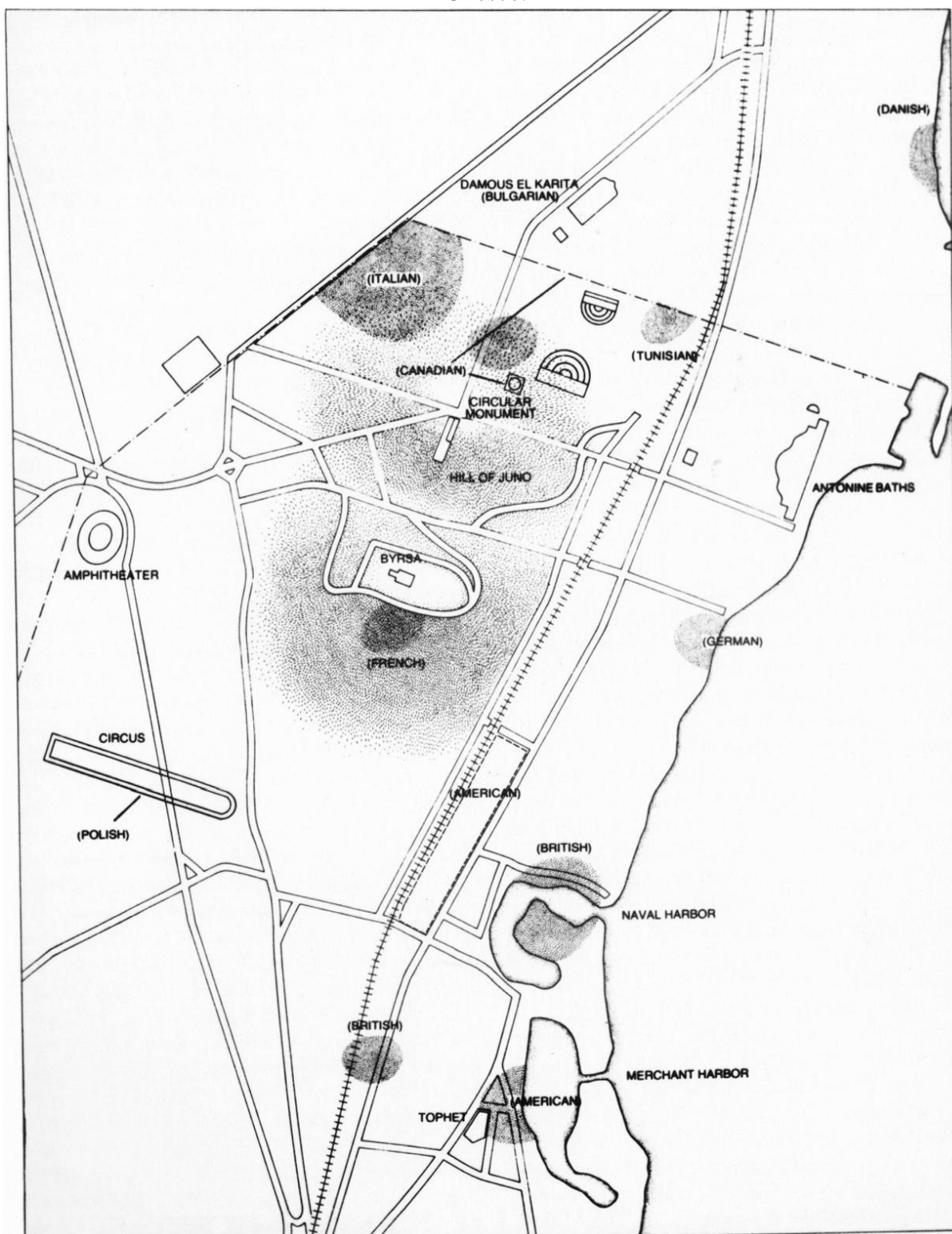
Se a Arqueologia exerceu um poder de destruição e seletividade em vários episódios de sua história, devemos lembrar que este fenômeno não foi exclusivo da disciplina e que ela exerce, sim, um papel fundamental na preservação da memória e na construção de informações sobre o passado. Foi para fazer face a um processo de urbanização e destruição acelerada do patrimônio arqueológico tunisiano que a UNESCO criou o programa Pour Sauver Carthage (1972), encaminhando uma grande missão arqueológica para a região.

A campanha foi lançada em 19 de maio de 1972, na Tunísia, pelo ministro de Assuntos Culturais e teve seu convite endereçado pela UNESCO aos países interessados (Figura 22). Foram doze países que responderam ao chamado e enviaram grupos de trabalho que atuaram no país entre 1972 e 1987, alguns dos quais compostos por mais de uma equipe de escavação. Polônia, Bulgária, Alemanha, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Suíça e Países Baixos atuaram em setores específicos do sítio arqueológico (ENNABLI, 1987).<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Apresentamos apenas os dados referentes às escavações que investigaram os estratos romanos da cidade. As publicações apresentadas não refletem sua totalidade, mas exprime o material ao qual tivemos acesso.

Figura 22: Localização das principais áreas de escavação da campanha arqueológica da Unesco.

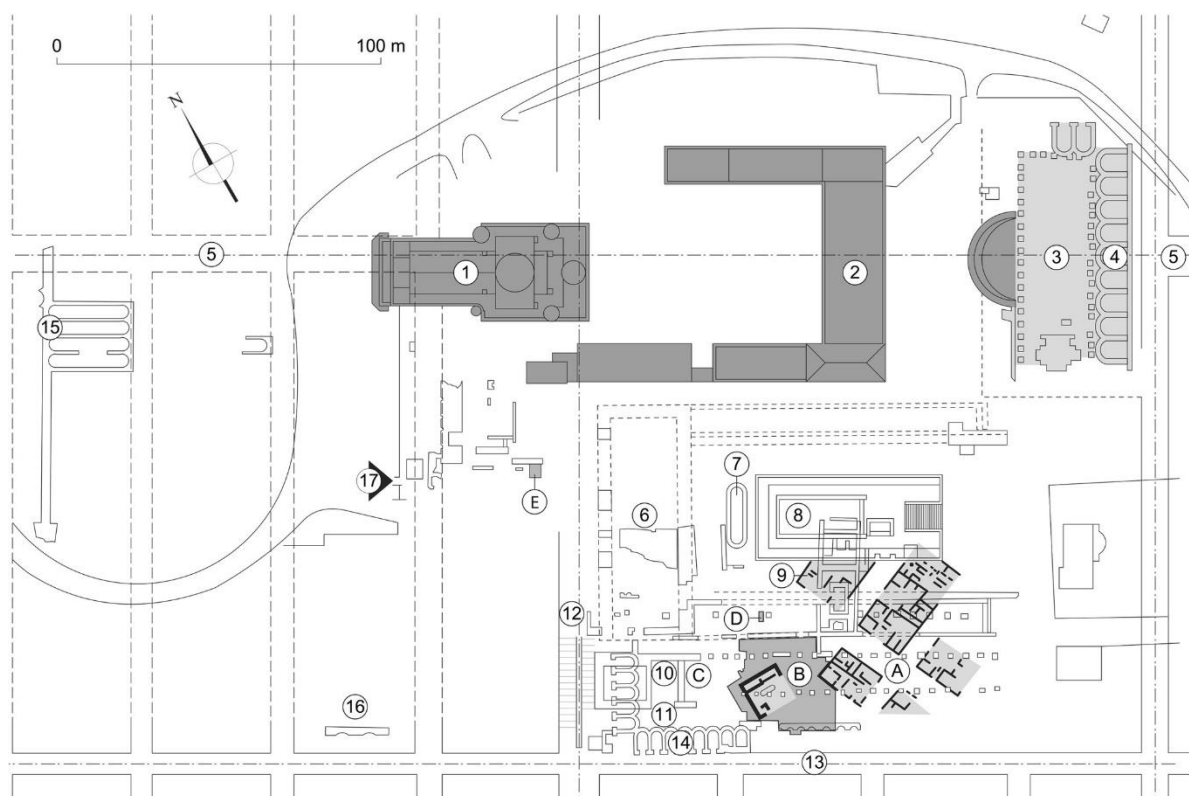


Fonte: Humphrey (1978, p.513).

Convidados pelo governo tunisiano, a expedição arqueológica francesa iniciou suas atividades na colina de Byrsa em 1974 com a participação de nomes como J. Deneauve e J. M.

Carrié sob a direção de Serge Lancel (1974-1976, 1977 e 1978), Pierre Gros (1977-1980) e de Jean-Paul Morel (1983-2007) (figura 23). Os resultados destes trabalhos foram apresentados em congressos e publicados em artigos e em três relatórios de escavação.<sup>74</sup>

Figura 23: Planta esquemática do cume da colina de Byrsa e do topo da encosta sul e os dois setores de escavação (A e B); a antiga catedral e provável localização do capitólio (1); o Museu de Cartago (2); a grande basílica romana (3 e 4); a biblioteca (6); o templo perípetro do período Júlio-Claudiano (8) e a cisterna adjacente (7); o templo do período Antonino (10); o suporte principal da plataforma romana (14);



Fonte: Morel (2011b, fig.1)

A atuação da Missão Francesa, patrocinada pela AIBL, foi fundamental para a recuperação e conservação do “passado material” da colina ameaçado de destruição. O projeto contou, inclusive, com uma preocupação pedagógica de apresentação de seus resultados no Museu Arqueológico de Cartago, cujas exposições têm atraído grande atenção do público tunisiano (MOREL, 2011b).

A colina de Byrsa começou a ser escavada, no entanto, desde a segunda metade do século XIX, muito antes dos sistemáticos trabalhos realizados pela missão francesa sob patrocínio da UNESCO. Em 1859, Beulé escavou em busca das fases mais antigas da Byrsa púnica, e Delattre

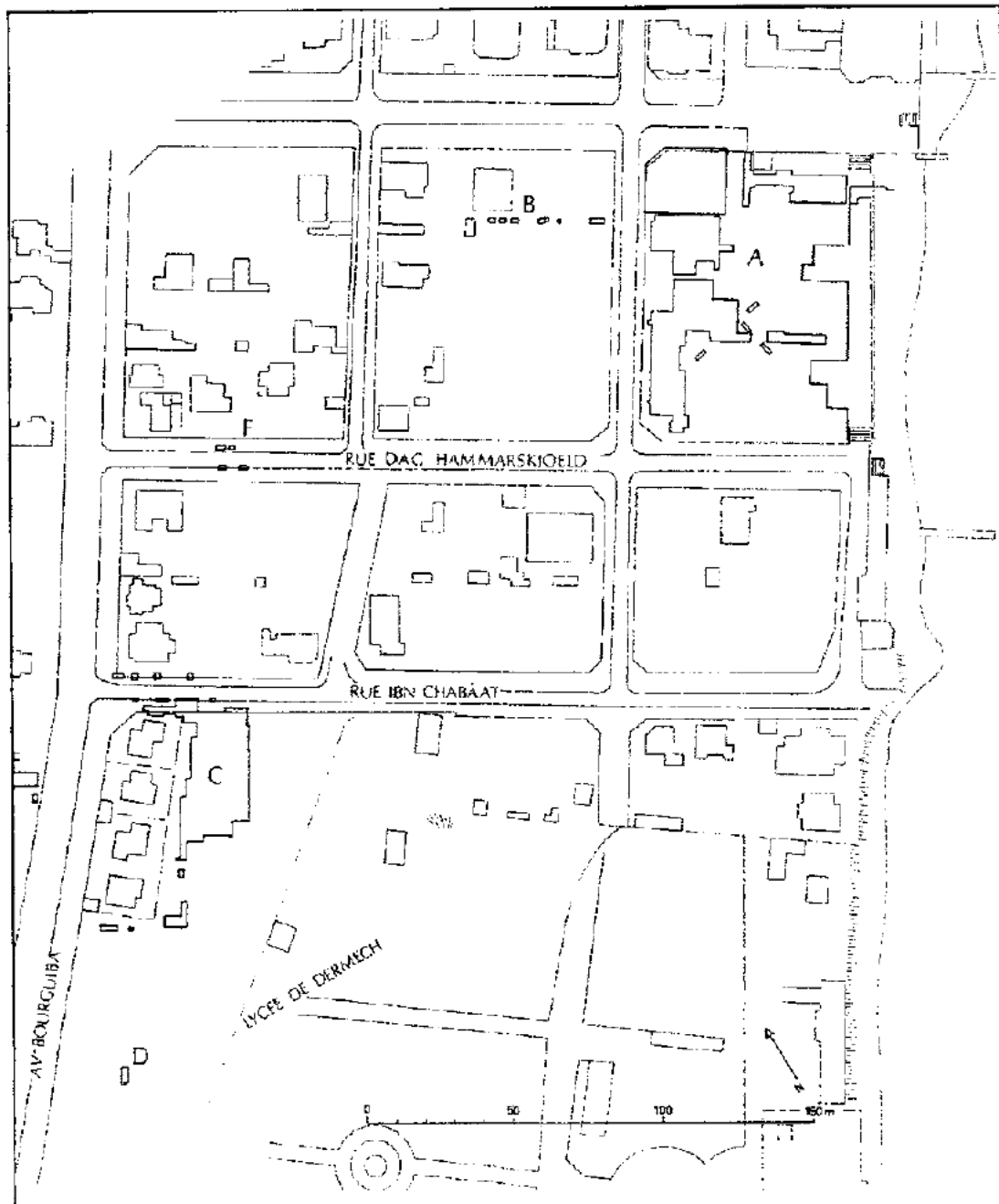
<sup>74</sup> Os resultados referentes às campanhas lideradas por Morel estão em processo de sistematização e publicação.

continuou as escavações da área sudeste entre 1893 e 1894. Entre 1930 e 1938, P. Lapeyre escavou na região sudoeste e, relativamente no mesmo período, ocorreram os trabalhos de Saumagne, seguido por C. Picard, M. Picard e Ferron em 1947 (LANCEL, 1980).

A área ao norte de Byrsa foi escavada pela missão arqueológica sueca, na intersecção entre o *decumanus* I norte e o *cardo* I leste (PETERSON, 1980; STYRENIUS, 1981, LARJE, 1995). Sob direção de A. Carandinni, os italianos, a seu turno, ficaram no setor noroeste da cidade (ENNABLI, 1987, p.416), que atuou ao lado de uma das equipes canadenses, que escavava no limite norte do planalto do Odeon (WELLS; WIGHTMAN, 1980; WIGHTMAN; GREENE, 1984; WELLS, 1982).

A região da planície costeira, por sua vez, foi escavada pela equipe do Instituto Arqueológico alemão sob comando de Friedrich Rakob (figuras 22 e 24). As escavações foram realizados em uma grande área da região costeira, em um setor conhecido como “distrito Magon”, que incluíram investigações na rua Septímio Severo e na rua Ibn Chabâat, na intersecção entre o *cardo* XII e o *decumanus* I Sul, na área localizada ao sul da Avenida Bourguiba e na rua Hammarskjöld (RAKOB, 1998).

Figura 24: Localização das principais áreas de escavação da equipe alemã.



Fonte: Rakob (1998, p.18).

Os trabalhos da equipe inglesa foram liderados por Henry Hurst (1975; 1976; 1977; 1979). As atividades concentraram-se em três locais de Cartago, a saber: a muralha romana tardia, próxima a Avenida Habib Bourguiba, a 350 metros a oeste do porto retangular (1975), a região localizada ao norte do porto circular e a Ilha do Almirantado.

Pesquisas continuam sendo realizadas em Cartago após a missão criada pela UNESCO. Trabalhos mais recentes (algumas das quais em análise para publicação) foram realizadas até 2007 em Byrsa, na área próxima ao cruzamento do *decumanus* I sul com o CM (MOREL, 2011a; 2011b). Outras foram conduzidas por pesquisadores locais na seção do CM localizada na encosta oeste de Byrsa (LADJIMI-SEBAÏ, 1996).

### CAPÍTULO 3. HISTÓRICO DE ACHADOS E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Algumas das principais descobertas arqueológicas realizadas em Cartago são tributárias, como vimos no capítulo anterior, das investigações realizadas pelos exploradores do século XIX. Além de terem lançado as bases de muitas das áreas escaváveis – o topo da colina de Byrsa, por exemplo – eles também realizaram extensas descrições de artefatos. Assim, os dados aqui apresentados refletem a História de desenvolvimento da disciplina arqueológica praticada na região, as limitações técnicas de cada época, e a forma com a qual cada investigador concebia sua relação com a materialidade.<sup>75</sup>

Nesta seção, apresentaremos os elementos pertencentes à fase augustana da plataforma superior de Byrsa, a saber: a) a estrutura de sustentação, b) o aterro utilizado em seu preenchimento e c) o piso superior sobre o qual foram erigidas importantes edificações. Afora a plataforma, as encostas da colina revelaram importantes vestígios da intervenção urbanística iniciada em 29 a.C. Discorreremos, por fim, sobre a materialidade exógena à antiga colina de São Luís, que inclui dois relevos e a malha urbana da cidade.

#### 3.1 A plataforma

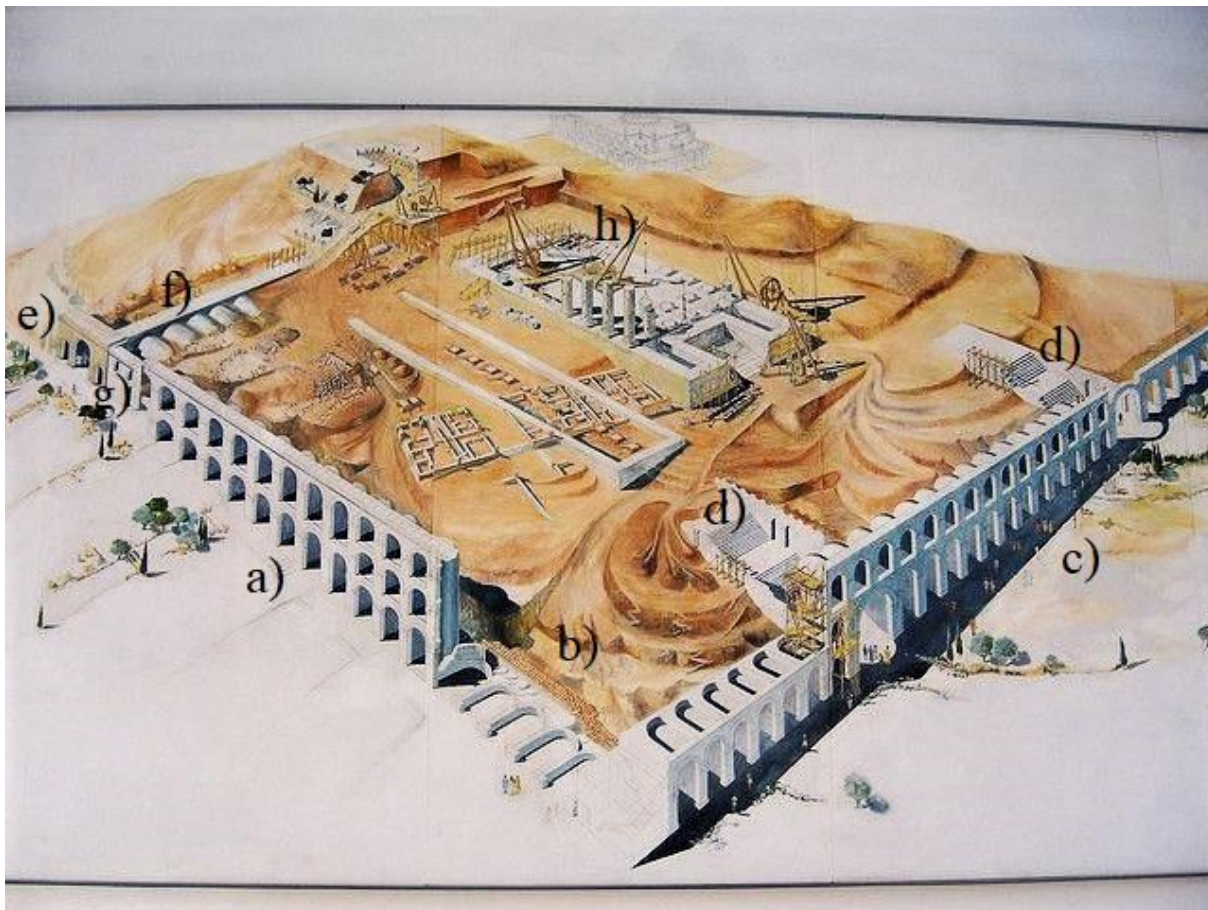
Uma das principais intervenções urbanísticas do projeto augustano de refundação de Cartago ocorreu em Byrsa. A colina teve seu topo planejado para receber uma plataforma de proporções monumentais. Na execução deste projeto, a planificação do cume promoveu o derrame de grossas camadas de aterro contidas por fortes estruturas de sustentação (figura 25).

Na ocasião da refundação de Cartago, a plataforma superior foi erigida entre o CM e o *cardo* IV leste, com uma faixada paralela ao *Decumanus* I sul (Figura 26). Seu comprimento correspondia à largura de 4 *insulae* somados os respectivos *cardines* que as separavam, o que totalizava cerca de 160 metros (DENEAUVE, 1979).

---

<sup>75</sup> Os dados coletados por Delattre foram, por muito tempo, alvo de desconfiança. Pesquisas recentes têm demonstrado o grau de precisão descritiva de seus trabalhos relacionados à epigrafia (FREED; MOORE, 1996), o que, infelizmente, ainda não pode ser generalizado para outras áreas.

Figura 25: Ilustração gráfica de J.-M. Gassend com reconstituição dos trabalhos de planificação da colina para a construção da plataforma. Detalhe para a sustentação sul (a) e leste (c), o muro de ânforas (b), as escadas de acesso ao piso superior (d), o pórtico (e) e o edifício vizinho (g), a sustentação oeste (f) e o Templo Períptero (h).



Fonte: Aounallah (2020a, p.156). Modificações realizadas pelo autor.

Em meados do século II d.C., a cidade passou por um amplo processo de reformas urbanísticas, que incluíram a construção de novas construções na cidade como as termas antoninas. Neste período, a plataforma foi palco de profundas intervenções urbanísticas, tanto na atualização de suas estruturas de sustentação quando no piso superior, que assistiu à construção de novos edifícios. Esta reforma diferencia-se da intervenção urbanística anterior pelo emprego de novas técnicas construtivas e pela destruição ou reaproveitamento de elementos da fase augustana em sua composição.

Discorreremos, a seguir, sobre as estruturas de sustentação correspondentes à fase augustana, que foram construídas em formato de absides, para, em seguida, observarmos as evidências das edificações erigidas na parte superior. Uma vez que o projeto augustano de refundação de Cartago não se limitou à colina, apresentaremos os elementos da cultura material correspondente a este período que são exógenos a Byrsa, o que inclui o traçado da malha urbana,



com o qual encerramos este capítulo. A localização dos dados apresentados remonta aos trabalhos dos primeiros escavadores do século XIX e seguirá uma ordem cronológica dos achados de cada setor.

### 3.1.1 Os muros de sustentação:

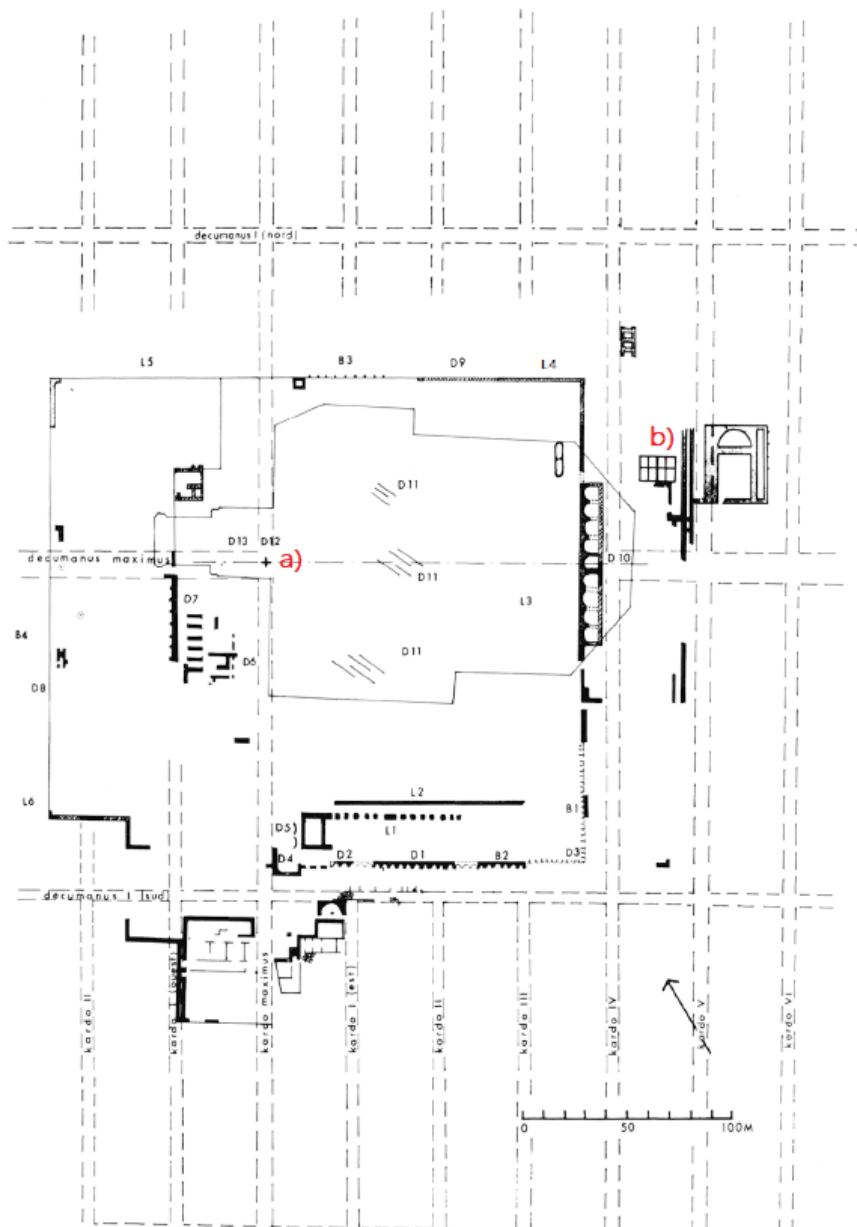
#### 3.1.1.1 A sustentação Sul:

Em 1859, Beulé (1861, p.56-63) encontrou vestígios das estruturas de sustentação da plataforma romana. Seus achados ocorreram na escavação G, no retângulo formado pelo *decumanus* I sul e os *cardines* II e III leste (figura 26, B2; figura 27, A). Este conjunto, pertencente aos muros de sustentação, foi pilhado pelos caçadores de pedras, e sua localização só pôde ser precisada pela Missão Francesa de Byrsa<sup>76</sup> por meio dos negativos deixados no terreno (LANCEL, 1979, p.14).

---

<sup>76</sup> Doravante, todas as ocorrências “Missão Francesa de Byrsa” ou “equipe francesa” fazem referência às escavações lideradas por Serge Lancel, Pierre Gros e Jean Paul Morel no contexto do projeto “Pour Sauver Carthage” da Unesco.

Figura 26. Mapa representando as principais escavações realizadas no topo da colina de Byrsa, nas encostas leste e sul, por Beulé (B), Delattre (D) e Lapeyre (L). Localização da *groma* (a) e do altar a *Gens Augusta* (b). Em pontilhado, o traçado teórico da malha urbana.



Fonte: Adaptação do trabalho de Saumagne (1924b, p.181) feita por Lancel (1979, p.43). Modificações nossas.<sup>77</sup>

Beulé mencionou que esta estrutura era formada por um conjunto de seis absides (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**, C), das quais cinco foram construídas com grandes blocos medindo 1,50 metros de largura x 1,25 de altura x 1,00 metro de profundidade. Os muros transversais que separavam estas estruturas apresentavam de 4 a 5 metros de altura (BEULÉ,

<sup>77</sup> A adaptação de Lancel apresentava um erro – corrigido – na localização de uma das escavações de Lapeyre.

1861). Sabemos que uma das absides era revestida em *opus reticulatum*<sup>78</sup> a partir da descrição que o autor faz de um dos muros que a constituíam: ele afirma que ela possuía oito metros de altura, sendo composta por pequenas pedras quadradas dispostas em losango (figura 28).

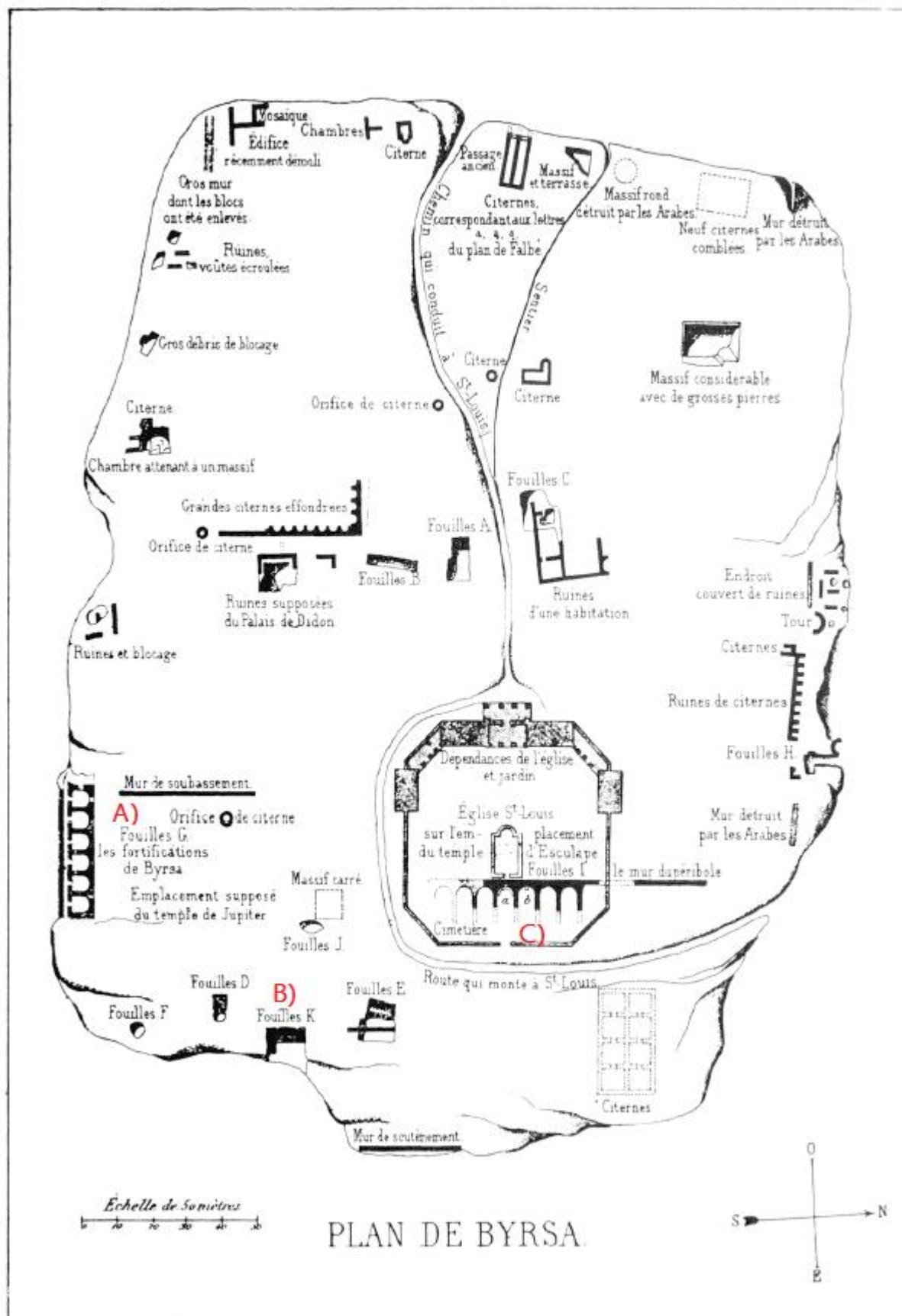
Não obstante, o autor interpretou este conjunto como salas semicirculares púnicas que se sucediam como uma série de absides de iguais dimensões, justapostas e sem interrupção. Beulé baseou-se no que acreditava ser uma “preferência” fenícia pelas estruturas arquitetônicas semicirculares (*semicúpulas*) (BEULÉ, 1861, p.61).

Beulé deu continuidade às escavações em direção a encosta (figura 26, B2; figura 27, B), deparando-se com uma quantidade atípica de ânforas atrás de um muro revestido em *opus reticulatum*, conjecturando acerca da existência de uma loja ou depósito no local (BEULÉ, 1861). Coube a Delattre (1893a, 1893b, 1894) prosseguir com as descobertas na extremidade oriental da sustentação sul da plataforma em 1892 (Figura 26, D3). Temos aqui a localização de um dos elementos mais importantes para análise do processo de construção da plataforma superior de Byrsa no projeto augustano.

---

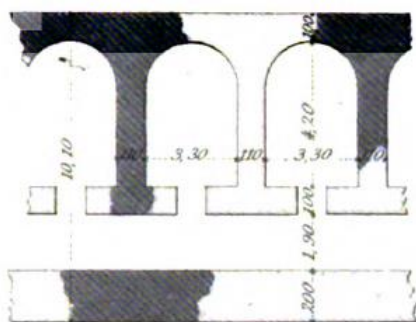
<sup>78</sup> O termo *opus* pode ser utilizado para uma variedade de combinação de materiais construtivos. Neste caso, *opus* refere-se a uma composição de alvenaria constituída por elementos colocados e não lançados, executados numa construção. O *opus reticulatum* consiste em um “dispositivo feito de pedras trabalhado em forma de pequenas pirâmides truncadas, cuja disposição, a 45° da horizontal, desenha na parede como uma rede” (GINOUVÈS; MARTIN, 1985, p.94-96).

Figura 27: Mapa dos principais achados de Beulé na colina de Byrsa: A) escavações G; B) escavações K; C) as “Absides de Beulé”.<sup>79</sup>



Fonte: Beulé (1861, Planche L). Modificações realizadas pelo autor.

Figura 28: Desenho feito por Beulé contendo suas medições (esquerda) e uma estrutura escavada com três personagens utilizados como escala (direita).



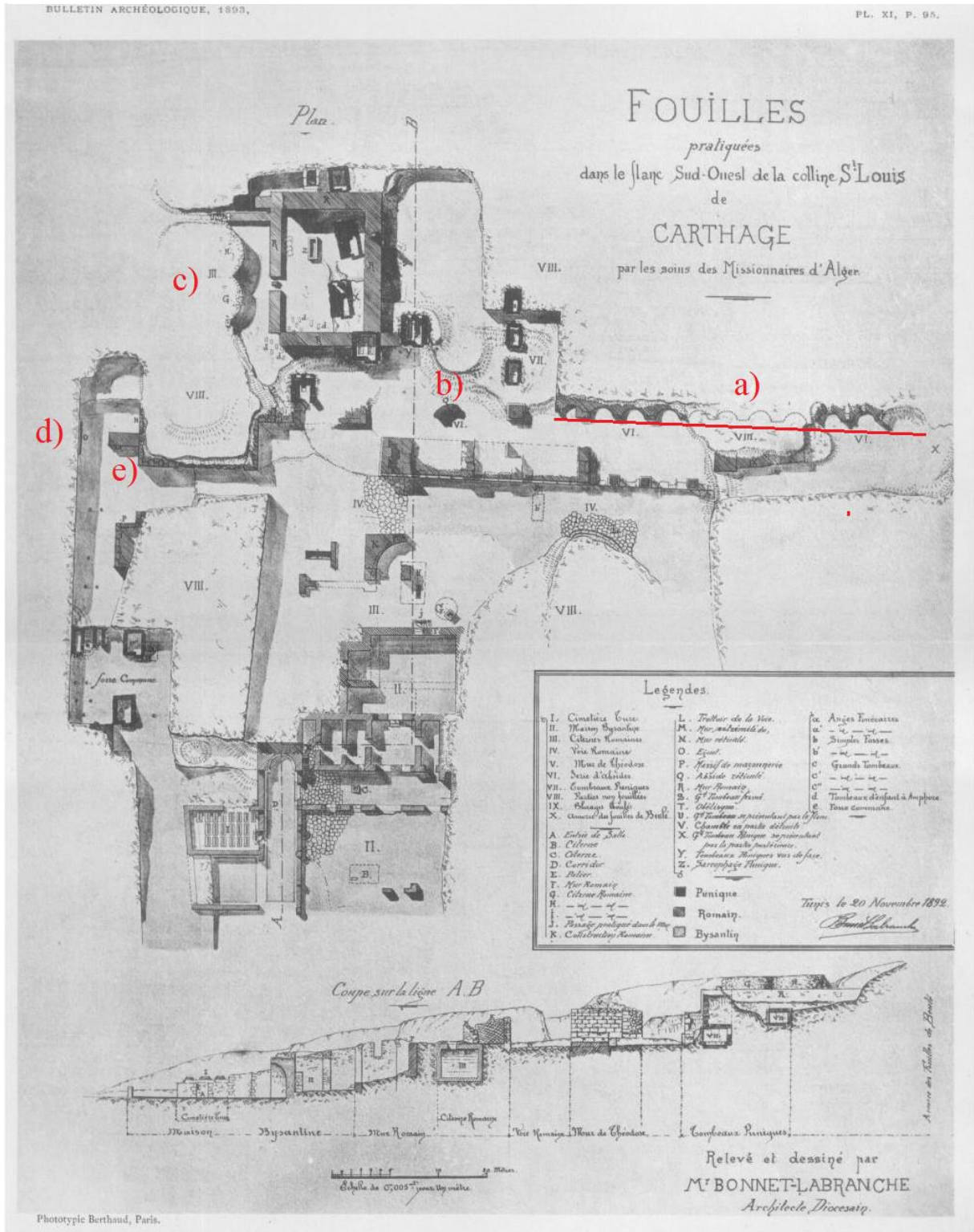
Fonte: Beulé (1861, planche II, figs. 1 e 2). Adaptações realizadas pelo autor.

Delattre localizou o prolongamento das absides que haviam sido encontradas por Beulé. Ele estipulou um total de 11 absides, ainda que quatro tenham sido conjecturadas em área não escavada,<sup>80</sup> dispostas em uma extensão de 48 metros (figura 26, D2; figura 29, a). Construídas em pedregulhos, a abside localizada a oeste do conjunto era revestida em *opus reticulatum* (DELATTRE, 1893b). A partir do mapa elaborado pelo sacerdote, Deneauve (1979) observou seu isolamento e sua ruptura de alinhamento, que teria ocorrido em virtude de uma destruição.

<sup>79</sup> Este mapa apresenta grandes equívocos no que se refere à sua escala e orientação dos achados.

<sup>80</sup> Em seu artigo, Delattre menciona um total de 15 absides, mas, na representação feita por M. Bonnet-Lambranche (Figura 29, a) apenas 11 foram representadas. Seguimos Deneauve (1979, p.48) e contabilizaremos 11, acreditando que este tenha sido um equívoco do autor e não do desenhista.

Figura 29: Plano de escavação e achados de Delattre em Byrsa: a) série de 11 absides; b) abside isolada; c) sustentação oeste; d) esgoto; e) fundação (porta?)



Fonte: Delattre (1893b, PL.XI, p.95). Modificações realizadas pelo autor.

No entanto, a descoberta de um conjunto de cerca de 1000 ânforas (figura 25, b; figura 26, D4) localizado na área entre o ângulo sudeste da plataforma e a escavação de Beulé possibilitou-lhe ser o primeiro a compreender que o conjunto de absides consistia, na verdade,

em parte de uma estrutura de sustentação para o nível superior da colina (DELATTRE, 1893a; 1893b; 1894).

As ânforas haviam sido dispostas em oito camadas sobrepostas (figura 30) que se apoiavam no extradorso de um conjunto de absides revestidas em *opus reticulatum* (DELATTRE, 1893b; 1894). É justamente neste ponto da colina que o nível do aterro augustano atingiu sua maior elevação,<sup>81</sup> o que explica a localização do muro. Sua função era servir de dreno e apoio, tendo sido criado para atenuar a pressão exercida contra as estruturas de sustentação (DENEAUVE, 1979).

Posicionadas de forma horizontal, tocando-se ora pela boca, ora pelo flanco, cada camada de ânforas estava separada da subsequente por 0,50 e 0,60 cm de terra. A estrutura, que pode ter utilizado cerca de 6000 ânforas, atingiu uma altura média de 6 metros, e sua largura correspondia à medida de 5 ânforas (4,40 metros) (DELATTRE, 1893a, p.152,153;1893b, p.102; 1894, p.89-90; 1907, p.35).

No que concerne ao formato das cerâmicas, Delattre afirma que a maioria era cilíndrica (0,30 cm de diâmetro), enquanto outras maiores possuíam a pança em forma cônica e uma base arredondada que terminava em um ponto mais curto (0,40 cm de diâmetro).<sup>82</sup> A altura média de ambos os tipos variava de 0,90 cm a 1 metro (DELATTRE, 1893a, p.155; 1894, p.90)<sup>83</sup>.

O material que as revestia configura-se como um importante elemento de análise deste conjunto. Antes de serem dispostas em seu local de destino, elas foram preenchidas com terra proveniente de Byrsa, do mesmo tipo que as recobriu. Em seu interior, foram encontrados fragmentos de cerâmica coríntia e púnica, além de moedas púnicas e “fragmentos cartagineses”<sup>84</sup>. Esta composição corresponde às camadas de aterro augustano, caracterizado pela presença de elementos de destruição da cidade púnica e ausência de elementos romanos<sup>85</sup>, ou seja, marca-se, assim, sua relação com a destruída cidade fenício-púnica (DELATTRE, 1893a, p.153; 1894, p.90-91).

---

<sup>81</sup> Em sua escavação na mesma área, F. Beulé (1861) contabilizou 19 metros até atingir a rocha virgem, tendo de atravessar 56 pés de escombros.

<sup>82</sup> Sobre seu conteúdo, o autor afirma ter encontrado um pó impalpável nas paredes com aspecto de fuligem, chicória ou tabaco de cor amarelada, negra ou castanha. Ainda que na maioria não houvesse vestígios de líquidos ou sólidos, foi encontrada uma base semelhante à resina no fundo de uma ânfora, enquanto outras possuíam cinábrio. Para o autor, muitas eram ânforas de vinho (DELATTRE, 1894).

<sup>83</sup> Delattre não demonstrou interesse pela tipologia das ânforas. Freed e Moore (1996) se dedicaram à análise da coleção, que foi localizada no Museu Nacional de Cartago. Das 600 ânforas que foram descritas por Delattre, as autoras localizaram 132 e constataram a precisão das descrições epigráficas feitas pelo padre. Sobre a tipologia, reconheceu-se que o muro era composto por 12 tipos de ânforas, sendo a maioria da tipologia Dressel 2-4.

<sup>84</sup> Os detalhes sobre os fragmentos não foram mencionados pelo autor.

<sup>85</sup> Um segundo muro de ânforas foi localizado por Delattre (1907) perto da costa, no sopé da colina que precede a capela de Santa Mônica. Como no caso do muro de Byrsa, as ânforas também foram preenchidas com terra, mas esta possuía elementos púnicos e, sobretudo, fragmentos de cerâmicas romanas.

Figura 30. Fotografia do Muro de Ânforas escavado por Delattre.



Fonte: Artstor. Scrapbook "Excavations done by the White Fathers in Carthage 1880-1920", Scrapbook "Opgravingen door de Witte Paters gedaan in Carthago 1880-1920", scrapbooks; photographs. 1880-1920 (coverage). Artstor, library.artstor.org/asset/25071319. Modificações realizadas pelo autor.

Esta descoberta monumental feita por Delattre revela-se ainda mais impressionante quando somos informados do total de mais de 600 inscrições anfóricas. Algumas ânforas, reconhece o autor, não as possuíam, enquanto outras eram indecifráveis. Os registros foram localizados no colarinho ou na parte superior da pança e possuíam uma tonalidade viva e muito bem conservada – “parece que foram aplicadas no dia anterior” – com tons e cores variando do vermelho forte ao fraco, castanho, violeta e laranja (DELATTRE, 1894).

Estas inscrições apresentam desde nomes simples, até iniciais, monogramas e grafites, sendo estes em número muito menor. Aquelas que possuem o nome dos cônsules foram datadas por Delattre: a mais antiga em 43 a.C. e a mais recente, por sua vez, em 15 a.C. (DELATTRE, 1893a, p.153-154; 1894, p.91-98). Neste momento estabeleceu-se, pela primeira vez, uma datação para a construção do topo da colina no período augustano.

As escavações realizadas pela equipe francesa nos anos 1970 deram continuidade à descoberta dos achados do período romano, o que incluem a parte do grande muro de



sustentação para a construção da plataforma (figura 25, a). A seção do muro escavada possui 5,60 de altura (MOREL, 2011a), uma medida que vai ao encontro daquela do Muro de ânforas que, segundo Delattre (1893a), possuía 5,80 metros. O nível de algumas estruturas romanas permite supor, não obstante, que ele tenha atingido mais de 8 metros de altura (MOREL, 2011a).

Além deste, foram localizadas absides de reforço deste muro revestidas em *opus reticulatum* ao longo do *decumanus* I Sul, próximo à sua intersecção com o CM (MOREL, 2011a). Uma série de pilares de fundação de muros de sustentação secundária (muro D ou muro “Lapeyre”) também foi localizada, assim como a camada de aterro, que em alguns pontos atingiu a espessura de uma dezena de metros (MOREL, 2011a).

No que diz respeito à parte oeste da sustentação sul, as escavações também remontam ao trabalho de Delattre (1893b, p.102-105), que localizou absides revestidas em *opus reticulatum* (figura 26, D4; figura 29, b). Estas estruturas foram destruídas à medida em que o escavador descia no terreno em direção à necrópole púnica (DELATTRE, 1893b).

Na década de 1970, a equipe francesa escavou no local e pôde localizar seis estruturas que consistiam em salas abertas para o *decumanus* I sul (figura 23, nº 14). O fundo destas estruturas foi construído em formato de abside, que serviam de sustentação para a plataforma superior (DENEAUVE; GROS, 1980).

Destas salas, que correspondiam a 43 metros do total da sustentação sul (160 metros), foi localizado o *rudus*<sup>86</sup> de três das seis estruturas (figura 32): construídas em *opus reticulatum*, elas possuíam largura que variava entre 3,30 e 3,70 metros. Seu alinhamento também não era correto, o que levou Gros e Deneauve (1980) a suporem um erro na prospecção do terreno feito no projeto original.

---

<sup>86</sup> Termo técnico utilizado para descrever um dos elementos constitutivos da substrução de um mosaico. O *rudus* é uma camada de seixos colocada em argamassa que fica entre o *nucleus* (acima) e o *statumen* (abaixo) (GINOUVÈS; MARTIN, 1985, p.147-148).

Figura 32: Foto da estrutura de fundação das salas-absides da sustentação sul.



Fonte: Deneauve e Gros (1980, p.314).

Enquanto as absides foram feitas empregando-se revestimento em *opus reticulatum*, os muros laterais entre as salas foi revestido com *opus quadratum*<sup>87</sup> utilizando, como característico das construções augustanas, elementos provenientes da destruição dos edifícios púnicos. Na parede frontal, vãos medindo 2,20 metros de largura abriam-se para o *decumanus* I Sul.

Os escavadores descobriram que o *opus quadratum* era empregado, às vezes, na construção da própria abside e também o uso de uma espécie de *opus africanum* intercalando pernas de pedra em um *opus incertum*. As dimensões dadas por Beulé, comparadas com aquelas que revelamos, correspondem às salas um pouco menos profundas e cuja espessura maior das paredes laterais absorve uma parte do espaço interior (DENEAUVE; GROS, 1980, p.323).

Para Deneauve e Gros (1980), estas salas podem ter funcionado como lojas. Ainda que dispostas contra as fachadas de casas, que limitaram sua visão dos demais edifícios da vizinhança da encosta Sul, elas possuíam localização e acesso privilegiados.<sup>88</sup>

---

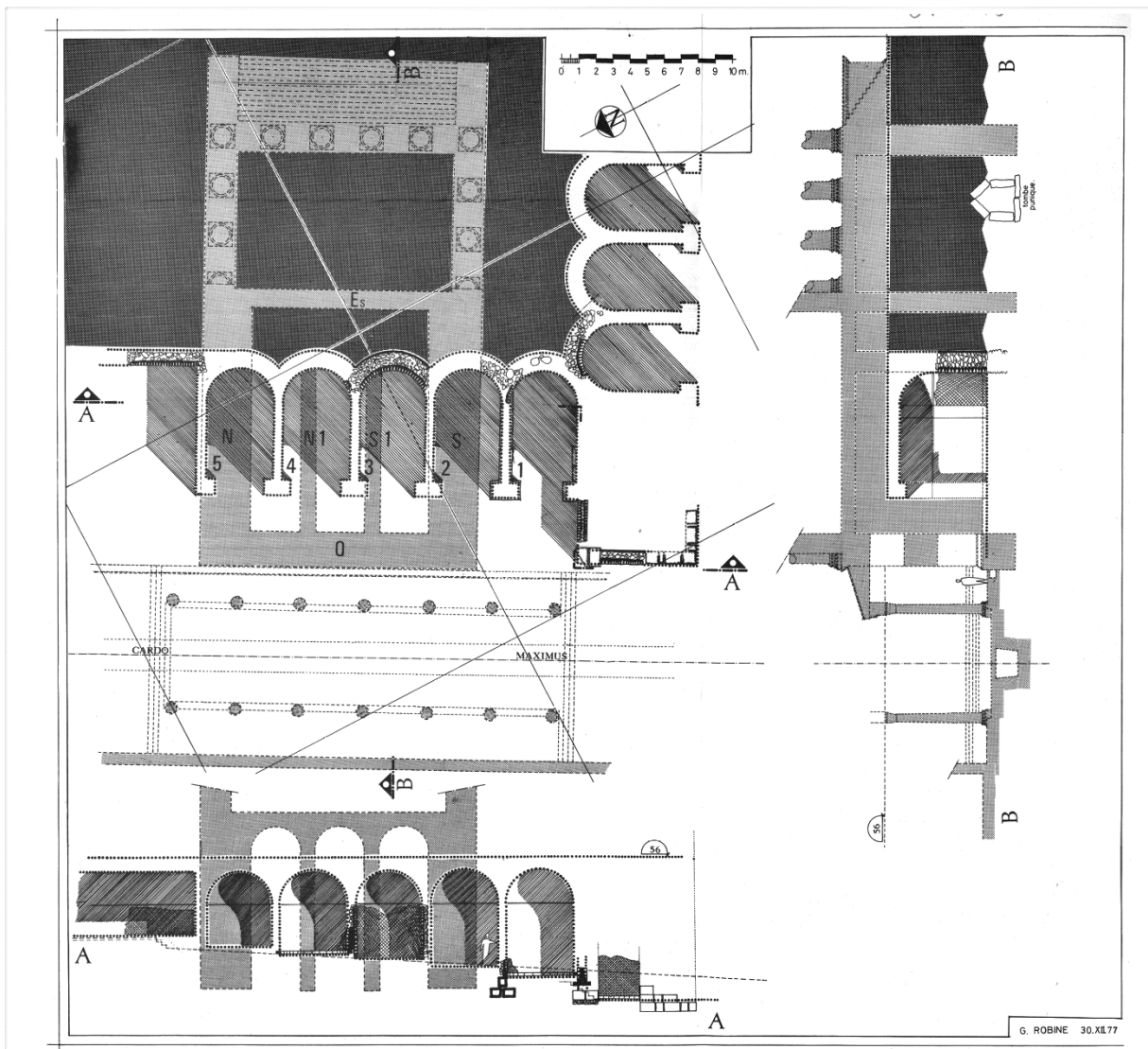
<sup>87</sup> Composição em blocos de pedra talhada em forma de paralelepípedo retangular (GINOUVÈS; ROLAN, 1985, p.98-99).

<sup>88</sup> A destinação das salas com absides parece, portanto, um fator muito secundário em sua construção e teve que ser adaptada ao seu ambiente direto; no que diz respeito aquelas do sul, veríamos, de bom grado, lojas (DENEAUVE; GROS, 1980).

### 3.1.1.2 A sustentação oeste:

No plano de 1892, Delattre (1893b) apresentou o que identificou como duas cisternas romanas (figura 25, f; figura 26, D5; figura 29, c), mas que consistiam, na realidade, em duas absides da sustentação oeste. Embora uma delas tenha desmoronado nas escavações de Lapeyre, a segunda ficou preservada (figura 33, nº4 e nº3, respectivamente), o que permitiu estabelecer sua dimensão: 3,75 metros de largura, com raios da abóbada e da semicúpula medindo 1,87 metros e uma provável espessura de 0,60 centímetros acima do intradorso. Ambas foram construídas utilizando-se pequenas pedras em uma base de cal e revestidas em *opus reticulatum* e a uma distância de 11 metros do CM (DENEAUVE, 1979).

Figura 33: Restituição das absides de sustentação oeste e sul (sendo esta hipotética) e situação em relação aos edifícios posteriores



Fonte: Deneauve; Villedieu (1979, p.169). Adaptações realizadas pelo autor.

Outras absides foram localizadas pela equipe francesa, totalizando um conjunto de 5 unidades pertencentes à sustentação oeste da plataforma. Da primeira abside sul foi localizado um fragmento de seu muro (*opus reticulatum*) (Figura 33, nº 1; Figura 34) correspondente ao “início da curvatura do intradorso imediatamente após a sua junção com a parede lateral norte”. Da abside 2 (figura 33, S2), por sua vez, o início da curvatura representando a continuação com a anterior.

Figura 34: Fragmento do muro da primeira abside Sul.



Fonte: Deneauve e Villedieu (1979, p.168).

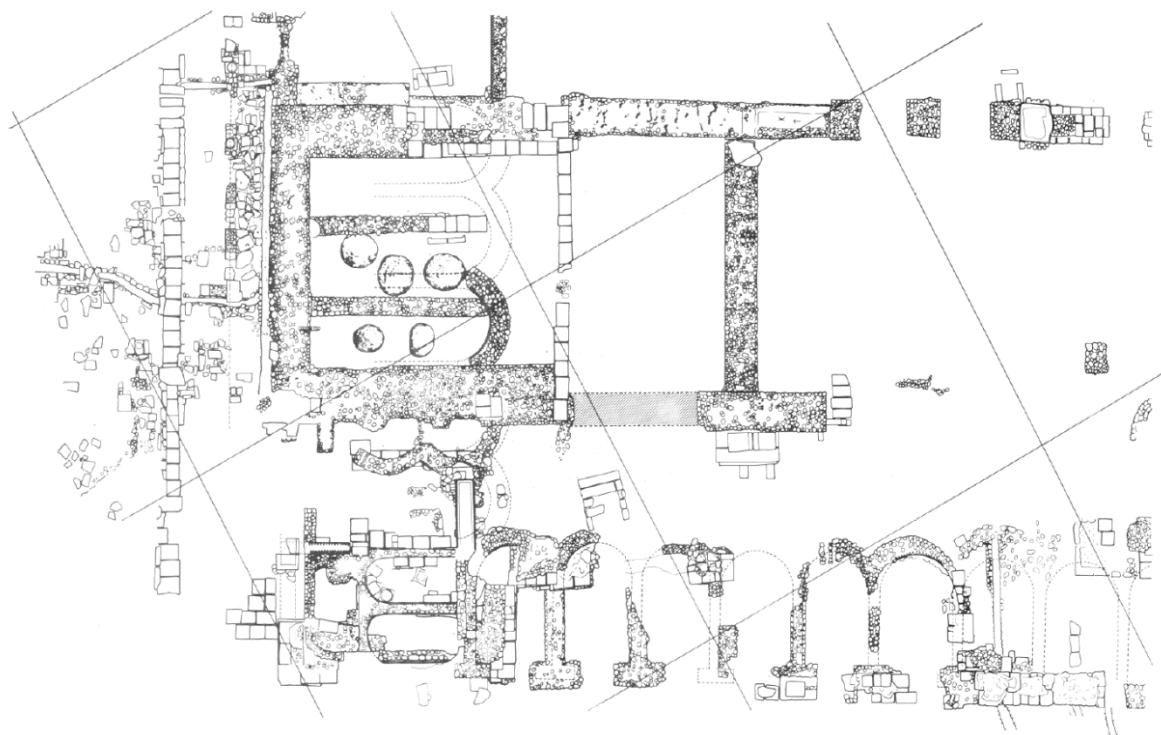
Figura 35: Abside da sustentação oeste vista do oeste.



Fonte: Deneauve e Villedieu (1979, p.167).

Um esgoto também havia sido escavado a alguns metros de distância (figura 29, d; figura 36) (DELATTRE, 1893b, p.100-101) sendo, como lembra Deneauve (1979, p.49), posteriormente atribuído ao CM por Saumagne (1924a, p. 134). Faz-se importante ressaltar que todas as fundações do conjunto de absides estavam posicionadas paralelamente a esta via, e se adaptaram ao declive da colina, que era descendente do Norte em direção ao Sul. A primeira abside sul, no entanto, estava em posição relativamente elevada (49,15 metros em relação ao nível do mar) quando comparada ao cruzamento das duas vias adjacentes (47,50 metros), o CM e o *decumanus* I sul (DENEAUVE, 1979, p.164-168).

Figura 36: Representação da sustentação oeste e sul da plataforma superior. À esquerda, *cardo máximo* e seu respectivo esgoto.



Fonte: Deneauve e Gros (1980, p.320).

Um edifício contendo três cisternas formando o ângulo dos muros de contenção sul e oeste foi construído em posição adjacente à primeira abside sul (Figura 25, g; figura 37). Desta estrutura, um muro em *opus reticulatum* (figura 29, b) havia sido localizado por Delattre (1893b, p.101), enquanto a Missão Francesa identificou, na década de 1970, outro fragmento pertencente à fachada norte empregando a mesma técnica (DENEAUVE, 1979, p.164-165).

Em sua origem, o interior da construção estava vazio, e possuía, provavelmente, uma sala, cujo revestimento reticulado é inferido a partir dos muros norte e oeste (DENEAUVE, 1979, p.165). O edifício possuía três cisternas e sua construção serviu para compensar o desnível promovido pelo declive da colina, enquanto uma série de degraus colocados sobre o *cardo* foi, provavelmente, o recurso adotado para vencer a inclinação do terreno (DENEAUVE, 1979).

Figura 37: Edifício formando o ângulo entre o CM e o *decumanus* I sul visto do oeste. No primeiro plano, muro que desabou.



Fonte: Deneauve; Villedieu (1979, p.164).

Vestígios de uma construção em *opus reticulatum* com ângulos em *opus quadratum* e de um maciço de fundação de blocos de El Haouaria sobre o CM indicam a presença de um pórtico sobre a via, no ângulo entre a sustentação sul e oeste (DENEAUVE; GROS, 1980, p.324). Delattre (1893b) já havia levantado esta hipótese ao se deparar com um ângulo de muro em *opus reticulatum*.

### 3.1.1.3 As sustentações leste e norte:

Os trabalhos sobre a limitação leste da plataforma também remontam a Beulé (1861, p.66-77), que escavou estruturas de sustentação da plataforma do período antonino – as famosas “absides de Beulé” (figura 27, C). Em seu alinhamento oeste, as bases nº 9 e 10 foram destruídas na construção do cenotáfio de Luís IX (GROS, 1985, p.17).

Ao escavar a abside central da sustentação oriental, Gros pode observar que esta estrutura comporta elementos reticulados no revestimento interno do banco<sup>89</sup> semicircular da

---

<sup>89</sup> Algumas paredes recebem um espaçamento em suas bases como forma de reforçar sua solidez. Esta base alargada (*empattement*) pode ter a forma de um banco (*empattement banquette*) (GINOUVÈS, 1992, p.27).

abside central. Esta é uma evidência, não obstante, da reutilização de elementos provenientes da destruição de uma sustentação anterior, de época augustana, assim como ocorreu na sustentação Sul. Estas absides substituíram suportes de um tipo comparável, mas menos monumentais, da época augustana (GROS, 1985, p.27-34).

Os dados da sustentação norte, por sua vez, também foram encontrados pelos primeiros escavadores, mas são vagos e difíceis de precisar.<sup>90</sup> Como lembra Deneauve (1979, p.46), alguns vestígios próximos ao traçado teórico do CM foram descritos por Béule, Delattre e Lapeyre. Em sua escavação H (figura 27, b), Beulé (1861) perscrutou estruturas a 72 metros da *groma*, mas as únicas informações relatadas são a presença de duas torres bizantinas e um esgoto sem a descrição de elementos que permitam sua datação (BEULÉ, 1861, p.37-38).

A equipe francesa não conseguiu localizar os achados de Delattre e Lapeyre, a seu turno, cujas descrições são imprecisas (DENEAUVE, 1979, p.46). Enquanto o primeiro encontrou um muro (figura 26, D9) que pode ter se localizado no prolongamento daquele localizado por Beulé (DENEAUVE, 1979, p.46), Lapeyre afirmou ter escavado um muro perto daquele localizado por Delattre (LAPEYRE, 1934, p.340), e que talvez seja seu prolongamento em direção ao leste (figura 26, L4)<sup>91</sup> (DENEAUVE, 1979, p.46).

### 3.1.2 O topo da colina:

Beulé (1961) realizou escavações atrás da capela dos Padres Brancos e conseguiu atingir o nível de solo virgem. Na ocasião da construção da antiga Igreja de São Luís (Luís IX), Delattre (1887) fez poços para o estabelecimento das fundações do edifício. Foram realizadas 89 perfurações em uma área de 2084 m<sup>2</sup> até uma profundidade que atingiu o solo virgem (uma variação de 4 a 7 metros) (DELATTRE, 1887).<sup>92</sup>

O autor descreve fundações de muros pertencentes a um grande conjunto, silos e cisternas púnicas (DELATTRE, 1887). À dificuldade imposta pelo estado de conservação dos objetos encontrados por Delattre soma-se a falta de descrição dos achados. São listados fragmentos de estátuas e de um conjunto de achados arquitetônicos que incluíam colunas,<sup>93</sup> que o levaram a sugerir a presença de um edifício na região:

---

<sup>90</sup> O local é caracterizado por um forte declive e pela concentração de construções que limitaram as escavações na área.

<sup>91</sup> O mapa de Lancel apresentava um erro nesta identificação, que foi corrigido.

<sup>92</sup> A localização dos dados relatados é, não obstante, difícil de precisar (DENEAUVE, 1979, p. 47). Na tentativa de localização das escavações anteriores feita pela equipe francesa, este conjunto de dados corresponde a D11 na figura 26.

<sup>93</sup> O autor apenas informa que algumas foram feitas de mármore cipolina ou mármore verde (estas mediam 0,55 cm de diâmetro e cerca de 2 metros de comprimento) (DELATTRE, 1887, p.5).



Perto desses restos jazia no chão uma base de coluna de mármore branco, não possuindo menos que 1,35 metros de largura. Uma parte de outra base semelhante apareceu à curta distância, e foi encontrada uma grande meia-base em pedra que, na opinião do Cônego Pougnet, arquiteto da catedral, se destinava a suportar uma coluna engajada de 9 metros de altura e 0,72 cm de raio. Tais peças indicam a existência de um edifício grandioso, provavelmente o Templo da Concórdia mencionado pela inscrição (DELATTRE, 1887, p.5).

Em uma das fundações da antiga catedral, foi encontrada uma inscrição *aedes concordiae* (figura 26, D13), que poderia sugerir a existência de um templo dedicado a Juno *Concordia* (DELATTRE, 1887, p.5; 1893b, p.104). A hipótese de um templo é corroborada por outros elementos como o conjunto de estátuas provenientes da colina de Byrsa, datadas de diferentes fases da ocupação romana.<sup>94</sup>

Delattre especula sobre o tipo de culto realizado no local, não excluindo a possibilidade da existência de um templo capitolino ou dedicado à uma divindade específica (Concórdia, Vitória, Esculápio ou Juno).

[...] o fato que para mim se confirma cada dia mais, é que todos os edifícios de São Luís, desde a antiga capela até a catedral, ocupam o lugar da área deste templo. No pátio interior do escolasticado e no pátio exterior a noroeste, encontram-se por toda a parte, a uma profundidade variável de 1 a 1,50 metros, quer um terraço estruturado sobre uma grossa alvenaria *en blocage*, quer restos de grandes lajes, e, fora do recinto, até vinte e cinco passos da borda do morro, a impressão das mesmas lajes sobre um leito de argamassa formado por tijolos triturados. Meus colegas encontraram recentemente no pátio interno uma laje de saouân, medindo 1,18 m de comprimento, 0,98 cm de largura e 0,19 cm de espessura. Outra que eles encontraram enquanto cavavam uma vala no pátio externo tem 1,27 metros de comprimento, 0,80 metros de largura e 0,12 metros de espessura. Devo acrescentar que essas pedras, apesar de seu tamanho considerável, estão incompletas e que muitos outros fragmentos de pedras semelhantes foram encontrados. Eles continuaram a ser encontrados nestes últimos dias, enquanto cavavam as fundações da ala norte do grande edifício de São Luís (janeiro de 1898) (DELATTRE, 1898, p.7).

Na região próxima à abside do fundo da catedral, Delattre localizou tanques, que ele afirmou serem cisternas do período púnico<sup>95</sup> e, próximo à *groma*, uma grande construção com uma abside, cujo raio media 1,67 metros (DELATTRE, 1898, p.3-4). Denaue (1979, p.47)

---

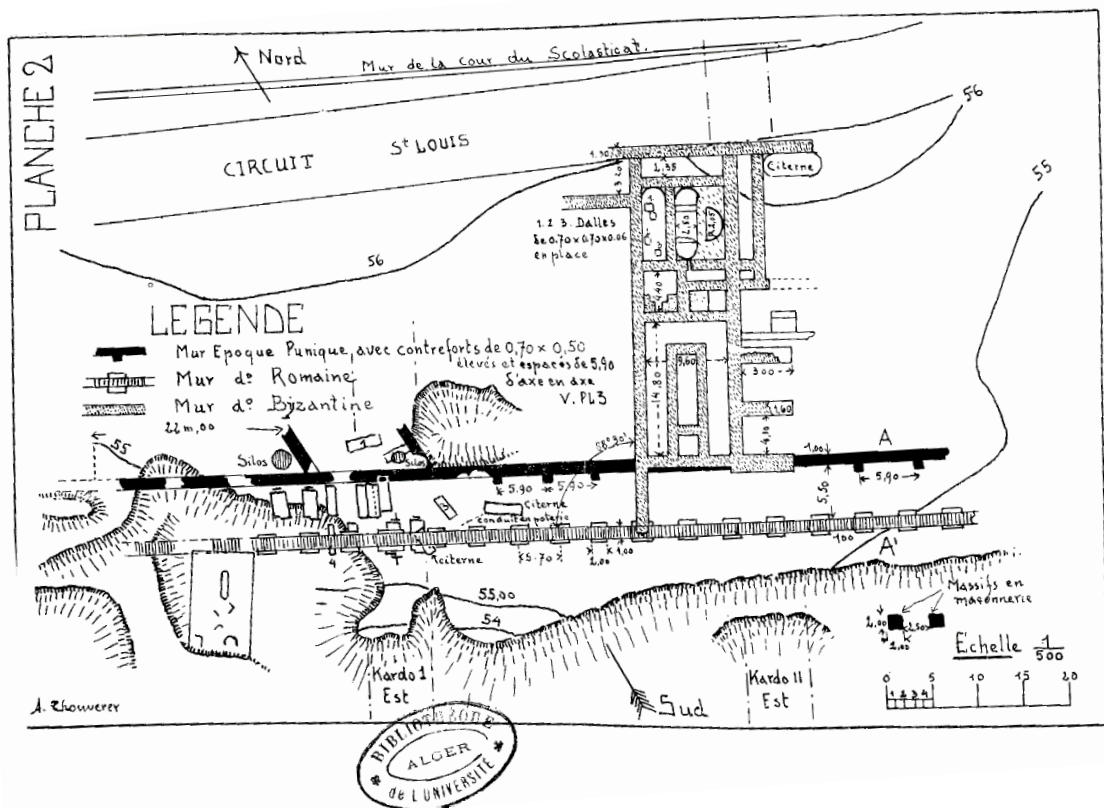
<sup>94</sup> Tendo como base a localização destes objetos, é possível conjecturar a permanência de um espaço com significado sagrado. Ainda que sejam objetos tardios, eles podem indicar a continuidade de uso do local como um templo que poderia ter sido idealizado desde o período augustano.

<sup>95</sup> [...] descobrimos uma construção de pedra livre, contra a qual havia uma longa bacia, com apenas 0,94 m de largura, mas 14,50 m de comprimento e 7,10 m de profundidade. A forma desta bacia, o método da sua construção e sobretudo a natureza do reboco, tudo indica que pertence ao período púnico. Estava dividido em quatro compartimentos comunicando-se entre si na parte inferior. São cisternas, podemos ver a necessidade delas em uma cidadela (DELATTRE, 1898, p.3).

salienta que esta edificação delimitava, a oeste, a área na qual ele encontrou os vestígios de um terraço feito sobre alvenaria e fragmentos de colunas (figura 26, D12).

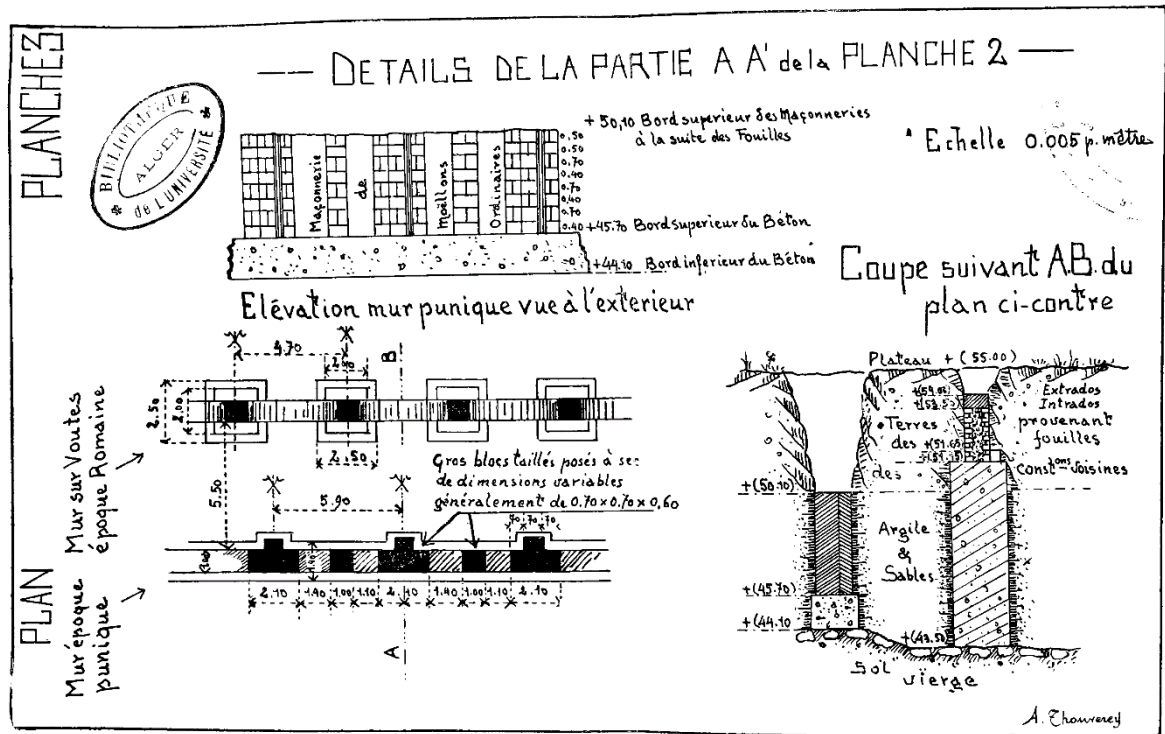
Entre 1931 e 1933, Lapeyre (1934) identificou um muro na parte sul da plataforma paralelo àquele erigido sobre a sequência de pilares de fundação – posteriormente identificados como muros D e C pelos franceses, respectivamente (figura 26, L1 e L2). Posicionado a 5,5 metros dos pilares, a fundação do muro D atingiu o nível virgem do solo e elementos púnicos foram reutilizados em sua composição (LAPEYRE, 1934, p. 340-344). O autor acreditou que esta estrutura teria origem púnica, como pode ser visto em seus mapas (figura 38; figura 39, A).

Figura 38: Plano das escavações realizadas por Lapeyre. Representação do muro romano (em preto), mas aqui erroneamente interpretado como púnico.



Fonte: Lapeyre (1934, Planche 2).

Figura 39: corte transversal mostrando a composição do muro C



Fonte: Lapeyre (1934, Planche 3).

Lapeyre (1934) afirmou que o muro D possuía uma centena de metros, mas sua descrição apresenta problemas, principalmente no que concerne ao seu modo de construção (CARRIÉ, 1979).<sup>96</sup> O autor defendia seu caráter defensivo e acreditava que outras edificações espalhadas pelas diferentes encostas da colina pertenciam à mesma construção. Ao encontrá-lo, a equipe francesa retomou sua escavação entre 1974 e 1975 e observou que sua composição era mais simples do que Lapeyre havia mencionado (CARRIÉ, 1979, p.106-110).

Esta estrutura possui os elementos característicos das estruturas augustanas. Os construtores buscaram atingir as camadas mais profundas da colina (solo natural) para lançar

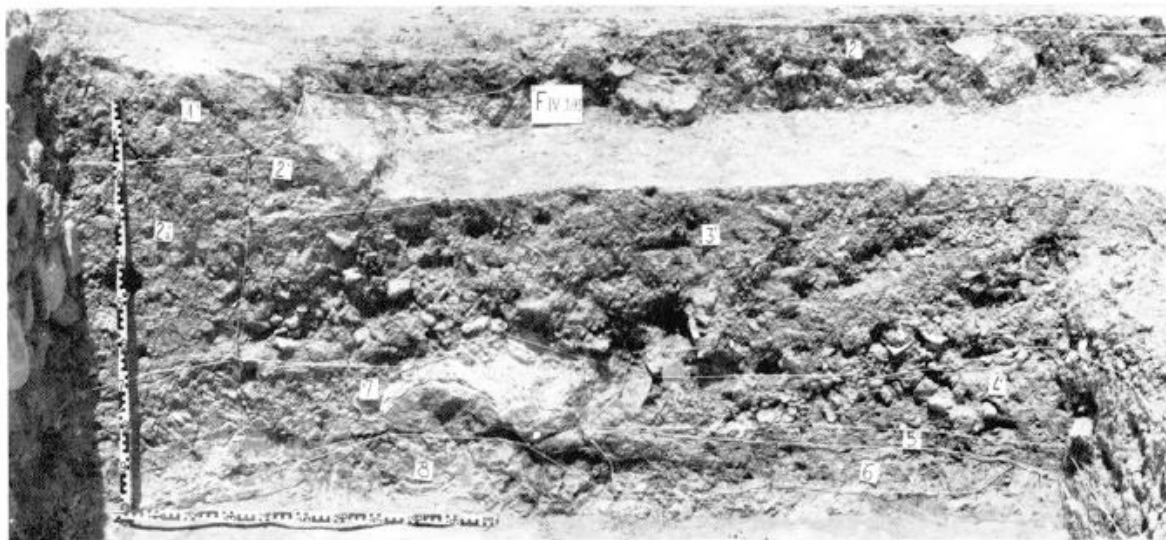
<sup>96</sup> Nas palavras do autor: “A própria parede tem uma espessura média de 1 metro. É essencialmente constituída por fortes linhas compostas por blocos de pedra talhada de dimensões variáveis; esses blocos costumam ter 0,66 x 0,70 x 0,60, mas alguns chegam a 1,10 x 1,01 x 0,70 e até quase dois metros no final da face sudeste, mas isso parece excepcional; aqui, além disso, a parede é um pouco diferente, menos arrumada; talvez seja uma restauração depois de algum cerco. Os blocos que parecem colocados à seco na fundação e às vezes simplesmente no tufo, como acabamos de dizê-lo, geralmente são espaçados 5,90 m entre si de eixo a eixo, com contraforte de 0,70 m salientes para fora em 0,50 m. Entre estas linhas há um pilar intermediário de 100 x 100 em grandes blocos como as linhas. O espaço entre os pilares e as linhas é preenchido com alvenaria de pedra de entulho comum assentada em argamassa de cal gorda misturada com cinzas. Quase não há materiais reaproveitados, nunca mármore, apenas um fragmento de uma coluna de estuque e um console de pedra. Uma observação interessante: os maciços de alvenaria comum à direita das linhas com contrafortes têm, vistas de fora, 1,10 de largura, enquanto os da esquerda têm 1,40 m. Este método de construção encontra-se exatamente ao longo de todo o comprimento da parede na fachada sul e no ponto O (villa Balande) na fachada leste” (LAPEYRE, 1934, p.342-343).

as fundações dos edifícios – como pode ser observado na construção do Muro D – assim como aproveitaram destroços púnicos em sua composição.

Além disso, a equipe francesa fez a análise estratigráfica perpendicular à esta estrutura (investigações 6 e 8) para observar suas camadas de fundação (figuras 40 e 41, camadas 7 e 8). Elas são caracterizadas pela ausência de materiais arqueológicos, por sua argila verde (camada 7) ou ocre (camada 8) com inclusões de nódulos endurecidos de cor branca (7a) e bolsões marrons (7b) (CARRIÉ, 1979, p.107).

As trincheiras de fundação (camadas 1 e 2a), por sua vez, possuem os típicos elementos encontrados nas camadas de destruição da cidade púnica (ver capítulo 1). Uma vez que recorta as camadas de destruição da cidade em 146 a.C., é possível afirmar que o muro foi um dos primeiros trabalhos romanos realizados na planificação da colina. Suas fundações se adaptaram ao declive natural da colina, como pode ser observado no setor 9: a profundidade desce de 2,10 para 2,70 metros e sua largura original variou entre 2,21 e 2,29 metros (CARRIÉ, 1979, p.107-110).

Figura 40: Corte da seção norte do muro D



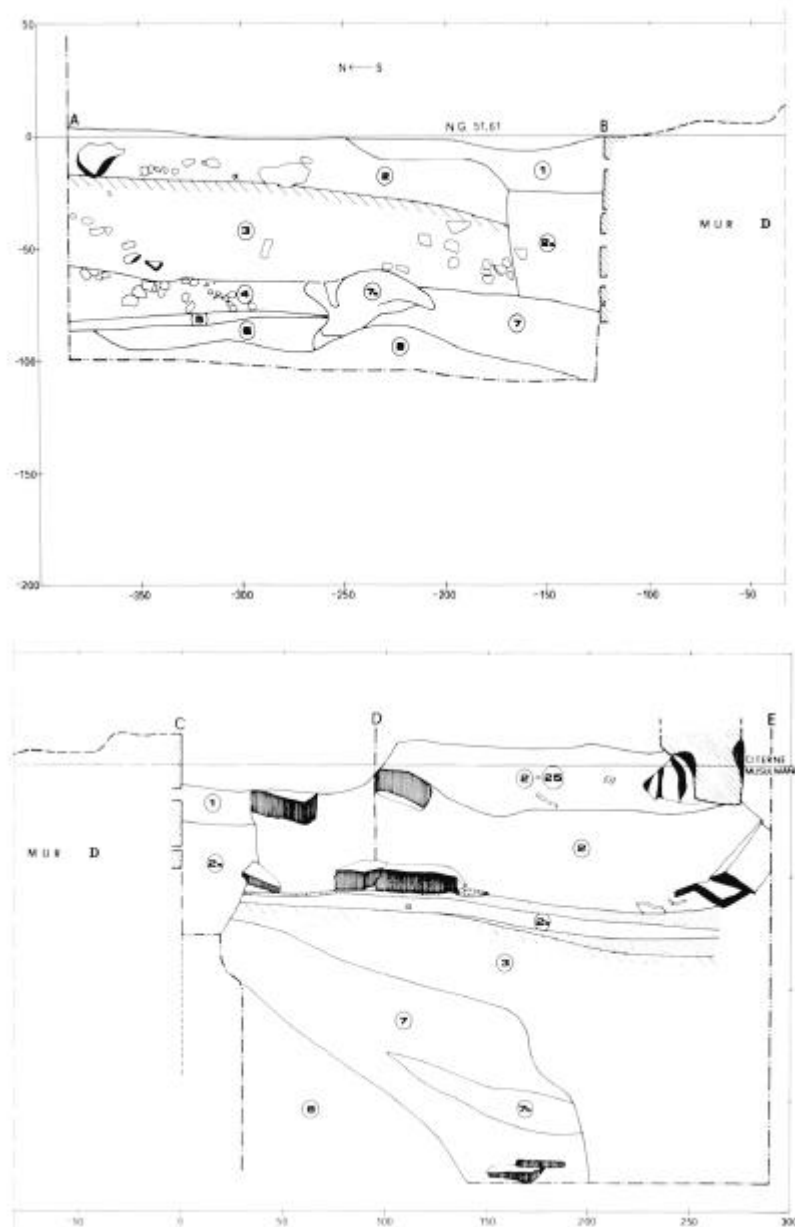
Fonte: Carrié (1979, p.109).

Seu modo de construção foi analisado a partir do encadeamento de blocos, como pode ser observado nas figuras 42 e 43. O espaçamento entre seus eixos de elementos duplos possui cerca de 6 metros, sendo possível observar o emprego de contraforte (bloco 8). Sua estrutura é formada por

[...] um bloco de pedras de entulho ligado por uma simples argamassa de terra, cujo revestimento oferece a aparência de um dispositivo poligonal bruto. As

pedras de entulho são grosseiramente ajustadas e presas por pequenas lascas de pedra. A base extrema da parede assume aparências muito diferentes. No levantamento 7, as primeiras fundações formam, na face norte, verdadeiros espigões, conferindo à base da parede um traçado em dente de serra. No levantamento 9, as duas primeiras fundações são construídas em camadas começando ligeiramente obliquamente em relação ao alinhamento da parede [...]. Na maioria das vezes, essas peculiaridades são explicadas pela adaptação das primeiras fundações aos movimentos do solo, sejam naturais (inclinação do terreno) ou acidentais (fossa sepulcral). No entanto, no extremo nascente do segmento 3 [...] a base da muralha, observada em corte, desce mais profundamente (40 cm) no lado norte do que no lado sul, seguindo uma inclinação curiosamente contrária à do terreno natural (CARRIÉ, 1979, p.112).

Figura 41: Corte perpendicular ao muro D



Fonte: Carrié (1979, p.108)

Figura 42: Face sul do muro D com representação dos blocos que o constituem.

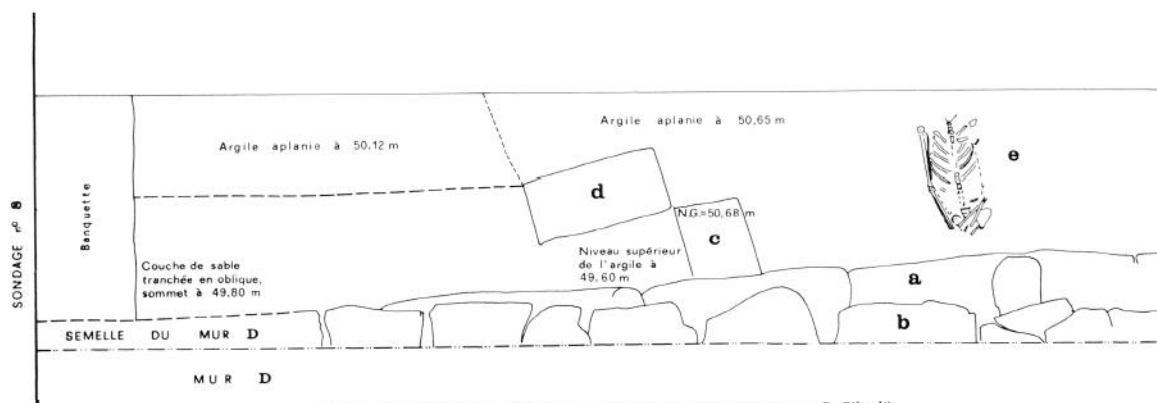
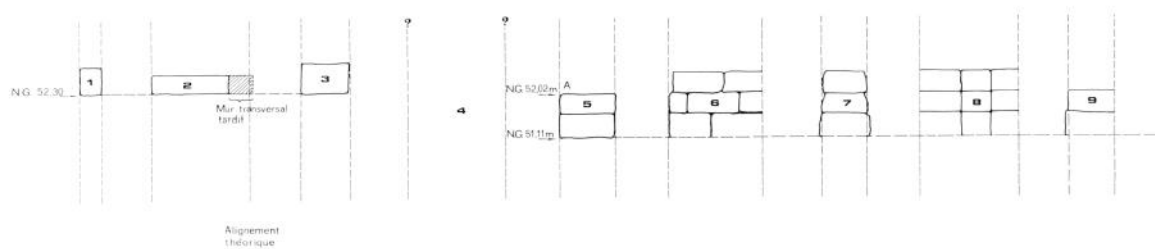
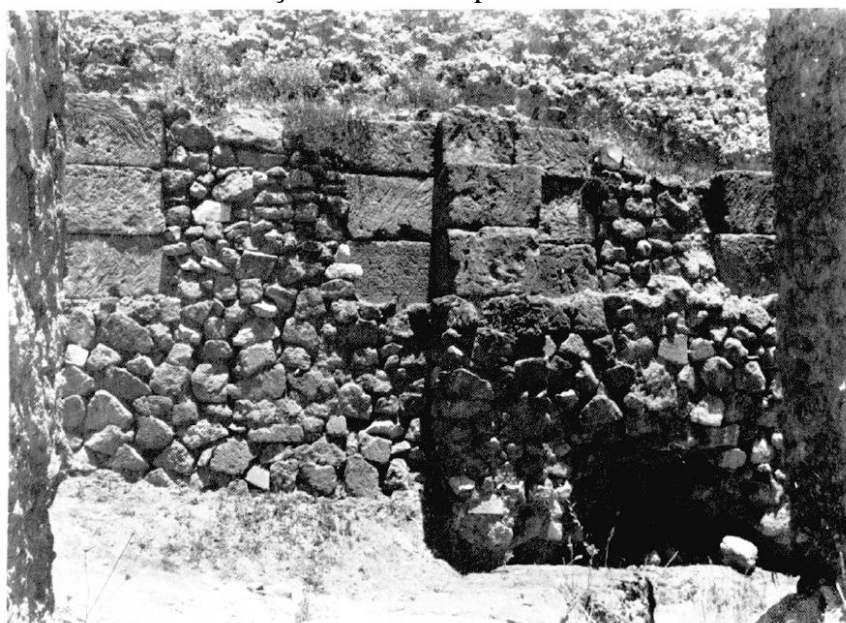


Fig. 11 – Plan du sondage 9 (relevé J.-M. Carrié et N. Sanviti, mise au net R. Gilardi).



Fonte: Carrié (1979, p.111).

Figura 43: Seção do muro D localizada sob as fundações do monumento basilical após as escavações realizadas por Ferron-Pinard.

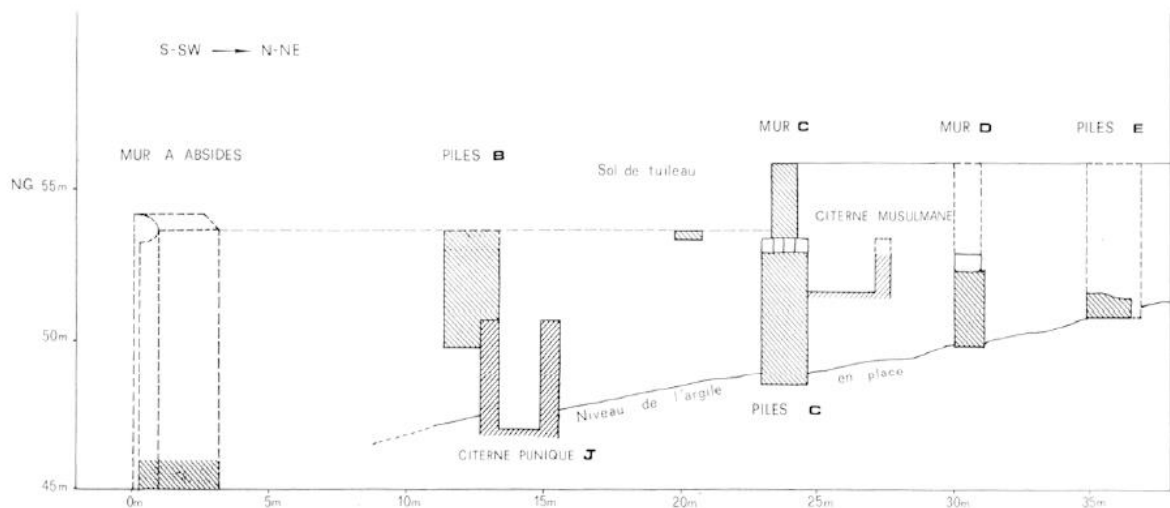


Fonte: Carrié (1979, p.112).

Os blocos de arenito que compõem o encadeamento seguem a metragem púnica e são provenientes das ruínas do quarteirão helenístico; grande parte dos blocos de pedra é formada por elementos de reaproveitamento. Sua estratigrafia, o uso de elementos de reaproveitamento e o modo de construção revelam sua datação augustana sendo, mais precisamente, anterior ao derrame do aterro (CARRIÉ, 1979, p.113).

Também deve-se mencionar o conjunto de pilares de fundação E como pertencentes ao projeto augustano de planificação da colina (figura 44). Eles possuem similaridades com o muro D (figura 45) no que tange ao emprego de pedras de cascalho provenientes da região de Ariana, que foram misturadas a elementos de destruição púnica, configurando uma típica construção do período augustano. Além disso, o revestimento poligonal é rudimentar na parte superior dos pilares (no muro D ele está presente em toda sua elevação), o que sugere que estas estavam expostas. Ele possui uma distorção para o leste (pilares E1, E2 e E3) o que indica que foi construído em área livre, sendo anterior ao derramamento de aterro augustano (CARRIÉ, 1979, p.132-133).

Figura 44: As estruturas do terracamento augustano no flanco sul de Byrsa. Da esquerda para a direita: muro principal da sustentação construído em formato de absides; muro C; muro D e pilares de fundação E.



Fonte: Carrié (1979, p.134).

Figura 45: Fundação do muro D abaixo da fundação de um edifício do baixo-império.



Fonte: Deneauve (1990, p.145).

Quando a equipe francesa iniciou seus trabalhos na colina na década de 1970, vestígios tardios das sustentações norte, sul e leste ainda eram visíveis. Assim, o estabelecimento de sua extensão geral pôde ser precisado rapidamente; sua implementação interrompeu, no topo da colina, a divisão em *insulae* aplicada às demais áreas do território<sup>97</sup> (DENEAUVE; GROS, 1980, p.319).

A plataforma ocupava a extensão de uma *insula* ao sul e metade de outra ao norte. Assim, seu deslocamento para o sul afetou “a parte da plataforma que se estende entre o seu limite oriental, no limite do *cardo* IV, e o *cardo maximus* para além do qual o seu prolongamento para oeste parece regularmente centrado no *decumanus maximus*” (DENEAUVE; GROS, 1980, p.319).

A divisão da plataforma artificial em três zonas foi planejada no início do processo de fundação da nova colônia (figura 46).<sup>98</sup> Um *forum*, uma grande praça rodeada por pórticos, templos; o topo da colina abrigou algumas das mais importantes edificações do poder romano.

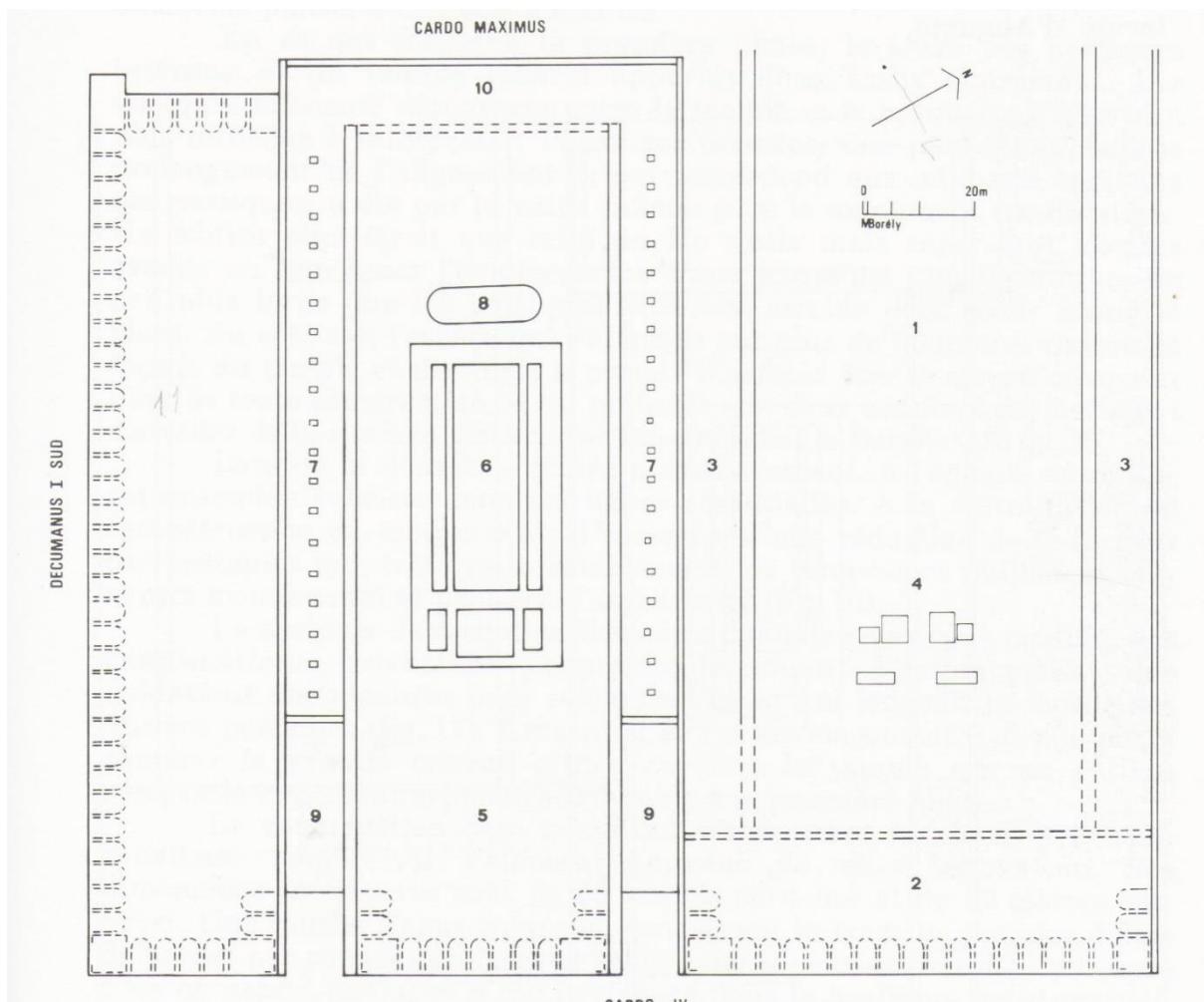
<sup>97</sup> Ver seção “3.4. A Malha Urbana”

<sup>98</sup> As reformas do século II não alteraram essa divisão, apenas seus edifícios (DENEAUVE, 1990).



Ainda que o estágio de destruição dos monumentos tenha imposto muitos desafios interpretativos, foi possível reconhecer a impressão que estes deixaram nos pavimentos por meio das camas de argamassa. Este foi um dos elementos que permitiram a diferenciação entre as duas principais fases de construção, a augustana e a antonina (DENEAUVE, 1990, p.143).

Figura 46: Reconstituição das principais edificações augustanas sobre a plataforma. 1) *Forum*; 2) Edifício (basílica?); 3) Pórticos; 4) Arco; 5) Praça; 6) Templo; 7) Pórticos; 8) Cisterna; 9) Escadas; 10) Edifício fechando a praça (pórtico?).



Fonte: Deneauve, (1990, p.151).

No que se refere à técnica, por sua vez, as construções do período augustano aproveitaram elementos de estuque ou arquitetônicos provenientes da destruição de edifícios púnicos, que foram ligados à terra na construção de paredes ou pilares de sustentação.<sup>99</sup> Esse

<sup>99</sup> A fase antonina diferencia-se pelo uso do *opus caementicium*, que foi utilizado na parte da trincheira cruzando as camadas de aterro anteriores à contribuição romana (DENEAUVE, 1990, p.144).

fenômeno pode ser observado, como vimos, no muro D (o Muro Lapeyre), e também no muro do fundo do pórtico sul da área do templo períptero e nos pilares E, que são fundações da primeira grande intervenção urbanística romana em Cartago (DENEAUVE, 1990, p.143).

Os blocos de arenito de El Haouaria foram assentados em trincheiras – e fortemente socados como pode ser observado no muro de fundo do pórtico sul do *forum* e naquele do norte da *área* adjacente – cujo fundo era regularmente nivelado e correspondiam às estruturas de alta elevação (DENEAUVE, 1990, p.143). A maioria destas trincheiras foi saqueada e só sabemos de sua disposição a partir daquelas dos arcos<sup>100</sup> (figura 46, N°4) (DENEAUVE, 1990, p.143).

No que concerne à tripartição da plataforma, a primeira área norte da plataforma estava delimitada por uma edificação desconhecida no lado oriental<sup>101</sup> e por pórticos no norte e no sul (DENEUAVE, 1990, p.143). A escavação destas áreas limítrofes foi dificultada em virtude da presença das antigas alas do noviciado dos Padres Brancos, convertidas em anexos do Museu de Cartago. No que tange aos pórticos localizados nas duas extremidades, foram identificados vestígios de estilobato (GROS, 1985, p.141).

As investigações de terreno continuaram na área que se estende desde a fachada do atual museu até o limite da antiga basílica antonina, e cujas escavações estenderam-se por uma área de 420 m<sup>2</sup>. Após desbastar as camadas superiores em 2 metros, a equipe liderada por Pierre Gros deparou-se com os primeiros vestígios dos níveis bizantinos e romanos. Esta área foi amplamente utilizada entre o século XI e XII, durante a dinastia fatimida, como demonstra a considerada quantidade de cerâmica localizada (GROS, 1985, p.127).

Um esgoto foi escavado em uma extensão de 19,50 metros, na região que representa o limite da basílica e da praça que lhe é adjacente (figura 47). Construído em diferentes fases, ele possuía 0,57/0,58 metros de altura (dois pés de 0,2942 metros) e estava rodeado por pedras de 0,80 metros de altura. Parcialmente pavimentado com lajes poligonais, sua inclinação era de 1,65% em direção ao nordeste (DENEAUVE; GROS, 1980, p.311-312).

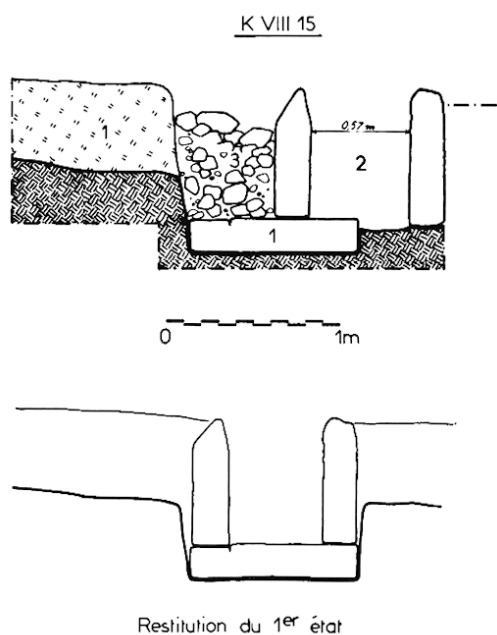
---

<sup>100</sup> Elas não sobreviveram à segunda fase, e parecem ter sido utilizadas no estilóbato do pórtico do *forum* e do grande templo da segunda fase (DENEAUVE, 1990, p.143-144).

<sup>101</sup> Na reforma antonina foi o lugar de estabelecimento da basílica judiciária (GROS, 1985).

Uma pesquisa realizada em uma de suas seções (K-VIII-15) mostrou que as lajes continuaram além de seu limite atual. O primeiro esgoto, augustano, foi escavado diretamente na camada púnica residual e na argila virgem da colina; sua orientação foi seguida pela estrutura posterior, mas estava posicionado 50 cm mais a oeste (DENEAUVE; GROS, 1980, p.312).

Figura 47: Representação das duas fases de construção do esgoto.



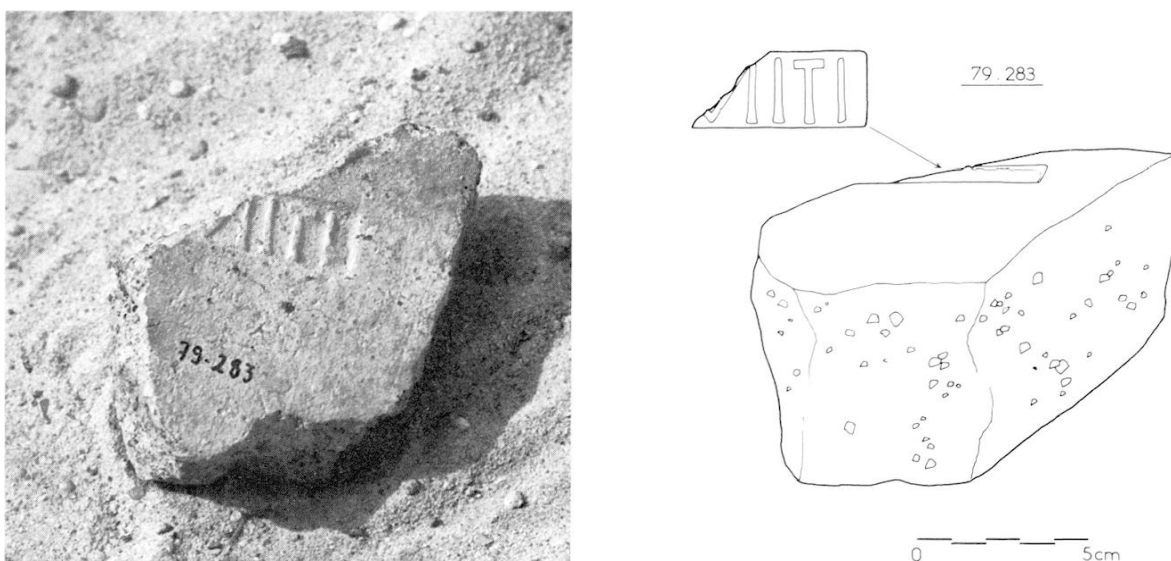
Fonte: Deneauve, Gros (1980, p.312).

posterior, mas estava posicionado 50 cm mais a oeste (DENEAUVE; GROS, 1980, p.312).

É interessante observar que a área intermediária entre os dois esgotos corresponde ao preenchimento do primeiro esgoto, que apresentou vários fragmentos reticulados no meio de uma terra esverdeada juntamente com vestígios de estruturas augustanas (DENEAUVE; GROS, 1980, p.312-313; GROS, 1985, p.60-62).

Outro elemento que corrobora sua datação foi um fragmento de tijolo contendo um cartucho retangular com a inscrição “*miti*” (figura 48), que pertence a série de selos (*bolli*) de Cn. Domiti, datada da primeira metade do século I d.C. (GROS, 1985, p. 60-62).

Figura 48: Fragmento de tijolo contendo um cartucho retangular com a inscrição “*miti*”.



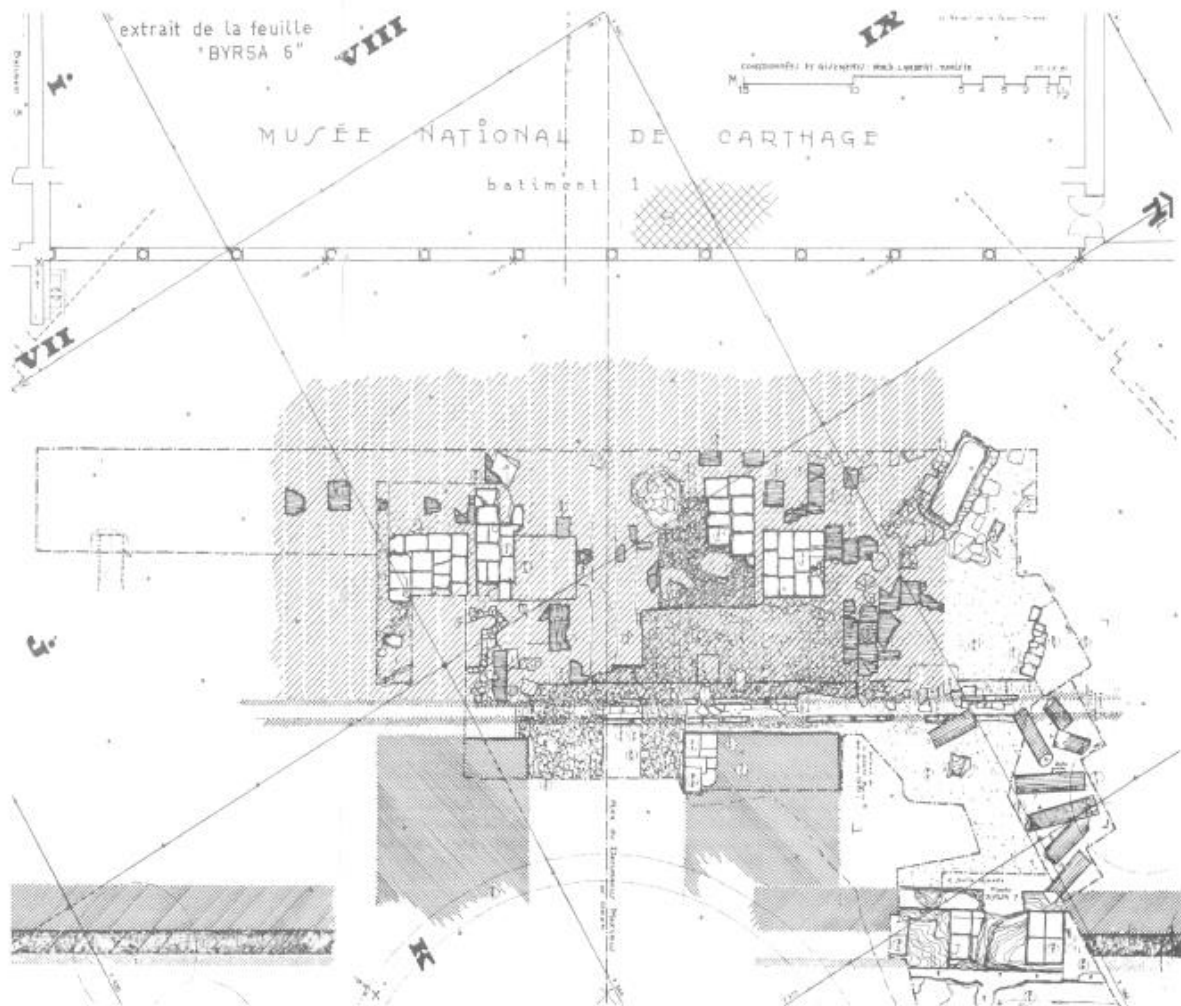
Fonte: Gros (1985, p.62)

Dos elementos escavados, quatro maciços de fundação formados por blocos de arenito no eixo do traço teórico do DM devem ser destacados (Figura 46, nº4; figura 49). Os blocos de arenito de El Haouaria, ora recobertos ora removidos no decorrer das reformas antoninas, indicam sua ancestralidade romana (GROS, 1985, p.313). Sua datação para o período augustano se deu com base na estratigrafia (abaixo da cota 55), caracterizada por vestígios púnicos residuais e pelos blocos de arenito posicionados na camada de argila natural (DENEAUVE; GROS, 1980, p.313).

Como afirma Gros, estes blocos

[...] serviram de base e fundação a uma construção em arco, mas cuja elevação é difícil de restaurar, [e] pertencem aos primórdios do urbanismo romano, mais precisamente ao tempo de Augusto; o fato de que os blocos se afundam diretamente em uma camada púnica, e que a terra que preenche as bordas residuais de seu poço, nos raros lugares onde pode ser identificada, rendeu apenas pequenos fragmentos, também púnicos, prova que nenhum assentamento romano anterior se localizava aqui na época de seu estabelecimento, e que o terreno perturbado nessa ocasião foi aquele que o nivelamento preliminar do cume da colina havia poupado (GROS, 1985, p.139).

Figura 49: Espaço pavimentado e pórtico localizado a oeste da basílica antonino



Fonte: Gros (1985, p.128-129)

É possível identificar uma passagem de 3,80 metros de largura que conservou vestígios de um calçamento feito com lajes de calcário, cuja espessura variava entre 7 e 10 cm (DENEAUVE; GROS, 1980, p.313). Os vestígios desse pavimento permitiram identificar que ele foi colocado diretamente sobre a camada púnica residual, indicando a presença de uma pavimentação contemporânea à implantação dos blocos de El Haouaria (GROS, 1985, p.139).<sup>102</sup>

<sup>102</sup> Estas lajes foram, posteriormente, estendidas para uma vasta área com o objetivo de uniformização da área. A estratigrafia, no entanto, não permitiu uma datação para este processo, que pode ter ocorrido concomitantemente à destruição do primeiro esgoto (GROS, 1985, p.139).

Figura 50: Foto do maciço de fundação em blocos de El Haouaria. À esquerda, pavimento da praça pública feita com lajes de calcário de Ariana.



Fonte: DENEAUVE; GROS (1980, p.314).

Figura 51: Fundação de um arco situado sobre o *forum*. Suas fundações foram parcialmente pilhadas.



Fonte: Gros e Deneauve (1996, p.56).

Foram localizadas placas de calcário de Ariana (K-VIII-13-14-15) na elevação 55,10, assentadas sobre uma argila compactada que também continha cerâmica púnica (figuras 50 e 51). Esta camada de solo possui uma coerência interna, e indica um uso permanente desta área durante todo o Primeiro Império, a praça pública que se localizava em frente a área na qual foi erigida, em período posterior, a basílica (DENEAUVE; GROS, 1980, p.314).

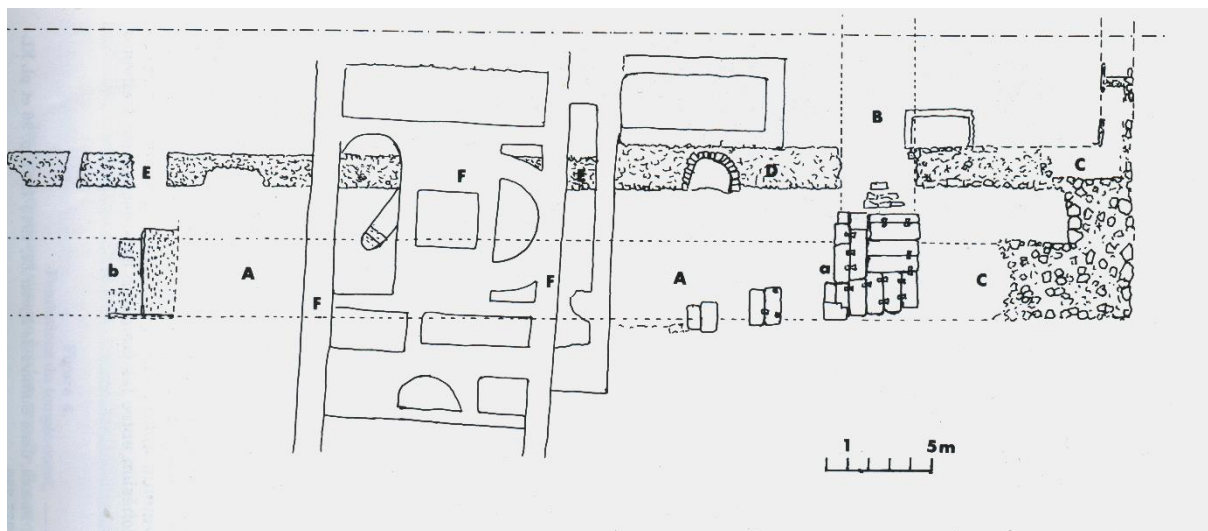
No que tange à segunda área da plataforma, temos uma grande praça fechada por pórticos ao norte e ao sul (figura 46, nº7), sendo estes contíguos àqueles limitando o *forum* ao sul. Esta área localizada no meio da plataforma se estende do *cardo maximus* ao *cardo IV* e possui cerca de 162 metros de comprimento e 70 de largura (DENEAUVE, 1990).

Na primeira fase, os pórticos norte e sul, que foram fornecidos com suportes centrais e, talvez, encimados por um piso, possuíam 14 metros de largura. Estes pórticos funcionavam, na extremidade oeste, como um retorno (DENEAUVE, 1990, p.145), que conduzia à extremidade oposta da plataforma, culminando nas escadas que davam acesso para fora da esplanada superior.

A área central da plataforma augustana abrigou um grande edifício, o maior do conjunto de edificações desta época, elemento em função do qual a monumentalidade da esplanada foi prevista e realizada na fundação da *Colonia Julia*. Um templo períptero (figura 46, nº 6), cuja datação baseou-se nas fundações em blocos e composição ligado à terra, passou por uma reconstrução em meados do século II d.C., caracterizada pelo uso do *opus caementicium* (DENEAUVE, 1990).

Do templo, foi localizado um maciço de blocos medindo cerca de 4 metros leste-oeste e 5 metros norte-sul (figuras 52 e 53). Para o norte, uma trincheira esvaziada deste material indica um prolongamento nesta direção e quatro blocos o permitem para oeste. A leste dos blocos maciços e da trincheira a norte destes, aparecem estruturas tomando apoio no mesmo nível (o dispositivo poligonal muito irregular ligado à terra atraiu menos os saqueadores, o que os preservou *in situ*) prolongando a extensão desta fundação a uma dezena de metros a leste (DENEAUVE, 1990).

Figura 52: Conjunto de estruturas no sul do eixo da praça com a localização da fundação de blocos de arenito de El Haouaria pertencente ao estilóbato sul do templo (A); maciço deixado no local (a); investigação (b); trincheira de fundação norte-sul do pórtico da faixada (B); fundação em composição poligonal ligada a terra (estrutura em *antis*) (C); fundação em *opus caementicium* (colunas interiores do *pranaos*) (D); fundação em *opus caementicium* (muro lateral do sul da *cella*) (E); fundação do edifício do Baixo-Império (F)



Fonte: Deneauve (1990, p.148).

Figura 53: Maciço de blocos da segunda fundação vista do oeste.



Fonte: Deneauve (1990, p.149).



Este templo períptero, afirma Deneauve,

[...] provavelmente *sine postico* cujo estilóbato assentava, no sul, sobre os alicerces dos blocos de El Haouaria, com cerca de 3,60 metros de largura na sua base. O maciço de blocos corresponde ao ângulo Sudeste deste estilóbato enquanto as fundações que a ele se ligam, a leste, são aquelas da parte *in antis* do templo. É, portanto, um edifício muito grande, cujas medidas são de cerca de 26 metros de largura de fachada, 57 metros de comprimento total, dos quais 47 metros para a *cella* e o *pronaos*. Essas proporções parecem excepcionais na África, mas a largura da fachada permanece muito menor do que aquela do templo de Marte Ultor no fórum de Augusto (DENEAUVE, 1990, p.151-152).

As escavações na região posterior do templo revelaram que o sistema de canalização de água pluvial junto ao pórtico norte incluía uma grande cisterna localizada atrás do templo, que servia de receptáculo para as águas (figura 46, nº 8).

Os elementos entre o templo e o *cardo maximus* não permitiram uma interpretação clara.<sup>103</sup> Conjectura-se a existência de um edifício (figura 46, nº10) que tenha sido um pouco mais estreito do que o que aquele que foi construído na época antonina, como indica um mosaico não figurativo (DENEAUVE, 1990, p.151-152).

As investigações na área em frente ao Templo foram, a seu turno, dificultadas pela presença de duas casas. Os trabalhos de Delattre e Beulé indicaram apenas elementos da estrutura de sustentação. Conjectura-se a existência de duas escadas (figura 46, nº9) que permitiam acesso da rua até a plataforma (DENEAUVE, 1990, p.153).

No que se refere à terceira área da plataforma, localizada na extremidade sul dominando o *decumanus* I, esta permaneceu vazia na primeira fase de edificações. O mesmo não pode ser afirmado para os outros setores localizados ao norte, cujas escavações não puderam ser retomadas em virtude da presença de edificações como a basílica de São Luís (Luís IX) e as instalações do Museu de Cartago. Para estes locais restaram-nos as descrições de Delattre:

Parece óbvio que o desenvolvimento da plataforma monumental no centro de Cartago corresponde a um programa de construções civis ou culturais estabelecido já em 29 a.C. e executado nas décadas seguintes. Os textos permitem situar, na própria plataforma, com certa verossimilhança, um Capitólio cuja localização pode ser localizada pela descoberta do *forum*. Um testemunho epigráfico permite localizar um *Aedes Concordiae* na mesma área, senão em um espaço muito próximo. Por outro lado, a identificação da colina denominada Byrsa desde o século passado, como correspondendo muito provavelmente à Byrsa púnica, permite recolocar em questão a existência de um templo de Esculápio sucedendo, num local próximo, ao do Eschmoun púnico. Finalmente, parece que os edifícios cuja construção não havia sido planejada no programa de 29 a.C., encontraram seu lugar em uma área muito próxima, à beira do *decumanus maximus*, próximo à basílica

---

<sup>103</sup> Deneauve (1990, p.153) descreveu apenas que “um pilar situado no prolongamento do alinhamento E, que corresponde aos apoios centrais dos pórticos, foi posteriormente soterrado sob o monumento do século II”.

judicial: são eles o Metroôn e o *Templum Gentis Augustae* (DENEAUVE, 1990, p.155).

### 3.1.3 O aterro

Um grande volume de aterro foi necessário para o preenchimento da plataforma augustana que objetivava nivelar o topo da colina. As escavações realizadas, como observaremos, demonstraram que generalizações devem ser evitadas. Diferentes trincheiras abertas no topo de Byrsa revelaram informações complementares sobre sua origem e composição.

Quando a missão arqueológica francesa iniciou seus trabalhos em 1974, completavam-se 15 anos desde que as últimas escavações haviam sido realizadas na colina. A exposição do terreno criou taludes nas primeiras camadas estratigráficas do aterro, desbastado em sua parte superior em uma altura de 2 metros – atingindo de 3 a 4 metros nas cotas descendentes – resultando em estratigrafias incompletas (LANCEL, 1979, p.59-66). O conjunto das camadas que compõem o aterro foi, não obstante, preservado nas trincheiras G II 16 e H II 13<sup>104</sup>, malgrado sua acentuada inclinação e desaparecimento parcial de algumas estratigrafias (LANCEL, 1979, p.64-67).

Em H II 13, a camada 6 (figuras 54, 55 e 56) possui altura de 1,50 - 2,00 metros, sendo composta por areia amarela colocada sobre uma cama de seixo e pela presença esporádica de rebocos de muros (*opus signinum* e *opus tessellatum*), abundantes na parte inferior da camada. A quantidade de material cerâmico escavada é pequena (ática tardia, pré-campânica, campânica A e de tradição púnica) (LANCEL, 1979, p.69-70).

Foram localizados alguns exemplares de moedas cartaginesas datadas entre 241 e 221 a.C., além de objetos como recipientes de maquiagem – que podem ter origem nas tumbas púnicas destruídas – e balas de funda de forma ovoide produzidas em terracota. No fundo da camada, lapas, conchas e caramujos fossilizados foram identificados<sup>105</sup> (LANCEL, 1979, p.69-70).

A camada 6 em H II 13 e G II 16<sup>106</sup> corresponde à primeira camada de aterro augustano. Em G II 16 (figura 57) ela ultrapassa os dois metros de altura e possui uma formação singular. Sua homogeneidade, somada à baixa densidade de vestígios arqueológicos e à considerável quantidade de areia em sua composição levaram Lancel (1979, p.71-72) a interpretá-la como sendo de origem externa, possivelmente da área do litoral.

---

<sup>104</sup> Trincheiras abertas em 4 m x 4m distantes entre si em 1 metro.

<sup>105</sup> As informações referentes às espécies não foram, infelizmente, disponibilizadas.

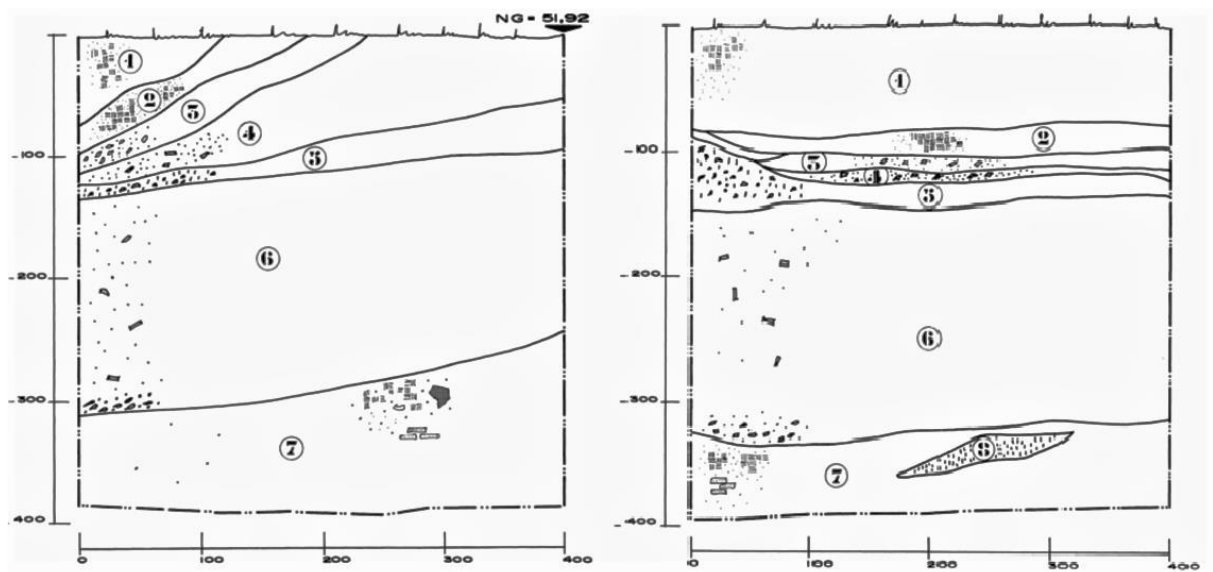
<sup>106</sup> A camada 3 em G III IV (figura 58) e G III VIII corresponde à 6 em H II 13 e G II 16 (LANCEL, 1979).

Figura 54: Trincheira H II 13 no primeiro plano e G II 16 no segundo



Fonte: Lancel (1979, p.65).

Figura 55: Visão oeste (esquerda) e sul (direita) da trincheira H II 13



Fonte: Lancel (1979, p.66).

Figura 56: Vista do corte sul da trincheira H II 13.



Fonte: Lancel (1979, p.68).

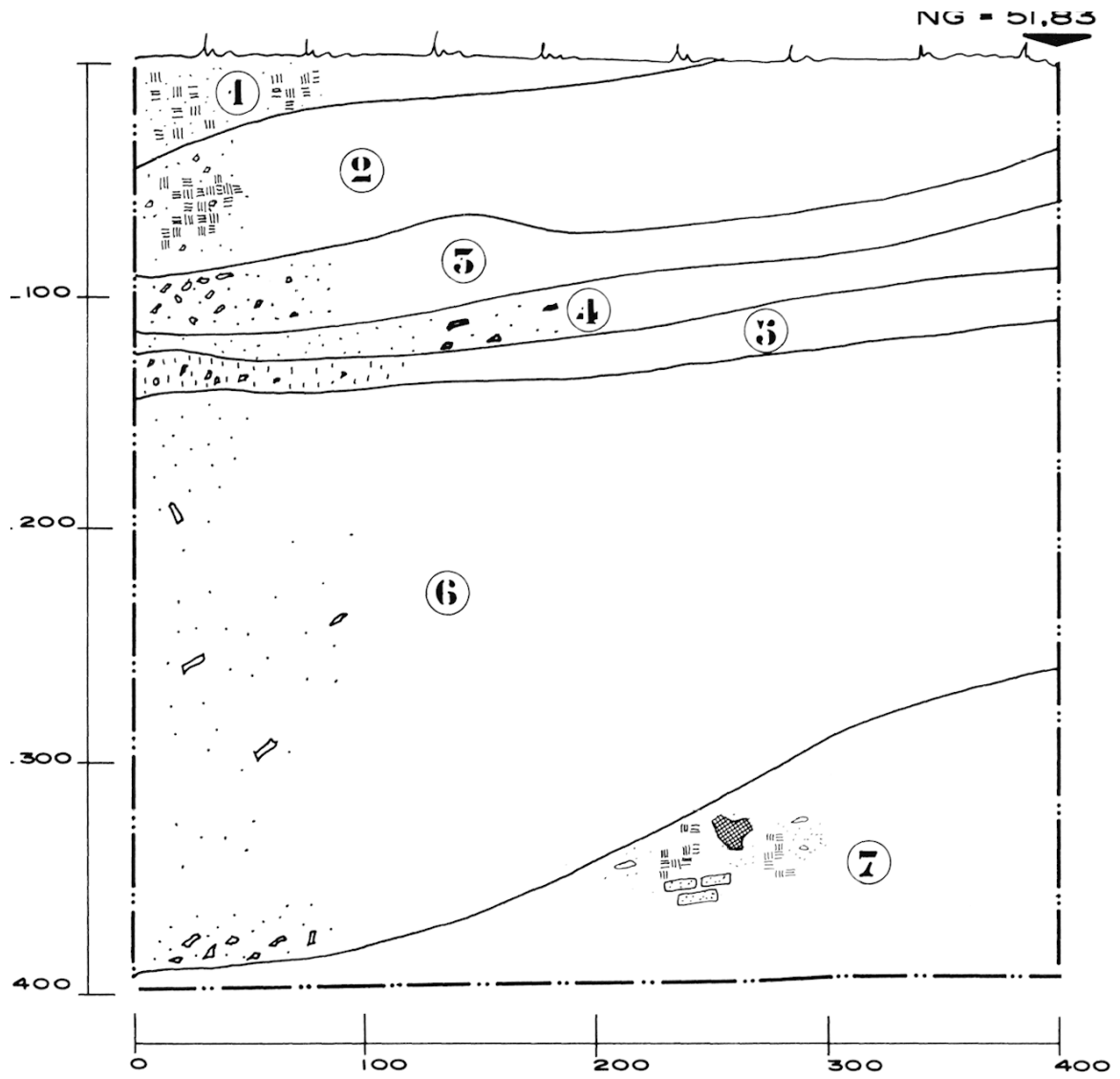
As camadas superiores são, por sua vez, caracterizadas como

[...] camadas de despejo feitas de terra trazidas, mais ou menos detrítica, mais ou menos rica em material arqueológico dependendo de sua origem; a camada 3 das explorações H II 13 e G II 16, na qual os ossos humanos são relativamente abundantes, podem vir, pelo menos parcialmente, da raspagem de uma área funerária (LANCEL, 1979, p.72)<sup>107</sup>.

A ausência de material do século I a.C. vai ao encontro das datações propostas pelo Muro de Ânforas, confirmando que a remodelação da colina ocorreu no período augustano, cujo aterro teve origem em diferentes locais da cidade destruída em 146 a.C. Isso explica a presença de elementos datados dos dois últimos séculos da cidade púnica nas estratigrafias correspondentes ao aterro.

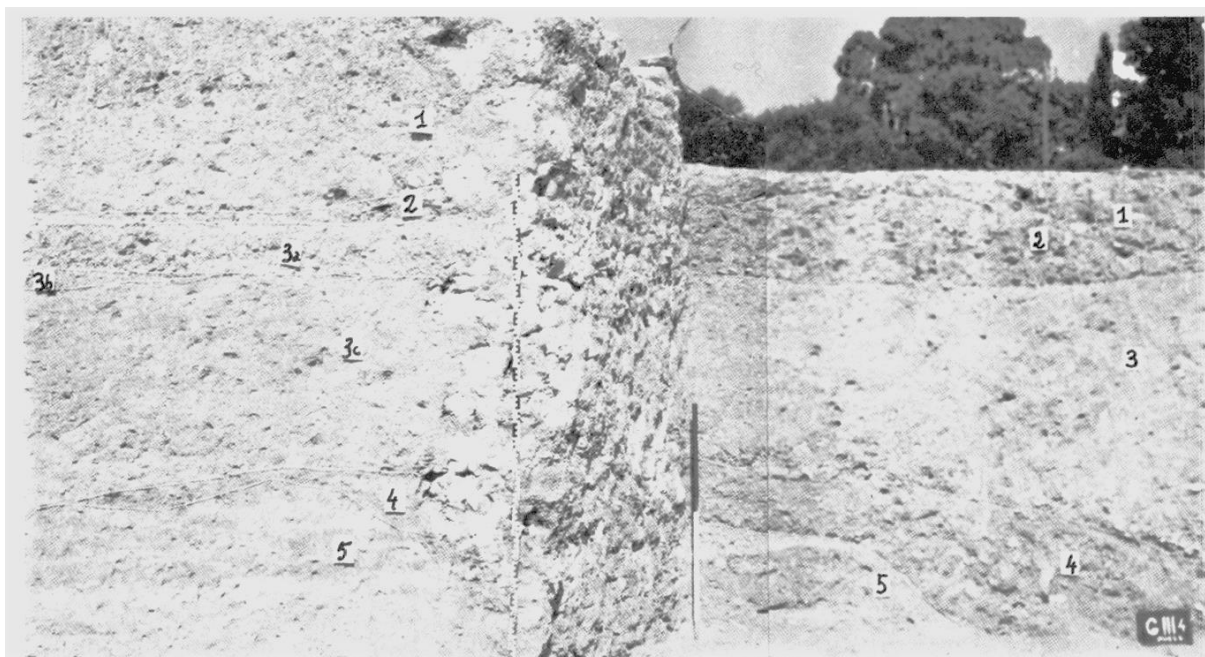
<sup>107</sup> Fenômeno semelhante ocorre no setor B no que se refere à presença de ossos humanos (CARRIÉ, SANVITI, 1979, p.104).

Figura 57: Vista oeste da trincheira G II 16.



Fonte: Lancel (1979, p.71).

Figura 58: Vista leste dos taludes G III IV e G III VII. No centro, pilar de fundação romana.



Fonte: Lancel (1979, p.73). Modificações realizadas pelo autor.

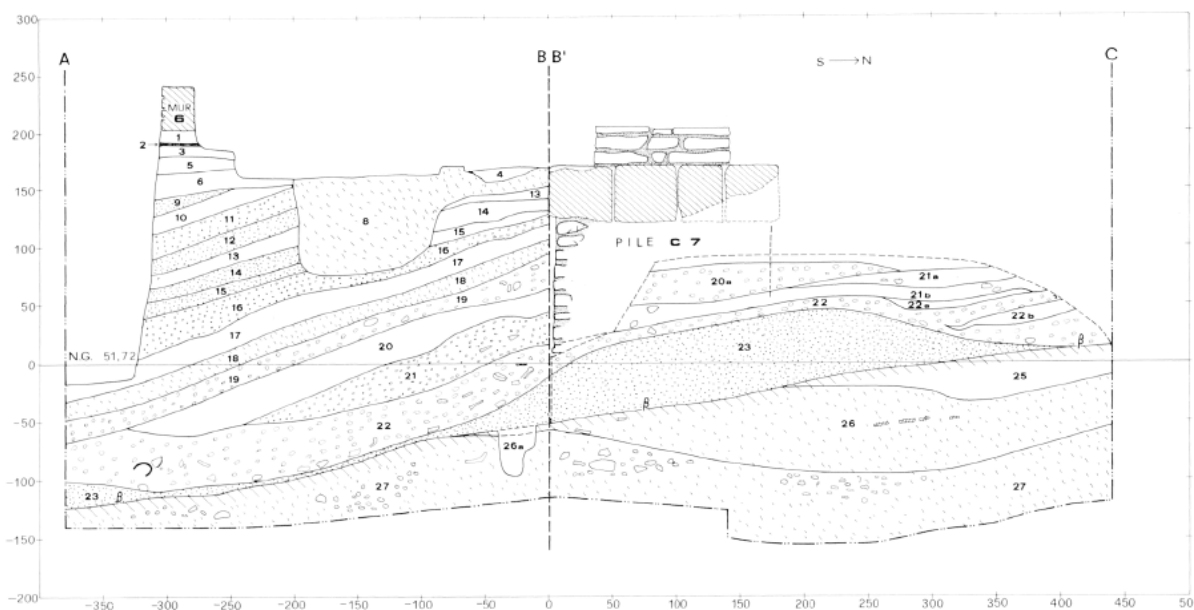
A composição do aterro também foi analisada no setor B das escavações francesas (figura 31). Na figura 59, o aterro augustano corresponde ao intervalo estratigráfico entre as camadas 2 e  $\beta^{108}$ , excluindo-se as camadas 4 e 8, que correspondem à uma intervenção tardia. Este aterro augustano não possui nenhum material de origem romana, sendo constituído pelos mesmos elementos encontrados nos demais níveis de destruição da cidade. Transcrevemos, abaixo, a descrição das camadas feita por Carrié (1979, p.104):

2: Piso de cerâmica rosa, 3 cm de espessura - NG na parte superior do piso: 53,67 m. 3: Terra marrom muito compactada. 5: Terra amarela, fina, compactada, com horizonte cinza/cendroso na base. 6: Terra granulada ocre. 9: Terra arenosa ocre, com vestígios de madeira queimada. 10: Seixo fino misturado com grânulos de argila e contendo pequenos fragmentos de estuque. 11: Terra clara, com elementos bastante finos, com intercalações de areia grossa, ou seixos misturados com pequenas incrustações de tufo. 12: Camada arenosa mais ou menos fina e compactada dependendo da situação do depósito. 13: Areia e seixo cinza, contendo conchas do mar. 14: Areia amarelo palha misturada com grânulos de argila branca ou ocre. 15: Areia cinza muito homogênea. 16: Britagem de argila marrom e verde, com horizonte arenoso-argiloso e seixos finos na base. 17: Argila ocre, areia cinzenta e seixo misto, contendo numerosas conchas de caracóis e galhos queimados. 18: Solo argiloso-arenoso cinza-ocre, compacto e fino, contendo cinzas, vértebras de peixes e ossos de animais. 19: Terra cinzenta com espessas intercalações de seixos, torrões de argila; rico em cerâmica; também contém *galets*, ossos, caracóis, conchas, pedaços de madeira carbonizada e fragmentos de estuque em grande número. 20: Seixo ocre e cinza, contendo madeira queimada e

<sup>108</sup>  $\beta$  é uma superfície de nivelamento delimitando as camadas 25, 26 e 27.

caracóis. 21: *Idem*, mas composto por elementos maiores. 22: Argila compacta ocre incorporando incrustações de tufo, de pedra, e contendo ossos humanos (crânios, etc.), conchas, bem como numerosos cacos de cerâmica. A densidade dos ossos é particularmente forte no contato com a camada 23. 23: Camada cinza acinzentada, contendo tijolos brutos, pavimentos púnicos e fragmentos de estuque; contém muitos fragmentos, mas sempre pequeno em tamanho e muitas vezes muito *erodido* (CARRIÉ, 1979, p.104).

Figura 59: Corte sobre o lado leste do “Monte Lapeyre”.



Fonte: Carrié (1979, p.104).

### 3.1.3.1. Um aterro peculiar:

Carrié observou que a camada 23 repousa sobre  $\beta$ . Trata-se de uma superfície dura de nivelamento delimitando as camadas 25, 26 e 27,<sup>109</sup> as primeiras camadas de aterro que recobrem as casas púnicas. Este aterro encontrado em vários setores – A e B, por exemplo (figura 23) –, diferencia-se do aterro augustano, como pode ser observado na composição de suas camadas, rica em destroços de habitações púnicas. Esta superfície  $\beta$  desce de forma inclinada do norte em direção ao sul e delimita este aterro inicial formado após 146 a.C. Transcrevemos, abaixo, a descrição das camadas feita por Carrié (1979, p.104):

25: Terra ocre muito compactada, bastante fina, muito carregada em elementos de destruição (estuques, revestimentos, pavimentos, madeira queimada) e em cerâmicas dispostas em alinhamentos parciais, irregulares, sobrepostas. 26: *Idem*, mas terra mais cinzenta. 27: Terra vermelha contendo os mais variados elementos de destruição: incrustações de arenito decomposto

<sup>109</sup> A camada 24, como afirma Carrié (1979, p.106), consiste em uma composição recente formada a partir das escavações de Lapeyre.

e tijolos crus, tábuas queimadas, estuques e pavimentos (muitas vezes calcinados) (CARRIÉ, 1979, p.106).

Podemos observar o mesmo fenômeno manifestando-se no setor A. A camada 7 de H II 13 (figuras 55 e 56)<sup>110</sup> possui uma coloração ocre a castanho-avermelhada sendo caracterizada por uma grande quantidade de escombros e detritos. Estes são compostos por pequenos blocos de arenito, tijolos de terra crua, fragmentos de estuque e revestimentos de paredes, afora uma grande quantidade de restos de pisos em *opus signinum* e *opus tessellatum* (LANCEL, 1979, p.69-70).<sup>111</sup>

### 3.2. As encostas de Byrsa:

No que tange às quatro encostas de Byrsa, as investigações arqueológicas também remontam aos primeiros escavadores. Ainda que não tenhamos informações sobre todas as encostas da colina, interditadas para escavação por construções modernas (capítulo 2), importantes informações relacionadas ao projeto augustano foram localizadas.

#### 3.2.1 Encosta leste:

Se a seção leste da estrutura de sustentação da plataforma superior de Byrsa não revelou muitas informações sobre o período augustano, o mesmo não ocorreu com o declive oriental da colina, escavado por Beulé (1861) e amplamente explorado por Saumagne (1924a;1924b; 1975). Suas escavações revelaram alguns dos mais importantes elementos que temos conhecimento sobre o período augustano, principalmente no que se refere à face de Byrsa voltada para o mar.

Saumagne escavou a região entre os *cardines* IV, V e VI, uma área compreendendo as *insulae* dos dois lados do DM (figura 26, b). A encosta oriental era caracterizada “por uma escarpa que se mantém ao longo de toda a sua extensão original de 120 metros e que, sem dúvida, preservou, ao longo do seu desenvolvimento, a sua altura original (6 a 10 metros) (SAUMAGNE, 1924b, p.182). O autor localizou patamares dispostos em diferentes níveis, que eram superados com o auxílio de degraus posicionados no DM (figuras 60 e 61). O mais elevado estava, aparentemente, nos níveis da abside de Beulé, ao passo que o mais baixo se localizava no *cardo* V (SAUMAGNE, 1924b; DENEAUVE, 1979, p.42-44).

---

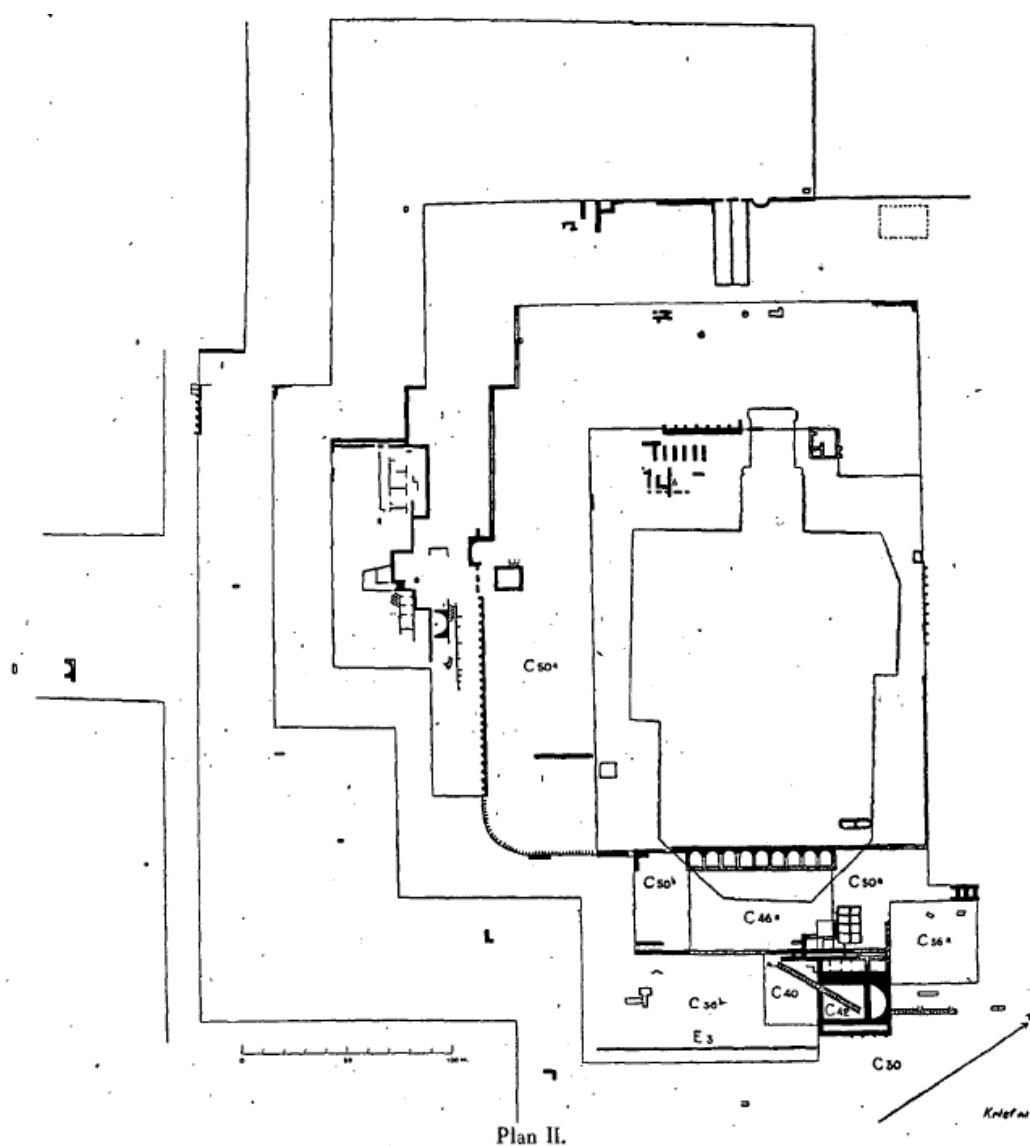
<sup>110</sup> Há uma correspondência com a camada 4 em G III IV e G III VIII (LANCEL, 1979, p.71).

<sup>111</sup> Foi observada uma convergência estratigráfica em G II 16, com pequenas ressalvas para a camada 2 (presença de material helenístico) e para a espessura maior das camadas 3 e 6 que, neste caso, ultrapassa 2 metros (LANCEL, 1979, p.70).



Saumagne localizou uma pequena plataforma na área entre os *cardines* IV e V oeste. Dois muros paralelos (figuras 61 e 62, M1 e M2), escavados em uma extensão de 50 metros,<sup>112</sup> parecem ter sido construídos para sustentar o planalto superior. As fundações do muro M1 foram implantadas em solo virgem até uma altura de 4 metros. O muro, que provavelmente se encontra com as sustentações do antigo Hotel São Luís, possuía um metro de espessura e o fino trabalho com o qual sua parede oriental foi efetuada levou o autor a interpretá-lo como sendo o lado ocidental de um corredor entre M1 e M2 (SAUMAGNE, 1924b, p.182).

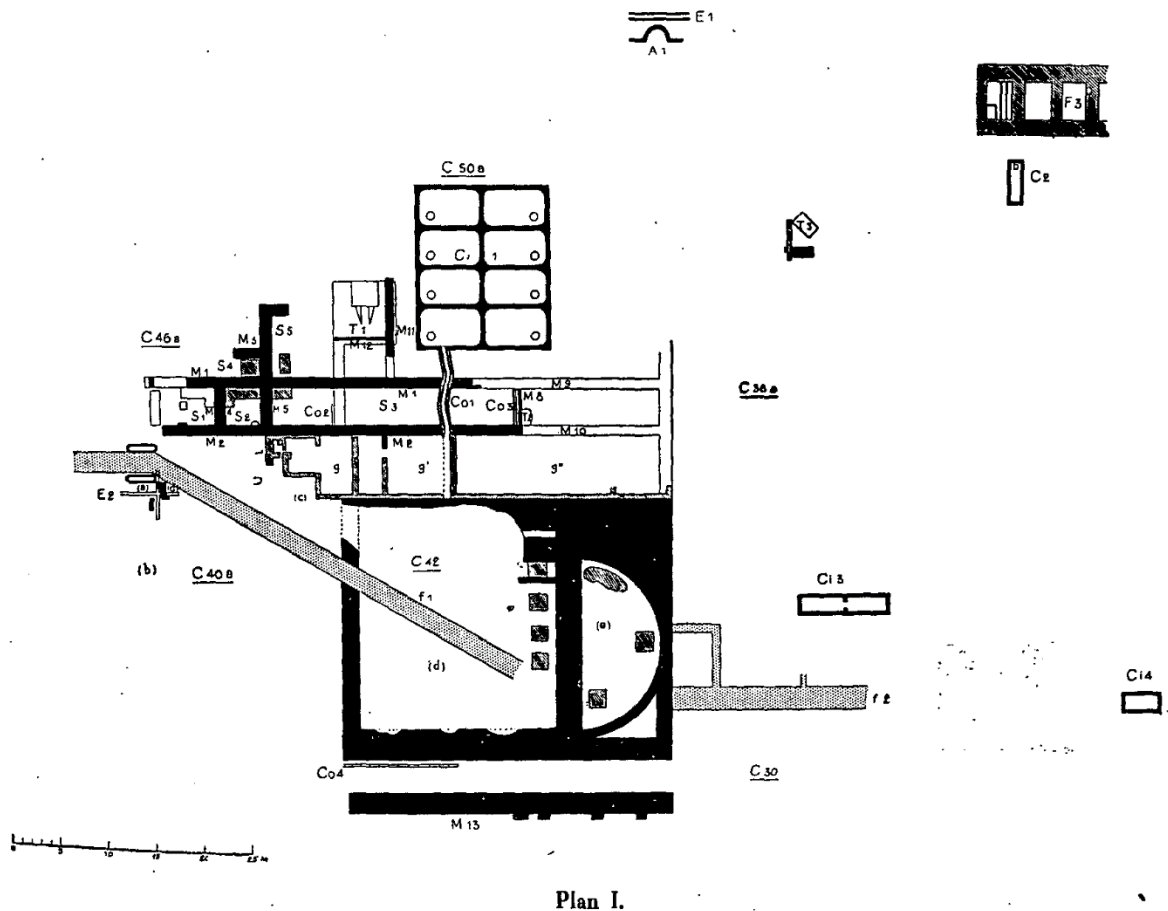
Figura 60: Planta baixa indicando localização das escavações de Saumagne (C40, C42, C46a e C50a).



Fonte: Saumagne (1924b, p.180).

<sup>112</sup> O autor presumiu que os muros M1 e M2 se prolonguem (M9 e M10) para além de M8, área não escavada.

Figura 61: Localização dos principais achados realizados por Saumagne na região.



Fonte: Saumagne (1924b, p.180).

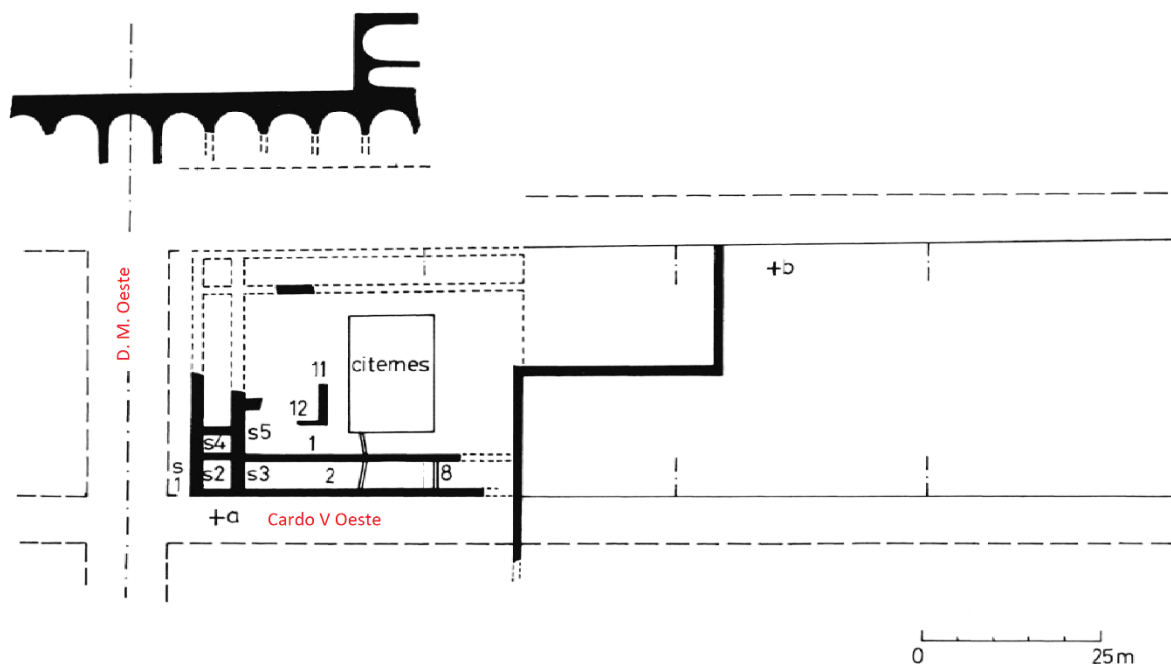
O muro M2, por sua vez, paralelo a M1 e construído a uma distância de 4 metros, compõe com este um corredor, que é cortado por duas paredes transversais (M4 e M5), criando uma sala (S2) (SAUMAGNE, 1924b, p.182-183). Uma área livre se estende de S3 até outro muro perpendicular (M8), cujo revestimento foi feito em *opus reticulatum* em suas duas faces (figura 62, M8) (SAUMAGNE, 1924b, p.182-183, DENEAUVE, 1979, p.42-44).

As substruções de um muro de sustentação (M3) foram localizadas até uma profundidade de 6 metros, atingindo o solo virgem e estendendo-se até um muro perpendicular em boa composição revestido em estuque. Ele delimita a sala S5, que possuía 5 metros de comprimento por 12 de largura (se considerada sua limitação por M11) (SAUMAGNE, 1924b, p.183).

Este conjunto é datado da primeira fase de ocupação romana. Suas fundações foram feitas no solo virgem da colina, que parece ter sofrido nivelamento prévio, como sugere a

camada uniforme de argila batida misturada com gesso, estuque e fragmentos de cerâmica greco-púnica encontrados em toda a área ao redor das paredes (SAUMAGNE, 1924b, p.183).

Figura 62: Corte do setor entre o DM oeste e o *cardo V* oeste



Fonte: Deneauve (1979, p.45). Modificações realizadas pelo autor.

Além disso, as pedras utilizadas na construção dos muros são provenientes de reutilização de outros edifícios e incluem “fragmentos de colunas púnicas em arenito estucado, pedras duras polidas, com moldura ranhurada, ao estilo das tabelas de sacrifícios, fragmentos de cerâmica negra brilhante” (SAUMAGNE, 1924b, p.183).

Oito cisternas estavam posicionadas no centro desta plataforma. Estas já haviam sido identificadas por Beulé (1861, p.60), que acreditou ser o receptáculo das águas dos terraços superiores e a delimitação do especulativo palácio do procônsul. Sabemos que elas foram construídas em pedra talhada em duas fileiras de quatro unidades (SAUMAGNE, 1924b, p.178). Investigações posteriores realizadas pela equipe francesa puderam constatar que elas mediam 15 metros leste-oeste x 11 metros norte-sul (figura 60, C50a) e que estariam integradas, na verdade, à infraestrutura de um edifício (DENEAUVE, 1979, p.42).

Saumagne encontrou um corredor abaixo do nível do aterro medindo 1,80 metros de altura e 0,80 de largura, que atravessava os muros M1 e M2 até atingir as cisternas (Figura 61, CO1). Ele estava coberto por “pedras planas confinadas e apoiadas sobre um início de abóbada” (SAUMAGNE, 1924b, p.184). Sua construção se deu de forma tortuosa, um indício para o autor

da desorientação de seu construtor, que tentava chegar até as cisternas. No nível do solo, uma canalização de chumbo atravessava a parede da cisterna no ângulo sudeste<sup>113</sup> (SAUMAGNE, 1924b).

Foi nesta região que alguns importantes achados do período augustano foram localizados. Um altar e uma inscrição mencionando certo *Perelius Hedulus* (Figura 62, +a e +b, respectivamente) indicam que esta plataforma abrigava um templo dedicado à *Gens Augusta*. A partir da posição na qual o altar foi encontrado, juntamente com outros fragmentos de mármore, é possível afirmar que ele caiu de uma área superior, provavelmente sobre o *cardo V* leste (DENEAUVE, 1979, p.44).

### 3.2.1.1 O Altar<sup>114</sup>

Em janeiro de 1916, Claude Poinssot e Charles Saumagne realizavam uma escavação em Byrsa, na encosta leste da colina. Os escavadores localizaram, aos vinte e sete dias daquele mês, um importante objeto esculpido em mármore lunense (proveniente de Carrara) com incrustações brilhosas de pequeníssima dimensão: um altar com quatro faces esculpidas (figuras 63 e 64).

Antes de ser transportado para o Museu do Bardo, a peça ficou exposta no jardim da propriedade na qual foi encontrado, o que contribuiu para sua deterioração. O altar, que apresenta painéis com a figuração de Apolo, de Roma, da partida de Eneias e uma cena de sacrifício, estava a poucos metros de uma inscrição mencionando *P. Perelius Hedulus* (CAGNAT, 1919a, p.186-187; POINSSOT, 1929, p.5-6).

---

<sup>113</sup> “Um cano de chumbo, ao nível do chão do corredor, atravessava a parede da cisterna do ângulo Sudeste. O construtor, tendo calculado mal suas direções, visivelmente tateou em direção aos tanques e executou desajeitadamente um corredor de forma oblíqua. Este corredor estava atulhado de fragmentos de cerâmica quebrada cujo artesanato não nos parecia característico de nenhuma época específica” (SAUMAGNE, 1929b, p.184).

<sup>114</sup> Para a descrição da peça utilizamos os trabalhos de Cagnat (1919a; 1919b) somados ao de Poinssot (1929). As publicações, que apresentam uma minuciosa análise do altar, possuem caráter complementar.

Figura 63: Altar à *Gens Augusta* visto a partir dos painéis Fuga de Eneias e Roma.



Fonte: Wikimedia commons

Figura 64: Altar visto a partir dos painéis do sacrifício e de Apolo.



Fonte: Wikimedia commons

O altar possui 0,90 cm de altura (sem coroamento) e cada face 1,05 m de largura (CAGNAT, 1919b, p.234). As quatro faces da base e do *dé* são iguais, cuja largura mede 1,10 metro por 0,22 cm de altura, composta por um plinto (0,14 cm), um toroide cordado (0,02 cm), os *rais-de-caeur* (0,03 cm) e canais (0,03 cm). O *dé*, por sua vez, possui 1,03 metro de largura por 0,66 cm de altura. Do seu coroamento, um quarto não sobreviveu, mas sabemos que sua largura máxima é de 1,17 m e sua altura varia entre 0,33 cm (no centro das faces principais) e 0,30 (altura dos ângulos) (POINSSOT, 1929, p.7).

Há uma falta de homogeneidade no mármore, sendo possível observar veias que cruzam o relevo, principalmente na cena da partida de Eneias. Não há sinais de polimento na peça: o plinto, assim como a base, é *bouchardé* e o fundo dos painéis de Apolo e Eneias foi planificado a golpes de cinzel, algo menos perceptível nas demais faces e nas platibandas que bordam a cena em cima e em baixo (POINSSOT, 1929, p.7-8).

A peça chegou a ser considerada uma obra inacabada, tendo, inclusive, sinais de “remendas”:

Sem grande necessidade, partes do mármore foram corajosamente "retrabalhadas" ou mesmo destacadas do fundo. Este é o caso, por exemplo, no *Sacrifício* (pl. X), da mão esquerda do oficiante e do *tibicen*, bem como do braço direito do *camillus* carregando a *acerra*; este também retém o antebraço esquerdo, atualmente quebrado, de Apolo (pl. VII): próximo ao deus, cavidades profundas foram feitas na parte central da cítara, atrás das asas e do perfil de águia do grifo (pl. XI b); a parte inferior do vestido da deusa Roma também é muito limpa (pl. VIII) (POINSSOT, 1929, p.8).

O pé esquerdo de Anquises, desaparecido, foi esculpido em uma parte que foi anexada, o que pode ter sido resultado de um acidente no atelier. Ele foi inserido em uma cavidade retangular de 0,35 cm de largura e 0,01 cm de profundidade (POINSSOT, 1929, p.8-9). No que concerne ao entalhamento, um trépano foi utilizado para esculpir

os acantos do coroamento, os festões e os lambrequins da couraça de Enéias, a folhagem do carvalho de Ida bem como, na figura de Roma, as mechas do cabelo e a crina do elmo; no chifre da abundância colocada perto da deusa, os frutos e a folha da videira (POINSSOT, 1929, p.9).

Os canteiros de flores nas bordas esquerda e direita dos quatro painéis foram esculpidos recebendo uma haste ao longo da qual são agrupadas folhas de forma simétrica e sucessiva. Também há folhas de louro dispostas de forma individual ou aos pares e “flores cuja corola aberta, apresentada de frente, é representada por um pequeno disco perfurado no centro de um buraco” (POINSSOT, 1929, p.9).

Os detalhes mais bem elaborados estão nos painéis principais com as duas divindades sentadas: cadeiras, cortinas e um jogo de luz e sombras chamam a atenção. A composição das faces laterais foi feita para ser vista de lado (POINSSOT, 1929, p.10).

No painel de Apolo (figura 65), a divindade foi representada com a cabeça de perfil, corpo em  $\frac{3}{4}$  sentado em um assento de encosto alto, cabelo cingido por uma coroa, torso nu e inclinado para trás. Suas pernas são cobertas por um tecido drapeado que encobre, parcialmente, uma cítara

[...] colocada em pé no chão; na frente da cítara, um grifo sentado levanta a pata dianteira direita, aninha-se contra o deus que avança com o pé direito, retira o esquerdo para trás, ambos usando sandálias, e estende um galho de louro com a mão direita em direção a um tripé que fica à sua frente em um pequeno pedestal (CAGNAT, 1919a, p.188).

Figura 65: Painel de Apolo com a representação do grifo e da cítara



Fonte: Poinssot (1929, PL VII). Modificações realizadas pelo autor.



A cítara (figura 66) possui grande dimensão (0,27cm),<sup>115</sup> sendo sua “abertura tradicional à múltiplos cortes que separam os braços [...] substituída por dois orifícios ovais através dos quais distinguimos seis cordas saindo da parte inferior” (POINSSOT, 1929, p.12). Apolo, a seu turno, é representado no mesmo estilo que *Roma* na face oposta (figura 67), possuindo simetria em seus gestos (CAGNAT, 1919a, p.188; POINSSOT, 1929, p.11).

Em frente ao deus há um tripé com caldeirão hemisférico com anéis e uma tampa em forma de cúpula (POINSSOT, 1929, p.11). Terminando em *griffes*, religado por duas hastes horizontais e com apenas dois pés visíveis,<sup>116</sup> o tripé sofreu com o desgaste da peça.

Figura 66: Detalhe do painel de Apolo com o grifo e a cítara.

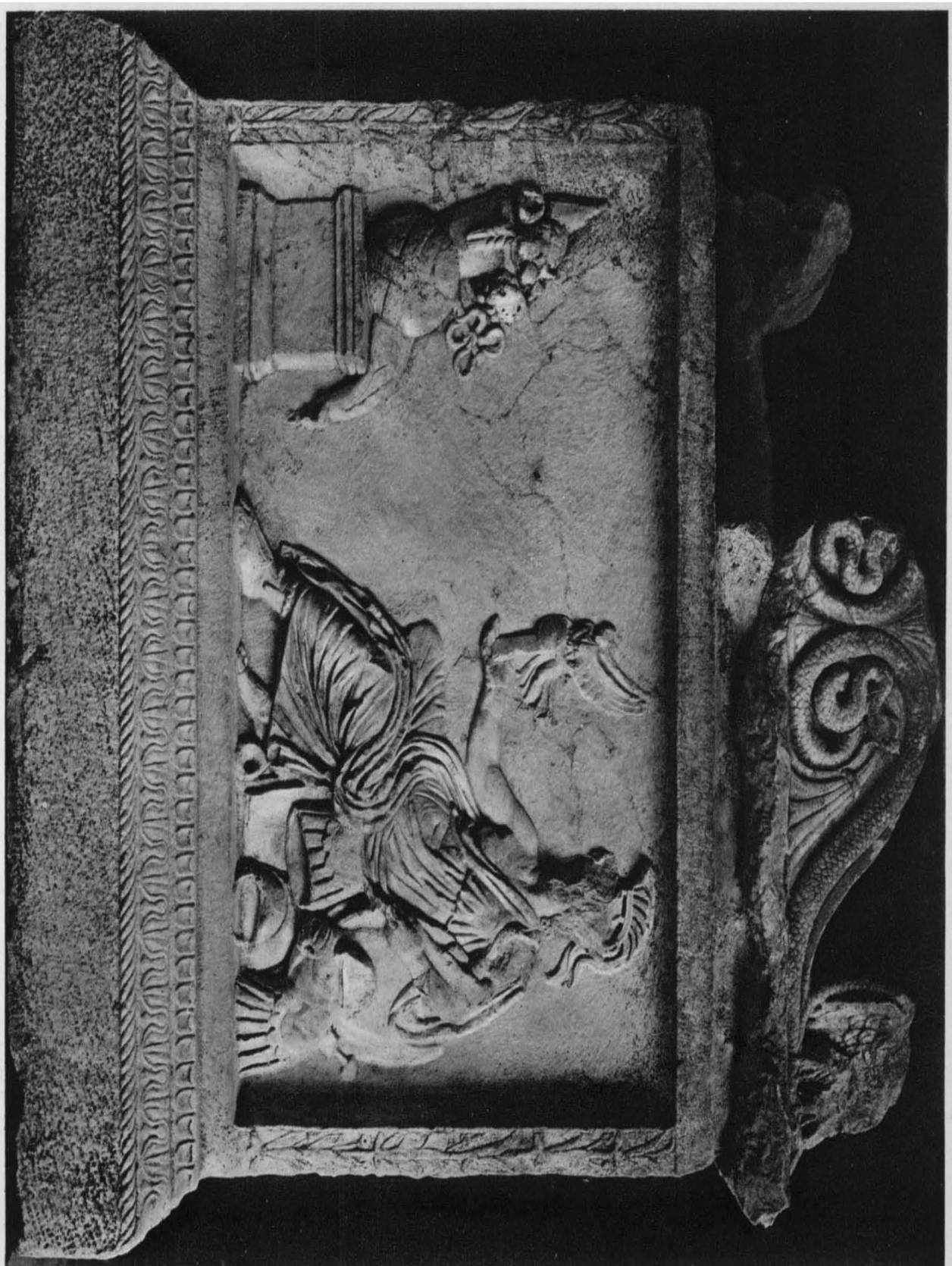


Fonte: Poinssot (1929, PL XI). Modificações realizadas pelo autor.

<sup>115</sup> Poinssot afirma que se aplicarmos o coeficiente 2,05 as medidas de Apolo, obtemos as medidas de um corpo humano normal.

<sup>116</sup> Poinssot não tem certeza se o terceiro pé é representado.

Figura 67: Painel com a representação de Roma e o coramento do altar.



Fonte: Poinssot (1929, PL D). Modificações realizadas pelo autor

No painel de Roma (figura 67), a deusa é retratada em seu aspecto guerreiro, com vestimentas amazonas, mas com o joelho coberto tal qual o de Apolo. Seus pés (um para frente e outro recuado) são calçados (*embades*) e os dedos expostos, mas apenas aquele do pé direito é visível em toda sua altura, que não ultrapassa a panturrilha (CAGNAT, 1919a, p.188; POINSSOT, 1929, p.13).

A deusa está vestida com um tecido drapeado que lhe cobre o corpo, deixando o braço e o seio direito nus (acredito que barriga e umbigo também). Sua cabeça possui um elmo e seus cabelos pendem em mechas verticais; a parte hemisférica está presa e termina em um rabo de cavalo. Sua mão esquerda está invertida e apoiada sobre uma pequena espada “com punho mutilado, cuja bainha chata e larga é encerrada por uma *bouterolle*, de base retilínea e lados arredondados, ainda mais largos” (CAGNAT, 1919a, p.188. POINSSOT, 1929, p.14). Em sua mão direita, aberta e estendida, há um pequeno pilar (figura 68); a Vitória segura com as duas mãos um escudo pelas arestas<sup>117</sup> “e ela parece vir se colocar a meio corpo contra o topo do pilar que está de pé sobre a mão direita de Roma” (CAGNAT, 1919b, p.234).

O braço da deusa está apoiado sobre um grande escudo que serve de apoio para uma espada de punho arredondado – e de mesma largura que a lâmina –, e um peitoral que serve de suporte para um capacete. A deusa está

sentada em um peitoral dobrado e em dois escudos sobrepostos, trapezoidais e levemente abaulados (figura 69). Ela segura um escudo que passa por seu braço esquerdo e uma espada curta. No chão, perto destes, podemos observar a boca de um trompete e um capacete. As couraças, feitas à semelhança do tórax humano, são ornadas com festões arredondados na parte inferior, enquanto os lambrequins, que servem de proteção para as coxas e os ombros, são

Figura 68: Detalhe do painel de Roma com a representação da Vitória alada, de um escudo e um pilar.



Fonte: Poinssot (1929, PL XV). Modificações realizadas pelo autor.

<sup>117</sup> Merlin (1919) menciona apenas que ela voa próximo ao escudo.

retangulares. Os capacetes, a seu turno, apresentam protetores faciais (CAGNAT, 1919a, p.188, POINSSOT, 1929, p.16).

Figura 69: Detalhe do painel de Roma com a representação do escudo, couraça e lambrequins.



Fonte: Poinssot (1929, PL XII). Modificações realizadas pelo autor.

Como no painel de Apolo, o lado oposto foi reservado para outro elemento, neste caso um cipo sustentando uma esfera, um caduceu e uma cornucópia (figura 70). Há uma desproporção de escala, uma vez que o cipo é muito pequeno se comparado à deusa, enquanto a cornucópia e seus frutos estão em escala muito grande. O cipo é apresentado de três quartos, possui um *dé* retangular coroado por um quarto de círculo e uma faixa, além de uma base com um plinto e um quarto de círculo invertido. O caduceu foi colocado obliquamente, atrás da esfera, que é “cinturada” por duas grandes *armilles* perpendiculares, possuindo uma superfície inacabada com evidentes marcas do cinzel (POINSSOT, 1929, p.18).

A parte inferior da cornucópia é decorada com longas *feuilles d'eau*, que emergem de um cálice formado por folhas menores e em sua ponta há um botão redondo bastante danificado. Em seu interior é possível visualizar uma pinha, uma romã com uma cavidade triangular, pequenos blocos irregulares, elementos que remetem a bolos ou frutas. Da boca do cone pende uma espiga com aparência de uma trança: ela está encoberta parcialmente por uma folha de videira e uma uva (POINSSOT, 1929, p.18-19).

No que se refere ao painel representando a fuga de Eneias (figura 71), o herói é representado “a passos largos”, com a face imberbe e com a cabeça nua. Sua couraça refaz seus principais contornos anatômicos e o pseudo-torax por uma fileira dupla de festão. Em seu peito um boldrié sustenta uma espada em seu lado esquerdo (CAGNAT, 1919a, p.187; POINSSOT, 1929, p. 20). A túnica ultrapassa os lambrequins retangulares que servem de proteção para as coxas e o ombro direito e os pés são calçados com *embades* que deixam os dedos de fora, não sendo possível identificar adereços por conta do desgaste (POINSSOT, 1929, p. 20).

Figura 70: Detalhe do painel de Roma com a representação da cornucópia.



Fonte: Poinssot (1929, PL VIII). Modificações realizadas pelo autor.

Figura 71: Painel representando a partida de Enéias.



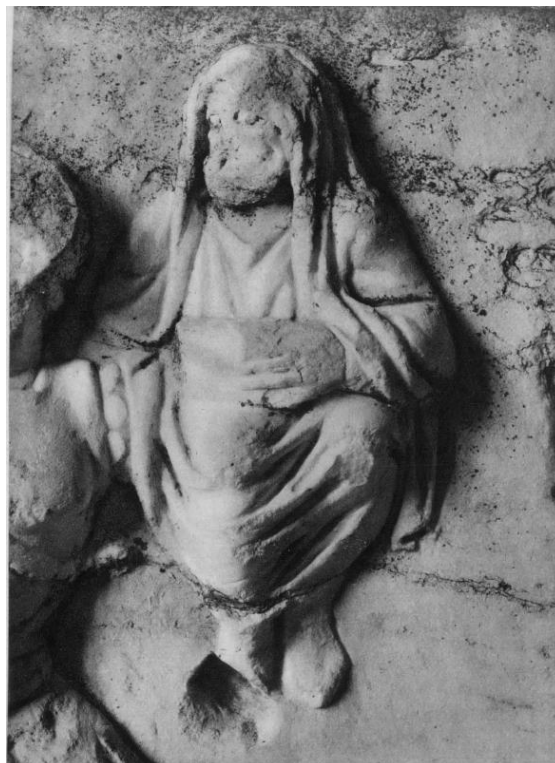
Fonte: Poinssot (1929, PL IX). Modificações realizadas pelo autor.

Eneias carrega seu pai, mas nesta cena ele não é transportado nas costas como lembra Cagnat, e sim sobre o braço esquerdo erguido na altura do ombro. O herói possui a cabeça voltada para Ascânio, e puxa o filho pelo braço esquerdo com sua mão direita (CAGNAT, 1919a, p.187).

Anquises é representado no tamanho de uma criança, com olhos salientes, barba em quantidade e longos cabelos, tendo a cabeça coberta por um véu (figura 72) (CAGNAT, 1919a, p.187; POINSSOT, 1929, p. 20-21). Ele segura com a mão esquerda uma cesta cilíndrica de vime onde estão os Penates. A cesta, feita “por uma rede de linhas oblíquas gravadas na ponta entre duas contas”, é apoiada contra o joelho direito e o peito da personagem (POINSSOT, 1929, p. 20-21).

Ascânio, por sua vez, está vestido com uma túnica curta, um cinto e um manto solto preso ao ombro. Ele possui cabelos encaracolados que ultrapassam seu chapéu frígio e segura um *pedum* com a mão direita. A curvatura de seu manto, que parece voar com o vento, segue a silhueta do tronco inferior do carvalho (CAGNAT, 1919a, p.187-188; POINSSOT, 1929, p.21). Este carvalho retorcido termina em dois ramos desiguais com duas folhas em tamanho desproporcional (figura 73). A cabeça de um animal, possivelmente de um boi com pequenos chifres, parece ter sido anexada em sua forquilha (POINSSOT, 1929, p.21-22).

Figura 72: Detalhe do painel da partida de Enéias com a representação de Anquises.



Fonte: Poinssot (1929, PL XIII). Modificações realizadas pelo autor.

Figura 73: Detalhe do painel da partida de Eneias com a representação do carvalho.



Fonte: Poinssot (1929, PL XIV). Modificações realizadas pelo autor

Figura 74: Painel representando uma cena de sacrifício.



Fonte: Poinssot (1929, PL X). Modificações realizadas pelo autor.



A cena do sacrifício, não obstante, destoa das demais (figuras 73 e 74): há cinco personagens cuja disposição foi mal estabelecida com o grande espaço vazio que é deixado à esquerda (CAGNAT, 1919a, p.188-189). Nesta cena, duas personagens são colocadas em segundo plano, o *victimarius* que está atrás do oficiante e o *tibicen* posicionado atrás do altar. O altar em si é pequeno, desproporcional em relação ao tamanho das demais figuras, e sua silhueta se assemelha a do altar no qual foi esculpido. Ele possui um frontão arredondado e acrotérios com presença de folhas nos *coussinets*<sup>118</sup> (POINSSOT, 1929, p.28).

Os dois *camilli* possuem longos cabelos encaracolados, que atingem o ombro e suas túnicas arregaçadas deixam as pernas visíveis. Aquele que está mais distante do altar segura o vaso de água lustral com a mão esquerda e possui o antebraço esquerdo estendido para frente; o segundo personagem segura contra o peito uma caixa de incenso com sua tampa retangular aberta (POINSSOT, 1929, p.28).

O tocador de flauta (*tibicen*) está vestido com uma toga cuja parte mais larga lhe cobre obliquamente a porção frontal do corpo. Ele tem as pernas encobertas pelo altar, e o antebraço levantado contra o peito (POINSSOT, 1929, p.28-29).

O oficiante, por sua vez, possui uma toga com inúmeras pregas, e está com a cabeça coberta por um pano cuja extremidade se arrasta até os pés. Ele está fazendo uma libação: seu antebraço direito está estendido para frente sobre o altar; sua mão está desgastada, o que leva a conjecturas sobre a presença de algum objeto<sup>119</sup> (CAGNAT, 1919a, p.189; POINSSOT, 1929, p.29).

O *victimarius*, a seu turno, contrasta com as demais personagens por seu movimento; na cena ele está se virando de forma brusca e dirigindo-se para a direita. Sobre sua representação, sua perna esquerda é a única visível; esculpida de perfil à direita, o peito está na posição frontal enquanto a face de perfil à esquerda. Com o torso nu, os quadris estão cobertos por um pano que se estende até o joelho e um cinto de tecido com dobras horizontais onde é possível ver a bainha de uma faca. Com a mão direita ele retira um longo manche cilíndrico de um malho com a massa em forma de disco (CAGNAT, 1919a, p.189; POINSSOT, 1929, p.29).

O braço esquerdo foi mal encaixado e se supõe que estava apoiado na espinha dorsal da vítima sacrificial. Esta pode ser um bezerro ou novilha se considerarmos que o malho carregado pelo *popa* não leva a pensar na imolação de um boi ou touro. Não há *frontale*, guirlandas ou *infulae*, apenas uma capa de couro ou outro tecido pesado que cobre o peito da vítima. Esta

---

<sup>118</sup> Cagnat (1919, p.189) afirma que o altar está adornado com guirlandas.

<sup>119</sup> Poinssot descarta uma pátera e especula que está apanhando grãos de incenso na *acerra* que o *camillus* segura.

extremidade do painel foi pouco trabalhada, como pode ser observado no aprofundamento incompleto do fundo acima das cabaças do *victimarius* e da vítima (POINSSOT, 1929, p.30).

No que diz respeito ao coroamento do altar (figura 75), ele possui duas faces principais compostas por um frontão e um acrotério, e duas laterais com *coussinets*. Sua posição em relação às cenas do altar é hipotética; Poinssot defende que as faces principais deveriam estar sobre as cenas com as principais divindades, Apolo e Roma, enquanto os *coussinets* repousariam sobre os quadros de Eneias e a cena do sacrifício (POINSSOT, 1929, p.31-32).

Figura 74.1: Painel com a representação de uma cena de sacrifício. Acima, coroamento do altar.



Fonte: Poinssot (1929, PL II). Modificações realizadas pelo autor.

As molduras da parte inferior desenvolvem-se entre planos distantes de 0,09 cm e a maior saliência em relação a platibanda do dé é de 0,08 cm. Sua composição constitui-se por canos, *rais de coeur*, pelo toroide cordado e por um *cavet* com *feilles d'eau*. Entre dois listéis

há uma *doucine* com folhas de palmeira e de lótus (POINSSOT, 1929, p.31-32). Águias feitas em *ronde-bosse* decoravam os ângulos do coroamento ao mesmo tempo em que escondiam as pontas dos *coussinets* às quais estavam fixadas (CAGNAT, 1919b, p.234). Há dois répteis cuja parte superior do corpo

[...] se dobra em volutas simétricas e tangentes nas quais se inscrevem as dobras tortuosas dos pescoços eretos, a cauda de cada um deles delimita um acrotério na borda do *coussinet*, envolvendo como de um nimbo a águia cujas garras repousam sobre ela (POINSSOT, 1929, p.33-34).

Os espaços triangulares que eles delimitam no ponto de contato possuem folhas de palmeira florais, sendo “uma, com sete folhas encadeadas e duas livres, que constitui o topo do frontão, [*enquanto*] a outra, invertida e cujos cinco ramos encadeados, de extremidades arredondadas, assentam sobre uma espécie de plinto semicircular” (POINSSOT, 1929, p.34). Os cantos das espirais também possuem folhas de palmeira a quatro folhas.

No que tange aos *cossinets*, Poinssot acredita que foram feitos por escultores diferentes, pois apresentam níveis de acabamento variados. Ambos repousam sobre camas de folhagens, mas naquele com melhor acabamento, os acantos foram representados inclinados e com “preocupação de verdade”. No outro, eles estão à direita e foram tratados como simples ornamentos (POINSSOT, 1929, p.34).

O *balteus* possui duas fileiras de ovos, cada uma emoldurada por duas faixas decoradas com uma fileira de pérolas. Esta parte do altar foi feita com muito cuidado, como pode ser observado na maleabilidade das cobras, no realismo de suas escamas, nas asas das águias e em algumas folhagens (POINSSOT, 1929, p.34-35).

Da camada de argamassa que recobriu uma superfície onde grandes lascas oferecem as condições mais favoráveis para a aderência de um revestimento, restam alguns vestígios; era para ser usado tanto para fixar uma placa de metal ou terracota quanto para evitar que o mármore ficasse em contato imediato com ela, quando, sobre uma espessa camada de cinzas, fosse aceso o fogo do sacrifício. As ranhuras ao longo dos *pulvini* parecem indicar que essa dupla cobertura apresentava duas cavidades compridas por onde fluíam os líquidos derramados durante as libações (POINSSOT, 1929, p.35).

Figura 75: Partes constitutivas do coroamento do altar.



Fonte: Poinssot (1929, PL XI, XV e XVI). Modificações realizadas pelo autor.

### 3.2.1.2 *Perelius Hedulus*

Neste mesmo local de achado do altar foram descobertos fragmentos de tijolos provenientes da oficina de *Perelius Hedulus*, e uma tabela de sacrifícios púnica. Em T3 (figura 61) uma estampa com o nome “*Per. Hedulus*” também foi descoberta, juntamente com fragmentos de lâmpadas do século I d.C (SAUMAGNE, 1924b, p. 184).<sup>120</sup>

Foram localizadas três inscrições em fragmentos de grandes telhas entre os *cardines* IV e V leste, nos escombros que recobriam uma casa tardia. Em uma delas havia uma inscrição com as letras CHI, uma indicação do nome de *C. Julius Antimachus* (SAUMAGNE, 1979, p.297-298).

Em 1913, outras duas inscrições com o nome de *Hedulus* já haviam sido localizadas próximo ao local, sendo que uma delas também estava acompanhada do nome de *Antimachus*. Em 1907 Saumagne encontrou um carimbo com o nome de *Perelius*. No lado oriental do patamar C50a (Figura 60) foram localizadas mais duas impressões feitas “entre blocos quadrados cobertos de flores pintadas de vermelho sobre fundo branco” (SAUMAGNE, 1979, p.298).

A mais significativa destas descobertas refere-se a uma inscrição na qual *P. Hedulus* afirma ter erigido um *templum* a *Gens Augusta* em *solo priuato* sob suas próprias despesas (*pecunia sua*) (Figuras 76 e 77). A inscrição foi localizada sobre os escombros de um edifício tardio construído sobre uma edificação anterior. Ela estava apoiada sobre uma parede que fazia a divisão entre dois quartos, tendo sido cuidadosamente posicionada com outros elementos dispersos (CAGNAT, 1913).

Figura 76: Transcrição da inscrição com a dedicação de *P. Hedulus* à *Gens Augusta*

G E N T I · A V G V S T A E  
P · P E R E L I V S · H E D V L V S · S A C · P E R P  
T E M P L V M · S O L O · P R I V A T O  
P R I M V S · P E C V N I A · S V A · F E C I T

Fonte: Cagnat (1913, p. 681).

<sup>120</sup> Saumagne também localizou uma pequena abside (figura 61, A1), uma parte da linha de esgoto pertencente ao *cardo* IV (figura 61, E1) e um esgoto (figura 61, E3) de orientação nordeste-sudoeste próximo ao *cardo* VI (SAUMAGNE, 1929b, p.178-185). Próximo à abside E (cota 36), muros incompletos testemunham uma ocupação romana anterior ao edifício que ficava entre o *cardo* V e VI (SAUMAGNE, 1929b, p.179). Um corredor (figura 61, Co4) entre o edifício D e a muralha de sustentação M13: no nível do solo virgem, inscrições neopúnicas sobre tubos de argila. Estes elementos, não obstante, possuem uma datação incerta.

Figura 77: Localização da inscrição de *Perelius Hedulus*



Fonte: Cagnat (1913, p. 684).

### 3.2.2 Outras encostas

As demais encostas de Byrsa legaram poucas informações arqueológicas, e isso se deu, principalmente, pela falta de escavações em algumas áreas que apresentam avançada urbanização. O lado norte da colina foi escavado pela equipe sueca (figuras 78 e 79), que realizou três missões arqueológicas entre os anos 1979 e 1983 sob a liderança de Birgitta Sander and Carl-Gustaf Styrenius (1981) (ROSSITER, 2004; PETERSON, 1979). As escavações realizadas próximas à intersecção entre o *decumanus* I norte e o *cardo* I leste localizaram uma série de cisternas, drenos e pavimentos.

A estrutura de 4 piscinas, um poço e um hipocausto não deixam dúvidas sobre a existência de um elaborado sistema de aquecimento de uma casa de banho construída no final do século IV/início do século V d.C. que permaneceu em uso até o século VI da nossa era (STYRENIUS, 1981; LARJE, 1995).

Figura 78: Área de escavação da equipe sueca

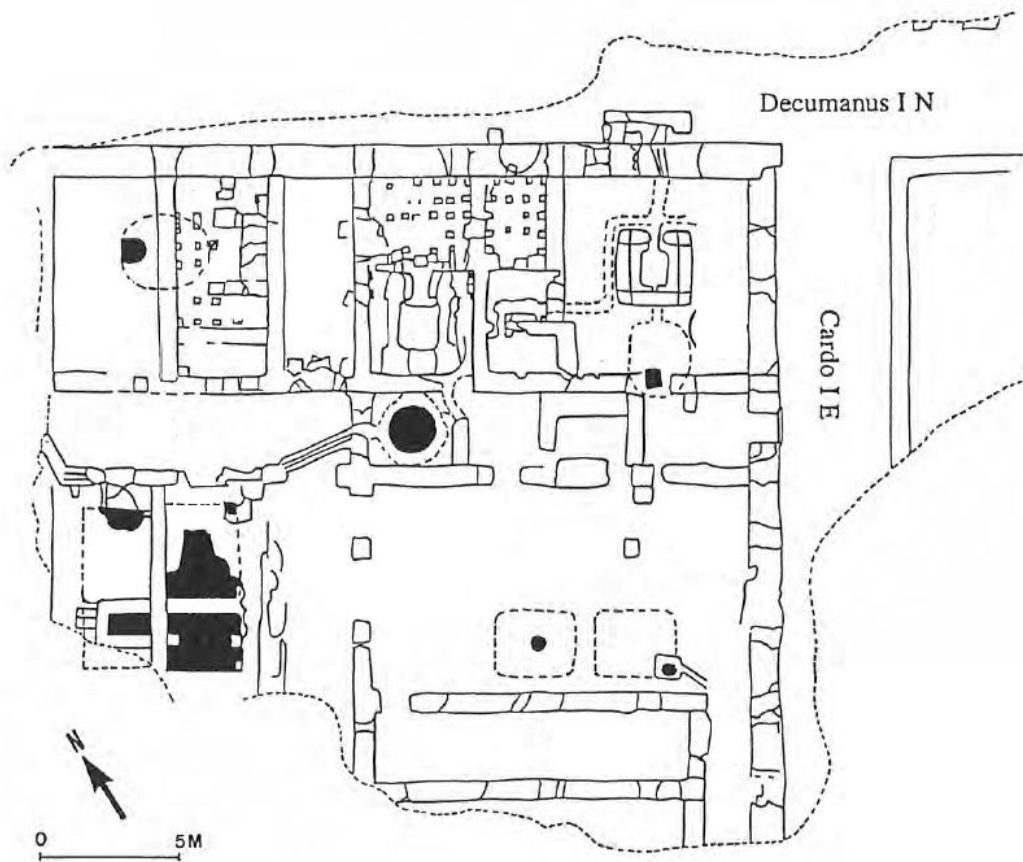


Fonte: Styrenius (1981, p..76). Modificações realizadas pelo autor.

Desta área escavada pelos suecos, uma seção particular deve ser mencionada: uma área pavimentada medindo 10,50 x 16,50 metros. Sua escavação localizou uma rede de canais e drenos pertencentes a uma fase romana anterior abaixo do nível do pavimento, além de paredes que corriam de forma paralela ao *cardo*. Um fragmento de mosaico de tesselas brancas medindo 1 metro de comprimento e 50 centímetros de largura foi encontrado em uma abertura, possivelmente um portal de acesso (STYRENIUS, 1981, p.84-85). Nesta fase 1, augustana, uma suíte de banho foi construída, sendo acessada por um pátio interno ao sul (ROSSITER, 2004).

A datação para a primeira fase de ocupação romana se deu com base na feitura das paredes - mais finas do que aquelas da construção posterior – e em fragmentos de um piso (1 x 1,5 m) em *opus signinum*, provavelmente conectado com outros vestígios do mesmo *opus* na área nordeste do recinto (STYRENIUS, 1981, p.84-85).

Figura 79: planta baixa das estruturas localizadas



Fonte: Large (1995, p.8). Modificações realizadas pelo autor.

Sobre a encosta oeste, Beulé afirmou que as construções sofreram com as demolições feitas pelos árabes em meados do século XIX para a venda do material construtivo (BEULÉ, 1861, p.37). Beulé (1961) mencionou 2 cisternas (Figura 26, B4) na região, enquanto Delattre fala de vestígios de um possível edifício (Figura 26, D8) e Lapeyre um ângulo de muro (Figura 26, L6) (DENEAUVE, 1979). O declive mais suave nesta encosta levou Deneauve a pressupor a existência de duas plataformas (DENEAUVE, 1979, p.47). Pesquisas recentes realizadas em uma sessão do DM não revelaram dados sobre o período augustano (LADJIMI-SEBAÏ, 1996).<sup>121</sup>

No que se refere à encosta sul conhecemos a estrutura de sustentação da plataforma superior. Delattre escavou na região e pode localizar os vestígios do CM (DELATTRE, 1893b, p.100), além de um maciço de alvenaria localizado a 5,80 metros de distância, que acreditava ser parte da estrutura da *porta* da cidadela (figura 25, e; figura 29, e). Foram localizados

<sup>121</sup> Ver item 3.3.3. A Malha Urbana.



destroços na composição deste maciço, dentre os quais fragmentos de colunas e uma *crapaudine* para receber uma viga cuja proveniência seria desta *porta* (DELATTRE, 1893b, p. 101).

Delattre (1893b) menciona uma série de vestígios tardios, dentre os quais uma habitação bizantina que utilizou muros romanos em sua construção (figura 29, F) que apresentam marcas de um grande incêndio no muro de fundo. O autor localizou um conjunto de cisternas romanas (figura 29, G, H, I), e na parede de uma delas foi localizado uma moeda com a efígie de Tibério.<sup>122</sup>

### 3.3 A cultura material para além de Byrsa:

Ainda que a colina de Byrsa tenha protagonizado as principais intervenções urbanísticas do projeto augustano de refundação de Cartago, importantes achados do período foram localizados em seus arredores. Discorreremos, nesta seção, sobre os dois relevos provenientes do sítio de La Malga para, em seguida, apresentar os dados sobre a malha urbana de Cartago.

#### 3.3.1 O relevo de La Malga;

O primeiro relevo foi encontrado em Cartago em 1838 (figuras 80 e 81), a noroeste de Byrsa, proveniente de um monumento desconhecido entre os *cardines* XIII e XX oeste, na porta da cidade (AOUNALLAH, MASTINO, 2018, p.270). A peça, que foi doada por Leon Roches, então cônsul geral da França em Túnis, para o Museu do Louvre em 1856, atualmente constitui parte da exposição da sala africana do museu (VILLEFOSSE, 1921). Conhecido como “relevo de La Malga” a partir do seu contexto de achado, este painel foi talhado em mármore branca acinzentada e possui 0,79 cm de altura por 1,11 metro de largura<sup>123</sup> (ANSEL, 2012, p.134).

---

<sup>122</sup> Dentre os achados nos escombros da casa bizantina são mencionados moedas cartaginesas e uma estátua de Minerva. O autor afirma ter localizado uma terra amarela, ossos humanos, moedas cartaginesas, ânforas e cerâmicas funerárias no interstício entre a cisterna e o muro F. Acima das cisternas foi localizado o vestígio de uma abside (figura 29, X, K).

<sup>123</sup> As medidas apresentadas no site do Louvre possuem ligeira discrepância: 80 cm de altura; 1,12 metro de largura e 12 cm de profundidade. Seu peso total é 135 kg. A datação apresentada no site da instituição, primeira metade do século II d.C., é baseada na interpretação feita por Roches na ocasião da doação da peça para o Museu. <<https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/c1010275854>>

Figura 80: Relevô de La Malga, atualmente localizado no Museu do Louvre



Fonte: Louvre (NIII 975).<sup>124</sup>

Figura 81: Relevô de La Malga, atualmente localizado no Museu do Louvre



Fonte: Louvre (NIII 975).

<sup>124</sup> Número de entrada: NIII 975. Número de catálogo: Ma 1838. Imagens disponibilizadas em <<https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/c1010275854#>>. Último acesso : 18 de setembro de 2022.

Figura 82: Detalhe da face da figura feminina do Relevo de La Malga.



Fonte: Louvre (NIII 975)

A parte superior do relevo está mutilada. A figura central é muito semelhante àquela representada na *Ara Pacis*; é a representação de uma mulher que veste uma coroa, cujo estado de deterioração não permite especificar o material (figura 82). Sentada em um trono rochoso formando um penhasco que se estende à direita do espectador, ela segura em seu colo duas crianças e algumas frutas,<sup>125</sup> enquanto vacas e ovelhas pastam aos seus pés (SPAETH, 1994, p.94, ANSEL, 2012, p.134-135). Ambas as crianças estendem os braços direitos em sua direção para lhe entregar uma flor e o que talvez seja uma fruta<sup>126</sup> (ANSEL, 2012, p.134).

Na parte direita, por sua vez, é possível ver um personagem masculino representado com barba e nu (figuras 81 e 83). Ele está envolto por um tecido volumoso que parece ondular acima de seu corpo enquanto sai de um mar. Neste ambiente, podemos observar a representação de dois golfinhos e um *ketos* (SPAETH, 1994, p.94-95; ANSEL, 2012, p.134).

Figura 83: Parte direita do relevo com a figura do personagem masculino e da criatura marinha.



Fonte: Ansel (2012, p.154).

<sup>125</sup> O estado de deterioração não permite identificar os tipos.

<sup>126</sup> Difícil precisar pela corrosão da peça.

No lado oposto do relevo, por sua vez, há uma figura feminina sendo representada segurando um objeto semelhante a uma tocha. Projetado “a partir de uma linha de massas curvilíneas, que têm sido interpretadas como chamas ou ondas”, apenas a parte superior do seu corpo é visível, estando vestido com um drapeado (SPAETH, 1994, p.95; ANSEL, 2012, p.134-135).

Um pântano é representado abaixo desta figura, e sua composição é formada por juncos e um jarro virado de onde sai a água que atravessa a parte inferior do relevo em direção ao mar (parte direita) (SPAETH, 1994, p.95; ANSEL, 2012, p.135). A cena é completada pela presença de uma ave aquática, possivelmente uma garça (SPAETH, 1994, p.95) ou um íbis (ANSEL, 2012, p.135), ao lado da qual há um sapo e uma cobra (SPAETH, 1994, p.95; ANSEL, 2012, p.135).

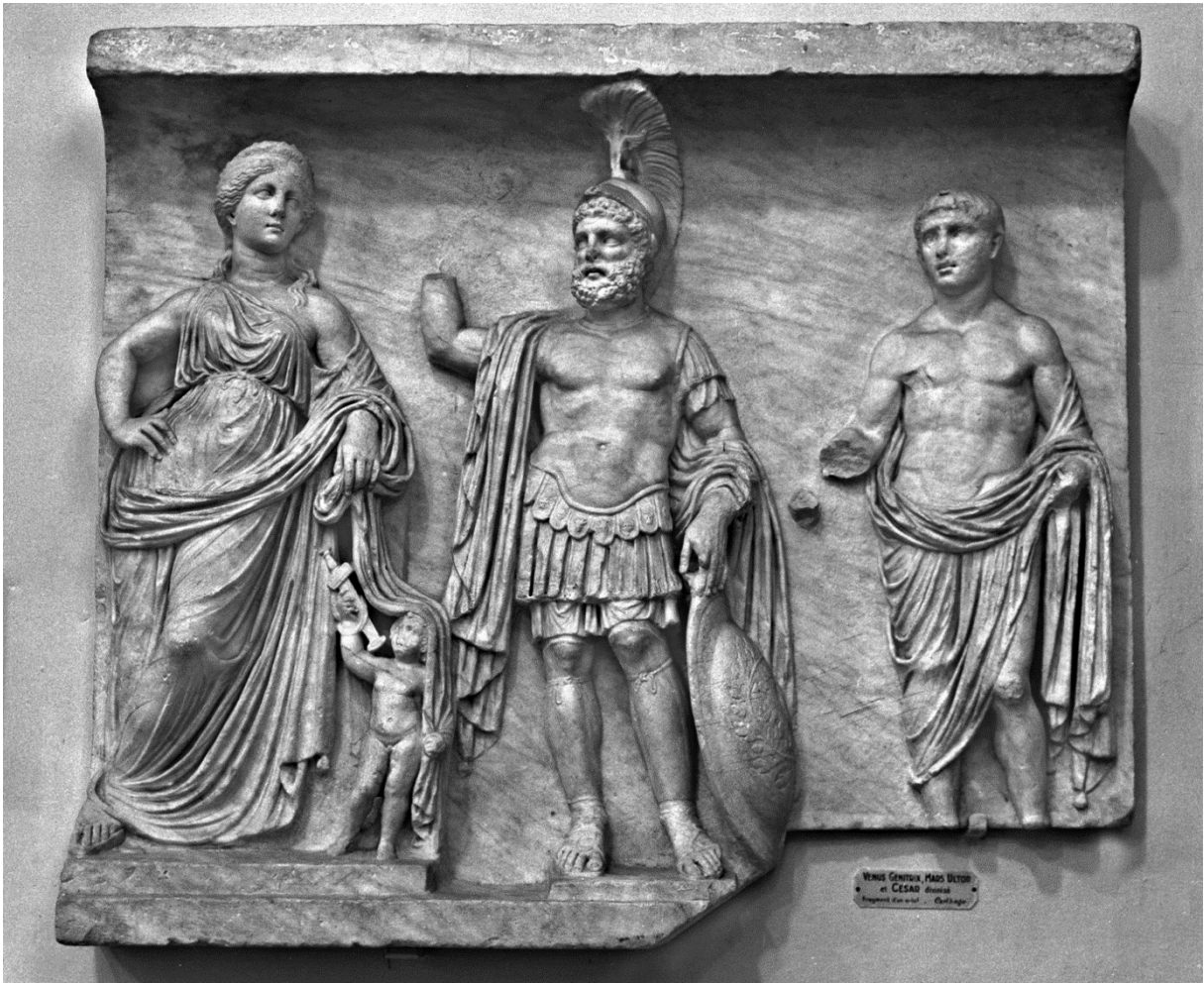
### 3.3.2 O relevo de Argel;

Conhecido como “Relevo de Argel” (figura 84), este segundo painel foi encontrado em meados de 1856 na mesma área das cisternas de La Malga, tendo sido doado, no ano seguinte, por León Roches para o Museu da Argélia (POMMEREAU, 1857, p.327). O relevo, que possui 0,98 cm de altura e 1,13 metro de largura, apresenta um recuo de 11,5 cm nas bordas superior e inferior e contém a representação de quatro personagens, sendo três adultos medindo 0,77 cm e uma criança<sup>127</sup> (POMMEREAU, 1857, p.327).

---

<sup>127</sup> A altura deste personagem não foi mencionada nas descrições que localizamos.

Figura 84: Relevo de Argel



Fonte: Thomas (2017, p.154).

Um personagem foi representado de cabelo cortado e seus traços característicos indicam se tratar de um retrato. Sua face é magra, de feições jovens, a boca grande (a ponta do nariz desgastada) e o cabelo abundante (GSELL, 1899, 377-41).

Seus pés não foram preservados e não sabemos se havia uma base, consistindo, portanto, na cópia de uma estátua. Seu manto cobre os quadris, a perna direita e, deixando o torso descoberto, perpassa a esquerda diagonalmente até o braço direito, do qual pende em direção ao chão. Observamos aqui uma composição típica das representações dos imperadores julio-claudianos (DOUBLET, 1890, p.85; GSELL, 1899, p.37-40).

A figura do meio, por sua vez, consiste em um personagem guerreiro representado com a mão direita levantada em sinal de ameaça; a presença de um *tenon*<sup>128</sup> identificada por Gsell (1899, p.38) é um indicativo de que havia uma espada em sua mão. Posicionado sobre uma base

<sup>128</sup> Elemento usado para apoiar uma parte fortemente destacada e frágil de uma estátua.

quadrada, a personagem segura com a mão esquerda um escudo decorado com uma coroa de carvalho posicionado ao seu lado (GSELL, 1899, p.38).

Parte do dedo indicador desta mão está quebrado, assim como a ponta do nariz. Seus pés estão calçados, e suas pernas possuem perneiras cujos laços, abaixo dos joelhos, se projetam para frente. Seu peitoral está coberto por uma couraça que reproduz o contorno do corpo. Uma longa capa proveniente das costas perpassa o ombro e o braço direito, confundindo-se com o tecido da personagem feminina ao cair sobre a criança. No lado esquerdo, a seu turno, a capa passa pelo antebraço e pende sobre o escudo. Em sua cabeça há um elmo com a representação de uma fenix, cuja crina se estende até a altura da nuca, deixando apenas uma parte do cabelo visível (GSELL, 1899).

Na extremidade direita da cena, podemos ver uma figura feminina que também foi representada sobre um pedestal. Ela tem o corpo inclinado, com os joelhos cruzados, apoiando-se em um suporte posicionado a sua esquerda. Sua cabeça está inclinada nesta direção (GSELL, 1899, p.38-39) e seu cabelo está preso em um belo penteado caindo em mechas nos dois ombros.

O braço direito, desnudo, encontra-se semi-flexionado para permitir que sua mão repouse sobre seu quadril. Dos seus pés, apenas o esquerdo é visível, estando calçado e com os dedos a vista. A parte superior de sua roupa é presa pelo ombro direito enquanto o esquerdo fica descoberto. Um segmento do tecido proveniente dos quadris estende-se até a região entre o braço e o antebraço esquerdo, sendo segurado com a sinistra antes de pender em direção ao chão. O tecido cai sobre a criança posicionada ao seu lado confundindo-se com aquele proveniente do personagem guerreiro. Representada nua, a criança segura o tecido que encobre seu cabelo com a mão esquerda e com a outra entrega uma espada<sup>129</sup> à divindade a seu lado.

#### 3.4 A malha urbana;

Além de ter protagonizado as principais intervenções urbanísticas do projeto de refundação de Cartago concebido no período augustano, a colina de Byrsa foi escolhida como eixo central da malha urbana da cidade. Sabemos que o agrimensor escolheu o *locus celeberrimus*<sup>130</sup> da nova cidade para posicionar a *groma*, ainda que o fator imperativo para a orientação do cadastro urbano seja alvo de intensos debates (ver próximo capítulo).

O DM foi a primeira via traçada, estendendo-se por 1656 metros conforme sua orientação leste-oeste. O CM, por sua vez, foi traçado de forma perpendicular atingindo 1776

---

<sup>129</sup> Para Pommereau (1857, p.327), um *parazonium*.

<sup>130</sup> Expressão utilizada por Gros (1990) para se referir à posição privilegiada dada à colina no projeto de refundação.

metros em seu comprimento norte-sul (SAUMAGNE, 1924a, p.132; ENNABLI, 1973, p.1; AOUNALLAH, 2020a, p.269). As duas vias principais dividem o território em 4 quadrantes, cujas superfícies correspondem a de uma centúria (DAVIN, 1930, p.80-81).

Sabemos que em sua maior extensão, a cidade possuiu 40 *cardines* secundários paralelos ao CM, espaçados em 37 metros e atravessados perpendicularmente por 12 *decumani* (figura 85). No interior desta trama formavam-se as *insulae*, cuja medida era de “quatro vezes sua largura, isto é, 35,5 metros por 142, cobrindo uma área de 50 ares” (ENNABLI, 1973, p.1). Sua rede viária pode ter atingido uma extensão de 60 km, dispostas em um plano que especificou os espaços destinados a serem ocupados tanto por edifícios públicos quanto por privados (AOUNALLAH, 2020a, p.269).

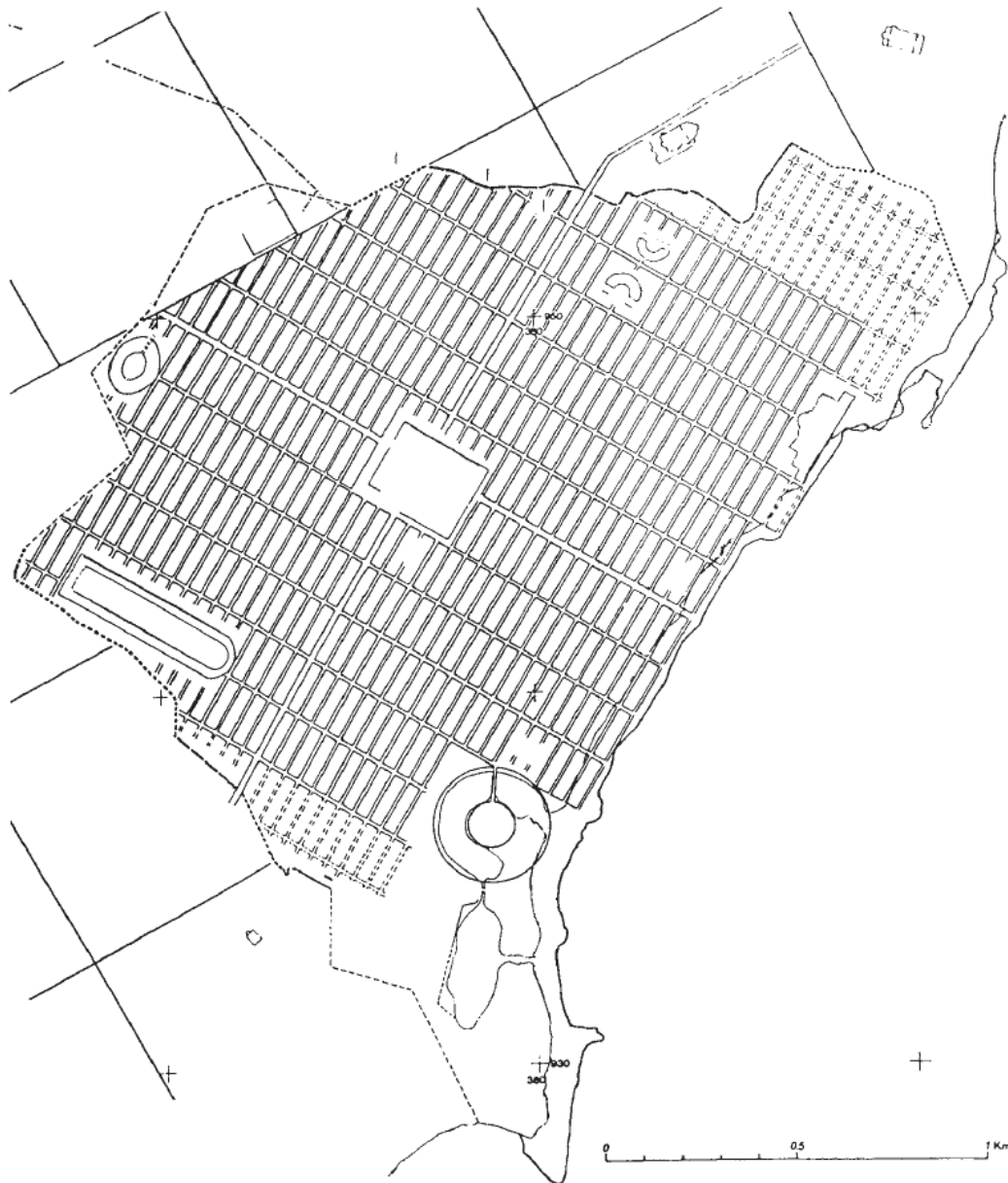
Devemos atentar, no entanto, que a descrição apresentada não corresponde, *stricto sensu* à realidade da cidade augustana, uma vez que a área urbana foi estendida no decorrer de sua fase romana.<sup>131</sup> No período augustano, por exemplo, o limite a leste era representado pelo *cardo XVIII*, que percorria a linha da costa (RAKOB, 2000). A equipe italiana observou que, no setor noroeste, a malha urbana terminava antes do seu traçado teórico, na altura de um aterro de camada irregular que marcava seu limite (ENNABLI, 1987).

Se comparada à centurição rural da cidade, que já se beneficiava das análises realizadas por Falbe em 1833, a descoberta da malha urbana de Cartago ocorreu tardiamente. O histórico de pesquisas sobre as principais vias da cidade romana pode ser analisado em três fases distintas, cuja prelúdio remonta ao final do século XIX com os trabalhos pioneiros de Delattre (1893b,1896) e Gauckler (1902; 1904a; 1904b).

---

<sup>131</sup> Novas *insulae* também foram construídas além *do limes finitibus* da cidade nos *decumanus VI* norte e *decumanus VI* sul (ENNABLI, 1987). Representações da malha urbana como a apresentada da figura 85 são comumente utilizadas em trabalhos de divulgação para se referir aos primeiros anos da cidade romana, o que representa um equívoco (AOUNALLAH, 2018, p.258).

Figura 85: Malha urbana da cidade no Baixo Império



Fonte: Hurst (1999).

Em sua obra fundacional, Falbe delimitou o território correspondente à cidade romana com base na localização de monumentos e muros. O autor reconheceu que a cidade não atingira as proporções de sua predecessora púnica e afirmou que ela se estendia até Sidi-Boud-Said (FALBE, 1833, p.53).

Ao passar para o papel as construções e as vias que descobria, Falbe observou que o plano da região de El Mersa constituía-se por quadrados:

Essa divisão regular, que os mouros muitas vezes seguiam na construção de suas casas e jardins, não me impressionou de início; só fui percebendo isso



aos poucos e conforme traçava meu reconhecimento topográfico no papel (FALBE, 1833, p. 54).

Esta segmentação do solo, que hoje sabemos corresponder à centurição rural, foi atribuída por Falbe a César e Augusto. Estes “quadrados” ou *heredia* eram formados por linhas de ruas paralelas que o autor localizou partindo de Sidi-Bou-Said.<sup>132</sup> Ainda que não tenha reconhecido a centurição urbana, Falbe identificou o *limes* deste sistema ortogonal: a localização de uma linha que partia de Sidi-Bou-Said e se estendia até Tunis, passando pelas cisternas de La Malga (FALBE, 1833, p. 54-55).

Em sua monografia sobre Cartago, Audollent reconhecia a importância dos achados e das escavações realizadas por um dos investigadores que considerava mais importantes, a saber: Delattre (AUDOLLENT, 1901, s.p.). O esgoto do CM foi escavado por ele na encosta sudoeste de Byrsa em 1890, embora a via só tenha sido identificada como tal por Saumagne (DELATTRE, 1893b, p.101; SAUMAGNE, 1924a, p.134). Na ocasião, Delattre localizou-o sob um caminho que descia da colina até Douar-ech-Chott (DELATTRE, 1893b, p.101; DELATTRE, 1896, p.57-58) e cujo traçado manteve-se até a década de 1950 (DENEAUVE; VILLEDIEU, 1979, p.144).

Delattre também localizou uma rua de 5 metros de largura no alto de Byrsa cuja origem estava na cidade baixa (figura 29, IV). Esta via, que hoje sabemos tratar-se do *decumanus* I Sul, foi descrita por ele com um pavimento formado por lajes quadrangulares posicionadas de forma oblíqua, e uma parte da calçada (*crepido*) com pedras de *bourdure* (DELATTRE, 1893b, p.100; DELATTRE, 1896, p.56-57).

No início do século XX, Audollent especulou sobre a possibilidade de existência de um plano ortogonal em Cartago.<sup>133</sup> Foi nesta época que Gauckler, também um dos primeiros a especular sobre o princípio de regularidade do plano de Cartago, realizava suas pesquisas de campo.

Assim como o de Delattre, seu trabalho trouxe importantes avanços no conhecimento arqueológico sobre Cartago.<sup>134</sup> Utilizando-se do mapa estabelecido por Bordy, suas descobertas

---

<sup>132</sup> “De fato, a *hoeredia* ou dupla *jugera* (arpenete) era um quadrado de duzentos e quarenta pés romanos de lado; a centúria ou cem *hoeredia*, portanto, tinha lados de dois mil e quatrocentos pés, correspondendo a setecentos e oito metros. Que satisfação deve ter seguido a descoberta de que essa medida de setecentos e oito metros aplicada ao plano, a partir do ângulo leste das grandes cisternas, correspondia a cada um dos cinco quadrados que são vistos no intervalo a partir deste ângulo até o ponto 108; e que era o mesmo para as outras seis praças, compreendidas entre o ponto nº 31 e o caminho além da casa nº 5!” (FALBE, 1833, p.55).

<sup>133</sup> “Cartago devia oferecer a aparência de um gigantesco tabuleiro de xadrez; esta peculiaridade é, aliás, característica das vilas romanas desenhadas com *cardo* e *decumanus*” (AUDOLLENT, 1901, s.p.)

<sup>134</sup> Ainda que hoje saibamos do caráter lacunar das publicações de ambos, não podemos negar a contribuição de suas investigações para o estudo de Cartago.

incluiram edifícios como o Odeón (GAUCKLER 1902, p.387-399; SAUMAGNE, 1931) e o teatro (GAUCKLER, 1904a).

Gauckler reconheceu que as ruas da cidade romana eram equidistantes e cortavam-se pelo ângulo direito. Ao constatar a existência de um grupo disposto paralelamente e outro de forma perpendicular ao litoral, esboçou um plano da malha viária de Cartago, utilizando-se do trabalho de Falbe (1833) sobre a centurição rural para completar a disposição das ruas (GAUCKLER, 1904b).

O autor foi um dos primeiros a observar que os dois sistemas de arpentagem localizavam-se acima das cisternas de La Malga e que seriam contemporâneos (GAUCKLER, 1904b).<sup>135</sup> Esta organização da cidade teria sido, em sua concepção, o resultado dos trabalhos empreendidos por Graco em 122 a.C. (GAUCKLER, 1904b, p.496).

Embora seu trabalho represente importantes avanços no conhecimento arqueológico da cidade e também tenha contribuído para evidenciar alguns erros cometidos por pesquisadores como Daux e seguidos por Tissot (1884) no primeiro volume de sua *Geographie* (GAUCKLER, 1902, p.388-389), os dados apresentados por ele foram feitos, muitas vezes, por meio de cartas e sem muita atenção aos detalhes (SAUMAGNE, 1931, p. 146-147).

Uma segunda fase de pesquisas sobre o cadastro urbano da cidade ocorreu na década de 1920 com a hipótese Saumagne-Davin. Saumagne, conhecido como o primeiro a descobrir o traçado da cidade romana, executou um trabalho de investigação arqueológica e erudição ao confrontar as linhas de esgoto construídas nos eixos das ruas com as teorias esboçadas pelos *Gromatici veteres* (SAUMAGNE, 1924a).

Baseando-se em trabalhos anteriores, principalmente aqueles de Falbe, Gauckler e Delattre, Saumagne (1924a) constatou a equidistância e o paralelismo de ruas e esgotos, assim como as diferenças entre os dois procedimentos de orientação (rural e urbano). O autor localizou o CM e o DM, as duas primeiras vias traçadas, assim como a posição onde se cruzavam, a *groma*, na cabeceira da antiga catedral de São Luís (Luís IX) (SAUMAGNE, 1924a).

No primeiro quartel do século XX já haviam sido reconhecidos um total de 30 *cardines* e 6 *decumani* (SAUMAGNE, 1924a, p.134) e as escavações empreendidas por ele foram fundamentais para isso. Uma sessão do DM foi localizada na encosta leste de Byrsa, na altura do edifício que acreditava ser o *Metroon* (SAUMAGNE, 1924a, p.136-137). A continuidade das escavações na encosta oriental entre 1925 e 1926 revelaram quatro *cardines* (IV, V, VI e

---

<sup>135</sup> A linha de contato entre ambas representaria, em sua concepção, o *pomerium* (GAUCKLER, 1904b).

VII leste), três *decumani* (DM, *decumani* I norte e I sul) e seis *insulae* (SAUMAGNE, 1979, p.292-293).

Saumagne julgou que as medidas das *insulae* correspondiam exatamente àquelas que os agrimensores denominam *heredium* de duas *jugera*. Uma geira é formada por dois *actus* quadrados, sendo que este mede 120 pés de largura, o que resulta em uma geira de 120 x 240 metros. Desta maneira, o *heredium* poderá ter duas formas, uma vez que as duas geiras podem ser 1) justapostas pelo maior lado totalizando 240 pés de largura ou, como no caso de Cartago, 2) formando um retângulo de 120 x 480 pés (35,52 m X 142,08 m) se forem dispostas de ponta a ponta (SAUMAGNE, 1924a).

No que diz respeito às centúrias, a parte noroeste da centúria A havia sido cortada obliquamente pelo sistema de cadastração rural no limite ocidental, absorvendo-lhe 40 *heredia* (SAUMAGNE, 1924a, p.135).

As medições realizadas pelo autor foram revisitadas pelo matemático Paul Davin (1930), que utilizou a faixa de edifícios públicos como o Teatro e o Odeon e as linhas de esgoto analisadas por Saumagne. Ao observar a distância sucessiva de esgotos, Davin constatou que a medida do pé romano aplicado em Cartago era de 0,294 m e não 0,296 como havia afirmado seu predecessor (SAUMAGNE, 1924a; DAVIN, 1930).

No que concerne à largura das vias, o autor acreditou que as duas principais possuíam a mesma medida (40 pés ou 11,76 metros) enquanto os *cardines* e os *decumani* secundários em torno de 24 pés (7,06 metros) (DAVIN, 1930, p.78-79).<sup>136</sup> A partir de então foi possível constatar que as linhas de esgoto apresentavam pouquíssimas variações que não ultrapassavam 50 cm (DAVIN, 1930).

Além disso, o trabalho de Davin permitiu que Saumagne (1931) fizesse pequenas correções em sua proposta de reconstituição do plano urbano de Cartago, e os dois autores passaram a considerar as *insulae* medindo 35,28 m x 141,12 metros (120 x 480 pés) (DAVIN, 1930, p.79; SAUMAGNE, 1931, p.152; 1979, p.291-292).

Saumagne acreditava, inicialmente, que as ruas secundárias possuíam 6 metros (SAUMAGNE, 1924a, p.132), mas acabou por reconsiderar esta medida (SAUMAGNE, 1931, p.151). O autor também havia atribuído larguras especiais aos *cardines quintarii* (SAUMAGNE, 1924a), agora reconhecendo sua igual medida (SAUMAGNE, 1931, p. 152).

---

<sup>136</sup> Esta medida foi obtida a partir da distância dos esgotos entre os *cardines* IV e V leste (42,48 m), V e VI leste (42,14 m), VI e VII leste (43,05 m), VII e VIII leste (42,67 m), VIII e X leste (84,22 m ou 2 vezes 42, 11m), X e XII leste (84,35 m ou 2 vezes 42,17m) e XVI e XVII leste (42,32 m) (DAVIN, 1930, p.78-79).

Uma terceira fase de pesquisas arqueológicas pode ser observada no âmbito do projeto de escavação de Cartago patrocinado pela UNESCO. Investigações realizadas em diferentes locais de Cartago por franceses (LANCEL et al., 1979; GROS, 1985; DENEAUVE, 1990; DENEUAVE; GROS, 1980), ingleses (HURST, 1975; 1976; 1977; 1979), alemães (RAKOB, 1998), italianos (ENNABLI, 1987), canadenses (WELLS, 1982; WIGHTMAN, GREENE, 1984) e estadunidenses (HEMPHREY, 1978) serviram para confirmar e refinar medidas e orientações propostas pela hipótese Saumagne-Davin.

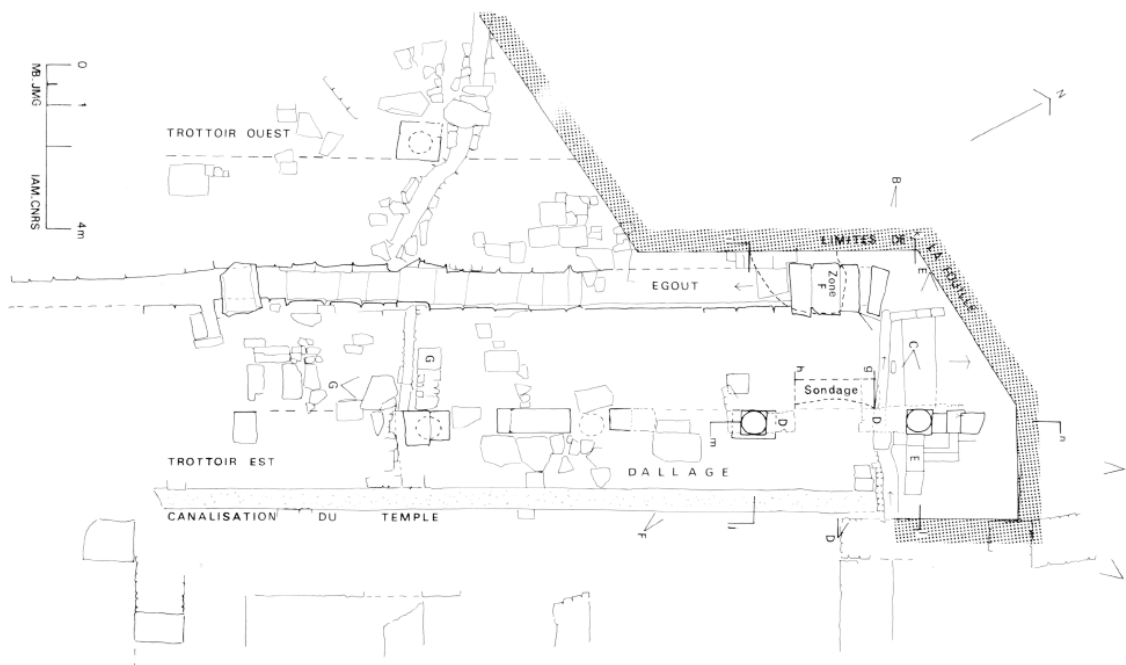
Os trabalhos empreendidos pela Missão Francesa centraram-se na colina de Byrsa e naquela do Odeon. No que se refere ao CM, Delattre (1893b, p.101) havia lhe atribuído a largura de 6,50 m, ao passo que Davin e Saumagne pensaram que a via possuía 11,76 metros (40 pés) (DAVIN, 1930, p.79; SAUMAGNE, 1931, p.152). A escavação francesa pode verificar que a via possuía, mais precisamente, uma média de 11,40 (DENEAUVE; VILLEDIEU, 1979, p.146).

No que diz respeito à sua pavimentação (figuras 86 e 87), foram encontradas lajes retangulares dispostas em faixas paralelas e constatada a ausência da tripartição tradicional. Seu núcleo era formado por um aterro idêntico aquele utilizado na planificação da colina, enquanto seu revestimento foi feito com calcário de Djebel Djelloud. Este foi colocado sobre uma camada compacta, sobre a qual havia uma “película de argamassa de cor cinzenta escura bastante grosseira” (DENEAUVE; VILLEDIEU, 1979, p.146).

Seu esgoto era formado por 4 lajes de arenito de El Haouaria, sendo duas dispostas horizontalmente enquanto as outras duas foram posicionadas de forma vertical, sustentando o pavimento da via. A parte interna desta canalização possui uma média de 0,35 cm de largura por 0,30 cm de altura, que sofre redução na medida em que ele se aproxima das escadas (DENEAUVE; VILLEDIEU, 1979, p.146).

Saumagne havia atribuído a este esgoto uma datação tardia, mas, para Deneauve e Villedieu, sua composição é augustana. Esta datação é proposta a partir de uma comparação com os achados referentes às canalizações na região do Odeon e do *decumanus V* norte (DENEAUVE; VILLEDIEU, 1979, p.146).

Figura 86: Vestígios descobertos no *Cardo Maximus* nas escavações de 1974 e 1975.



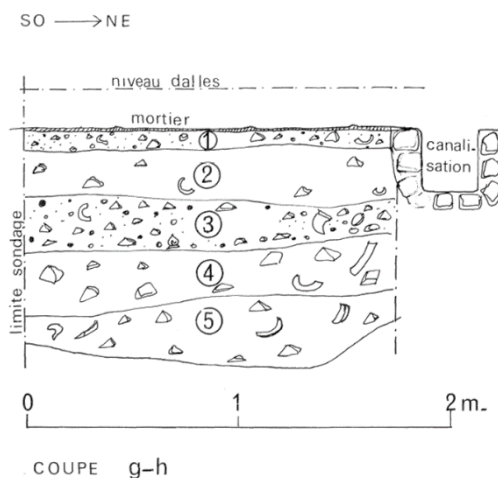
Fonte: Deneauve (1979, p.148).

Sobre sua disposição, seu trajeto retilíneo foi respeitado, mesmo com as condições impostas pelo terreno. Os diferentes estágios dos patamares da encosta de Byrsa, por exemplo, eram superados por degraus, com exceção para as ruas interrompidas pelos muros de sustentação da plataforma que não possuíam acesso a seu prolongamento na parte superior (SAUMAGNE, 1979 p.292).

Era pela encosta leste da colina que o *decumanus maximus* se estendia em direção ao mar. Conforme a descrição de Deneauve, ele subia

[...] a encosta seguindo uma elevação de terra de cada lado do qual, a norte e

Figura 87: Investigação feita nas fundações do *Cardo Maximus*.



Fonte: Deneauve (1979, p.160).

a sul, o relevo vai baixando gradualmente. As construções incluídas em uma mesma ínsula foram, portanto, escalonadas em vários níveis. Enquanto os edifícios públicos parecem ter ocupado, na parte superior, as imediações do *decumanus maximus*, na parte inferior foram descobertos vestígios de instalações privadas (DENEAUVE, 1979, p.46).

O trabalho realizado na área costeira pela equipe alemã (figura 22) permitiu delimitar a área da primeira urbanização romana indicada em uma variação do traçado do *cardo XVIII*. Esta via foi escolhida como *limes maritimus*, o que permitiu identificar que os *cardines XIX* e *XX* não pertenciam ao projeto original (RAKOB, 1998, p.20). Ao escavar o CM na altura do *decumanus X* leste, Rakob determinou sua largura em 48 pés (14,11 m) (ENNABLI, 1987, p.429).

As pesquisas realizadas pelos ingleses entre os *cardines XIII, XIV, XV* e *XVI* leste pela equipe inglesa (ENNABLI, 1987, p.428; HURST, 1975; 1976; 1977; 1979; 2008) e identificaram que os *cardines XIV* e *XV* não correspondiam ao traçado teórico proposto por Saumagne (SAUMAGNE, 1924a, 1931).<sup>137</sup>

Os italianos, a seu turno, puderam confirmar que a hipótese de Saumagne sobre a limitação da malha urbana estava correta. Ao escavarem no ponto de encontro dos cadastros rural e urbano, a equipe de Carandini confirmou que o plano urbano não se estendia para além da escarpa natural (HUMPHREY, 1978, p.516), parando “antes do traçado teórico, na altura de um talude de camada irregular que marcava o seu limite” (ENNABLI, 1987, p.427). Essa hipótese foi confirmada pela localização de um cemitério de inumações e incinerações datado do I e II d.C., que estabelece o limite da cidade nesta direção (HUMPHREY, 1978, p.516).

Liderados por Humphrey, a equipe estadunidense revelou importantes descobertas sobre a construção da malha urbana da cidade. As primeiras evidências do terraceamento romano localizadas nas escavações remontam a Tibério, o que indica que o procedimento de implementação da malha ortogonal pode ter durado por 3 décadas (HUMPHREY, 1978, p.517). Assim, como as escavações alemãs, a equipe da universidade de Michigan constatou que muitas das ruas do projeto original não receberam linhas de esgoto, tendo sido uma adição tardia do século II d.C. (HUMPHREY, 1978, p.517).

Escavações realizadas em outros setores de Cartago, algumas das quais centradas nos extratos púnicos, também revelaram achados pontuais sobre a malha urbana da cidade romana. Localizada entre a encosta leste de Byrsa e o mar, a região de Bir Massouda, por exemplo, é conhecida por ser um dos contextos arqueológicos mais bem conhecidos de Cartago, permitindo

---

<sup>137</sup> O mesmo parece acontecer com a seção oeste do CM, como sugere uma sessão escavada na encosta oeste de Byrsa (LADJIMI-SEBAÏ, 1996, p. 34).

uma análise de sua evolução urbanística desde a época arcaica (CHELBI; TELMINI; DOCTER, 2006b). As campanhas realizadas a partir de 1996 encontraram restos da canalização do DM e do *cardo* X leste nos níveis da RPBS (BRIESE; DOCTER, 1998; CHELBI; TELMINI; DOCTER, 2006b).<sup>138</sup>

No Norte de Byrsa, a missão arqueológica sueca detectou a intersecção entre o *decumanus* I norte e o *cardo* I leste, suas respectivas pavimentações e esgoto, mas sua datação só pode ser seguida até o século II d.C. (PETERSON, 1980; STYRENIUS, 1981, LARJE, 1995).

---

<sup>138</sup> A investigação correspondente à época tardia e a fase romana foram patrocinadas pelo INP e dirigidas por F. Chelbi em 1988, mas seus resultados não foram publicados (DOCTER, 2006b, p.207-214; 2014, p.340).

## CAPÍTULO IV. A REFUNDAÇÃO AUGUSTANA

E eles, tomando a trilha que se abria,  
subiam já o outeiro dominante  
que espreita os baluartes e as muralhas.  
Eneias vê as portas da cidade,  
os edifícios (antes só casebres)  
e vê a agitação nas ruas prontas.  
Aplicam-se ardorosamente os tírios:  
uns, a erguer fortalezas, rolam pedras,  
outros, a escolher onde as casas fiquem,  
assinalam com sulcos o terreno;  
tratam dos magistrados e das leis,  
definem um senado venerável.  
Ali escavam portos: mais além  
lançam as amplas bases de um teatro  
e altas colunas cortam da pedreira,  
de encenações futuras nobre ornato.  
Um trabalho tal qual o das abelhas:  
(VIRGÍLIO, *Eneida*, I, Dec. 576-592)

Ao construir a epopeia narrando a origem mítica dos romanos, Virgílio escolheu Cartago como um importante componente da Odisseia (em letra maiúscula) de Eneias.<sup>139</sup> Após desembarcarem na região, o herói e seus companheiros decidiram explorar o local; ao subirem uma pequena colina, os troianos avistaram a cidade fenícia pela primeira vez e testemunharam a agitação de uma construção que, conforme atestam os hexâmetros datílicos, trançou a fundação fenícia à romana. Foi por meio das mãos de um poeta épico que a refundação augustana se refletiu.

A descrição de Virgílio sobre a efervescência do processo construtivo suscita questionamentos sobre o impacto que a criação de novas edificações pode ter em centros urbanos. Sabemos que um dos problemas da moderna construção civil está ligado ao desperdício de materiais em canteiros de obras. O não aproveitamento dos resíduos provenientes da construção e demolição em um mundo onde as políticas ambientais estão na pauta do dia têm estimulado pesquisadores a buscar soluções para este problema que preocupa as grandes metrópoles (POON; YU; JAILLON, 2004).

Este fenômeno tem sua explicação na ausência ou na insuficiência de planejamento do processo construtivo, sendo a gestão do canteiro de obras o aspecto mais negligenciado. Tal

---

<sup>139</sup> Para uma análise introdutória sobre a composição da Eneida e sua inspiração nos poemas homéricos, ver Vasconcellos (2014).

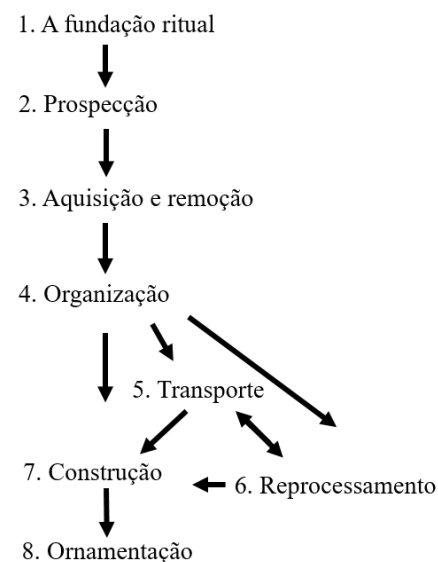
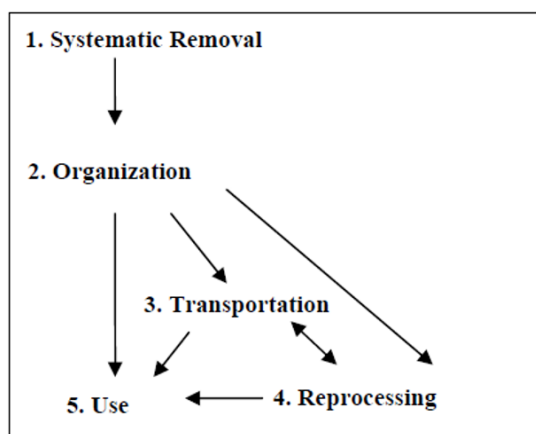


constatação estimulou pesquisadores a desenvolverem metodologias que permitam o aprimoramento da gestão destes canteiros (SAURIN; FORMOSO, 2006). As soluções propostas implicam no desenvolvimento de estratégias para controle de material em todo o processo de obras, desde a aquisição de material e seu manuseio até sua manipulação no sítio (POON; YU; JAILLON, 2004).

A refundação de Cartago, que foi convertida em um grande canteiro de obras a partir de 29 a.C., exigiu a presença de um conjunto de especialistas na cidade. Eles foram os responsáveis pela realização de um complexo número de atividades que incluíram o nivelamento de áreas, o traçado de ruas e o estabelecimento de fundações para construção de edifícios nos mais diversos setores da cidade. A investigação arqueológica nos fornece informações complementares sobre a reconstrução de Cartago, e a análise dos dados nos permitiu observar que o projeto augustano de refundação contemplou um princípio de gestão do espaço construtivo.

Munro (2011) propôs um modelo para o estudo das práticas de reciclagem e reutilização na arquitetura romana da Antiguidade Tardia. A partir da cultura material referente à refundação de Cartago, somada às leituras sobre os ritos romanos necessários para a fundação de uma cidade, propomos que o projeto augustano de construção seguiu diferentes etapas, a saber: 1) ritual, 2) prospectiva 3) aquisição e remoção, 4) organização e reprocessamento, 5) transporte, 6) construção e 7) ornamentação (figura 88).

Figura 88: Fluxograma de Munro (2011) representando as etapas envolvidas na reutilização e reciclagem (esquerda) e fluxograma representando as etapas do processo construtivo de Cartago (direita).



Fonte: Munro (2011). Adaptações realizadas pelo autor.

Ainda que a geografia de Byrsa tenha sido amplamente remodelada no projeto augustano para abrigar a grande plataforma, um claro rompimento com a antiga configuração púnica, sabemos que a colina continuou exercendo uma função espiritual na nova cidade. No que tange à malha urbana, ela não seguiu uma orientação solar ou outra prerrogativa religiosa romana, pois o passado púnico se fez impor. Ao final do processo construtivo, a nova cidade e seus edifícios foram “adornados” nos moldes da tradição imagética que se instaurava no principado.

#### 4.1. A fase ritual

Sabemos que o processo de fundação de uma cidade implicava na realização de um conjunto de rituais (ver capítulo 1) sobre os quais, no caso de Cartago, as informações textuais são tardias e lacunares. A principal documentação disponível, neste caso, se refere à obra *De Pallio* de Q. M. Tertuliano, um autor norte africano da segunda metade do século II d.C. reconhecido como o iniciador da literatura cristã em língua latina.

Em sua obra *De Pallio*, o autor apresenta um discurso de defesa dividido em quatro partes que foi pronunciado em frente a população cartaginesa, surpreendida pela decisão do

autor de trocar sua toga pelo *pallium*, a vestimenta grega dos filósofos.<sup>140</sup> Se o intervalo de tempo que separa o autor dos eventos narrados impõe ressalvas ao uso de sua obra, sua proximidade geográfica com o tema é convidativa.<sup>141</sup>

Em uma passagem do primeiro livro, o autor narra os principais acontecimentos que ocorreram após a queda de Cartago como o papel desempenhado por *Statilius Taurus* de erigir as muralhas da cidade (*ubi moenia Statilius Taurus imposuit*) e por *Sentius Saturninus*, que as inaugurou de forma solene (*sollemnia Sentius Saturninus enarrauit*) (**De pallio**, I, 2).<sup>142</sup>

É preciso observar, no entanto, que o substantivo neutro *moenia,-ium* designa, comumente, paredes defensivas. A expressão pode se referir, no entanto, ao conjunto de edificações que compunham a cidade, referindo-se às construções civis em oposição aos templos (AODOULLENT, 1901; GSELL, 1927; TURCAN, 2007; MOKNI, 2008). De toda forma, a única informação dada por Tertuliano sobre os rituais de fundação remete ao papel que *Sentius Saturninus* teria desempenhado ao proferir (*enarrauit*) o que podem ter sido fórmulas solenes (*sollemnia*) prévias à instalação dos colonos.<sup>143</sup>

#### 4.2. A fase prospectiva

Uma vez concluída a fase inicial, iniciaram-se os trabalhos de prospecção e medição do terreno.<sup>144</sup> Para esta função, os construtores romanos contavam com o auxílio técnico de um corpo importante de especialistas: os agrimensores. A origem e a composição deste grupo têm sido objeto de estudos recentes (PEYRAS, 2006; CHOUQUER, 2008); sabemos que eles poderiam ter sido soldados, mas desconhecemos a posição que ocupavam (PEYRAS, 2006).

Os agrimensores eram responsáveis por um conjunto de atividades como a centurição, cujo objetivo era atribuir lotes de terra aos colonos. Este procedimento foi amplamente utilizado

---

<sup>140</sup> Seu texto chegou até nós pela coleção de Cluny, copiado no século XI a partir de uma coleção de manuscritos provenientes da região da atual Espanha e datados do século VI. De toda a obra do autor, *De Pallio* é aquela que apresenta os melhores índices para datação, no início do século III, entre 209 e 211 d.C. (TURCAN, 2007).

<sup>141</sup> Os escritos de Tertuliano sugerem que ele escrevia de Cartago. É provável que o autor tenha nascido em Cartago, mas não sabemos se Tertuliano era proveniente de uma família nobre. Seu conhecimento sobre a história grega e romana e suas habilidades de comunicação indicam que ele recebeu uma educação de alto padrão. Os dados biográficos são poucos e pesquisadores têm debatido sobre sua atuação como profissional do direito, retórico e filósofo e sua identidade, de não romano a Africano (WILHITE, 2007).

<sup>142</sup> A passagem completa: “*Vobis uero post iniuriae beneficium, ut senium non fastigium exemptis, post Gracchi obscena omina et Lepidi uiolenta ludibria, post trinas Pompei aras et longas Caesaris moras, ubi moenia Statilius Taurus imposuit, sollemnia Sentius Saturninus enarrauit, cum concordia iuuat, toga oblata est. Pro, quantum circummeauit, a Pelasgis ad Lydos, a Lydis ad Romanos, ut ab humeris sublimioris populi Carthaginienses complecteretur*” (Le manteau, I, 2)

<sup>143</sup> O substantivo *sollemne,-is* foi interpretado por Gsell (1927, p.324) como fórmulas proferidas. Mas a expressão também pode se referir a uma solenidade, um rito ou performance religiosa ou um ato de consagração (GLARE, 2016). Fishwick (apud TURCAN, 2007) defende que a expressão se refere a um encantamento realizado para suspender a *devotio* de 146 a.C.

<sup>144</sup> Para mais informações, ver capítulo 1, seção “1.4.1 Substruções de uma fundação”

no processo de expansão romana, onde terras conquistadas eram requalificadas como terras públicas do povo romano. Outras atividades consistiam na delimitação de terras (*limitatio*), além de demarcações, medições, resolução de condições jurídicas nas terras e de controvérsias agrárias (CHOUQUER, 2008).

Um dos primeiros procedimentos consistia no alinhamento, uma das operações mais comuns, cujo intuito era facilitar

[...] o traçado de eixos e limites, indispensáveis a todas as obras de construção e obras públicas. O alinhamento, pelo uso de cordas em distâncias curtas, ou postes de marcação em distâncias mais longas, apresenta dificuldades apenas em terreno irregular; em um declive, o agrimensor faz uma série de avistamentos inclinados, mantendo os postes no mesmo alinhamento vertical. Além disso, o alinhamento deve ser acompanhado pela medição da distância percorrida, e o método utilizado é uma série de miras e medições horizontais escalonadas. O nivelamento escalonado era conhecido pelo agrimensor sob o nome de *cultellatio* (ADAM, 2005, p.3).

A camada de nivelamento romana – denominada por Rakob como RBPS (*Romisch bewegte punische Schichten*) – utilizou os destroços púnicos incendiados em 146 a.C., possuindo características similares nos locais nos quais foi localizada (RAKOB, 1981, p.123 apud DOCTER, 1998, p.49). Este nivelamento também foi realizado no topo da colina de Byrsa para a construção da vasta plataforma, ainda que sua execução tenha dependido, como veremos, da etapa de transporte de material.

Byrsa foi escolhida pelos agrimensores romanos como o ponto de partida para o traçado de duas centurições, uma urbana e outra rural (figura 89). A cidade é um estudo de caso singular, uma vez que foi possível detectar o local exato no qual os agrimensores posicionaram um de seus principais instrumentos: a *groma*. A colina foi escolhida como *locus celeberrimus* da cidade, um local para servir de convergência entre os órgãos de poder e todos os habitantes (GROS, 1990).

Sobre o sistema rural, sabemos que sua execução antecedeu a centurição urbana, pois o traçado desta encobre a anterior. Como lembra Pasa, “o primeiro (cadastró rural) abrange em grande parte a região de La Malga e ocupa aproximadamente o centro da península. Corresponde a uma divisão em quadrados, no módulo de 20 *actus* de largura” (PASA, 2011, p.229).<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> As datações atribuídas à realização do cadastró rural são alvo de debates inconclusivos. Ela teria ocorrido em 146 a.C., após a destruição de Cartago, ou seria resultado do projeto de Graco ou de César em 44 a.C. (PASA, 2011). Rakob defende uma datação augustana (29 a.C.) e que o processo seria contemporâneo ao cadastró urbano (RAKOB, 2000).

Hoje sabemos que a explicação para a orientação escolhida para o traçado da malha urbana está no plano ortogonal que a cidade púnica possuía na planície costeira. A cidade púnica era caracterizada por, pelo menos, três orientações viárias.<sup>146</sup> No projeto augustano, o plano ortogonal da planície costeira foi estendido para toda a cidade romana (figura 13) (RAKOB, 1998; 2000).

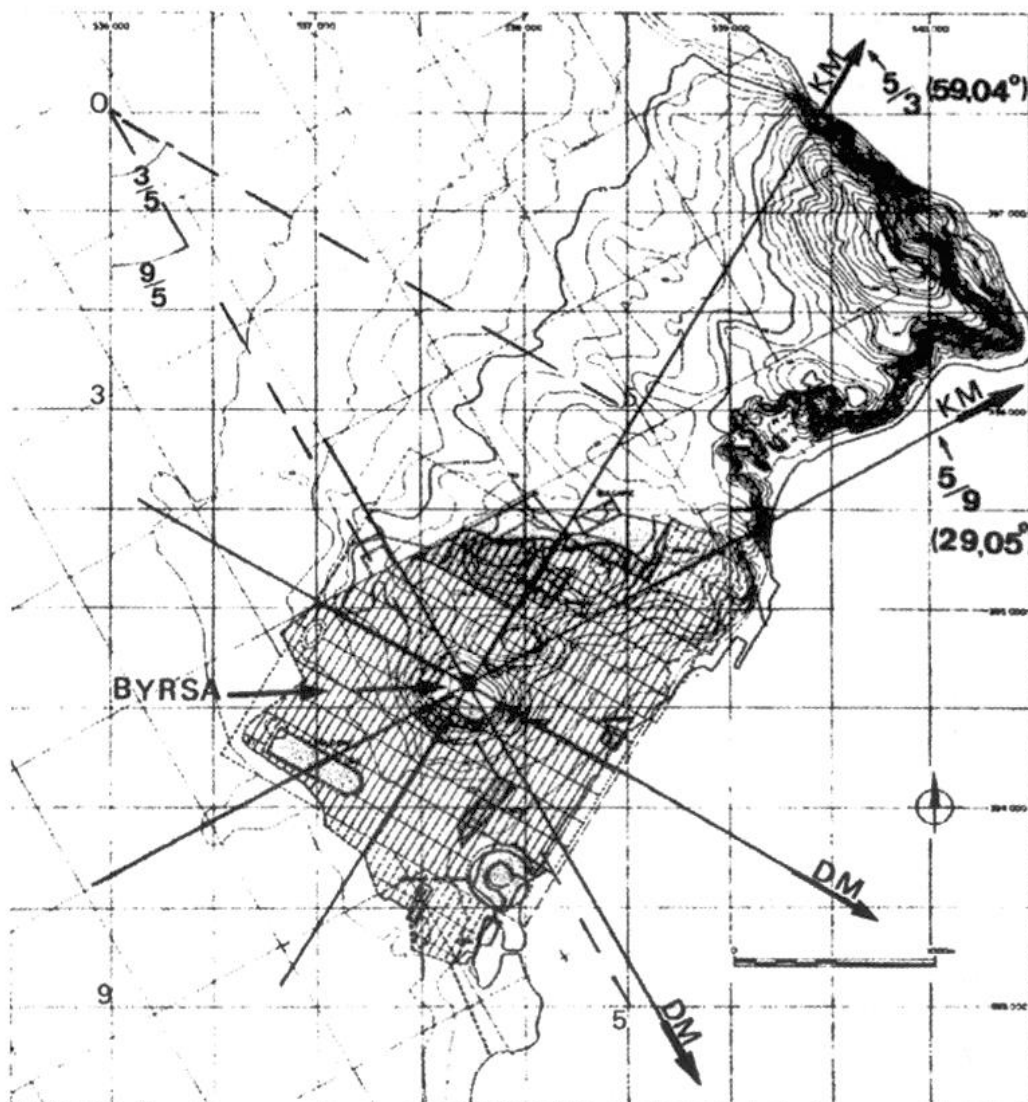
Nesta nova disposição viária, a multipolaridade da Cartago púnica foi substituída e o DM, nas palavras de Rakob, se constituiu como “a efetiva espinha cívica da colônia” (RAKOB, 2000, p.76). Terraços altos estruturados verticalmente e fortemente ordenados conforme o plano ortogonal e lances de degraus foram necessários para superar a elevação de 55 metros entre a costa e a colina. Os *decumani* I e II Sul, e os *decumani* II, III, IV e V Norte perderam sua função de vias para transporte de carruagens e carroças (SAUMAGNE, 1924b; DENEAUVE, 1979; RAKOB, 2000). O mesmo ocorreu com o DM e o CM nas encostas Sul e Leste, respectivamente (DENEAUVE; GROS, 1980; SAUMAGNE, 1924b; 1979).<sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> Ver seção “1.2. Cartago no contexto de 146 a.C.” do capítulo 1.

<sup>147</sup> Ver seções (3.2.1 Encosta Leste e 3.4 Malha Urbana) do capítulo 3.

Figura 89: Representação das duas centurições de Cartago, a rural e a urbana (hachurado)



Fonte: Decramer (2002, p.299). Modificações realizadas pelo autor.

O *decumanus* I Norte foi traçado paralelamente a um importante eixo púnico de tráfego que se estendia da porta marítima até a muralha da cidade. Assim como a via púnica, ele foi a principal via de Cartago para conexão da costa à parte noroeste da cidade, conduzindo ao vale entre as colinas de Byrsa e Juno (RAKOB, 2000).

Muitos autores afirmam que Cartago possuiu 40 *cardines*, mas esta é uma informação equivocada, pelo menos no que concerne à cidade augustana. Vale lembrar que o *cardo* XVIII Leste foi construído sobre a antiga muralha marítima púnica e foi estabelecido como o *cardo finitimus* da colônia.<sup>148</sup> Os alinhamentos desta via ao norte e ao sul do DM representam o único

<sup>148</sup> Sabemos que este limite da cidade foi consideravelmente alargado e antecedeu a *platea* marítima do século II d.C. (RAKOB, 2000). Para mais informações, ver seção “3.4 A malha urbana”.

desvio considerável do sistema ortogonal, explicado pela possível localização dos escombros da linha da parede marítima púnica, orientada conforme o limite costeiro da cidade. Isso gerou uma ruptura no eixo e na largura das ruas até a altura do *cardo* XIII Leste (RAKOB, 1998; 2000).

As evidências também revelam alguns erros cometidos nesta fase de prospecção do terreno, como pode ser observado no rompimento do alinhamento de absides de sustentação da plataforma. Os erros de cálculo, por sua vez, são aqui exemplificados na orientação de uma canalização de uma cisterna na região do templo a *Gens Augusta*. Igualmente importante, foram adotadas soluções para problemas relacionados ao projeto inicial (pode ter sido o caso do edifício construído adjacente ao pórtico na sustentação sul da plataforma).

#### 4.3. Aquisição e remoção

No mundo contemporâneo, as práticas de reciclagem estão inseridas na busca por políticas e práticas sustentáveis. Estas pautas estimulam reflexões nos mais variados setores da sociedade, o que inclui a Construção Civil. Neste setor, os chamados Resíduos de Construção e Demolição (RCD) se referem a todo tipo de resíduo proveniente das atividades de construção, “sejam eles de novas construções, reformas, demolições, que envolvam atividades de obras de arte e limpezas de terrenos com presença de solos ou vegetação” (ANGULO, 2005).<sup>149</sup>

Embora a sustentabilidade não estivesse em pauta na sociedade romana, a reutilização e a reciclagem têm sido objeto de estudos recentes. Tanto uma quanto a outra foram elementos importantes na antiga economia romana, servindo para reduzir não apenas o volume de lixo, mas, principalmente, o esforço para o descarte de materiais considerados improdutivos (DUCKWORTH; WILSON, 2020).

Munro (2011; 2020) analisa como este fenômeno se desenvolveu na Arquitetura romana. Reutilização (*re-use*) implica a ausência de alterações físicas ou químicas significativas no uso de materiais, que mantiveram a mesma função no contexto antigo e no novo. Reciclagem (*recycling*), por sua vez, é um conceito utilizado para falar de materiais que sofreram transformações em forma e função (MUNRO, 2011).

Ainda que o fenômeno seja comum para o período romano tardio e pós-romano (MUNRO, 2020), o que contribuía para a diminuição dos custos de reconstruções, observamos

---

<sup>149</sup> O termo engloba diferentes tipos de materiais como “plásticos, isolantes, papel, materiais betuminosos, madeiras, metais, concretos, argamassas, blocos, tijolos, telhas, solos, e gesso, dentre outros” (ANGULO, 2005, p.7).

que este fenômeno pode ser aplicado para casos de fundação colonial como ocorreu na terceira fase do projeto augustano de reconstrução de Cartago.

Historiadores dos séculos XIX e XX criaram um mito de que Cartago teve sua terra “salgada” pelos romanos após ser destruída em 146 a.C. Esta anedota, que parece ter sido inspirada em uma passagem bíblica (PASA, 2011), vai em direção oposta ao que efetivamente ocorreu. Ao iniciar as primeiras intervenções urbanas em 29 a.C., muitas estruturas púnicas ainda estavam de pé e precisaram ser demolidas (RAKOB, 1998; 2000).

Vestígios das antigas construções púnicas foram reaproveitados na refundação da cidade, sendo localizados em vários setores, da estrutura de sustentação da plataforma às encostas. Quase todas as fundações augustanas foram formadas por espólios púnicos, um processo que exigiu uma fase de “limpeza” das ruínas realizada por toda a cidade (RAKOB, 1998).

Na planície costeira, o primeiro procedimento a ser realizado foi a liberação dos escombros provenientes da destruição de 146 a.C. até o nível das calçadas púnicas. O material que podia ser reaproveitado foi reciclado no preenchimento dos níveis augustanos. É por este motivo que os níveis de aterro augustano são caracterizados pela presença dos vestígios da cidade púnica tardia (RAKOB, 2018).

Também há evidências para a remoção de estruturas púnicas na área portuária e uma provável pavimentação de pedra roubada na ilha do almirantado. As camadas estratigráficas superiores ao nível de destruição de 146 a.C. também sugerem a existência de operações de limpeza e nivelamento prévio às primeiras construções e a datação augustana é sugerida com base nos fragmentos de cerâmica (HURST, 1979).

As encostas de Byrsa revelam o mesmo processo: um pavimento augustano misturando materiais romanos e púnicos foi escavado em Bir Massouda (DOCTER et al, 2006). Na parte superior da plataforma, elementos de estuque ou elementos arquitetônicos provenientes da destruição de edifícios púnicos foram reciclados e ligados à terra na construção de paredes ou pilares de sustentação.<sup>150</sup>

Mas uma característica singular chama atenção no bairro doméstico púnico de Byrsa: as escavações (LANCEL, 1994; MOREL, 2011a) revelaram paredes e estruturas arquitetônicas, que incluíam colunas e grandes blocos de pedra, que não foram saqueados como ocorreu em outras áreas da cidade. Isso contribuiu, felizmente, para uma maior preservação destas estruturas com o subsequente derramamento do aterro.

---

<sup>150</sup> Pórtico Sul da área do templo períptero como o muro D (ou Lapeyre), os pilares E e o muro G. Para mais informações, ver seção “3.1.2. O topo da colina” do capítulo 3.



Rakob atribui duas explicações para o fato, o que inclui a técnica construtiva utilizada na colina, além de que a obra da plataforma não poderia sofrer com atrasos e esperar a instalação de uma oficina para a preparação das pedras para reuso (RAKOB, 1998; 2000). O autor afirmou, erroneamente, que a única técnica construtiva empregada na colina foi o *opus reticulatum*. Uma leitura cuidadosa dos relatórios de escavação demonstra, como analisamos no capítulo 3, a presença do *opus africanum* como técnica de construção intercalada ao *opus reticulatum*. Além disso, foram localizados exemplos do que pode ser um revestimento em *opus quadratum* nas salas-absides da sustentação sul.

Guardadas as devidas proporções dos interesses capitalistas que movimentam o processo construtivo das sociedades modernas, podemos observar paralelos com a construção de Cartago. Byrsa apresenta um conjunto de evidências indicativos de que este foi um dos primeiros setores a sofrer as intervenções urbanísticas do projeto augustano. A implantação da groma e o não reaproveitamento dos elementos provenientes da demolição dos edifícios púnicos, que chamaremos de reciclagem, e a construção da plataforma artificial no topo da colina.

A consagrada interpretação de Gros (1990) para a edificação desta estrutura afirma que ela foi pensada como uma forma de contornar a intervenção religiosa mencionada por Apiano (**História Romana**, VIII, 2-135) que havia sido aplicada ao solo da cidade em 146 a.C., e que ainda estaria vigente, em sua concepção, quando o processo construtivo foi iniciado em 29 a.C. O fato em questão é que sua monumentalidade certamente exigiu um planejamento a médio prazo, dada as dimensões deste projeto.

A fundação dos pilares E, por exemplo, precisou ser feita antes ao derrame do aterro para nivelamento do topo da colina, o que, juntamente com outras evidências, demonstram o planejamento do processo construtivo. A aquisição do vasto material para o aterro, sua locomoção no interior do sítio somados à organização da mão de obra transformaram Byrsa no setor mais complexo do canteiro de obras.

#### 4.4. Organização do canteiro de obras e reprocessamento

Em seu método para analisar a reutilização e reciclagem na arquitetura romana, Munro (2011) afirma que uma das fases necessárias consistia na instalação de oficinas de reciclagem formadas por artesãos especializados – uma espécie de mão-de-obra associada ao canteiro de obras, que incluiria ferreiros e serralheiros. Estes deveriam estar familiarizados com as propriedades de determinados materiais, ainda que não tivessem as habilidades para reciclagem.

O avanço das investigações arqueológicas revelou importantes informações sobre uma importante fase do processo construtivo: a organização do canteiro de obras. As escavações na moderna rua Ibn Chabâat indicam que o local foi usado pelos romanos para preparação dos blocos de pedra púnicos para reutilização nas fundações de paredes romanas (RAKOB, 2000).

Uma escavação no *cardo* XV Leste revelou mais uma zona de recolha de espólios e oficinas. Um conjunto significativo de cerâmicas de paredes finas indicaram a data mais precoce para a segunda metade/finais do séc. I a.C. e início da nova era (FLUGEL et al, 2018).

Muitos terrenos foram reservados para o depósito dos entulhos selecionados e para a instalação destas oficinas como ocorreu no *cardo* XIII Leste (FLUGEL et al, 2018) (figura 90). A acumulação de “entulho” nestas áreas acabou gerando

[...] dificuldades em estabelecer os níveis exatos entre os eixos dos *decumani*. Esse desnível é visível em vários pontos: certas paredes augustanas nas *insulae* entre os *decumani* foram planejadas para níveis de piso que se mostraram muito profundos. Quando o nível do pavimento romano foi finalmente estabelecido, partes do revestimento das paredes desapareceram nas fundações (RAKOB, 2000, p.79).

Figura 90: Área de armazenamento (*cardo* XIII Leste) de material púnico para reaproveitamento



Fonte: Flugel et al (2018, p.366).

#### 4.5. Transporte

Uma vez adquiridos e, em casos de reciclagem, reprocessados, os materiais construtivos precisaram ser transportados para seus devidos locais neste grande canteiro de obras no qual Cartago foi convertida. As evidências para este processo nos sugerem dois tipos de deslocamento, sendo um interno e outro externo ao sítio.

Em Byrsa, este processo de transporte ocorreu concomitantemente à fase de nivelamento da colina. O aterro proveniente do desmanche do topo da colina não foi suficiente

para preencher a estrutura da plataforma, sendo necessária a aquisição de maiores quantidades de material. Isso fica claro à medida que observamos sua composição: na descrição que realizamos, é possível inferir que os diferentes tipos de materiais localizados resultam das escolhas dos locais para sua obtenção.

Reagrupando-as em função de sua similaridade, Carrié identificou quatro possíveis origens para o material: a terra que o compõe provém de áreas não habitadas até 146 a.C. (camadas 3, 6, 16 e 17 e talvez 14, 20 e 21), de zonas de habitação destruídas (camadas 5, 9, 10, 11, 18 e 23), do litoral marinho (camadas 12, 13 e 15) e de destruição das necrópoles (camada 22 e possivelmente parte da 19). Seu material arqueológico era muito rico, principalmente nas camadas 22 e 23, e interessa observar que seu *terminus ante quem* é 146 a.C. (CARRIÉ, 1979).

É interessante observar que as evidências da camada 22, que continha muitos ossos humanos, principalmente crânios, na área de contato com a camada sugere a raspagem de algum cemitério púnico por parte dos construtores romanos (CARRIÉ, 1979). Esta violação de uma área funerária pode ter gerado desaprovações por parte dos responsáveis pelo canteiro de obras. Acreditamos que isso explicaria a mudança de perfil das camadas superiores que incluíram a praia, zonas de habitação e áreas não habitadas, uma forma de evitar a violação de novos cemitérios.

A colina também revela um esforço de transporte de materiais construtivos de distâncias maiores. Muitas trincheiras foram preenchidas com blocos de arenito fortemente socados (fundo do pórtico Sul do *forum* e ao norte da *area*), que precisaram ser transportados de El Haouaria, no Cabo Bon (DENEAUVE; GROS, 1980; DENEAUVE, 1990).

#### 4.6. Mãos à obra: a construção

Em Byrsa, as paredes das casas púnicas na parte sudoeste da colina podem ter dado suporte adicional para o terraceamento augustano (RAKOB, 2000). Mas uma característica singular chama atenção: no quarteirão doméstico púnico, as paredes e estruturas arquitetônicas que incluíam colunas não foram saqueadas antes de serem preenchidas como ocorreu em outras áreas da cidade (LANCEL, 1994; MOREL, 2011a).

Cabe lembrar que os construtores de Byrsa empregaram o *opus reticulatum* que foi intercalado com o *africanum*, além do revestimento em *opus quadratum* (DENEAUVE, 1979; DENEAUVE; GROS, 1980). Este não é um caso isolado: em muitos casos o *opus africanum* aparece associado a outras técnicas como os *opi quadratum* e *reticulatum* (CAMPOREALE,

2016). A localização destas evidências nos fornece um importante testemunho para o processo de emaranhamento da paisagem de Cartago.

Sabemos que embora o conceito de hibridização tenha contribuído para romper com noções sobre “pureza cultural”, o termo “híbrido” carrega uma carga biológica muito grande associando-se à noção de pureza. “Emaranhamento”, por sua vez, é utilizado por Stockhammer para descrever fenômenos resultados de processos criativos desencadeada por encontros interculturais (STOCKHAMMER, 2013).

O autor propõe dois estados de emaranhamento, sendo o “relacional” aquele que se refere aos objetos que são apropriados e posteriormente integrados em práticas locais.

Considerando que a relação humana com o objeto e, conseqüentemente, a percepção humana do mundo material circundante e as práticas relacionadas mudaram dentro do processo de apropriação, o objeto em sua pura materialidade permanece inalterado. Isso é importante do ponto de vista epistemológico de um arqueólogo, pois apenas o contexto do objeto revela se os processos de apropriação ocorreram (STOCKHAMMER, 2013, p.17)

O “emaranhamento material”, por sua vez, designa o processo de criação, o surgimento de “algo novo” que não pode ser definido como um simples somatório das partes.

Este objeto é mais do que apenas uma soma das entidades das quais se originou e claramente não é o resultado de continuidades locais. Pode ser tomado como representante de uma nova entidade taxonômica, o que eu chamaria de Geflecht e outros chamariam de híbrido. Ainda podemos identificar tal objeto como um artefato emaranhado na evidência arqueológica de uma perspectiva ética, mesmo que tenha perdido seu contexto ao longo do tempo (STOCKHAMMER, 2012b: 49-51 apud STOCKHAMMER, 2013, p.17).

O uso combinado de técnicas construtivas, a reciclagem dos materiais e a antiga configuração urbanística púnica de Cartago contribuíram para a criação da nova cidade romana, que, ao se constituir, sofreu um processo de emaranhamento.

Ao observarmos os grandes muros de contenção da plataforma, sabemos que eles receberam um revestimento em *opus reticulatum*.<sup>151</sup> Esta técnica teve origem a partir do final do século II a.C., quando o *opus mixtum* começou a adquirir uma forma cada vez mais padronizada, formada por blocos quadrados de tufo cortados em forma de pirâmide e “dispostos em um padrão de grade diagonal” (TUCCI, 2014).

---

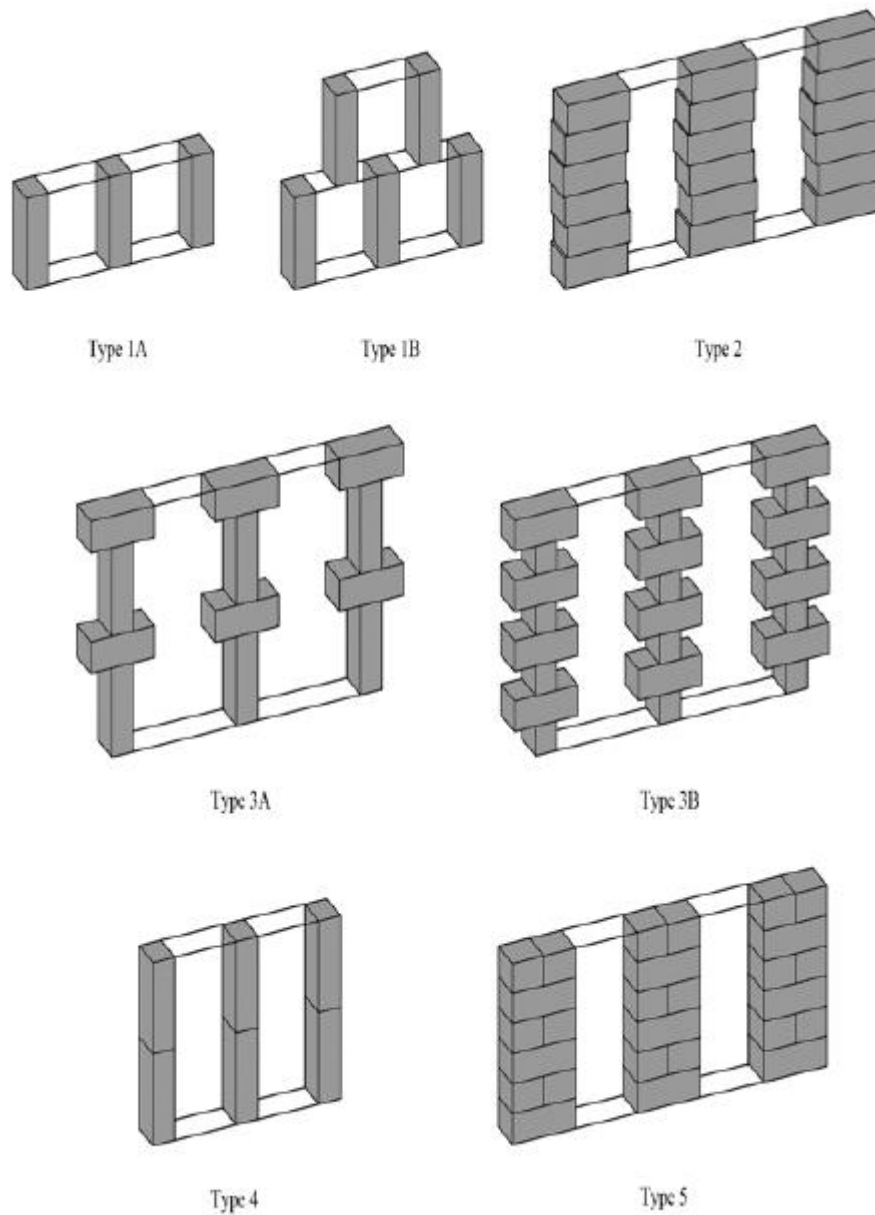
<sup>151</sup> “[...] as construções que apresentam painéis reticulados, raros na África proconsular, parecem todas integradas em conjuntos desenhados no início do Império, e não é indiferente que os mais importantes se encontrem nas duas cidades a que o poderio Augusto prestou atenção especial: Cartago e Útica”. (GROS, 1985, p.34).

O desenvolvimento da técnica foi explicado, tradicionalmente, em termos de mudanças socioeconômicas que ocorreram no mundo romano a partir do século II a.C., promovendo aumento no número de escravizados e padronização e expansão de técnicas construtivas (ADAM, 2005). Mas é fato que os primeiros exemplares empregaram pedaços de tufo vulcânico, um material abundante na Itália central cuja maciez tornava-o relativamente fácil de cortar no formato necessário (TUCCI, 2014).

A construção reticulada foi adotada no centro e centro-sul da península itálica, no final do período republicano, e o teatro de Pompeu, finalizado em meados do século I a.C. fornece um bom exemplo de sua aplicação em edifícios públicos (ADAM, 2005; TUCCI, 2014).

Se explicações tradicionais atribuem uma origem africana a esta técnica construtiva que teria sido disseminada no Mediterrâneo pelos cartagineses (ADAM, 2005), novas pesquisas revelaram os problemas desta afirmação. Para Camporeale (2016), o que convencionou-se chamar de *opus africanum* representa, na verdade, um conjunto de técnicas construtivas que possuem um histórico próprio de disseminação no Mediterrâneo (figura 91).

Figura 91: Tipologia de *opus africanum* conforme Camporeale.



Fonte: Camporeale (2016, fig. 5.4).

No Norte da África, a evidência mais antiga de emprego desta técnica pode ser observada no bairro residencial de Cartago (Tipo 1A) – na insula a oeste do *cardo* XIII – datada de meados do século VII a.C. (RAKOB, 1998; CAMPOREALE, 2016). Os tipos 2, a seu turno, adaptaram-se ao uso de materiais reaproveitados, enquanto as tipologias 3 e 4 exigiam maior refinamento no trabalho das pedras, sendo encontradas em Cartago a partir do século II a.C., como nas casas das encostas de Byrsa (Tipo 4) (CAMPOREALE, 2016).

O sucesso de disseminação desta técnica pode ser atribuído à possibilidade de utilização de materiais reaproveitados de diferentes dimensões, à sua resistência estrutural e à sua economia quando comparada a outras técnicas. Ela foi empregada em Cartago no período Julio-claudiano e, a partir de Augusto, nos demais assentamentos romanos, tornando-se uma técnica característica dos artesãos locais (Tipos 3 e 4).

Figura 92: Pavimento augustano acima da cisterna púnica tardia. Ao fundo, parede em *opus africanum*



Fonte: Flugel et al (2018, p.369).

Temos aqui um claro indicativo da atuação de ateliers de origem italiana atuando em Cartago empregando técnicas como o *opus reticulatum* juntamente com artesãos locais (*opus africanum*) (RAKOB, 2000. FLUGEL et al. 2018). Assim, o emaranhamento pode ser comprovado na cultura material do sítio arqueológico da Cartago augustana, em setores como Byrsa e também no DM. Neste caso, Rakob afirma:

O exame das técnicas de construção dos edifícios localizados ao longo de ambos os lados do *decumanus maximus* nos permite ver traços individuais ligados às várias oficinas. Adjacente aos edifícios que revelam a técnica tradicional - *opus africanum* com alvenarias esmeradas no *petit appareil* da



tradição púnica tardia - encontra-se a técnica italiana central do *opus reticulatum*, uma técnica estrangeira na África e que indica a presença de oficinas italianas (RAKOB, 2000, p.79-80)

A presença de um conjunto de inscrições em tijolos com o nome de *Hedulus* associado ao de outro nome, C. Iulus Antimachus, localizadas próximo ao local do templo à *Gens August*, indica que ambos podem ter sido sócios. Sabemos que Antiochus era um liberto de Augusto e que outras inscrições com seu nome foram encontradas em Roma, mas isoladamente, o que indica que a relação que os dois personagens possuíam limitava-se a Cartago (CAGNAT, 1913; SAUMAGNE, 1979; LADJIMI-SEBAÏ, 2005).

Assim, podemos observar que a encosta leste foi ocupada por terrenos privados envolvendo personagens que atuavam no comércio de tijolos, e poderíamos conjecturar sua participação no projeto de refundação da cidade. Lassère já havia mencionado a possibilidade de que um *negotiator* tivesse criado uma fábrica de telhas no momento de fundação augustana, podendo ter enviado para o local um parente, um cliente ou até mesmo um liberto. Sua atuação como homem de negócios teria chamado a atenção dos habitantes locais ao ordenar a construção do altar em uma época em que os libertos desempenham um papel importante na organização do culto imperial (LASSÈRE, 1977, p. 210).

Sobre o período de construção de cada setor, os dados trazem alguns indicativos. No caso das *insulae*, sabemos que sua construção começou a partir do limite dos *decumani* (RAKOB, 2000). Mas uma das primeiras áreas de intervenção no sítio foi justamente aquela que demandou maiores investimentos: a plataforma de Byrsa (DENAUVE, 1990).

Nesta vasta plataforma, descrevemos anteriormente que a principal estrutura em função da qual toda a área parece ter sido construída foi o templo períptero. A maior quantidade de dados epigráficos localizada em Byrsa fazem referência ao culto a Esculápio, mas o conjunto de inscrições escavadas também indica a existência de um Capitólio,<sup>152</sup> um templo a Concórdia e de cultos realizados para *Jupiter Optimus Maximus* (GROS, 1990; LADJIMI-SEBAÏ, 2005).

Gros (1990) afirma que o templo a Concórdia se trata de uma construção tipicamente augustana e que a noção de *consensus* parece particularmente adaptável a Cartago em 29 a.C. Esta tríade capitolina poderia ser composta, inclusive, por Juno Caelestis, considerada a herdeira da grande deusa púnica TNT, *Tinnit*. Observamos, portanto, uma continuidade da função religiosa deste espaço na cidade romana e que representa outro tipo de emaranhamento, relacionado aos usos do espaço: um emaranhamento religioso.

---

<sup>152</sup> Ver próxima nota.

No que se refere aos *fora* romanos, sabemos que eles eram considerados o coração da cidade, seu centro político, religioso e, em muitos casos, comercial. Na composição urbana, seu espaço era frequentemente delimitado por uma basílica ou tribunal e circundado por um ou mais templos. Estes poderiam ser templos dedicados às divindades protetoras da cidade, a Roma ou a Augusto.<sup>153</sup> Sua função comercial era completada por edifícios ou espaços comerciais (*macella*), espaços quadrados ou retangulares com um quiosque circular ou poligonal no meio e circundados por tendas (WILSON, 2020).

Byrsa revelou muitos testemunhos sobre as funções políticas e religiosas da esplanada. A plataforma abrigou o que pode ter sido, como defende Gros (1990), um *forum* duplo:

Não se trata aqui do conhecido fenômeno do *forum adiectum* ou *novum*, que várias cidades do século II d.C. parecem ter adotado por diversos motivos, mas de um processo anterior, que leva à duplicação dos *fora* no início do Império, pela introdução dos cultos dinásticos ao lado dos tradicionais cultos municipais (GROS, 1990, p. 557).

No projeto augustano, esta estrutura estava delimitada por uma linha de pórticos ao norte e ao sul, por um edifício que pode ter sido uma basílica judiciária augustana localizado a leste. A oeste, os vestígios de uma construção permitem pressupor a existência de um edifício entre a esplanada e o CM (DENEUAVE, 1990).

Sabemos que os edifícios erigidos na plataforma e no seu entorno estabeleceram uma estreita relação com os importantes personagens da família imperial augustana. Temos, neste momento, uma das últimas fases do processo de construção da cidade, que consistiu na ornamentação dos edifícios.

#### 4.7. Ornamentação

Ao utilizarmos o conceito de “arte” para a antiguidade, é preciso ter o devido cuidado para não transpormos valores contemporâneos para o mundo romano (NICCOLO, 2022). Sabemos que Augusto fez uso de muitos símbolos como parte do discurso político do principado (ZANKER, 1998). O Altar erigido para a *Gens Augusta* foi encomendado por P.

---

<sup>153</sup> Os Capitólios, por sua vez, eram templos dedicados à tríade Iuppiter Optimus Maximus, Iuno Regina e Minerva Augusta. Na África, estes edifícios são atestados somente a partir do século II d.C. (também o período com o maior número de inscrições atestando sua existência), sendo a maioria correspondente aos governos de Adriano e Severo. Estes templos não devem ser tomados como elementos característicos de status colonial e também não são uma característica regular das fundações das cidades do Império Romano, ou mesmo necessariamente das fundações urbanas. Além do Norte da África, estes templos não foram muito comuns nas demais províncias romanas (QUINN, WILSON, 2013).

*Hedulus*, e a análise de suas representações nos permite observar vínculos com a linguagem visual compartilhada no governo augustano.

Mas não podemos perder de vista que ainda que as imagens imperiais fossem entidades investidas de autoridade imperial, elas

[...] viajaram muito além da esfera dos próprios imperadores. Elas formam uma *koine* imperial, uma linguagem visual compartilhada de poder desenvolvida em grande parte sob Augusto, mas modificada ao longo dos séculos por novos elementos e justaposições. As inovações eram frequentemente introduzidas sem o controle ou mesmo o conhecimento dos imperadores (HELLSTRÖM, RUSSEL, 2020, p.2).

Os estudos sobre as imagens nas províncias romanas são tributários de uma visão historiográfica que se criou sobre a relação que Roma mantinha com suas províncias. Greg Woolf (2005) lembra que as narrativas convencionais sobre as províncias descreviam estas unidades administrativas como reservas de riqueza e mão de obra. Eram vistas como lugares de refúgio quando a situação em Roma estava difícil, além de serem descritas como locais propensos à exaltação das qualidades divinas dos generais (WOOLF, 2005).

Uma historiografia tradicional se dedicou a investigar as fontes de inspiração das imagens provinciais em Roma (GSELL, 1928; ZANKER, 1989), uma perspectiva que ainda permanece em trabalhos modernos (THOMAS, 2017). Atualmente, novos estudos buscam romper com os modelos de aculturação/romanização, que analisavam a “arte” provincial como uma replicação do que era produzido em Roma (HELLSTRÖM, RUSSEL, 2020).

Mas, se os estudos sobre o período augustano privilegiaram análises sobre o *princeps* e suas conexões com Roma, marginalizando outros personagens e cidades, o erro oposto não pode ser cometido por meio de uma perspectiva que busque “virar as costas” para a *Vrbs* (WOOLF, 2005). Na criação do novo sistema de governo, Augusto tomou um conjunto de medidas que, como defendemos, se refletiu na ornamentação da cidade de Cartago.

No painel do altar de *Perelius Hedulus* com a representação da deusa Roma, podemos observar a Vitória alada segurando um escudo, que também é representado no relevo de Argel, com uma coroa que parece ser feita com ramos de louro (imagens 68 e 84). Sabemos que Otávio recebeu louros apolíneos para sua casa, a concessão de um escudo de ouro (que foi colocado na nova casa do Senado denominada *Curia Iulia* após César) e de uma *corona* cívica (EDER, 2005).

Na famosa reunião senatorial de 13 de janeiro de 27 a.C., Otávio estava no seu sétimo consulado (EDER, 2005). Ele renunciou a todos os poderes e deixou a decisão sobre o governo

para o *arbitrium* do Senado e do povo e, depois de anos de guerras civis, o Senado estava apto, como antes, a decidir sobre honras, concessão de poderes especiais e distribuição de províncias (EDER, 2005).

Galinsky (1996) lembra que a liderança do *princeps* não era definida em termos de carisma, mas de virtudes tradicionais que foram representadas no escudo, a saber: *virtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas*. Estas também são as virtudes da *res publica* que deveriam ser compartilhadas por todos e representavam os méritos já demonstrados e as obrigações que o governante deveria manter. A simbologia construída pelos elementos atribuídos pelo Senado fazia, então, evocações em relação a um passado recente e a um futuro almejado (GALINSKY, 1996).

A Vitória carregando o escudo remetia à vitória na Batalha do Ácio e mantinha conexões com a *virtus militaris* da representação de Roma no altar. A *clementia*, por sua vez, estava ligada ao tratamento que deveria ser dado aos inimigos vencidos, enquanto a *iustitia* e a *pietas* relacionavam-se com a guerra contra Cleópatra. Augusto também se apropriou das virtudes reivindicadas por políticos oponentes e por antecessores (a *pietas* por Pompeu - que segundo Cícero era a base de sua *auctoritas*, Sexto Pompeu, Antônio e seu irmão) (GALINSKY, 1996).

A família imperial se tornou parte da vida cívica das comunidades provinciais, sendo representada em variados suportes como esculturas, arquitetura e moedas, por exemplo (EDMONDSON, 2015)<sup>154</sup>. As moedas cunhadas em Cartago durante o governo de Augusto e Tibério não faziam nenhuma alusão às antigas divindades púnicas, diferentemente do que ocorreu em Leptis Magna. Em Cartago, as imagens escolhidas foram as de Livia divinizada, um feixe de trigo, e os retratos dos dois primeiros imperadores no anverso (GROS, 1990).

No jogo de diálogo imperial, as províncias se engajaram nos atos discursivos e rituais de negociação com o centro de poder. Toda cidade, sob um governador, deveria fazer seu juramento para cada novo imperador, e estes ocorriam em configurações próximas ao culto imperial (EDMONDSON, 2015), culto este para o qual uma das primeiras referências encontra-se em Cartago, na dedicação de *Perelius Hedulus*.

A *pietas* também representava a responsabilidade social que se esperava que o novo governante demonstrasse, assim como o respeito ao divino (GALINSKY, 1996). Alguns autores acreditam que, no painel do sacrifício do Altar de *P. Hedulus*, o personagem com a toga é uma representação de Augusto (CAGNAT, 1919a; POINSSOT, 1929). A face do oficiante

---

<sup>154</sup> O imperador ou algum membro de sua família também poderia ser nomeado *patronus* de cidade e, em contrapartida, ele patrocinava construções locais. Augusto, por exemplo, foi *patronus* de Nemausus na Galia Narbonensis e foi representado de forma sincrética com um deus local (EDMONDSON, 2015).

foi destruída, o que impossibilita interpretações, mas sabemos que Augusto preferia ser representado vestindo a toga como o personagem do altar, e como *princeps senatus* para minimizar a real extensão de seu poder (ZANKER, 2016).

Das quatro virtudes apresentadas no escudo, a *pietas* é definida por Galinsky como “a mais culminante e quintessencialmente virtude romana” (GALINSKY, 1996, p.88). No âmbito religioso, sabemos que Augusto

[...] restaurou o que deveria ser a forma ancestral da *res publica* e, nessa construção política, a *pietas* em relação aos deuses foram restauradas junto com a *pietas* entre os cidadãos. Em uma religião ritualística como a religião romana, *pietas* não tem nada a ver com fé, vida eterna e salvação da alma. *Pietas* era uma relação social correta com os deuses; significava dar-lhes as honras devidas ao seu posto e associá-los ao governo da *res publica*, como concidadãos, ou melhor, como *bons patroni* da cidade. A única fé presente na religião romana residia na firme crença de que as obrigações do culto deviam ser cumpridas e que os deuses não pediam mais do que isso (SCHEID, 2005, p.177).

Temos, no painel da fuga de Eneias, a representação do personagem como *pious filius*. Na tradição grega, vale lembrar, Eneias era filho de uma deusa, Afrodite, com um mortal, Anquises. A deusa deu a luz ao herói no Monte Ida, sendo posteriormente entregue às ninfas locais para que se encarregassem de sua educação antes que fosse entregue a seu pai (HANSEN, 2004). Uma das representações mais comuns deste personagem refere-se a fuga do perigo juntamente com a de homem pio, que ganhou grande importância nas representações romanas, conduzindo seu pai após a queda de Troia, carregando-o, muitas vezes, sobre seus ombros (HANSEN, 2004). Também não podemos perder de vista que a relação amorosa entre Anquises, que parece carregar os penates na representação do altar cartaginses, e Vênus deu origem *sacra* aos *Julii* (POINSSOT, 1929).

Uma das representações mais comuns de Vênus, ela é uma bela mulher, parcialmente vestida ou nua. Em muitas representações ela está acompanhada de seu filho, Cupido ou Amor na tradição romana – o que parece ser o caso do relevo de Argel (DOUBLET, 1890, p.85; GSELL, 1892; GSELL, 1899, p.38-39) – e pode ter um cetro, pardais, pombas e cisnes guiando sua carruagem. Um de suas armas era o *cestus* (*kestos himas* na tradição grega), uma “tira bordada usada em torno de seus seios que a torna sexualmente irresistível” (HANSEN, 2004, p.107).

Além do Cupido, a deusa também é representada no relevo de Argel ao lado de Marte, a divindade da Guerra. Casado com Juno, o deus é pai dos gêmeos Rômulo e Remo, fruto de seu envolvimento com a sacerdotisa vestal Silvia (HANSEN, 2004). Sabemos que o

planejamento dos espaços no período augustano estava diretamente vinculado às mensagens que o poder imperial fomentava, o que exigiu a criação de novas fórmulas visuais. A origem divina da família imperial foi disseminada por meio da celebração das imagens de Marte e Vênus, Enéias e Rômulo, juntamente com símbolos como a coroa cívica, o *clipeus virtutis* ou a imagem de Vitória no globo (HAUG, 2022).

O terceiro personagem do relevo de Argel, por sua vez, pode ser uma representação de Júlio César (GSELL, 1899; SABAI, 2008). Sabemos que após o aparecimento de um cometa em Roma, Augusto não se desfez da imagem de César e buscou associar-se cada vez mais a ela (GALINSKY, 1996). Após este evento, as estátuas de César receberam uma estrela, cujos vestígios Gsell (1899) afirmou ter localizado no Relevo de Argel, em uma perfuração feita na testa do personagem.

Ao analisar as mudanças religiosas empreendidas por Augusto, Scheid (2005) critica uma tendência historiográfica recente que as classificou como hipócritas. O autor defende que Augusto empreendeu em seu governo um programa religioso e que este pode ser observado em duas fases distintas, a saber: a primeira moldada entre 44 e 28 a.C., quando ainda era Otávio, e a segunda tomou novo começo com a morte de Lépido em 12 a.C., quando assumiu a posição de *pontifex maximus*. Os anos 30 a.C. foram muito produtivos e representaram as maiores mudanças do período, enquanto que o período posterior a 28 a.C. assistiu a uma sistematização do que foi feito na fase anterior (SCHEID, 2005).

Na primeira fase (44-28 a.C.), Otávio atribuiu honras divinas a César e promoveu o culto ao *Diuus Iulius*. Suas iniciativas, e não as de Antônio – que foi eleito *flamen* do culto em 40 a.C., mas adotou uma política muito conservadora atrasando, por exemplo, a divinização de César e não cumprindo com uma série de honras que havia votado. Estas tiveram grande influência no culto e moldaram o que viria a ser o culto imperial. Lívia e Otávia receberam privilégios (a sacrossantidade, a inviolabilidade tribuniciana e a emancipação de tutela tomando como modelo as Vestais) em 35 a.C. e, em 28 a.C., o Templo de Apolo no Palatino foi finalizado (SCHEID, 2005).

O deus foi muito importante no período augustano, celebrada pelo *princeps* após a Batalha do Ácio (ZANKER, 1998). Acreditava-se que a batalha foi ganha com sua ajuda, o que levou Augusto a equipar o templo no Palatino como um monumento de vitória; Apolo foi representado nas portas como um deus da vingança, uma metáfora para a derrota de Antônio (ZANKER, 1998) e, não por acaso, está presente no altar de *Hedulus*.

No mundo grego, Apolo, o deus arqueiro, é a divindade da música, das profecias, das enfermidades e, por consequência, da cura. Suas representações, um homem jovem e sem barba,

portando uma coroa de louro e acompanhado de um tripé, uma lira ou um arco, atributo este compartilhado com sua irmã gêmea, Artemis. Suas profecias eram realizadas em templos oraculares, sendo o da ilha de Delos um dos mais célebres tendo ensinado, na tradição romana, a arte de prever o futuro para Sibila, da cidade de Cuma (HANSEN, 2004).

Uma vez concluídas as principais obras, a cidade estava pronta para receber novos moradores. Áreas dedicadas as principais atividades do mundo romano foram estabelecidas, o que incluía um *forum*, templos, uma área portuária, um centro monumental, áreas de habitação, entre outras. A cidade augustana pode ter incluído, inclusive, comodidades como a estrutura de banho localizada na colina, ainda que as informações disponíveis não permitam confirmar se tratar de um banho público no norte de Byrsa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da fase romana de Cartago a partir de sua cultura material é um desafio, ocasionado pelo estado de destruição do sítio arqueológico. Uma análise extensiva da materialidade localizada nos permitiu observar um conjunto de procedimentos adotados na refundação da cidade. Isso incluiu o uso de práticas de reciclagem, a contribuição das populações locais para o processo de refundação, elementos que contribuíram para a criação da nova paisagem da cidade. Muito mais do que um sinal de romanização, podemos observar um processo de emaranhamento das paisagens.

Mas o que entendemos por projeto augustano? Augusto refundou a cidade como um centro romano. Seu passado púnico, no entanto, se fez presente. Ainda que os destroços da cidade que sobreviveram à destruição de 146 a.C. tenham sido utilizados para compor as fundações da nova cidade romana, a cultura material da cidade púnica estabeleceu muitas diretrizes para este projeto.

A malha urbana não seguiu uma orientação solar ou outra prerrogativa religiosa romana. Ela foi condicionada pelo plano ortogonal púnico que existia na costa da cidade, na região na qual se localizava a antiga porta marítima da cidade. Se Cartago possuía dois outros sistemas de orientações de ruas (um partindo do topo de Byrsa e outro conectando o porto ao centro da cidade) elas foram esquecidas no projeto augustano, que estendeu o antigo plano da costa para toda a colônia.

Ainda que o contexto arqueológico do topo da colina de Byrsa tenha sido prejudicado com a planificação realizada para a construção da plataforma, sabemos de sua antiga função religiosa a partir do testemunho de autores antigos. Amplamente remodelada no projeto augustano, Byrsa representou um claro rompimento com seu passado púnico, ainda que a colina tenha continuado a exercer sua função espiritual na nova cidade. Uma das maiores edificações construídas no topo desta plataforma foi um grande templo períptero, e as evidências epigráficas nos dão indicativos para a existência de culto para a Concórdia (p.104) e para a tríade capitolina (p.101).

Além disso, Augusto fomentou o desenvolvimento de uma cultura visual para a nova cidade nos moldes da tradição imagética que se instaurava no principado. Os relevos de La Malga evidenciam bem este processo no âmbito oficial, enquanto o Altar, no privado.

Na refundação da cidade, o *princeps* privilegiou determinados setores em detrimento de outros. A colina de Byrsa foi monumentalizada, o que contrasta com diversos outros setores da cidade, que mantiveram um caráter absolutamente “humilde” (*cardines* e *decumani* secundários



de terra batida, oficinas a leste e galpões ao Norte do porto, habitações feitas com adobe) (RAKOB, 1998; 2000).

O resultado deste projeto de refundação, que protagonizou rompimentos e continuidades com o passado púnico, resultou no emaranhamento das paisagens. Ele foi um dos elementos que conformaram a constituição das identidades emaranhadas na nova cidade romana.

O sítio revela informações complementares, mas também contraditórias, e Cartago nos mostrou que generalizações devem ser evitadas. Se a colina de Byrsa sofreu uma intervenção urbanística de grande magnitude, sabemos que outros setores da cidade mantiveram uma característica oposta, com ruas feitas de terra batida. Além disso, sabemos que o sítio é resultado de um processo histórico e as possibilidades de pesquisa estão diretamente condicionadas a este processo. Análises arqueológicas realizadas no nível micro servem para refinar nosso conhecimento e só a partir delas modelos teóricos podem ser propostos. Ora o micro contradiz o macro, ora ele o corrobora.

Uma vez refundada, a cidade estava pronta para ser habitada e vivenciada, e não demorou muito para que novas mudanças urbanísticas fossem realizadas. O projeto augustano seguiu um conjunto de premissas em sua execução, mas com a chegada de novos governantes e o desenvolvimento de sua população, a cidade seguiu seu próprio caminho, que logo fugiria às imposições criadas pela groma, mas que não deixaram de dialogar com ela.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

APIANO. **Historia Romana I**. Introducción, traducción y notas de Antonio Sancho Royo. Madrid: Editora Gredos, 1980.

TERTULLIEN. **Le Manteau (De pallio)**. Introduction, texte critique, traduction, commentaire et index par Marie Turcan. Paris: Sources Chrétiennes, N° 513, 2007.

VIRGÍLIO, **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora 34, 2014.

### DICIONÁRIOS:

FARIA, Ernesto. **Dicionário de Latim**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2003.

GINOUVÈS, René. MARTIN, Roland. **Dictionnaire Méthodique de L'Architecture Grecque et Romaine**. Tome I. Rome: École Française de Rome, 1985.

GINOUVÈS, René. **Dictionnaire Méthodique de L'Architecture Grecque et Romaine**. Tome II. Rome: École Française de Rome, 1992.

GLARE, Peter. (Org.). **Oxford Latin Dictionary**. 2ª Edição. Oxford: Oxford University Press, 2016.

### BIBLIOGRAFIA

ADAM, Jean-Pierre. **Roman building**. Materials and Techniques. Londres e Nova York: Routledge, 2005.

AMORIM, Mônica. et al. A implementação da lei federal 10.639/2003 em cursos de licenciatura da Universidade Estadual de Montes Claros. **Revista Desenvolvimento Social**. Edição Especial, Vol. 13, N°1, 2014.

ANDO, Clifford. The Administrations of the Roman Provinces. In: POTTER, David. **A companion to the Roman Empire**. Malden, Oxford, Victoria: Blackwell publishing, 2006.

\_\_\_\_\_. Legal pluralismo in Practice. IN: ANDO, Clifford; DU PLESI, Paul J. **The Oxford Handbook of Roman law and society**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

ANGULO, Sérgio Cirelli. **Caracterização de agregados de resíduos de construção e demolição reciclados e a influência de suas características no comportamento de concretos**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. DOI:10.11606/T.3.2005.tde-18112005-155825. Acesso em: 2023-05-28.

ANTONACCIO, Carla. Excavating colonization. In: HURST, Henry. & OWEN, H. (Eds.). **Ancient colonizations: Analogy, similarity and difference**. Londres: Duckworth, pp. 97-113, 1995.

ARAUJO, Leonor. A Lei 10639 e sua maior idade. Há o que se comemorar? Rio de Janeiro, **REDOC**, Vol. 5, N° 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2021.57479>

ANSEL, Christelle. Le relief de Carthage, un remploi iconographique partiellement modifié. **Cahiers d'histoire**, Vol. 31, N° 2, pp. 133–155, 2012. DOI : <https://doi.org/10.7202/1019287ar>

ARNAUD-PORTELLI, Annie. Carthage, le fonctionnement d'une métropole régionale à l'époque romaine. **Cahiers de la Méditerranée**, v. 64, 2002.

AOUNALLAH, Samir. **Le Cap Bon, jardin de Carthage**. Recherches d'épigraphie et d'histoire romano-africaines (146 a.C-235 p.C.). Ausonius : Bordeaux, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pagus, castellum et civitas**. Étude d'épigraphie et d'histoire sur le village et la cité en Afrique romaine. Bordeaux, Ausonius Éditions, 2010.

\_\_\_\_\_. **L'Antiquité tunisienne**. De la fondation d'Utique à la prise de Carthage Dix-huit siècles d'histoire (1101 avant J.-C. — 698 après J.-C.). Tunisie, Éditions Nirvana, 2020a.

\_\_\_\_\_. Les statuts juridiques des communautés de l'Afrique sous la République (146-27 A.C.). In: AOUNALLAH, S., MASTINO, A. (éd.) **L'epigrafia del Nord Africa: novità, riletture, nuove sintesi** (Epigrafia e antichità, 45). Faenza, Arbor Sapientiae, Roma, pp. 33-52, 2020b.

\_\_\_\_\_. Introduction. In : Monographie : la *Pertica* des Carthaginois, de la Constitution au démembrement (Ier siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.). Actes de la table ronde organisée le 27 et le 28 novembre 2021 à Téboursook. **Revue de l'Association historique et archéologique de Carthage (AHAC)**, Tunis, Vol, 1, N°1, pp.229-234, 2022.

AOUNALLAH, Samir. MASTINO, Attilio. **Carthage: Maîtresse de la Méditerranée, capitale de l'Afrique**. Tunisia: AMVPPC, 2018.

AUDOLLENT, A. **Carthage romaine**. Paris: 1901.

AYADI, M. ; BARGAOUI, Z. Modélisation des écoulements de l'oued Miliane par le modèle CEQUEAU. **Hydrological Sciences Journal**, Vol. 43, N°5, pp. 741-758, 1998. DOI: [10.1080/02626669809492170](https://doi.org/10.1080/02626669809492170)

BACHA, Myriam. Paul Gauckler, le père Delattre et l'archevêché de Carthage : collaboration scientifique et affrontements institutionnels In : **Autour du fonds Poinssot: Lumières sur l'archéologie tunisienne (1870-1980)**. Paris: Publications de l'Institut national d'histoire de l'art, 2017 (généré le 18 décembre 2020). DOI: <https://doi.org/10.4000/books.inha.7158>.

\_\_\_\_\_. Les institutions patrimoniales de la Tunisie au début du protectorat : un projet scientifique au service de la colonisation ?. **Outre-mers**, tome 94, n°356-357, 2e semestre 2007. La colonisation culturelle dans l'Empire français. pp. 139-150. DOI: <https://doi.org/10.3406/outre.2007.4288>

BEARD, Mary. NORTH, John. PRICE, Simon. **Religions of Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BEN BAAZIZ, Sadok. Historique de la recherche archéologique en Tunisie In : PIMOUGUET-PÉDARROS, Isabelle. et al. **Hommes, cultures et paysages de l'Antiquité à la période moderne**: Mélanges offerts à Jean Peyras [en ligne]. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2013 (généré le 28 mai 2023). ISBN: 9782753549388. DOI: <https://doi.org/10.4000/books.pur.34346>.

BENABOU, Marcel. **La résistance africaine à la romanisation**. Paris: Librairie François Maspero, 1975.

BEULÉ, Charles Ernest. **Fouilles à Carthage**. Paris: Imprimerie Imperiale, 1861.

BINFORD, Lewis. **En busca del pasado**. Barcelona: Editorial Critica, 1998.

BOCKMANN, Ralf. et al. The SW quarter of Carthage and its main monument: new results on the topographical context, construction and development of the circus, based on fieldwork in 2015-17. IN: HUMPHREY, J. (Org.). For the love of Carthage, **Journal of Roman Archaeology**, Supplementar series 109, 2020.

BOURAOUI, Faïçal. Application of the SWAT model on the Medjerda river basin (Tunisia). Physics and Chemistry of the Earth. **Physics and Chemistry of the Earth**, Elsevier, Vol. 30, pp. 497–507, 2005.

BRADLEY, Keith. Apuleius and Carthage. IN.: \_\_\_\_\_ **Apuleius and Antonine Rome: historical essays**. University of Toronto Press: Canada, 2012.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003. Disponível em <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de março de 2008. Disponível em <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11645&ano=2008&ato=dc6QTS61UNRpWTcd2>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 1ª versão. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

BRIGA, C. El. Dorsale tunisienne. **Encyclopédie berbère**, Open Edition Journals, Vol. 16, 1995. DOI: <https://doi.org/10.4000/encyclopedieberbere>.

BRISSON, Jean-Paul. Une image romaine de Carthage: La Carthage de l'Énéide. **Vita Latina**, N°160, pp. 2-10, 2000.

BRIESE, Cristhop. DOCTER, Roald. El skyphos fenicio: la adaptación de un vaso griego para beber. **Cuadernos de Arqueología Mediterránea**, Vol. 4, N° 1, pp. 173-220, 1998.

CAGNAT, René. Note sur une inscription de Carthage relative à Sex. Appuleius. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 50<sup>e</sup> année, N. 7, pp. 470-478, 1906.

\_\_\_\_\_. Un temple de la Gens Augusta à Carthage. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 57<sup>e</sup> année, N. 9, 1913. pp. 680-686;

\_\_\_\_\_. Séance de la Commission de L'Afrique du Nord de 13 de mai de 1919. **Bulletin archéologique du Comité des Travaux Historique et Scientifique**. Imprimerie Nationale, Paris, pp. 179-195, 1919a.

\_\_\_\_\_. Séance de la Commission de L'Afrique du Nord de 9 de décembre de 1919. **Bulletin archéologique du Comité des Travaux Historique et Scientifique**. Imprimerie Nationale, Paris, pp. 231-240, 1919b.

CAMPS, Gabriel. **Aux origines de la Berbérie** : Massinissa ou les débuts de l'Histoire. Argélia: Imprimerie officielle, 1960.

CAMPOREALE, Stefano. Merging technologies in North African ancient architecture *opus quadratum* and *opus africanum* from the Phoenicians to the romans. In: MUGNAI, Niccolò; NIKOLAUS, Julia; RAY, Nick. **De Africa romaque**. Merging cultures across North Africa. London: The Society for Libyan Studies, 2016.

CARRIÉ, Jean-Michel. SANVITTI, Nicole. Le secteur B (1974-1975). In: CARRIÉ, Jean-Michel, DENEAUVE, Jean, GROS Pierre. et al. Mission archéologique française à Carthage. **Byrsa I**. Rapports préliminaires des fouilles (1974-1976) sous la direction de Serge Lancel, Avant-propos de A. Beschouch et G. Vallet. Rome : École Française de Rome, Vol. 41, N°1, pp. 1-351, 1979.

CHELBI, F. DOCTER, R. F. TELMINI, B., T. et al. Carthage Bir Massouda: Second preliminary report on the bilateral excavations of Ghent University and the Institut National du Patrimoine (2003-2004). **BABesch**. 81. pp. 47-99, 2006a.

CHELBI, F; TELMINI, B., DOCTER, R. Bilan des fouilles du terrain de Bir Massouda (Carthage): campagnes 2002 à 2004 (Séances Académiques de l'INP). **AFRICA**, Séances Scientifiques, Vol. III. pp. 207-225, 2006b.

CHRISTOL, M., MOKNI, S. *L'Histoire Naturelle* de Pline et la *Pertica* de Carthage. In: MOKNI, S. et LADJIMI-SEBAÏ, Meriem (ed.), **Institutions municipales en Afrique proconsulaire**: sources littéraires, épigraphiques et archéologiques. Sfax : Med Ali éditions, pp. 9-26, 2017.

CHRISTOL, Michel. Remarques sur le dossier épigraphique de Phileros : la carrière publique. In. : Monographie : la *Pertica* des Carthaginois, de la Constitution au démembrement (Ier siècle av. J.-C. - IIIe siècle ap. J.-C.). Actes de la table ronde organisée le 27 et le 28 novembre 2021 à Téboursook. **Revue de l'Association historique et archéologique de Carthage (AHAC)**, Tunis, Vol, 1, N°1, pp. 235-261, 2022.

CHOUQUER, Gerard. Les transformations récentes de la centuriation: Une autre lecture de l'arpentage romain. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Vol. 63, N° 4 (Jul. - Aug.), pp. 847-874, 2008.

DAVIN, Paul. Étude sur la cadastration de colonia Julia Cartago. **Revue Tunisienne**, Tunis, Vol.1, N° 2, 1930.

DECRAMER, Lionel R et al. Aproche géométrique des centuriations romaines. Les nouvelles bornes du Bled Segui. **Histoire & mesure**, Éditions EHESS, Vol. XVII, N° ½, 2002. DOI: <https://doi.org/10.4000/histoiremesure.903>

DELATTRE, Alfred-Louis. **Carthage. Necropole punique de la colline de Saint-Louis**. Lyon: Imprimerie Mougin-Rusand, 1896.

\_\_\_\_\_. **Les tombeaux puniques de Carthage**. Lyon: 1890.

\_\_\_\_\_. Le Mur à amphores de la Colline de Saint-Louis à Carthage. **Bulletin Archéologique**. Paris: Ernest Leroux, 1894.

\_\_\_\_\_. Un mur à amphores romaines découvert à l'angle sud de la colline de Byrsa (Carthage). **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 37<sup>e</sup> année, N. 3, pp. 152-155, 1893a.

\_\_\_\_\_. Feuilles archéologique dans le flanc sud ouest de la colline de Sant Louis en 1892. **Bulletin archéologique du Comité des travaux historiques et scientifiques**, pp.94-123, 1893b.

\_\_\_\_\_. **Inscriptions latines de Carthage (1884-1886)** : épigraphie paienne. Viena: Bulletin Épigraphique, 1887.

\_\_\_\_\_. **Les Grandes statues du musée de Saint-Louis à Carthage**. Paris: Cosmos, 1898.

\_\_\_\_\_. Un second mur à amphores découvert à Carthage. **Bulletin de la Société Archéologique de Sousse**, Sousse, Vol. 4, N° 7, p. 33-48, 1907.

DENEAUVE, Jean. VILLEDIEU, Fr. Le cardo maximus et les édifices situés à l'est de la voie (Fouille de 1974, 1975 et 1976). In: CARRIÉ, Jean-Michel, DENEAUVE, Jean, GROS Pierre. et al. Mission archéologique française à Carthage. **Byrsa I. Rapports préliminaires des fouilles (1974-1976)** sous la direction de Serge Lancel, Avant-propos de A. Beschaouch et G. Vallet. Rome : École Française de Rome, Vol. 41, N°1, pp. 1-351, 1979.

DENEAUVE, Jean. Le centre monumental de Carthage. Un ensemble cultuel sur la colline de Byrsa . IN.: **Carthage e son territoire dans L'antiquité**. IV Colloque Internacional. Strasbourg, Editions du CTHS, 1990.

DENEAUVE, Jean; GROS, Pierre. Hypothèses sur le centre monumental de la Carthage romaine d après les recherches récents sur la colline de Byrsa. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, Paris, Vol. 124, N° 2, pp. 299-332, 1980. DOI : doi : <https://doi.org/10.3406/crai.1980.13721>

DOCTER, Roald. et al. Carthage Bir Massouda. Second preliminary report on the bilateral excavations of Ghent University and the Institut National du Patrimoine (2003-2004). **BABesch**, Vol. 81, pp. 37-89, 2006. DOI: 10.2143/BAB.81.0.2014424

DOCTER, Roald. et al. New radiocarbon dates from Carthage: bridging the gap between history and archaeology? In.: SAGONA, C. (Ed.). Beyond the Homeland: Markers in Phoenician Chronology. **Ancient Near Eastern Studies Supplement Series**, Supplement 28. Peeters, pp. 379 – 422, 2008.

DOCTER, Roald., TELMINI, B. CHELBI, F. **Les fouilles Tuniso-Belges du Terrain Bir Massouda (2002-2005)**: contribution à la connaissance de la topographie de Carthage à l'époque archaïque. VI Congresso Internacional de Estudos Fenício-Púnicos. Lisboa: Proceedings, p.338-348, 2014.

DOUBLET, Georges. **Musée d'Alger**. Paris: Ernest Leroux Éditeur, 1890.

DUFTON, J. Andrew. - The long-term aspects of urban foundation in the cities of Roman Africa Proconsularis. In.: GREAVES, Sofia. WALLACE-HADRILL, Andrew. **Rome and the colonial city: Rethinking de Grid**. Oxford: Oxbow Books, 2022.

DUCKWORTH, Chloë. WILSON, Andrew. Introduction. In: \_\_\_\_\_ Recycling and Reuse in the Roman Economy. Oxford: Oxford University Press, 2020.

DYSON, Stephan. Is there a text in this site? In: SMALL, D.B. (Ed.), **Methods in the Mediterranean: Historical archaeological views on texts and archaeology**. Leiden: Brill, 1995, pp. 24-44.

EDER, Wader. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, Karl. **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Cambridge, 2005.

EDMONDSON, Jonathan. "The Roman Emperor and the Local Communities of the Roman Empire". In: FERRARY, J. (org). **Il princeps romano: autocrate o magistrato?** Pavia: IUSS Press, 2015. pp. 701-730.

ENNABLI, A. Carthage Romaine. **Vie de Arts**, V.18/ N°73. 1973, p.22-26.

\_\_\_\_\_. La campagne internationale de sauvegarde de Carthage. Fouilles et recherches archéologiques 1973-1987. Premiers bilans. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 131<sup>e</sup> année, N. 2, pp. 407-438, 1987. DOI : <https://doi.org/10.3406/crai.1987.14507>

FALBE, Cristian Tuxen. **Recherches sur l'Emplacement de Carthage**. Paris: Imprimerie Royale, 1833.

FERRARY, Jean Louis. La législation comitiale en matière de création, d'assignation et de gouvernement des provinces. In.: BARRANDON, Nathalie. KIRBIHLER, François. **Administrer les provinces de la République romaine**. Rennes: Presses universitaires de Renne, 2010.

\_\_\_\_\_. À propos des pouvoirs d'Auguste. In: **Cahiers du Centre Gustave Glotz**, 12, pp. 101-154, 2001 .

FENTRESS, Elizabeth. "Romanizing the Berbers." **Past & Present**, N° 190, pp. 3-33, 2006.

\_\_\_\_\_. **Numidia and the Roman Army**. Oxford: International series, N° 53, 1979.

FENTRESS, Elizabeth; DOCTER, Roald. North Africa: Rural Settlement and Agricultural Production. In: VAN DOMMELEN, Peter; BELLARD, Carlos Gomes. **Rural landscape of the Punic world**. Londres: Equinox, 2008.

FISHWICK, Duncan. On the Origins of *Africa Proconsularis*, IV: The Career of M. Caelius Phileros again. In: **Antiquités africaines**, N° 49, pp. 211-214, 2013.

\_\_\_\_\_. On the origins of Africa Proconsularis, I [The amalgamation of *Africa Vetus* and *Africa Nova*]. **Antiquités africaines**, N° 29, pp. 53-62, 1993.

FLÜGEL, Christog. DOLENS, Heino. BEN RHOMDANE, Handen. FERSI, Lamia. **CARTHAGE**. Quartier Didon. 1500 years of history. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), s.d.

\_\_\_\_\_. Carthage, rue Ibn Chabâat (quartier Didon): le développement urbanistique de la période punique ancienne à la période punique tardive. **Antiquités africaines** [mis en ligne le 24 avril 2020, consulté le 17 mai 2023]. Vol. 54, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4000/antafr.845>

FLÜGEL, Christof. et al. Die augusteische Gründungsphase der Colonia Carthago Magnae in *Vestigiiis Carthaginis*. **Bullettino Dell Istituto Archeologico Germanico Sezione Romana**, Vol. 124, pp. 353-423, 2018.

FREED, Joann. **Bringing Carthage Home**: The excavations of Nathan Davis (1856-1859). Oxford: Oxbow Books, 2011.

FREED, J., MOORE, J. New observations on the earliest roman Amphoras from Carthage: Delattre's first Amphora Wall. **CEDAC**, Bulletin 15, pp.19-28, 1996.

GALINSKY, Karl. **Augustan Culture**. Princeton, 1996.

GASCOU, Jacques. La carrière de Marcus Caelius Phileros. **Antiquités africaines**, CNRS Éditions, 20, pp. 105-120, 1984. DOI : <https://doi.org/10.3406/antaf.1984.1102GAST>, 2003

GAUCKLER, Paul. Les feuilles de Tunisie. **Revue Archéologique**, Troisième Série, Presses Universitaires de France, T. 41, pp. 369-408, 1902.



\_\_\_\_\_. Découverte du théâtre romain de Carthage. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, Paris, 48<sup>e</sup> année, N. 4, 1904a. DOI: <https://doi.org/10.3406/crai.1904.19850>

\_\_\_\_\_. La topographie de Carthage. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 48<sup>e</sup> année, N. 5, pp. 496-497, 1904b. DOI: <https://doi.org/10.3406/crai.1904.19922>

GRIMAL, Pierre. **As cidades romanas**. Lisboa: Edições 70, 2003.

GROS, Pierre. **Byrsa, III**. Mission archéologique française à Carthage: rapport sur les campagnes de fouilles de 1977 à 1980. La basilique orientale et ses abords, Paris, 1985.

\_\_\_\_\_. Le forum de la haute ville dans la Carthage romaine d'après les textes et l'archéologie. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 126<sup>e</sup> année, N. 3, 1982. pp. 646-651.

\_\_\_\_\_. Le premier urbanisme de la Colonia Julia Carthago: Mythes et réalités d'une fondation césaro-augustéenne. In: **L'Afrique dans l'Occident romain (Ier siècle av. J.-C. - IVe siècle ap. J.-C.) Actes du colloque de Rome**. Rome: École Française de Rome, 1990.

GROS, Pierre; DENEAUVE, Jean. La Carthage Romaine restituée. **Archéologia**, Éditions Faton, N° 321, pp. 54-61, 1996.

GSELL, Stéphane. **Histoire Ancienne de L'Afrique du Nord**, Tome VIII. Paris: Librairie Hachette, 1928.

\_\_\_\_\_. **Atlas archéologique de l'Algérie: édition spéciale des cartes au 200.000e du Service Géographique de l'Armée** / avec un texte explicatif rédigé par Stéphane Gsell. Cartes. Alger: Paris, 1911.

\_\_\_\_\_. Les premiers temps de la Carthage romaine. **Revue Historique**, T. 156, Fasc. 2, 1927.

\_\_\_\_\_. Les Statues du Temple de Mars Ultor a Rome. **Revue Archéologique**, Troisième Série, T. 34, pp. 37-43, 1899.

GUIZANI, Samir. Le problème de l'étage dans les domus romaines de Tunisie, **DHA**, 35/2, p. 101-117, 2009.

GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

HANSEN, Willian. **Handbook of Classical Mythology**. California, ABC Clio, 2004.

HAUG, Annete. The role of images. Theoria and exemplim. In: CLINE, Lea. ELKINS, Nathan. **The Oxford handbook of Roman imagery and iconography**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

HELLSTRÖM, Monica. RUSSEL, Amy. **Introduction**. In: \_\_\_\_\_. *Imperial Imagery and the Role of Social Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

HOYOS, Dexter. **The Carthaginians**. London and New York: Routledge, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mastering the West: Rome and Carthage at war**. Oxford-New York: Oxford University Press, 2015.

\_\_\_\_\_. **Carthage: a biography**. London & New York: Routledge, 2021.

HUMPHREY, John H. "North African News Letter 1." **American Journal of Archaeology**, Vol. 82, N° 4, pp. 511-520, 1978: DOI: 10.2307/504639.

HURLET, Frederic. **De la *pertica* des Carthaginois à l'histoire municipale**. Revue de l'Association historique et archéologique de Carthage (AHAC). Tunis, V.1, 2022.

\_\_\_\_\_. Le gouverneur et les clientèles provinciales : la province romaine d'Afrique de sa création à Auguste (146 a.C. – 14 d.C.). In.: JEHNE, Martin. E POLO, Francisco Pina. **Foreign clientelae in the Roman Empire: a reconsideration**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2015.

HURLET, Frédérique. SUSPÈNE, Arnaud. Le proconsul et le prince. À propos des portaits monétaires des proconsuls d'Afrique et d'Asie sous le Principat d'Auguste. In : BAUDRY, Robinson; DESTEPHEN, Sylvain. **La société romaine et ses élites : hommages à Élisabeth Deniaux**, Editions Picard, pp.73-90, 2012, 978-2-7084-0932-3. (hal-02492709).

HURST, Henry. Excavations at Carthage 1976: Third Interim Report. **The Antiquaries Journal**, Vol. 57, N° 2, pp.-. 232-261, 1977. DOI: 10.1017/S0003581500031176

\_\_\_\_\_. The Sanctuary of Tanit at Carthage in the Roman Period. A Re-interpretation. **Journal of Roman Studies** [Supplementary Series N°30], Portsmouth, 1999.

\_\_\_\_\_. Excavations at Carthage 1977–8. Fourth Interim Report. **The Antiquaries Journal**, Vol. 59, N° 1, pp. 19-49, 1979. DOI: 10.1017/S0003581500065252

\_\_\_\_\_. Excavations at Carthage: Second Interim Report. **The Antiquaries Journal**, Vol. 56, N° 2, pp. 177-197, 1975. DOI: 10.1017/S0003581500064672

JEBAHI, Mabrouk. POUILLON, François. Uses of Archeology in Colonial Southern Tunisia Des usages de l'archéologie dans l'Extrême-Sud tunisien à l'époque coloniale. **Hespéris-Tamuda**. Vol. LVII, N° 2, pp. 243-278, 2022.

JIMÉNEZ, Alicia. What is a Province? In.: ALCOCK, Susan. EGRI, Mariana. FRANKES, James (Org.) **Beyond Boundaries: Connecting visual cultures in the provinces of Ancient Rome**. Los Angeles: Getty Publications, 2016, p. 16-30.

KAUFMAN, Brett et al; Ferrous metallurgy from the Bir Massouda metallurgical precinct at Phoenician and Punic Carthage and the beginning of the North African Iron Age. **Journal of Archaeological Science**, Vol. 71, pp.33-50, 2016. DOI: 10.1016/j.jas.2016.04.002.

KORMIKIARI, Maria C. Urbanismo romano no Norte da África: considerações a partir da documentação arqueológica. In: LIMA NETO, Belchior; SILVA, Érica; SILVA, Gilvan. (Org.) **Formas e imagens da cidade antiga**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

\_\_\_\_\_. **Norte da África Autoctone do século III ao I a.C.**: as imagens monetárias reais berberes. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Grupos indígenas berberes na Antiguidade: a documentação textual e epigráfica. **Revista de História**, nº145, 2011.

\_\_\_\_\_. Arqueologia da Paisagem. **Revisão Labeca**. São Paulo: Labeca - MAE/USP, 2014a.

\_\_\_\_\_. Espaços de poder no Norte da África berbere sob domínio cartaginês e romano: o caso de Cirta (Constantina, Argélia). *Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos*, [S. l.], n. 3, p. 16–46, 2014b. DOI: 10.17648/rom.v0i3.8640.

\_\_\_\_\_. O papel de Cartago no debate acerca do sacrifício humano fenício-púnico. **Romanitas** - Revista de Estudos Grecolatinos, Nº. 10, 2017.

\_\_\_\_\_. O norte da África no fluxo das correntes mediterrânicas: entre tradição e inovação. IN.: LIMA NETO, Belchior Monteiro, SILVA, Gilvan Ventura. SILVA, Érica Cristhyane Morais da: **Usos do espaço no Mundo Antigo**. Vitória: GM Editora, p.57-82, 2018.

\_\_\_\_\_. Urbanismo romano no Norte da África: considerações a partir da documentação arqueológica. IN.: LIMA NETO, Belchior et all. **Formas e imagens da cidade antiga**. Vitória: Editora Multifontes, 2020.

\_\_\_\_\_. O Conceito de "Cidade" no Mundo Antigo e seu significado para o Norte da África Berbere. IN: FLORENZANO, Maria Beatriz; HIRATA, Elaine. **Estudos sobre a cidade no Mundo Antigo**. São Paulo: Edusp, 2009.

KUNZE, Claudia. ‘Carthage and Numidia, 201–149’. In.: HOYOS, D. (Org.). *A companion to the Punic Wars*. In: HOYOS, Dexter. **A companion to the Punic Wars**. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 395-411, 2011.

LADJIMI-SEBAÏ, Leila. Le *decumanus maximus* de Carthage. **CEDAC**, Bulletin 15, pp.32-34, 1996.

\_\_\_\_\_. La colline de Byrsa à l'époque romaine : étude épigraphique et état de la question. **Karthago: revue d'archéologie méditerranéenne**, Peeters, Nº XXVI, 2005.

LANCEL, Serge. **Cartago**. Barcelona: Crítica, 1994.

\_\_\_\_\_. Un siècle de fouilles sur la colline de Byrsa. Historique des Recherches. In.: CARRIÉ, Jean-Michel, DENEAUVE, Jean, GROS Pierre. et al. Mission archéologique française à Carthage. **Byrsa I. Rapports préliminaires des fouilles (1974-1976) sous la direction de Serge Lancel**, Avant-propos de A. Beschaouch et G. Vallet. Rome : École Française de Rome, Vol. 41, Nº1, pp. 1-351, 1979.

\_\_\_\_\_. **Byrsa, II.** Rapports préliminaires sur les fouilles 1977-1978 : niveaux et vestiges puniques, Rome, 1982.

LANCEL, Serge; THUILLIER, Jean-Paul. Rapport préliminaire sur la campagne de 1976 (niveaux puniques). In. : CARRIÉ, Jean-Michel, DENEAUVE, Jean, GROS Pierre. et al. Mission archéologique française à Carthage. **Byrsa I.** Rapports préliminaires des fouilles (1974-1976) sous la direction de Serge Lancel, Avant-propos de A. Beschaouch et G. Vallet. Rome : École Française de Rome, Vol. 41, N°1, pp. 1-351, 1979.

LAPEYRE, Gabriel-Guillaume. L'enceinte punique de Byrsa. **Revue Africaine**, n°360, pp.336-353, 1934.

LASSÈRE, Jean-Marie. **Ubique populus: peuplement et mouvements de population dans l'Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des Sévères (146 a.C.-235 p.C.)**. Paris: Editions du Centre national de la recherche scientifique, 1977.

LE BOHEC, Yann. The “Third Punic War”: The Siege of Carthage (148–146 BC). In: HOYOS, Dexter. **A companion to the Punic Wars**. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 430-446, 2011.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da História. Novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LIMA NETO, Belchior. **A Arena pública de Cartago como espaço de recuperação da honra de Apuleio de Madaura (séc. II)**. IN.: \_\_\_\_\_, SILVA, Gilvan Ventura. SILVA, Érica Cristhyane Morais da: Usos do espaço no Mundo Antigo. Vitória: GM Editora, 2018, p.130-159.

MACDONALD, Eve. BINGHAM, Sandra. Piracy, plunder and the legacy of archaeological research in North Africa. In.: EVENS, Richard; DE MARRE, Martine. **Piracy, pillage and Plunder in Antiquity**. Appropriation and the Ancient World. Londres: Routledge, 2020.

MATTINGLY, David. Who shaped Africa? The origins of urbanism and agriculture in Maghreb and Sahara. In: MUGNAI, Niccolò; NIKOLAUS, Julia; RAY, Nick. **De Africa romaque**. Merging cultures across North Africa. London: The Society for Libyan Studies, 2016.

\_\_\_\_\_. **Imperialism, power and identity**. Experiencing the Toman Empire. New Jersey: Princeton University Press, 2011, p.54-55.

MAHJOUBI, Ammar. O período romano e pós romano na África do Norte. Parte 1: O período romano. IN.: MOKHTAR, Gamal. **História Geral da África II**. Brasília: UNESCO, p. 501-508, 2010.

MARTINS, Manuela. **Espaço, usos e sociabilidades na cidade antiga: contributos e limites da Arqueologia**. In.: LIMA NETO, Belchior Monteiro, SILVA, Gilvan Ventura. SILVA, Érica Cristhyane Morais da: Usos do espaço no Mundo Antigo. Vitória: GM Editora, p.11-37, 2018.

MOKNI, Salem. “Les premiers temps de la Carthage romaine” et la titulature de la colonie. **Cahiers du Centre Gustave Glotz**, 19, 2008.

MOREL, Jean-Paul. Les fouilles de Byrsa (secteur B) à Carthage: un bilan. In: **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, 155e année, N. 1, pp. 325-363, 2011a.

MOREL, Jean-Paul. **Mission archéologique de Carthage-Byrsa**. Les nouvelles de l'archéologie [En ligne], N° 123, pp. 39-43, 2011b. DOI: <https://doi.org/10.4000/nda.1472>

MORREL, Kit. **Pompey, Cato, and the Governance of the Roman Empire**. Oxford: Oxford University Press, 2017. ISBN: 9780198755142.

MUGNAI, Niccolò. Architecture and art. In: HUMPHREY, Bruce. **A companion to North Africa in Antiquity**. Medford: WileyBlackwell, 2022.

MUNRO, Beth. Approaching Architectural Recycling in Roman and Late Roman Villas. In.: MLADENOVIC, D; RUSSEL, B. (Eds.). **TRAC 2010: Proceedings of the Twentieth Annual Theoretical Roman Archaeology Conference**. Oxford: Oxbow Books, pp. 76–88, 2011. DOI: [http://doi.org/10.16995/TRAC2010\\_76\\_88](http://doi.org/10.16995/TRAC2010_76_88)

\_\_\_\_\_. The Organized Recycling of Roman Villa Sites. In.: DUCKWORTH, Chloë. WILSON, Andrew (Eds.) **Recycling and Reuse in the Roman Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

NEVES, Eduardo G. **Sob os tempos do Equinócio**. Oito mil anos de História da Amazônia Central. São Paulo: Ubu; Edusp; Fapesp, 2022.

ORSER, Charles. Introduction: Singularization of History and Archaeological Framing. **International Journal of Historical Archaeology**, vol. 20, pp. 175-181, 2016. <https://doi.org/10.1007/s10761-015-0324->

ORTEGA, Ivan. Cartago: Usos del suelo en la ciudad fenicia y púnica. **Archivo Español de Arqueología**. CSIC, Vol.83, pp.9-26, 2010. DOI: 10.3989/aespa.083.010.001

\_\_\_\_\_. ¿Quién parte y reparte? Análisis de la disposición urbana en la Cartago fenicia. **Archivo Español de Arqueología**, CSIC, Vol. 86, pp. 7-21, 2013. DOI: 10.3989/aespa.086.013.001

\_\_\_\_\_. El proyecto urbanístico del Barrio de Magón (Cartago, Túnez) y su contexto sociopolítico: elementos para una historia (no helenocéntrica) de Cartago. **Revista de Historia Antigua**, Vol. 40, N° 1, pp. 89-113, 2022. DOI: 10.5209/geri.79214

PASA, Béatrice. **Recherches sur l'Africa Vetus, de la destruction de Carthage aux interventions césaroaugustéennes (Tome I)**. Archéologie et Préhistoire. Toulouse: Université Toulouse le Mirail, 2011.

PASKOFF, Roland. Le delta de la Medjerda (Tunisie) depuis l'Antiquité. **Études rurales**, N° 133-134, pp. 15-29, 1994.

PEYRAS, Jean. Le vocabulaire militaire des arpenteurs latins du Haut-Empire. In: **Les vocabulaires techniques des arpenteurs romains**. Actes du colloque international (Besançon,

19-21 septembre 2002) Besançon : Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité, pp. 137-148, 2006.

PETERSON, Bengt. The Swedish Carthage Excavations. Preliminary Report of the First Campaign, April-June 1979. **Bulletin Medelhavsmuseet**, Vol. 5, N° 14, 1979.

PETERSON, Bengt. The Swedish Carthage Excavations. Preliminary Report of the Second Campaign, September-October 1979. **Bulletin Medelhavsmuseet**, Vol. 6, N° 15, 1980.

POINSSOT, Louis. L'Autel de la gens Augusta à Carthage. Tunis: **Notes & Documents**, 1929.

POINSSOT, Claude. *Immunitas perticae Carthaginensium*. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, Vol. 106, N. 1, pp. 55-76, 1962. DOI: <https://doi.org/10.3406/crai.1962.11389>

POMMERAU, M. Bas-relief provenant des ruines de Carthage. **Revue Africaine**, Société historique algérienne, 2<sup>e</sup> année, N°7, 1857.

POON, C.S.; YU, Ann T. W.; JAILLON, L. Reducing building waste at construction sites in Hong Kong. **Construction Management and Economics**, 2004. DOI: 10.1080/0144619042000202816

PORTILLO, Marta. ALBERT, Rosa M. Husbandry practices and livestock dung at the Numidian site of Althiburos (el Médéina, Kef Governorate, northern Tunisia): the phytolith and spherulite evidence. **Journal of Archaeological Science**, Elsevier, Vol. 38, pp. 3224-3233, 2011.

PORTILLO, Marta; ALBERT, Rosa M; VALENZUELA, Silvia. Domestic patterns in the Numidian site of Althiburos (northern Tunisia): The results from a combined study of animal bones, dung and plant remains. **Quaternary International**, Elsevier, Vol. 275, pp. 84-96, 2012.

QUINN, Josephine. **In Search of the Phoenicians**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

QUINN, Josephine. WILSON, Andrew. Capitolia. **The Journal of Roman Studies**, Vol. 103 (2013), pp. 117-173.

RAKOB, Friedrich. Cartago. La topografía de la ciudad púnica. Nuevas investigaciones. **Cuadernos de Arqueología Mediterránea**, Universitat Pompeu Fabra, N°4, pp.15-46, 1998.

\_\_\_\_\_. The making of Augustan Carthage. In.: FENTRESS, Elizabeth. Romanization and the city: creation, transformations, and failures. Proceedings of a conference held at the American Academy in Rome to celebrate the 50th anniversary of the excavations at Cosa. Portsmouth: **Journal of Roman Archaeology**, Supplementary series, N° 38, pp. 72-82, 2000.

RICH, John. Appian, Polybius and the Romans' war with Antiochus the Great: a study in Appian's sources and methods. In.: WELCH, Kathryn. **Appian's Roman History**. Empire and Civil War. Londres: The Classical Press of Wales, 2015.

LA MALLE, Dureau. **Recherches sur la Topographie de Carthage**. Paris: L'Imprimerie de L'institut, 1835.

LARJE, Rita. Favourite Fish Dish of the Romans in Carthage. **Archaeofauna**, Vol. 4, pp. 7-26, 1995.

RAVEN, Susan. **Rome in Africa**. London: Routledge, 1993.

REVELL, Louise. **Roman Imperialism and local identities**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

RICHARDSON, John. Provincial Administration. In.: ANDO, Clifford; DU PLESI, Paul; TUORI, Kaius. **The Oxford Handbook of Roman law and society**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

RAYNAL, Dominique. “Autres enjeux et contraintes de l’archéologie en Tunisie aux débuts du protectorat”. In. : CABANEL, Patrick ; ALEXANDROPOULOS, Jacques. **La Tunisie mosaïque**. Toulouse: Presses universitaires du Midi, pp. 565-581, 2000. Web. <<http://books.openedition.org/pumi/5114>>.

ROSSITER, J. Bath-house or house-bath? The Swedish excavations at Carthage. **Journal of Roman Archaeology**, Portsmouth, V° 17, pp. 647-650, 2004. DOI: 10.1017/S1047759400008643 2004.

SAUMAGNE, Charles. Colonia Iulia Karthago. **Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques**, Imprimerie Nationale, p.131-140, fig.1-2, 1924a.

\_\_\_\_\_. Notes de Topographie Carthaginoise. La Colline de Saint Louis. **Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques**, Imprimerie Nationale, p.177 – 193, plans 1-2, 1924b.

\_\_\_\_\_. Le Métroôn de Carthage et ses abords. In.: CARRIÉ, Jean-Michel, DENEAUVE, Jean, GROS Pierre. et al. Mission archéologique française à Carthage. **Byrsa I. Rapports préliminaires des fouilles (1974-1976) sous la direction de Serge Lancel, Avant-propos de A. Beschouch et G. Vallet**. Rome : École Française de Rome, Vol. 41, N°1, 1979.

\_\_\_\_\_. Notes sur le sous-sol de Carthage. **Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**, Imprimerie Nationale, 1925.

\_\_\_\_\_. Les recherches récentes sur la topographie de Carthage. In: **Journal des savants**, N° 4, pp. 145-157, 1931. DOI : <https://doi.org/10.3406/jds.1931.2440>

SAURIN, Tarcísio Abreu. FORMOSO, Carlos Torres. **Planejamento de Canteiro de obras e gestão de processos**. Porto Alegre: Habitare, 2006.

SCHEID, John. An **Introduction to Roman Religion**. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. **The Gods, the State and the Individual**. Reflections on Civic Religion in Rome. Filadélfia: University of Philadelphia Press, 2016.

\_\_\_\_\_. **La religion des Romains**. Malakoff: Dunod Éditeur, 2017.

\_\_\_\_\_. Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism, and Innovation In. GALINSKY, Karl. **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Cambridge, 2005.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological Context and Systemic Context. **American Antiquity**, Vol. 37, N° 2, pp. 156–65, 1972. DOI: 10.2307/278203.

SOUMILLE, Pierre. Les activités et les oeuvres des congrégations religieuses catholiques en Tunisie à l'époque du protectorat français (fin XIXe – milieu Xxe siècle). In.: CABANEL, Patrick. ALEXANDROPOULOS, Jacques. (dir.): **La Tunisie Mosaïque**. Toulouse: Presses universitaires du Midi, pp.319-346, 2000.

SPAETH, Barbette Stanley. The Goddess Ceres in the Ara Pacis Augustae and the Carthage Relief. **American Journal of Archaeology**, Vol. 98, N° 1, pp. 65–100, 1994. DOI: 10.2307/506222

STYRENIUS, Carl-Gustav. The Swedish Carthage Excavations Preliminary Report of the Third Campaign, March-June 1980. **Bulletin Medelhavsmuseet**, N° 16, 1981.

STOCKHAMMER, Phillip. From Hybridity to Entanglement, from Essentialism to Practice. **Archaeological Review from Cambridge**, v.28.1, 2013.

TELMINI, Bouthaina; CHELBI, Fethi; DOCTER, Roald. Les fouilles Tuniso-Belges du Terrain Bir Massouda (2002-2005) : contribution à la connaissance de la topographie de Carthage à l'époque archaïque. In. ARUDA, A. M. (Ed.). **VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios Púnicos**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 338-348, 2014.

TELMINI, Bouthaina. New Observations on the Urbanism of the Byrsa Hill in the Ancient Punic Times. In.: SCHÖN, Frerich. TÖPFER, Hanni (Hrsg.) **Karthago Dialoge**. Tübingen: Ressourcen Kulturen (Band 2), 2016.

THOMAS, Edmund. The Cult Statues of the Pantheon. **The Journal of Roman Studies**, Cambridge University Press, Vol. 107, 2017, pp. 146–212, 2017.

TISSOT, Charles. **Géographie comparée de la province romaine d'Afrique**. Tome II. Paris, Imprimerie Nationale, 1884.

\_\_\_\_\_. **Géographie comparée de la province romaine d'Afrique**. Tome II. Paris, Imprimerie Nationale, 1888.

TUCCI, Pier L. The Materials and Techniques of Greek and Roman Architecture. In: MARCONI, Clemente. **The Oxford Handbook of Greek and Roman Art and Architecture**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

VAN DOMMELEN, Peter. Punic Identities and modern perceptions in the western Mediterranean. In: QUINN, Josephine. VELLA, Nicholas. **The Punic Mediterranean: Identities and Identification from Phoenician settlement to Roman rule**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.



\_\_\_\_\_. Postcolonial archaeologies between discourse and practice. **World Archaeology**, Vol. 43, pp. 1-6, 2011.

\_\_\_\_\_. Colonial Constructs: Colonialism and Archaeology in the Mediterranean. **World Archaeology**, Vol. 28, No. 3, pp. 305-323, 1997.

VAN DOMMELEN, Peter; BELLARD, Carlos Gomes. **Rural landscape of the Punic world**. Londres: Equinox, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-História: os protagonistas anônimos da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

VASCONCELLOS, Paulo Sérgio. **Épica I: Ênio e Virgílio**. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

VILLEFOSSE, A. Heron. **Musée African du Louvre**. Paris : Éditions Ernest Leroux, 1921.

WEBSTER, Jane. Creolizing the Roman Provinces. **Journal of Archaeology**, vol. 105, N°2, 2001, pp.209-225.

\_\_\_\_\_. COOPER, Nick. (Org.). **Roman Imperialism: Post-Colonial Perspectives**. Leicester: Leicester University Press, 1996.

WELCH, Kathryn. Appian and the Roman History. A reappraisal. In.: \_\_\_\_\_. **Appian's Roman History**. Empire and Civil War. Londres: The Classical Press of Wales, 2015.

WELLS, Collin. WIGHTMAN, Edith. Canadian Excavations at Carthage, 1976 and 1978: The Theodosian Wall, Northern Sector. **Journal of Field Archaeology**, Vol. 7, No. 1, pp. 43- 63, 1980.

WELLS, Collin. Excavations at Carthage, Northern Sector, 1981. **Echos du monde classique: Classical views**, Volume XVI, N° 2, pp. 206-213, 1982.

WIGHTMAN, Edith. GREENE, J. Geological Research and Excavation in the Northern Sector of Carthage (Second Canadian Team). **Echos du monde classique: Classical views**, Vol. XXVIII, N° 2, 1984, pp. 209-218, 1984.

WILHITE, David E. **Tertullian the African**. An anthropology reading of Tertullian's Context and Identity. Berlim: De Gruyter, 2007.

WILSON, Andrew. Urban Water storage, distribution, and usage. In.: KOLOSKI-OSTROW, A. O. (Org.). **Water use and hydraulics in the Roman city**. Boston: Archaeological Inst of America, pp.83-96, 2001.

\_\_\_\_\_. Mediterranean Urbanisation in North Africa. Greek, Punic and Roman Models. In.: STERRY, Martin; MATTINGLY, David. **Urbanisation and State Formation in the Ancient Sahara and Beyond (Volume: 3)**. Cambridge, Cambridge University Press, pp.396 – 437, 2020.

WOOLF, Greg. Taking the long view. Romanization and Globalization in Perspective. *Studi e Materiali* 2, Villa Vigoni, Palermo University Press, pp.19-32, 2019.

\_\_\_\_\_. Provincial Perspectives IN. GALINSKY, Karl. **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Cambridge, 2005.

ZAHAR, Yadh. GHORBEL, Abdelmajid. ALBERGEL, Jean. Impacts of large dams on downstream flow conditions of rivers: Aggradation and reduction of the Medjerda channel capacity downstream of the Sidi Salem dam (Tunisia). **Journal of Hydrology**, Elsevier, Vol. 351, N° 3-4, pp. 318– 330, 2008.

ZANKER, Paul. **The Power of Images in the Age of Augustus**. Michiganan, 1988.

\_\_\_\_\_. The Functions of Roman Arte. In: MARCONI, Clemente. **The Oxford Handbook of Greek and Roman Art and Architecture**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

#### SITES:

Copernicus: <https://www.copernicus.eu/en>

Earth Explorer: <https://earthexplorer.usgs.gov/>

EarthWorks: <https://earthworks.stanford.edu/>

EAMENA Project: <https://database.eamena.org>

German Archaeological Institute (DAI): <https://idai.world/>

Map Library: <http://www.maplibrary.org/library/stacks/Africa/index.htm>

Open Street Maps: OpenStreet Maps: <https://www.openstreetmap.org/>